

INSTITUTO DE COIMBRA

O PERCURSO DE UMA ACADEMIA

Licínia Rodrigues Ferreira

Projeto Instituto de Coimbra
2012



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

SUMÁRIO

Enquadramento.....	1
A génese das academias no despontar da ciência moderna.....	1
O caso português.....	2
Origens do Instituto de Coimbra.....	5
Estatutos.....	13
Classes.....	29
Classe de Ciências Morais e Sociais (1ª).....	29
Classe de Ciências Físico-Matemáticas (2ª).....	36
Classe de Literatura, Belas Letras e Artes (3ª).....	40
Reconstituição das Classes.....	45
Composição das Classes.....	46
Classe de Ciências Morais e Sociais.....	46
Classe de Ciências Físico-Matemáticas.....	55
Classe de Literatura, Belas Letras e Artes.....	63
Secção de Arqueologia e Museu do Instituto de Coimbra	71
Formação e desenvolvimentos.....	71
Regulamento.....	74
Ao encontro do património nacional.....	76
Conímbriga.....	76
Património conimbricense.....	78
Monumentos da Serra da Brenha.....	79
O Museu do Instituto.....	80
Sedes.....	87
Presidentes e Direção.....	100
Direção do Instituto de Coimbra.....	126

Conferências do Instituto de Coimbra.....	135
Relação cronológica de conferências realizadas no Instituto de Coimbra.....	139
Centenários e outras comemorações.....	146
Exposições, concertos e cinema.....	159
Cursos.....	166
Biblioteca e Gabinete de Leitura.....	173
Relações científicas.....	189
O Instituto e a Universidade de Coimbra.....	198
<i>O Instituto</i>	202
Outras publicações.....	216
Cronologia.....	221
Fontes.....	231
Bibliografia.....	233

ENQUADRAMENTO¹

A génese das academias no despontar da ciência moderna

No contexto europeu, registou-se no século XVII o nascimento de academias influentes, organizadas no sentido de promover a ciência. A Accademia dei Lincei, fundada em Roma em 1603, à qual se juntou Galileu oito anos mais tarde, é considerada a mais antiga academia científica do mundo, mantendo ainda hoje grande prestígio. Os seus propósitos originais consistiam em cultivar as ciências naturais. Na Inglaterra, a Royal Society of London era fundada em 1660, com o objetivo de fomentar a aprendizagem experimental físico-matemática. A constituição de uma biblioteca e a reunião de espécies de interesse científico enquadram-se entre as medidas iniciais da Royal Society. Em 1665 saiu o primeiro número das *Philosophical transactions of the Royal Society of London*, considerada entre as primeiras revistas científicas do mundo, que ainda hoje se publica. São vários os nomes de cientistas aclamados que constaram na lista de académicos da Royal Society, que teve origem numa tertúlia dinamizada por Robert Boyle. Isaac Newton tornou-se presidente da Royal Society em 1703. Fleming, Einstein e Darwin estão entre os membros desta academia, que agregou alguns nomes portugueses, como o Duque de Lafões e Correia da Serra, fundadores da Academia das Ciências de Lisboa. Em 1666 tinha lugar a formação da Académie des Sciences de Paris, a Academia Real de Berlim surgia em 1700, a Academia de Ciências de São Petersburgo em 1724.

A integração dos estados europeus no movimento académico completa-se ao longo do período setecentista. O que as une é o facto de resultarem de um novo ideal de ciência, de cariz experimental, que se estava a construir, e que encontrou nas academias uma forma de se expandir. Integrado na corrente das Luzes, esse ideal apoiava-se num novo papel, mais atuante, atribuído à razão humana no decifrar das leis do universo, projetado numa diferente forma de encarar o mundo. Deste modo, como refere o historiador alemão Ulrich Im Hof, “As academias impõem-se, acima de tudo, objetivos científicos: aquilo que as universidades não conseguem realizar deve ser efetuado pelo trabalho voluntário das academias”. E esta é uma matéria que iremos abordar, as (in)dependências entre academias e universidades. Prossegue Ulrich Im Hof: “As prioridades vão para as Ciências da Natureza, mas abordam-se igualmente questões ligadas à Língua, Literatura e História, ou seja, domínios que, comparados com as poderosas faculdades de Teologia e Jurisprudência, vegetavam numa existência de segunda escolha” (1995: 101).

¹ Capítulo reformulado a partir da comunicação apresentada ao Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências, Coimbra, 26 a 29 de outubro de 2011, intitulada “O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra”.

No essencial, como escreveu J. P. Peixoto, “A génese das academias está profundamente associada ao desenvolvimento científico da Europa nos séculos XVII e XVIII” (1997: 71). Funda-se num princípio básico de associação de homens que se reúnem para debater ideias e partilhar conhecimentos e ambições. Ao construírem uma estrutura assente em procedimentos que se assemelham em muitos aspetos entre elas (filiação de sócios, assembleias, debates, publicações, etc.), aumentam as hipóteses de contacto com entidades externas, formando autênticas redes científicas.

As academias convergem, pois, na escolha de meios para incentivar a investigação científica. Em geral, eles incluem a realização de conferências, publicações próprias, a formação de bibliotecas e o estabelecimento de relações com a comunidade intelectual. Em certas academias foram criados laboratórios e dependências especializadas, outras conferem subsídios e prémios, promovem viagens científicas, ou oferecem cursos públicos. Mas também os sócios, a título individual, exercem uma poderosa ação de transmissão de saberes e de relacionamentos externos, apoiados na pertença às sociedades científicas. Os correspondentes estrangeiros tornam-se, neste contexto, personagens de especial relevo para a vida das academias, pela experiência que vem de fora e pela possibilidade de alargarem o alcance da instituição.

O caso português

As academias setecentistas em Portugal tomavam o encargo de difundir notícias literárias e científicas provenientes da Europa, e alguns dos seus membros realizavam viagens pelo velho continente, de que regressavam com as novidades apreendidas, contribuindo para a circulação da informação e tentando implementar entre nós os novos modelos. Em suma, como refere Isabel da Mota, as academias “refletiram e potencializaram as Luzes, forçaram o reconhecimento oficial das várias ciências, modificaram definitivamente o estatuto dos sábios e eruditos e (...) criaram uma comunidade científica” (2005: 585).

O espírito academista manifesta-se em Portugal, como nos restantes países europeus, desde o período renascentista, numa ótica de retomar a tradição da Grécia Antiga. São várias as academias organizadas entre nós ao longo dos séculos XVII e XVIII, desde a Academia dos Singulares (1663) à dos Ocultos (1745), passando por uma das mais ilustres, a Academia Real da História Portuguesa, criada por decreto de D. João V em 8 de dezembro de 1720 – demonstrando a atenção dos monarcas lusos às tendências culturais da Europa. Sob a influência de D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira (1673-1743), estas academias foram juntando aos interesses literários algumas preocupações científicas, que se materializaram nas entidades por ele sustentadas: as Conferências Discretas e Eruditas, a Academia dos Generosos, a Academia Portuguesa e a mencionada Academia da História. Todavia, enquanto estrutura de suporte ao desenvolvimento da ciência no sentido

moderno, é à Academia das Ciências de Lisboa que cabe o protagonismo. Esta é, na história das academias portuguesas, a que mais se destaca, e já diversos autores consagraram estudos à sua formação, às suas atividades, e mesmo ao seu relevo no contexto científico².

Na opinião de Joaquim de Carvalho, a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, marca um momento decisivo, no nosso contexto, para o esgotamento de dois séculos de “predomínio da erudição, da letra sobre o espírito” (1987: 297). Apoiada pelo poder político, dispondo de maiores recursos, ela foi de facto dinamizadora de vários setores da ciência, preocupando-se com a sua aplicabilidade à vida quotidiana. Promoveu as pesquisas geológicas, o melhoramento dos processos agrícolas, as observações meteorológicas, os estudos matemáticos, etc., desempenhando em diversas ocasiões o encargo de órgão consultivo oficial.

As academias refletem a viragem para uma conceção dinâmica da busca do conhecimento da natureza, em que o homem se sente capaz de a dominar, recorrendo ao método experimental e à aplicação de fórmulas matemáticas. Por isso, elas representam a exigência de verificação dos resultados, nas palavras de Joaquim de Carvalho: “na aurora da constituição da ciência natural, o sábio careceu de confrontar e conferir as suas experiências e as suas conclusões com as dos seus pares, e foi esta necessidade (...) que fez brotar do próprio exercício da atividade científica as Academias” (1987: 309).

No dizer de Joaquim de Carvalho, as academias seriam, pois, “sinónimo do labor pessoal, da investigação científica, da liberdade crítica” (1987: 310). Como é que o Instituto de Coimbra vem dar seguimento a este “ideal moderno da ciência”? De uma forma muito própria, por ser uma academia científica e literária estreitamente ligada a uma universidade – em contraposição ao contexto anterior, em que as universidades encarnavam uma função estática de simples transmissão do saber, que no entanto se foi transformando para chegarem as universidades a disputar às academias o protagonismo na investigação científica. Tratando-se de uma academia formada em meados do século XIX, o Instituto de Coimbra acompanhou os esforços da Universidade para se integrar naquele movimento, proporcionando aos docentes e aos restantes sócios um lugar de exposição das suas pesquisas e de apresentação de propostas de renovação dos estudos. No Instituto se reuniam académicos provenientes das diferentes áreas do saber, constituindo assim um ponto de confluência, que na origem foi essencialmente resultante de um projeto de personalidades integradas na Universidade.

² Deixamos nota de alguns desses trabalhos: F. R. D. Agudo, *Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da ciência* (1986), R. de Carvalho, *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX* (1981), J. P. Peixoto, “A Ciência em Portugal e a Academia das Ciências de Lisboa” (1997) e J. V. P. Martins, “A Academia das Ciências de Lisboa: um pouco da sua história e da sua actividade até ao nosso tempo” (1997).

Quando o Governo emite a portaria de 5 de setembro de 1853, um ano depois da fundação do Instituto de Coimbra, autorizando a impressão, por conta do Estado, da revista *O Instituto* na tipografia da Universidade, bem como a utilização das instalações do Colégio de São Paulo para as suas sessões, um dos pressupostos em que se baseia é o da necessidade de “promover e difundir os conhecimentos científicos e literários”. Ao longo da sua história, o Instituto manteve nos Estatutos a consignação de três Classes onde se enquadravam os seus trabalhos: Ciências Físico-Matemáticas, Ciências Morais e Sociais, Literatura e Belas Artes – decalcando, aliás, a estrutura inaugural do Institut de France (1795). O funcionamento tripartido adquire, todavia, maior incidência nas primeiras décadas, em que as classes se reuniam periodicamente para sessões de discussão de questões científicas.

Os académicos, por sua vez, dispunham de uma biblioteca especializada e um gabinete de leitura que usufruíam com vantagem, visto que o Instituto mantinha um intercâmbio permanente com várias instituições, de tal forma que facilitava o acesso à consulta de grande quantidade de periódicos científicos nacionais e estrangeiros, e, através desse programa de permutas, enviava a sua revista ao exterior, divulgando aí os trabalhos dos sócios.

ORIGENS DO INSTITUTO DE COIMBRA

O percurso de formação do Instituto de Coimbra decorre em diversas etapas, de modo que esta academia não foi com esse formato criada de raiz, mas antes configurada ao longo de uma série de acontecimentos que se prolongou por alguns anos. Pode-se dizer que o regime liberal teceu o enquadramento político que deu azo ao crescimento deste tipo de associações que, no caso que estudamos, se encontra particularmente ligado a uma arte que os liberais elegeram para a veiculação de novos ideais de civilização, o teatro. Através do teatro se propunham educar os cidadãos, transmitir-lhes ensinamentos morais, instruí-los. E é assim que, em Coimbra, uma vez passada a agitação das guerras civis e das lutas políticas que resultaram na vitória definitiva do regime liberal, em 1834, os estudantes se abalanchavam a dedicar os seus tempos livres ao teatro, motivados pela presença de companhias ambulantes e de amadores da cidade. Reuniram-se, avaliaram peças, procuraram um espaço, deram representações. É daqui que vai nascer, não muito tempo depois, o Instituto de Coimbra.

Os estudantes começaram por representar, em 3 de março de 1835, a tragédia *Catão*, de Almeida Garrett, num teatro que havia sido preparado no refeitório de Santa Cruz. No ano seguinte, verificando-se a falta de um lugar para os espetáculos, os estudantes resolvem edificar um teatro: “promovem os académicos por toda a academia uma subscrição a 1\$200 rs. cada um, para se construir um teatro em uma casa que fica por baixo do antigo Colégio das Artes, com frente para o laboratório químico” (Carvalho, 1872). Efetivamente, o novo teatro abre a 4 de abril de 1836, com uma reposição do espetáculo do ano anterior. A partir daí, os estudantes organizam-se em sociedade, a que dão o nome de Academia Dramática, elaboram e aprovam no ano seguinte os seus estatutos, publicados na Imprensa da Universidade sob o título *Estatutos da Academia Dramática estabelecida em Coimbra*, em 1837. Desde logo se reserva a existência de um conservatório dramático no seio da Academia. Na comissão que elabora os estatutos destaca-se o nome de José Freire de Serpa Pimentel, presente nos vários momentos desta história das origens do Instituto. Serpa Pimentel (1814-1870), que se tornaria o 2º Visconde de Gouveia, poeta e dramaturgo, encontrava-se nessa época a frequentar o curso de Direito.

Porém, em breve se dissolveria esta primeira Academia Dramática, devido a desentendimentos que se geraram aquando da passagem de uma companhia espanhola pelo teatro dos estudantes ainda em 1837. De acordo com J. Martins de Carvalho, as disputas ficaram a dever-se às rivalidades entre académicos a respeito das atrizes espanholas favoritas. Na verdade, as razões para esta dissensão foram mais profundas. Num folheto que um grupo de sócios publicou no seguimento, sob o título *Manifesto das razões que justificam a conduta da maioria da Academia*

Dramática (Porto, 1838), assinado por João de Sande Magalhães Mexia Salema, António Joaquim Aleixo Pais, João Pereira de Araújo, M. C. Araújo e Alexandre Correia de Lemos, percebe-se que as desavenças se deram logo à partida, na questão de saber se se podia aceitar ator ou companhia estranha à Academia no palco da sua sala de espetáculos. De início foi concedida à companhia espanhola a utilização do espaço, mas, quando um seu agente quis negociar as condições, lançaram-se dúvidas dentro da Academia sobre a concessão. Os autores deste manifesto entendem que nos estatutos nada obstava à presença de companhias de fora no Teatro. Nem todos eram desta opinião e, para além disso, levantaram-se objeções à forma como foram tomadas as decisões. Em consequência, uma parte dos sócios afastou-se da Academia Dramática e resolveu, em assembleia geral de 21 de fevereiro de 1838, fundar uma Nova Academia Dramática, preparando nesse mês e no seguinte as bases dos estatutos e o regulamento da mesma. De novo encontramos Serpa Pimentel entre os membros da comissão encarregada de estudar as bases estatutárias, mas também outro nome que mais tarde estaria entre as figuras mais importantes do Instituto de Coimbra: Vicente Ferrer Neto Paiva. As Bases e o Regulamento foram publicados ainda em 1838.

A antiga Academia, segundo A. M. Seabra de Albuquerque, ainda deu “algumas récitas no *Teatro Académico*, chamado do *Museu*” (*O Instituto*, 19: 45). Por esse motivo, a Nova Academia Dramática precisava de um espaço para se instalar e para as representações. Assim, os seus membros solicitam o antigo Colégio de São Paulo (que fora cedido à Universidade) para esse efeito. Nele se realizaram obras para se erigir um teatro, que ficou pronto para em 24 de junho de 1839 nele se dar o primeiro espetáculo. Por carta de lei de 15 de setembro de 1841 foi concedido à Nova Academia Dramática o usufruto do edifício – e é com base neste diploma que a Nova Academia irá mais tarde contestar a concessão de uma parte do Colégio para nele se instalar o Instituto.

Entretanto, os membros da Nova Academia trataram de concluir os estatutos definitivos, que foram aprovados em 4 de dezembro de 1840 pelo Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, impressos em 1841. É importante referir que, de acordo com estes estatutos, a Nova Academia integrava um Conservatório Dramático, um de Música e um de Pintura, também conhecidos por Institutos. Estavam, assim como os restantes corpos da sociedade, subordinados ao órgão máximo, o Conselho dos Representantes, constituído por treze membros eleitos anualmente (arts. 5 e 7). O Conservatório Dramático compunha-se de membros efetivos e sócios honorários, e tinha a especial incumbência de “pronunciar o seu juízo nas peças que lhe forem apresentadas pela Direção” (art. 74, §2), sendo esta a Direção do próprio Conservatório Dramático, como se pode verificar no artigo 76, contendo as suas atribuições: “escolher, corrigir e preparar as peças que houverem de declamar-se no Teatro da Sociedade”, “participar esta escolha ao Conselho com a devida antecipação” e só passar à execução das peças se o Conselho declarar “que tem os meios necessários para a sua execução”.

Ressalta de imediato a preponderância do Conservatório Dramático sobre os restantes, uma vez que era este que tinha maiores responsabilidades na preparação dos espetáculos. O Conservatório Dramático superintendia, pois, a parte literária e a parte da declamação e da encenação, o Conservatório de Música tinha a responsabilidade de se pronunciar sobre e executar as partes de música das récitas, o Conservatório de Pintura tratava dos cenários, dos figurinos e da caracterização dos atores. Em suma, o papel decisivo era o do Conservatório Dramático, os outros dois tinham o seu trabalho dependente das decisões do primeiro, e isso reflete-se até no número de linhas que cabem a cada um nestes Estatutos.

Daí que, na reforma dos Estatutos, em 17 de abril de 1849, se decida reunir estes três Conservatórios ou Institutos num só, que concentrava o labor intelectual da Academia, como se infere do artigo 7: “os trabalhos literários e artísticos da Associação incumbem a um Instituto, composto de indivíduos versados na declamação, música, pintura e belas letras, e representado por uma Direção composta de 7 membros”. O Conselho mantinha-se como órgão superior, agora composto de 24 membros, a quem competiam funções administrativas, económicas e policiais. A reforma do Instituto domina estes Estatutos, ocupando 12 das 32 páginas do total. Desde este momento, o Instituto divide-se em quatro Classes: Declamação Teatral, Literatura, Música e Pintura (art. 41). A biblioteca e o gabinete de leitura, para além da publicação de um jornal, já eram aspirações desta época (art. 56).

No essencial, todavia, a arte dramática funcionava como eixo da sua atividade, e isso nota-se muito bem nas atribuições da Direção do Instituto, a começar logo pela primeira (art. 77): “fazer ensaiar e executar aquelas das peças aprovadas que julgar conveniente, depois que pelo Conselho for aprovado o orçamento da sua despesa, que deve ser feito pela mesma Direção no que diz respeito às decorações, vestuário, maquinismo, música e mais objetos acessórios extraordinários”. O Instituto dispunha de fundos especiais, provenientes dos seus sócios e do gabinete de leitura, mas, dadas as elevadas despesas com os espetáculos, dependia do cofre geral da associação (art. 74), gerido pelo Conselho (art. 81).

Ainda antes destes Estatutos de 1849, o Instituto Dramático teve regulamento próprio, relativo à “aprovação, publicação e prémios das peças oferecidas ao Instituto Dramático da Nova Academia Dramática em Coimbra”, de 1840, publicado como suplemento ao nº 20 da *Crónica literária da Nova Academia Dramática*. José Freire de Serpa Pimentel era nesta altura o presidente do Instituto Dramático. Neste mesmo número, podemos ver uma lista dos membros e sócios do Instituto Dramático, onde figuram vários “Doutores”, portanto, não apenas estudantes, sendo que alguns deles vieram a desempenhar cargos de relevo no Instituto de Coimbra. Basta mencionar os nomes de Francisco de Castro Freire, Jerónimo José de Melo e Adrião Pereira Forjaz de Sampaio. De

facto, desde a fundação, em 1838, a Nova Academia Dramática integra alunos das diferentes Faculdades mas também vários lentes. Segundo Serpa Pimentel, nesta altura, “um grande número de lentes da Universidade correu a alistar-se em a nova irmandade” e “três elementos tão diversos – estudantes, lentes, naturais da cidade – confundiram-se em uma assembleia de irmãos” (Pimentel, 1845).

O mesmo Serpa Pimentel presidiu à comissão que reformou os Estatutos, em 1849, impressos nesse ano como pertencentes à “Academia Dramática de Coimbra” (terá deixado de ser necessário o adjetivo “nova”). Se o Instituto já demonstrava ser um órgão de grande relevo na Academia, com os Estatutos de 1849 mais cresceu o seu papel. Nas palavras de Joaquim Martins de Carvalho, “a parte mais importante da reforma foi o maior desenvolvimento do Instituto da Academia Dramática, que ficou encarregado dos trabalhos literários e artísticos sobre a declamação teatral, música, pintura e outras quaisquer dependências da arte dramática; e em geral de tudo o que estivesse ao seu alcance para o progresso das belas artes e letras pátrias” (Carvalho, 1872).

O Instituto Dramático vinha assumindo, pois, um posicionamento destacado que muito compreensivelmente o afastaria da Academia Dramática. Essa preponderância revela-se, em particular, nas publicações que dele emanaram. Em primeiro lugar, a *Crónica teatral* (de que apenas saiu o nº 1, em 1839) que, embora intitulado-se *da Nova Academia Dramática*, provém de forma explícita da secção do Conservatório Dramático (veja-se o Prefácio dos tradutores). O mesmo acontece com a *Crónica literária da Nova Academia Dramática* que se lhe seguiu, publicada em 1840-1841, e onde, no nº 1, de 29 de fevereiro de 1840, se declara ser este periódico destinado a dar expressão aos desígnios do Instituto Dramático: “aumentar o esplendor da associação, derramar os conhecimentos, honrar a literatura nacional e promover o gosto das belas artes”. Em 1842-1843 surgiu novo periódico da Academia Dramática, intitulado *O prisma*, e, em 1845-1848, é na *Revista académica* que o Instituto Dramático tem reservadas oito páginas de cada número para os seus artigos. Por fim, em 1849, começam a sair as “Memórias do Instituto da Academia Dramática de Coimbra”, compostas de elogios históricos de sócios falecidos. Publicaram-se quatro números, sendo o último impresso em 1852 e já com o título modificado “Memórias do Instituto de Coimbra”, porque nessa altura já o Instituto se tinha emancipado da Academia Dramática.

Um conjunto de folhetos dados à luz em 1849, depois da aprovação dos novos estatutos, mostra-nos que estavam a brotar divergências no seio da Academia Dramática. E não será certamente um acaso que um dos autores desse folheto venha a ser um dos principais responsáveis pelo projeto de separação. Trata-se de Luís José de Vasconcelos Azevedo Silva e Carvajal, aluno da Faculdade de Direito, que assina, em 23 de novembro de 1849, o folheto *Duas palavras sobre as eleições para o Conselho da Academia Dramática*, publicado em Coimbra pela Imprensa de E.

Trovão, nesse mesmo ano. A contenda deriva de acusações levantadas contra o Conselho da Academia Dramática, sendo a mais grave de todas a de não ter o Conselho solicitado ao Governo a aprovação dos novos Estatutos, o que se tornava particularmente importante para salvaguardar a concessão, de 15 de setembro de 1841, do usufruto do espaço onde se alojavam. Efetivamente, a carta de lei emanada naquela data da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda é clara neste aspeto, como poderemos comprovar pela leitura do art. 19: “É concedido à Associação intitulada Nova Academia Dramática de Coimbra (enquanto se reger por Estatutos aprovados pelo Governo) o usufruto do Edifício do Colégio de S. Paulo”.

Carvajal acusa também o Conselho de estar a endividar a sociedade com a aprovação de um drama de altas despesas, o qual, ainda para mais, “não tinha sido discutido e muito menos aprovado pelo Instituto”, como exigiam os Estatutos. Por fim, um outro elemento a retirar deste manifesto são os nomes de mais dois “oposicionistas”, assim denominados pelo autor: João de Deus Ramos Nogueira e Jacinto António de Sousa, que foram nessa altura nomeados, não sem entraves, sócios da Academia. As *Dois palavras* tiveram resposta, anónima, mas identificada por J. Martins de Carvalho como pertencente a Levi Maria Jordão de Paiva Manso, num outro folheto publicado ainda no mesmo ano e pelo mesmo impressor (*Algumas reflexões sobre as duas palavras, acerca das eleições da Academia Dramática*). Outros escritos se imprimiram sobre esta polémica, incluindo poemas satíricos (vd. Folhetim de J. Martins de Carvalho in *O conimbricense*, nº 2911, de 9.6.1875).

O Instituto da Academia Dramática possuía, de facto e de direito, grande autonomia, por isso não surpreende que os seus membros tenham concebido o desígnio de se erguer em instituição independente, materializado num primeiro projeto de estatutos, datado de 1851. Na prática, o que mais os tornava dependentes da Academia era a falta de recursos financeiros próprios. Os pensadores da separação que redigiram o projeto de 16 de março de 1851 eram José Maria de Abreu, Luís José de Vasconcelos Azevedo Silva e Carvajal, João Carlos Massa, Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos, Jacinto António de Sousa. Tanto neste Projeto como nos Estatutos que vigoraram de 1852 a 1859, percebe-se com alguma facilidade que a nova agremiação, desde 1851 denominada Instituto de Coimbra, não cortava definitivamente os laços com a Academia mãe, o que significa que, embora os que idealizaram a separação tenham declarado de forma implícita que o exame e a crítica das obras dramáticas já não era, em verdade, a principal missão do Instituto, cujos horizontes se haviam expandido muito para além do teatro, esta nova academia estava em formação e a procurar assentar uma identidade, desde logo verbalizada (“cultivo das letras, das ciências e das artes”), mas ainda insegura.

A questão que se coloca é, pois, como é que de uma academia de âmbito restrito – o teatro e a literatura dramática – se gera uma academia de âmbito universal, uma verdadeira academia

científica, que se tornará uma das mais importantes de Portugal. Também aqui se adianta a presença da Universidade, de onde provinham os membros do Instituto. Naturalmente, quer alunos quer docentes pertenciam a diferentes Faculdades (Direito, Matemática, Filosofia, Medicina, Teologia), o que terá gerado uma necessidade de integrar numa mesma instituição as diferentes áreas do saber e de torná-la um apoio aos seus estudos. Por outro lado, o facto de o Instituto se ter inserido desde cedo no movimento periodístico permitiu-lhe abrir portas, precisamente, ao contributo de todos aqueles que pretendiam divulgar aí os seus trabalhos, não apenas a nível literário, mas também histórico, biográfico, jurídico, etc.

Para o objetivo de tentar estabelecer as razões que levaram o Instituto a declarar independência, dispomos ainda da perspectiva interna da Academia Dramática, por intermédio das atas do Conselho, respeitando aos anos de 1850-1857, que foram preservadas no Arquivo do Instituto de Coimbra. Por elas vemos que, nas sessões do Conselho, chegavam informações provenientes do Instituto Dramático, nomeadamente, propostas para a eleição de membros e cargos das classes de declamação, música, literatura e pintura, e, sobretudo, questões relativas à aprovação de peças para subirem à cena no Teatro Académico. Porém, em janeiro de 1850, o Conselho reprovava o atraso do Instituto na proposta de espetáculo e na elaboração de orçamento para a respetiva representação. Em outras ocasiões desse mesmo ano, o Conselho julga excessivas as despesas orçamentadas pelo Instituto, designadamente para a representação dos dramas *Lucrecia Bórgia* e *Teresa*. Talvez por isso o Conselho da Academia aguça o controlo sobre as despesas do Instituto: em sessão de 24 de novembro de 1850 é decidido enviar um ofício ao Instituto pedindo uma relação de tudo o que possuísse pertencente ao teatro; dois dias depois gera-se uma discussão sobre dois vales das contas do Instituto, por não estarem assinados pelo secretário do mesmo mas por outras pessoas.

Por outro lado, alguns membros do Conselho começavam a protestar contra o que diziam ser inércia do Instituto. Em sessão de 30 de dezembro de 1850, um académico, de apelido Brito, sugeriu que, “atendendo ao estado de indolência em que se achava o Instituto”, fosse nomeada “uma comissão que pudesse examinar os diferentes dramas e que fizesse a distribuição dos papéis”. Depois de discutida, a matéria ficou adiada, mas a proposta sugere bem um descontentamento com a atuação (ou falta dela) do Instituto.

Em 12 de janeiro de 1851, o Conselho recebe um ofício do presidente do Instituto solicitando uma resolução definitiva sobre os espaços destinados ao seu funcionamento, na sequência do qual decide que a secretaria do Instituto passe a funcionar na antiga secretaria. Estaria já a direção do Instituto a tratar de melhorar a sua acomodação para proceder à separação? No final desse mês, o Instituto pedia antes uma sala onde costumava realizar as suas sessões, contígua à da Assembleia Académica (outra associação que estava alojada no edifício – cf. Estatutos de 1849, art. 120), por ter

capacidade para acomodar as quatro secretarias das classes – este pedido foi rejeitado pelo Conselho. O drama que nessa altura o Instituto propôs ao Conselho foi por este adiado, considerando que a Academia não poderia naquele momento suportar as despesas associadas.

Entretanto, a própria Academia Dramática estava a discutir, através de uma comissão especial, a reforma dos seus Estatutos, onde se procurava um acréscimo de autoridade do Conselho no que respeita à produção dos espetáculos, tradicionalmente conferida ao Instituto. Em 15 de abril de 1851, novo ataque ao Instituto: Gonçalves de Freitas propõe “a criação de uma comissão interina encarregada de rever e corrigir os dramas que tivessem de ir à cena, visto que o Instituto estava como morto e completamente inativo”, o que o Conselho aprova de imediato, nomeando os membros dessa comissão. No dia seguinte, o Conselho acrescenta às competências da comissão o aprovar ou reprová-los os dramas a representar no Teatro da Academia. Provavelmente teriam razão os que acusavam de inatividade o Instituto, que nesta altura estava mais preocupado em se constituir em sociedade autónoma. Não obstante, o Instituto mantém por algum tempo as aparências: em novembro de 1851 envia ao Conselho os nomes propostos para a direção da Classe de Música, e questiona-o sobre a demissão do ensaiador e a razão pela qual não foi informado do orçamento do drama *Otelo*.

Até que, em 27 de dezembro de 1851, surgem na sessão do Conselho, enviados pelo Instituto, Henrique O’Neill e Luís de Carvajal, para dar parte do artigo 2º do Projeto de Estatutos do Instituto, que determina a independência desta associação de outra qualquer, e ao mesmo tempo assegura ao Conselho que o Instituto deseja manter as relações de amizade que sempre existiram entre ambos e se prontifica a prestar todo o auxílio à Academia Dramática. Não deixam, porém, de vincar que “a lei que até aqui vigorava tinha sido derogada pela aprovação do art. 2º do citado projeto de Estatutos”. O Conselho parece não entender de imediato o alcance da notícia, pois, na sessão seguinte, em 10 de janeiro de 1852, resolve perguntar ao Instituto se aquilo de que falam é uma associação diferente da que existia. Apesar disso, em 25 de janeiro, o Conselho acaba por consentir nomear uma comissão para discutir, a convite do Instituto, de que forma pode este colaborar com a Academia, em conformidade com o art. 4º dos novos estatutos (do Instituto, de 1852).

Por uma decisão tomada em sessão do Conselho de 28 de abril de 1852 se conhece que a Academia estava nesta data conformada com a separação, uma vez que recusa a proposta, endereçada pelo vice-reitor da Universidade, de se fundirem as três sociedades académicas então existentes, Filantrópica, Dramática e Instituto de Coimbra, com o fundamento de que cada uma tem diferentes fins – “a primeira de beneficência, a segunda de recreio e a terceira literária” – e os sócios não coincidem. O que se segue são disputas relativas à repartição do espaço no edifício, que era comum. Resta acrescentar que a Academia Dramática procurou, alguns anos mais tarde, recuperar

um Instituto semelhante ao anterior, para o que se publicou em 1859 um *Projeto para o restabelecimento do Instituto da Academia Dramática de Coimbra*, o qual, segundo J. Martins de Carvalho, “pouco efeito produziu, porque, com a ausência das pessoas que o tinham diligenciado, terminou de novo a sua existência” (*O conimbricense*, 6.4.1872).

Até essa data, pelo menos, o Conselho da Academia Dramática não deixara de lançar, na imprensa periódica, acusações ao Instituto, responsabilizando-o por contribuir para a decadência da Academia Dramática e do teatro em Coimbra, ao proclamar-se independente, e pouca coadjuvação ter prestado³. É de crer, além disso, que nem todos os associados do Instituto da Academia Dramática estivessem de acordo com a separação. É o caso, pelo menos, de João Correia Aires de Campos e Luís Albano de Almeida, segundo nos informa A. de Vasconcelos (*O Instituto*, 42: 336) – embora ambos se tenham tornado mais tarde sócios do Instituto de Coimbra.

³ Veja-se o Comunicado da Academia Dramática de Coimbra, tornado público em *O conimbricense*, a. 5, nº 505 (27 nov. 1858), do qual citamos as palavras que apontam o Instituto como causador da decadência da Academia: “Uma das causas principais deste deplorável estado foi sem dúvida a rebelião do Instituto da Academia Dramática, promovida há cerca de seis anos por alguns sócios, que, sem calcularem o alcance da reforma, e mirando somente à independência do Instituto, não fizeram mais do que criar uma nova entidade sobre as ruínas da anterior, de cujos despojos se assenhorearam, engodando a Academia Dramática com a promessa de lhe prestarem toda a coadjuvação científica e literária, e prometendo reunir-se em sessão pública para a discussão das peças dramáticas. Esqueceu-lhes, porém, e ainda bem, revogar os Estatutos da Academia Dramática na parte em que organizam o seu Instituto, que tem continuado a viver na lei fundamental. Até hoje esse novo Instituto de Coimbra, filho bastardo da Academia Dramática, não prestou a esta um único serviço; e ao cabo de 6 anos ainda não discutiu uma só peça dramática!”.

ESTATUTOS

O enquadramento legal da nova associação começa a ser preparado em 1851, com a aprovação de um “Projeto dos Estatutos do Instituto de Coimbra”, em sessão de 16 de março desse ano, editado pela Tipografia do Observador. A comissão que assina este Projeto é presidida por José Maria de Abreu, conta com João Carlos Massa como secretário, Luís José de Vasconcelos Azevedo e Silva Carvajal como relator, e ainda Jacinto Augusto de Santana Vasconcelos e Jacinto António de Sousa. Prevê desde logo não apenas a organização do Instituto mas também um conjunto de disposições que norteavam o seu funcionamento e que vieram de facto a formar o Regulamento. O que de imediato distingue a emergente associação é a sua finalidade, que o projeto haveria de marcar para toda a história do Instituto: o “progresso e aperfeiçoamento das Ciências, das Letras e das Belas Artes” (art. 1º). Por ela se demarcava do campo puramente artístico e literário da Academia Dramática. Todavia, nesta fase inicial, interessava deixar bem explícita a separação. Deste modo, o artigo 2º destina-se a salvaguardar a sua independência da Academia Dramática e de qualquer outra associação, dispondo-se embora a colaborar com aquela em assuntos científicos, literários e artísticos.

Desta fase provém a divisão em três classes, embora ainda não exatamente nos moldes em que assentaria nos estatutos definitivos (vd. art. 3º), bem como a categorização dos sócios em efetivos, correspondentes e honorários, tal como se manteriam na essência ao longo dos 150 anos de vida da instituição. Estava, também, prevista a publicação anual de um “Jornal de Ciências, Letras e Belas Artes” e das “Memórias” do Instituto de Coimbra, para além da proposta de assuntos em cada classe para discussão e apresentação de trabalhos. Como unidades de apoio, projetavam o funcionamento de uma biblioteca, um gabinete de leitura e uma tipografia. A menção à tipografia desaparece por completo depois deste Projeto, provavelmente por se tratar de um empreendimento oneroso que não se justificava, e também porque depressa se alcançou o suporte da Imprensa da Universidade.

De certa forma, este primeiro esboço da academia acusava ainda sedimentos da prática da academia mãe, em definições como a do artigo 39º, que estipula a realização de sessões públicas de cada classe pelo menos uma vez por mês, para nelas se discutir, entre outros assuntos, as peças que fossem submetidas à sua aprovação pela Academia Dramática. Outra nota a retirar deste Projeto é a prescrição de eleições anuais para a presidência, um período que se veio a alterar para dois anos, e assim se manteve por largas décadas. Também não voltarão a ser mencionados os prémios que a associação contava atribuir às melhores memórias apresentadas às classes, regulamentados no Título XI deste Projeto.

Em menos de um ano, os nomes dos responsáveis pela caixa legal da nova academia sofrem algumas mudanças. Com efeito, daquela comissão que preparou o primeiro projeto dos estatutos subsistem apenas os nomes de José Maria de Abreu, Luís José de Vasconcelos Azevedo e Silva Carvajal e Jacinto António de Sousa, que aprovam um outro Projeto, junto com Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, em 30 de dezembro de 1851, que se transmutaria na íntegra para os Estatutos passados quatro dias. Como verdadeiro documento sancionador do princípio da academia surge, então, estes Estatutos do Instituto de Coimbra, aprovados em sessão geral de 3 de janeiro de 1852 – data que se pode apontar como marcador inicial da existência da academia –, e impressos no mesmo ano. Preside a esta sessão Adrião Forjaz, o grande escultor que modela a academia emergente, o primeiro a assinar os Estatutos, secretariado por Francisco António Dinis e Jacinto António de Sousa. Sobre Adrião Forjaz se falará mais adiante, no capítulo relativo aos presidentes.

Com estes primeiros Estatutos, são essencialmente as linhas orientadoras da sociedade que se desenham, ficando os aspetos práticos da sua atividade relegados para um Regulamento que sairia à luz alguns meses depois. Depura-se o vocabulário para se erguer simplesmente a “cultura das Ciências, Belas Letras e Artes” como finalidade do Instituto. Para isso, servir-se-á dos seguintes meios: estudo e discussão de temas científicos, literários e artísticos, publicação de um jornal literário, estabelecimento de uma biblioteca e de um gabinete de leitura, outros meios que se venham a proporcionar (art. 2º). Estes são, pois, os meios estatuídos para o cultivo das ciências, das letras e das artes, que assim se mantiveram nas versões seguintes. A divisão das classes já se encontra mais precisa do que no projeto e sensivelmente na forma em que assentaria ao longo dos anos: 1ª Classe, Ciências Morais e Sociais; 2ª Classe, Ciências Físico-Matemáticas; 3ª Classe, Literatura, Belas Letras e Artes.

O que desviava estes Estatutos de uma redação duradoura era a referência ainda presente à Academia Dramática. Dentro do Título I, Organização do Instituto de Coimbra, o artigo 4º destina-se a salvaguardar a sua independência da Academia Dramática, embora continuando a oferecer colaboração a esta em assuntos científicos e literários. Depois, no Título II, relativo aos Sócios, o artigo 6º estipula que todos os sócios do Instituto da Academia Dramática sejam considerados sócios do Instituto de Coimbra, naturalmente classificando de efetivos os que residissem em Coimbra, e correspondentes os que residissem noutra localidade.

Dentro das condições para os sócios, os restantes artigos apresentam a base que seguem os Estatutos de 1859, que analisaremos com mais detenção. Nota-se apenas que, nos primeiros, o preço dos diplomas era igual para efetivos e correspondentes, depois, os efetivos passam a pagar mais. Quanto à Direção, a sua composição é aqui fixada para grande parte da existência do Instituto: um

Presidente, um Vice-Presidente, dois Secretários, um Tesoureiro e os três Diretores das Classes (artigo 16º).

Interessa, portanto, explorar com mais atenção os Estatutos de 1859 – que vêm reformar os de 1852 –, por duas razões: a primeira é que são estes os artigos em que assentou a atividade do Instituto de Coimbra ao longo da sua história, sofrendo apenas ligeiras alterações, de que daremos conta; a segunda é que são os primeiros estatutos que o Governo ratificou. Assim, foram inicialmente aprovados em sessão de 30 de março de 1859, assinados por Francisco de Castro Freire (presidente), José Maria de Abreu (vice-presidente e o mesmo que assina os projetos de 1851), António Bernardino de Meneses (1º secretário) e Albino Augusto Geraldes (2º secretário); aprovados por decreto de 26 de dezembro de 1859 e confirmados por carta régia de D. Pedro V a 30 de abril de 1860. Foram publicados pela Imprensa da Universidade em 1860.

Mantendo a “cultura das Ciências, Belas Letras e Artes” como finalidade do Instituto de Coimbra, alicerce de todo o edifício, bem como os meios previstos já em 1852 para cumprir esse objetivo e a mesma divisão tripartida das classes (Ciências Morais e Sociais, Ciências Físico-Matemáticas, Literatura, Belas Letras e Artes), eliminam adicionalmente toda e qualquer referência à Academia Dramática. Ou seja, doravante o Instituto percebe-se a si próprio como entidade plenamente autónoma, o processo de cisão estava cicatrizado, a nova academia estava consolidada.

Os sócios são, como vimos, categorizados em efetivos, correspondentes e honorários, segundo o artigo 4º, Título II. São flexibilizados os requisitos de admissão à classe dos efetivos. Deste modo, para tal são condições: ser indivíduo de “exemplar procedimento moral e civil”; oferecer uma memória original sobre algum dos ramos da classe a que pretenda pertencer com qualidade para ser inserida no jornal, ou ter prestado serviços às ciências, belas letras e artes, ou ter recebido diplomas de reconhecido mérito; e ainda possuir residência em Coimbra. Excetuando este último ponto, os candidatos a sócio correspondente deveriam possuir as mesmas condições (art. 6º). Quanto aos sócios honorários, teriam que ser eleitos de entre sábios nacionais e estrangeiros; ou sócios efetivos e correspondentes que se houvessem distinguido pelas suas publicações e bons serviços feitos ao Instituto por um tempo mínimo de 10 anos.

Os sócios efetivos, bem como os restantes sócios que se encontrassem em Coimbra, tinham o direito de votar e ser votados para cargos do Instituto, assistir e tomar parte nas sessões, receber um exemplar do jornal do Instituto, usufruir da biblioteca e do gabinete de leitura, publicar os seus textos no mesmo jornal, depois de aprovados. É importante notar que o artigo 10º prescreve que os sócios correspondentes passem a efetivos após três meses de residência em Coimbra, uma vez que esta disposição explica muitas variações na classificação de sócios, especialmente no período

oitocentista. No caso de se encontrarem fora de Coimbra, o direito que assistia aos sócios honorários e correspondentes era o de publicar os seus textos no jornal do Instituto, depois de aprovados (art. 11º).

No capítulo das obrigações, verificamos maior diferenciação entre correspondentes e efetivos. Estes últimos tinham como deveres o pagamento de uma prestação anual, não superior a 4\$800 réis, servir bem os cargos do Instituto, desempenhar as comissões que lhes fossem atribuídas (art. 12º). Quanto aos correspondentes, deviam simplesmente informar a academia dos trabalhos científicos, literários e artísticos que produzissem, e igualmente desempenhar os serviços que lhes fossem incumbidos (art. 13º). Difere também o preço a pagar como joia na receção do diploma: para os sócios efetivos era de 2\$400 réis, para os correspondentes de 1\$200 réis (art. 14).

Outra disposição importante tem a ver com a constituição da Direção, que seria composta, de acordo com o artigo 16º, de um Presidente, um Vice-Presidente, dois Secretários, um Tesoureiro e os Diretores das Classes. Competia-lhe regular todos os trabalhos do Instituto e administrar os seus fundos (que integravam as prestações dos sócios efetivos, a importância das joias de entrada, as receitas do jornal e do gabinete de leitura, donativos, legados, etc.), dando conta da sua gerência em assembleia geral. Segundo o artigo 18º, a Direção seria eleita em sessão geral de dois em dois anos, exceto os Diretores das Classes, que seriam nomeados pelas respetivas classes.

No que se refere a condições de funcionamento específicas, são os regulamentos que instituem os modos de procedimento. Desde 1852, vigorava um Regulamento Provisório que seria, afinal, mantido durante aproximadamente oito anos. A sua configuração é, no entanto, bastante distinta do Regulamento Interno aprovado em 1860. Vejamos, pois, o Regulamento Provisório do Instituto de Coimbra, aprovado em sessão da Direção de 21 de novembro de 1852. Ao seguirmos as suas divisões, verificamos que enquadra o *modus operandi* nas secções: Sessões do Instituto, Direção, Mesa, Classes, Presidente e Vice-Presidente, Secretários, Diretores das Classes, Tesoureiro, Admissão dos Sócios, Admissão dos Sócios Honorários, Sessões do Instituto e das Classes, Gabinete de Leitura e Jornal do Instituto. Ou seja, este documento regula, em síntese, os sócios, as sessões, a direção, a biblioteca e a revista desta academia. O Regulamento de 1860 aplica-se igualmente a estes itens, mas apresenta uma disposição diferente.

Segundo o regulamento de 1852, no que diz respeito às sessões, no princípio de dezembro de cada ano realizar-se-ia a sessão de abertura do Instituto, que deveria iniciar pela leitura do relatório anual da gerência literária e administrativa da Direção (art. 4º). Note-se que este relatório chegou a ser publicado algumas vezes n' *O Instituto*, nestes anos iniciais. Essa sessão de abertura serviria também, entre outras coisas, para a eleição da Direção, por escrutínio secreto (art. 8º). Na verdade,

este Regulamento não poderia ser senão provisório, uma vez que ainda previa que as classes, em sessão pública, discutissem as peças submetidas pela Academia Dramática ao exame da Classe de Literatura. Por outro lado, previa também, nesse tipo de sessões, a discussão de assuntos literários, científicos e artísticos, de acordo com cada classe (art. 24º), o que de facto se verificou nos primeiros anos de vida do Instituto.

Não será ocioso observar que, no caso de impedimento do presidente, seria o vice-presidente a substituí-lo (art. 10º), uma vez que tal prescrição permitiu que, em algumas ocasiões, o vice-presidente ascendesse à presidência (por exemplo, Francisco de Castro Freire). Ainda no que se refere à Direção, os regulamentos estabelecem reuniões ordinárias mensais e extraordinárias quando pedidas por algum dos seus membros (art. 11º), porém, os registos históricos indiciam que nem sempre foram tão frequentes as reuniões. Entre as funções que o Regulamento adscrive à Direção, indo para além das disposições gerais dos Estatutos, estão as de tomar conhecimento das propostas para sócios e remetê-las às respetivas classes; examinar e aprovar em novembro o relatório e contas a ser apresentado na sessão de abertura; nomear anualmente um sócio para bibliotecário e diretor do gabinete de leitura; ou ainda admitir os assinantes do mesmo gabinete (arts. 12º e 13º).

Este Regulamento instituiu uma espécie de subsecção da Direção, a Mesa, composta pelo presidente e pelos dois secretários, atribuindo-lhe funções particulares, nomeadamente, “executar as deliberações do Instituto e da Direção”, receber mensalmente as contas do tesoureiro e enviá-las trimestralmente à Direção, regular a administração económica do jornal, fazer expedir os diplomas dos sócios, nomear e despedir os empregados (a saber, um guarda do gabinete e biblioteca, com funções adicionais de cobrador, e um porteiro), entre outras (arts. 20º e 21º).

Depois de discriminar as competências de cada membro da Direção (Títulos V a VIII), descreve o processo de admissão de sócios, normalmente com origem numa proposta apresentada por escrito à Direção por qualquer sócio, acompanhada das provas literárias exigidas pelos Estatutos, após o que a Direção haveria de decidir em escrutínio secreto (“por esferas brancas e pretas”) se a proposta estava em termos de ser submetida à classe competente. Em caso afirmativo, a proposta era remetida ao diretor da classe, e por este enviada a uma comissão específica do tema da prova. Esta teria que dar o seu parecer por escrito no prazo de dez dias, declarando “se as provas oferecidas são habilitação literária suficiente para a admissão de um candidato ao Instituto” – depois do que se votaria este parecer, em escrutínio secreto (art. 47º). Se a primeira votação fosse favorável, procedia-se na mesma reunião a segunda votação para admissão definitiva do novo sócio, a qual se daria com uma maioria de votos relativa à metade dos sócios efetivos da classe nesse momento residentes em Coimbra. De imediato o 1º secretário do Instituto devia participar ao novo sócio a sua eleição, o qual teria que solicitar o diploma no prazo de dois meses, se efetivo, ou quatro meses, se correspondente.

Quanto aos sócios honorários, o artigo 54º estipula que as propostas para estes sejam feitas perante a Direção como as dos restantes e por esta submetidas à aprovação do Instituto em sessão solene. No caso da promoção de sócios efetivos e correspondentes a honorários, é requerida uma proposta motivada e por escrito de três sócios efetivos, em conferência particular da sua classe, enviada a uma comissão de cinco membros tirados à sorte, para dar o seu parecer, que depois é discutido e votado (art. 56º).

Por último, daremos conta das definições deste Regulamento de 1852 para o gabinete de leitura e o jornal. Pelo artigo 74º, “Além dos sócios do Instituto, haverá também assinantes de Gabinete para a leitura dos jornais políticos e literários”, cuja admissão se fazia pela Direção sob proposta por escrito de qualquer sócio do Instituto, lida e votada em sessões diferentes⁴. Os assinantes do gabinete pagariam uma prestação mensal, que um regulamento próprio viria estabelecer⁵. O jornal, que também veio a ser contemplado com regulamento próprio⁶, seria da responsabilidade de uma redação atribuída a uma comissão composta pelos diretores das classes e seis membros eleitos (dois por classe). A administração económica do jornal era da responsabilidade da Direção, que tinha, além disso, a incumbência de aprovar anualmente o programa do jornal, depois de ouvidas as classes (arts. 78º e 79º).

Acrescente-se apenas que este Regulamento Provisório é assinado por Francisco José Duarte Nazaré (presidente), Alexandre Meireles do Canto e Castro (secretário), José Júlio de Oliveira Pinto (secretário interino), Bernardo de Serpa Pimentel (diretor da Classe de Ciências Morais e Sociais), Florêncio Mago Barreto Feio (diretor da Classe de Ciências Físico-Matemáticas) e José Maria de Abreu (diretor da Classe de Literatura, Belas Letras e Artes).

O Regulamento Interno aprovado em sessão da Direção de 21 de novembro de 1860 vem publicado nesse ano junto com os Estatutos de 1859. É assinado pelo presidente Francisco de Castro Freire, por Adrião Forjaz (vice-presidente), José Maria Batista Calisto (diretor da 1ª Classe), José Ferreira de Macedo Pinto (diretor da 2ª Classe), António Vitorino da Mota e António Vieira de Meireles (secretários). Nele se começa por precisar as categorias de sócios, dividindo os correspondentes em nacionais e estrangeiros, e esclarecendo que nenhuma das categorias tem número fixo, ao contrário do que acontecia em determinadas academias. Deste modo, uma parte dos correspondentes, designadamente os estrangeiros, não precisava de pagar o diploma, tal como já acontecia com os honorários. É possível que, nos anos iniciais, os mentores não pensassem ainda na

⁴ Terá havido realmente propostas deste tipo por escrito? Se houve, nenhuma se conservou no presente Arquivo do Instituto.

⁵ Ver capítulo Biblioteca.

⁶ Ver capítulo *O Instituto*.

captação de membros estrangeiros, o que no entanto se veio em breve a verificar, e por isso houve necessidade de legislar nesse sentido.

Uma outra novidade neste Regulamento é a formalização de mais dois postos a juntar aos anteriores, os dois Vice-Secretários (art. 5º). São também formalizados os cargos de cada classe: um Diretor, um Vice-Diretor, um Secretário e um Vice-Secretário, eleitos anualmente pela respetiva classe, nos mesmos moldes da Direção do Instituto. Precisam-se de igual modo os cargos da Biblioteca e Gabinete: estes teriam um Diretor especial e um Vice-Diretor, nomeados anualmente pela Direção. Este Regulamento refere a existência de funcionários contratados para trabalhar para a instituição, a saber, um guarda e um ajudante do Gabinete, um cobrador e um amanuense, cujos vencimentos seriam estipulados pela Direção. Os lugares seriam preenchidos por concurso de 8 dias, mediante prestação de provas (art. 14º).

Também a organização interna das classes se torna aqui mais clara, passando da forma de comissões para a de secções especiais, três em cada uma das classes. Assim, a 1ª Classe comportaria a secção de Ciências Morais, a secção de Jurisprudência e a secção de Ciências Económicas e Administrativas; a 2ª Classe incluiria as secções de Ciências Matemáticas, Ciências Histórico-Físicas e Medicina; a 3ª Classe abarcaria as secções de Literatura, Literatura Dramática e Belas Artes. Todo este Capítulo VI revela uma conceção dinâmica do trabalho das classes, que em breve se perderia, refletindo-se no Regulamento de 1877, como veremos. Com efeito, estão regulamentados, em 1860, os procedimentos a seguir dentro das classes no que se refere à escolha de matérias para palestras literárias, programas de cursos, memórias, pareceres das secções, etc. Tratava-se de atividades que na altura se realizavam com certa regularidade e que se associavam naturalmente ao funcionamento das classes. Se há ainda uma réstia de contacto com a Academia Dramática, ela materializa-se no art. 36º deste Regulamento de 1860: “Quando agrade ao Conselho da Academia Dramática, a Classe de Literatura estudará e reverá quaisquer peças que o mesmo Conselho lhe remeta, ouvida por escrito a competente secção, e debatida a consulta em sessão pública, merecendo-o o objeto”. A ligação às origens ficava ainda patente pela criação de uma secção inteiramente dedicada à literatura dramática, no seio da 3ª Classe.

De seguida, o Regulamento esclarece as funções dos membros da Direção. Segundo o art. 37º, ao Presidente compete: convocar, dirigir e presidir os trabalhos da Mesa, Direção e Assembleia Geral; autorizar as guias de receita e as ordens de pagamento; officiar aos sócios honorários a sua admissão, junto com o diploma; rubricar todos os livros da secretaria; assinar as resoluções; representar o Instituto junto das autoridades superiores. Quanto aos secretários, o que este regulamento avança em relação ao provisório de 1852 é a distinção clara entre as funções do 1º e as do 2º Secretário, como se pode verificar nos artigos 39º a 43º, sendo que ambos receberiam o apoio

do amanuense nas tarefas administrativas e contabilísticas. Quanto ao tesoureiro, apenas se menciona que “recebe e paga por conta do Instituto, respondendo pelas somas que lhe forem confiadas”, devendo entregar quatro balanços trimestrais por ano, e o saldo, ao findar as funções.

Depois de ordenar os preceitos relativos à Contabilidade (Capítulo IX), o Regulamento remete para a admissão dos sócios, começando por adiantar que compete à Assembleia Geral do Instituto (art. 58º). Observam-se alterações na formalização das propostas. Estas haveriam de ser endereçadas à Direção, por escrito, motivadas e datadas, assinadas pelo menos por dois sócios no caso de efetivos e correspondentes nacionais, por quatro (entrando alguns dos diretores) no caso de correspondentes estrangeiros e honorários. O fundamento da proposta podia consistir em memória oferecida, diplomas académicos, serviços relevantes às letras, artes ou ciências, ou publicações de mérito (art. 59º). Apenas no caso dos diplomas académicos seria a proposta, depois de aceite pelos membros da Direção, enviada de imediato à Assembleia Geral, nos outros casos ela é primeiro submetida ao parecer da classe competente e só depois, se o voto for favorável, remetida à Assembleia Geral.

Nesta, ao ser lido o processo, “poderá qualquer dos sócios verificar, durante a sessão, se porventura se observaram plenamente as devidas formalidades; e exigir, [quando] postergadas, o seu prévio cumprimento” (art. 68º). Se não forem levantadas dúvidas quanto à regularidade do processo, realiza-se a votação nas propostas de sócios efetivos e correspondentes. Para sócios honorários, elege-se uma comissão de no mínimo cinco membros não pertencentes à Direção nem à secção da classe que avaliou a proposta, que deve escrever uma conclusão, votada depois sem prévia discussão, após o que o candidato fica admitido ou adiada⁷ a proposta (art. 70º). É importante sublinhar que este processo denota relevantes modificações em relação ao estipulado em 1852, como, por exemplo, a votação em Assembleia Geral, não indicada no Regulamento Provisório.

Possivelmente porque o regulamento do jornal estava a ser preparado, ele já não é objeto deste Regulamento, ao invés do que acontece no de 1852. Sendo assim, o último capítulo do Regulamento de 1860 é destinado ao Gabinete e à Biblioteca, o qual trataremos na secção que lhes é destinada.

Antes de se efetuarem alterações aos Estatutos de 1859, já este Regulamento era substituído por um outro, aprovado em sessão da Direção de 18 de julho de 1877, publicado nesse ano junto com os Estatutos, sendo estes os mesmos de 1859. Aquele é assinado pelo presidente Francisco de Castro Freire, por Luís da Costa e Almeida (vice-presidente), Augusto Filipe Simões (1º secretário),

⁷ Que era a forma eufemística – “adiada” – de dizer que a proposta fora rejeitada.

António José Gonçalves Guimarães (2º secretário), José Frederico Laranjo (2º vice-secretário), Raimundo Venâncio Rodrigues (tesoureiro), António dos Santos Pereira Jardim (diretor da 1ª Classe), José Epifânio Marques (diretor da 2ª classe) e Abílio Augusto da Fonseca Pinto (diretor da 3ª Classe). Não traz mudanças substanciais, apenas ligeiras alterações, de que procuraremos dar conta.

As eleições para os cargos das classes passam a ser de dois em dois anos (antes eram anuais), o mesmo acontecendo com a nomeação dos diretores do gabinete e biblioteca. Outros pontos se alteram neste Capítulo II: os cargos deixam de ser inacumuláveis (art. 8º) e o prazo para suspensão de atividades por motivo de impedimento passa para seis meses (antes eram 3 meses), findos os quais se fará nova eleição para o cargo, tal como em caso de morte ou renúncia motivada. Os funcionários a empregar pelo Instituto são aqui algo distintos do estipulado no Regulamento de 1860. Agora, menciona-se um guarda e um ajudante com funções de cobrador e, em casos excepcionais e temporariamente, um amanuense (art. 11º). Há uma maior contenção, portanto, reveladora de eventuais dificuldades financeiras. Os dois Vice-Secretários não são parte da Direção, mas podem substituir os Secretários.

Desaparece a figura da Mesa, de modo que as funções da Direção resultam da fusão e simplificação das anteriores funções da Direção e Mesa. Destacam-se as formulações: ativar a vida literária do Instituto, deliberar sobre a assinatura de jornais e compra de livros, nomear o diretor e o vice-diretor do Gabinete de Leitura; e, por outro lado, pequenas alterações em relação a 1860, por exemplo, é retirada a função de designar as composições aprovadas nas classes a serem lidas em Assembleia Geral, deixa de ser prescrita a publicação n' *O Instituto* dos balancetes, passa a ser de dois em dois anos, e não anualmente, a prestação de contas da sua gerência económica à Assembleia Geral.

No capítulo relativo às classes, verifica-se que, talvez em virtude da experiência adquirida, são fixados em três os membros de cada secção dentro das classes, enquanto anteriormente se apontava um número “nunca menor de três” (art. 30º). A distribuição das secções da Classe de Literatura altera-se substancialmente, devido à criação da Secção de Arqueologia, que passa assim a figurar junto das secções de Literatura, e Belas Letras e Artes. Competia às secções emitir parecer sobre as propostas de sócios que lhes fossem enviadas; serem consultadas a respeito de qualquer objeto científico-literário do domínio da respetiva classe, ou mesmo de outra classe, se necessário. Ou seja, relativamente às comissões elencadas nos regulamentos de 1852 e 1860, desaparece a função de votar por escrito sobre os programas para os cursos de leitura, uma vez que, na prática, parece que não se realizavam desde há alguns anos.

Outra pequena diferença a assinalar tem a ver com a admissão de sócios: o parecer da secção deixa de ser votado dentro da classe para ser imediatamente enviado à Direção do Instituto. Quanto ao resto, não se acrescentam grandes mudanças e, onde as houver, serão registadas em capítulo específico.

Em 1882, surgem as primeiras alterações aos Estatutos de 1859, afetando os artigos 3º, 5º, 8º, 9º, 13º, 14º e 20º. Vejamos em que consistem. Os termos acrescentados ao artigo 3º destinam-se a consagrar estatutariamente (já o havia sido em regulamento) a existência da Secção de Arqueologia, como anexa à 3ª Classe. O artigo 5º adiciona mais uma possibilidade para admissão de sócio (efetivo/correspondente), a saber, ter publicado algum trabalho impresso de distinto merecimento – o que facilitava a entrada no Instituto. No artigo 8º surge a descrição de um novo distintivo a abrigar os direitos dos sócios efetivos e honorários (art. 9º), a saber, uma medalha identificativa da sua qualidade, que poderiam usar em atos públicos e sociais. Esta medalha é de prata dourada, de forma circular, ostentando de um lado “Instituto de Coimbra 1852” no centro de uma cercadura de louro, e do outro uma figura de Minerva com a legenda “Auro pretiosior”, usando-se suspensa de um duplo colar de prata dourada, pendente sobre o peito. O artigo 13º e o 14º acrescentam um dever aos de sócio correspondente, assinar o jornal do Instituto (recorde-se que estes não pagavam quota anual); e ainda tabelam o preço da joia para correspondente no mesmo valor do efetivo, 4\$500 réis. São estas duas medidas que, de forma clara, se destinam a assistir financeiramente o Instituto. Por fim, a salvaguarda necessária, inserida num artigo transitório após o artigo 20º, a de que a obrigação de assinar o jornal se aplicaria apenas aos correspondentes nacionais eleitos de futuro.

Foram estes estatutos aprovados nas assembleias gerais de 4 e 7 de junho de 1882, confirmados por alvará do Governo Civil de Coimbra, em 20 de dezembro de 1882, e publicados em 1883. Com os estatutos se encontrava um novo Regulamento aprovado em sessão da Direção de 11 de abril de 1883 e assinado por Francisco de Castro Freire (presidente), João Jacinto da Silva Correia (vice-presidente), António de Assis Teixeira de Magalhães (1º secretário), Adriano Xavier Lopes Vieira (2º secretário), Augusto Mendes Simões de Castro (1º vice-secretário), Abílio Augusto da Fonseca Pinto (2º vice-secretário), Júlio Augusto Henriques (tesoureiro), António dos Santos Pereira Jardim (diretor da 1ª Classe), Luís da Costa e Almeida (diretor da 2ª Classe) e Miguel Osório Cabral de Castro (diretor da 3ª Classe).

Comparando com o Regulamento de 1877, vemos que as alterações não são substanciais. Esclarece que os correspondentes estrangeiros não são obrigados a assinar o jornal (como resulta dos Estatutos de 1882), que o guarda de que fala o artigo 11º é guarda do Gabinete de Leitura, que

também na Direção (não só na Assembleia Geral e nas classes) as votações são válidas pela maioria absoluta dos presentes (art. 17º). Regressa neste Regulamento o órgão denominado Mesa, composto pelo Presidente e pelos dois Secretários da Direção, competindo-lhe executar as decisões desta. No âmbito do processo de eleição de sócios, precisa-se em pelo menos dois os diretores necessários para assinar uma proposta de correspondente estrangeiro ou de honorário (art. 47º).

A maior quantidade de alterações reside neste Capítulo IX, Da entrada e saída dos sócios. Há uma nova redação da parte relativa ao momento de aceitação da proposta pela Direção e o seu envio à Assembleia Geral. Continua a vigorar a regra do trânsito direto das propostas fundamentadas em diplomas académicos (art. 50º). Mas, quando motivada por qualquer outro dos fundamentos aceites, “o Presidente da Direção, sem que preceda apresentação em classe, remeterá a proposta com os documentos a um relator especial designado por ele” (art. 51º). Por sua vez, o relator dará o seu parecer sobre o mérito do proposto e sobre o valor dos seus escritos e trabalhos científicos ou literários, e remetê-lo-á ao diretor da respetiva classe, para que este o faça chegar à secção competente, que deve aprová-lo ou rejeitá-lo, e, no caso de aprovado, enviá-lo à Direção do Instituto. Se for favorável o parecer da secção, a proposta é apresentada à Assembleia Geral (art. 52º).

Terão ocorrido, por outro lado, situações de incumprimento por parte dos sócios correspondentes, a que este Regulamento pretende pôr cobro, como se observa na reformulação das disposições relativas à comunicação de eleição. Segundo o art. 58º, aos sócios correspondentes nacionais é enviado um exemplar dos Estatutos e Regulamento Interno do Instituto (para que fiquem bem cientes das suas obrigações, por certo), e não lhes será conferido diploma sem que primeiro assinem o jornal e paguem a joia de 4\$500 réis.

Há novamente uma passagem que evoca a elevada mobilidade das categorias de efetivo e correspondente, quando, no artigo 61º, se mantém, por um lado, a declaração de que os sócios efetivos que deixarem de residir em Coimbra passam a correspondentes, mas, por outro lado, se acrescenta que os sócios efetivos só serão dispensados das obrigações inerentes a essa categoria depois de reclamarem passagem para a classe de correspondentes – ou seja, no fundo, a passagem de uma a outra categoria não é completamente automática. De resto, não encontramos outras alterações dignas de nota neste Regulamento de 1883. Saliente-se, sim, que este foi o último regulamento geral elaborado pelo Instituto. As edições de 1896, 1899, 1904 e 1917 repetem os Estatutos de 1859 com as alterações aprovadas em 1882 e o Regulamento aprovado em 1883.

Apenas os Estatutos vieram a ser modificados. Primeiro num breve acrescento decidido em Assembleia Geral de 25 de julho de 1921, destinado a criar as categorias de sócio benemérito e protetor (art. 4º). Consideram-se sócios beneméritos “os cidadãos portugueses ou estrangeiros que

contribuírem para os fundos do Instituto com quantia não inferior a um conto (mil escudos)”; e sócios protetores os que contribuísem com uma quantia mínima de dez mil escudos. Como teremos oportunidade de verificar, por esta altura, surgem de facto alguns sócios nestas categorias, que realizaram importantes donativos ao Instituto, mas que acabariam por se reduzir a um pequeno número.

Em 1938, são publicados os Estatutos reformados, assentes na base de 1859, com alterações para além daquelas aprovadas em 1882 e 1921. Foram publicados em *Diário do Governo* de 19 de abril de 1938, com despacho do Ministro da Educação Nacional, António de Faria Carneiro Pacheco, em 31 de março de 1938, com assinaturas de Francisco Miranda da Costa Lobo, Anselmo Ferraz de Carvalho, Diogo Pacheco de Amorim, António Gomes da Rocha Madahil, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, José Pinto Loureiro e Amadeu Ferraz de Carvalho. As modificações que apresenta são, em grande parte, de caráter terminológico, por exemplo, a substituição de “jornal literário” por “revista literária e científica” (art. 2º), que se adequava melhor à realidade. Na organização das classes deixa de ser mencionada a Secção de Arqueologia – pois esta, com a transferência do Museu, praticamente se apagou.

Mas há, também, modificações de maior substância, a começar pelo Capítulo II, onde desaparece das condições de admissão a sócio efetivo a posse de residência em Coimbra (art. 5º), equiparando-o, neste aspeto e por consequência, aos sócios correspondentes. Nas condições de elegibilidade de sócio honorário passa a constar uma outra opção, no caso da subida de categoria de efetivos e correspondentes, a de praticar atos relevantes de benemerência (art. 7º). Deixa de existir a categoria de protetor, mantendo-se, todavia, a de benemérito, atribuída a “pessoas que prestem ao Instituto assinalados atos de benemerência” (art. 8º).

A redação dos direitos dos sócios encontra-se bastante modificada, com a criação de um artigo para direitos gerais de todos os sócios (art. 9º): usar a insígnia do Instituto (antes era reservada aos efetivos e honorários), fazer publicar os seus escritos, receber um exemplar da revista (sendo que os estrangeiros teriam que a pagar). Deste modo, os direitos dos sócios efetivos acabam por ficar inalterados, bem como os de todo e qualquer sócio que se encontrasse em Coimbra. Nestes Estatutos, os deveres dos sócios efetivos e correspondentes convergem num só artigo (13º): pagamento da joia de 25\$00, de uma só vez, antes da entrega do diploma, e da prestação semestral de 25\$00; servir bem os cargos ou missões que lhes fossem incumbidos; informar o Instituto dos trabalhos científicos e literários que houvessem produzido.

Os estatutos de 1938 inserem um novo capítulo, Insígnias académicas, que essencialmente repete o disposto no art. 8º dos Estatutos de 1882 no que diz respeito à medalha. Adiciona a hipótese

de usar uma miniatura da medalha na lapela (art. 17º) e descreve as características da bandeira do Instituto (art. 19º).

Pela primeira vez se estabelecem alterações na composição da Direção do Instituto: em vez de dois Secretários passa a ter quatro, os restantes cargos permanecem idênticos. Na enumeração das fontes de receita do Instituto passa a constar a venda da insígnia (colar e miniatura da medalha). Uma derradeira mudança de fundo refere-se à forma autorizada para aprovar novas alterações aos Estatutos: deixa de ser necessária uma maioria absoluta dos sócios efetivos existentes nesse momento em Coimbra, bastando apenas uma maioria (simples), segundo o art. 26º. Registe-se, finalmente, o último artigo, que estipula a publicação na revista da lista dos sócios atuais, eliminando os que, por não cumprirem as disposições estatutárias, perdessem essa qualidade. Essa lista deveria ser atualizada e publicada anualmente, mas, na prática, não foi cumprida a disposição.

Os últimos Estatutos que o Instituto de Coimbra conheceu datam de 1966, ano em que foram reformados em Assembleia Geral (10 de novembro), durante a presidência de Diogo Pacheco de Amorim, aprovados por despacho ministerial de 26 de abril de 1967, publicado em *Diário do Governo* de 12 de maio do mesmo ano. São identificados os nomes dos 35 sócios efetivos que assinaram a proposta de reforma, cuja lista vem publicada. A redação destes Estatutos é de tal forma distinta que se impõe uma análise prevalentemente autónoma. Logo de início, a definição da instituição toma outro aspeto. O 1º artigo declara que “o Instituto de Coimbra é uma academia científica e literária fundada em 1852 que tem por fim o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes e designadamente a valorização da cultura portuguesa”, precisando em seguida que a sua sede se situa em Coimbra, em edifício da Universidade a esse fim exclusivamente destinado, e que é dotado de personalidade jurídica.

Embora, no essencial, os meios enumerados para cumprir a sua finalidade se mantenham idênticos, a forma de os dizer é diferente: realização de sessões de estudo, conferências, colóquios e exposições; publicação da revista *O Instituto* (finalmente intitulada nos Estatutos, quando estava já mais do que consagrada), das memórias e de outros trabalhos dos sócios, assim como de outras obras que valorizem a ciência e a cultura portuguesa; organização e funcionamento de uma biblioteca e de um gabinete de leitura (na verdade, a designação e o próprio estabelecimento de gabinetes de leitura já caíra em desuso); outros que as circunstâncias permitam e aconselhem (art. 2º). O artigo 3º simplifica e atualiza a organização das classes, em consonância com a evolução das disciplinas do saber: agrupa todas as Ciências na 1ª Classe, transporta as Letras para a 2ª Classe e isola as Artes na 3ª Classe, mantendo a hipótese da divisão em secções de cada uma delas e remetendo o seu funcionamento para os respetivos regulamentos (de que não temos conhecimento de qualquer um).

A origem dos fundos próprios do Instituto mantém-se quase inalterada, com a reserva da inclusão de subsídios, refletindo a efetiva concessão destes por parte do Estado. Quanto às insígnias, deixa de constar a bandeira, mas, para além da medalha, colar e miniatura, refere-se também um selo branco, formado pelo anverso da insígnia do Instituto circundado pela legenda “Instituto de Coimbra, 1852” (art. 5º).

A categorização dos sócios substitui a designação de honorários por eméritos, porém, na prática, tal mudança não teve efeitos. A caracterização deste tipo de sócios, de resto, mantém-se semelhante. Todavia, nas duas restantes categorias o conceito é novo. Em primeiro lugar, propõe-se a fixação do número de sócios efetivos (do qual não obtivemos qualquer indicação), uma vez que a sua caracterização já nada tem a ver com a residência em Coimbra. Pode-se dizer que o primeiro patamar é o de sócio correspondente. Para lá chegar, cumpre preencher estas condições: 1º ser indivíduo de merecimento científico, literário ou artístico, revelado pela obtenção de graus académicos de distinto mérito ou por trabalhos realizados; 2º oferecer uma memória original sobre algum dos ramos da classe a que pretenda pertencer, a qual deve ter qualidade para ser inserida na revista, ou apresentar alguma das suas obras (art. 7º). No patamar acima estão os sócios efetivos, como membros de pleno direito, como se depreende do artigo 8º: “Os sócios efetivos são propostos pela direção, de entre os sócios correspondentes nacionais. Excecionalmente, a direção poderá propor para sócios efetivos altas personalidades nacionais ou pessoas que se encontrem nas condições de serem admitidas como sócios correspondentes”.

Aos efetivos e aos eméritos nacionais cabem direitos específicos, que lhes conferem verdadeira participação na gestão da academia: votar e ser votado para cargos do Instituto; votar as propostas de admissão de sócios; apreciar e votar o relatório e contas apresentado pela Direção; propor e votar as alterações dos estatutos. Naturalmente, possuem também os direitos gerais de todos os sócios, que são, por conseguinte, os únicos que cabem aos correspondentes: usar a insígnia do Instituto; fazer publicar os seus escritos, depois de aprovados pela comissão de redação da revista e pela Direção do Instituto; assistir às sessões e participar nelas; utilizar a biblioteca, o gabinete de leitura e as salas da sede social, de acordo com os regulamentos; receber as publicações regulares do Instituto (art. 10º).

Em contrapartida, os deveres específicos dos sócios efetivos são em maior número. Para além dos deveres comuns com os correspondentes, isto é, o pagamento da quota e informar o Instituto dos

trabalhos científicos, literários ou artísticos que tenham produzido, compete-lhes servir bem os cargos ou missões que lhes forem incumbidos e participar com assiduidade nas sessões do Instituto⁸.

A composição da Direção conhece também uma nova aparência: mantêm-se um Presidente, um Vice-Presidente, os três Diretores de Classe e um Tesoureiro, passa a incluir apenas um Secretário, ao qual se vêm juntar dois Vogais. O seu exercício será agora de três anos, depois de eleita em assembleia do Instituto, segundo lista proposta pela Direção cessante ou por um mínimo de 15 sócios eméritos ou efetivos, exceto os Diretores das Classes, que seriam designados do modo descrito em regulamento próprio. Se entendesse necessário, a Direção poderia nomear um secretário adjunto para desempenhar parte das funções do Secretário, com a possibilidade de remuneração (art. 13º).

Embora não sejam substancialmente distintas, vale a pena enumerar as funções da Direção, tal como as estabelecem os Estatutos de 1967: “regular os trabalhos do Instituto e administrar os seus fundos, e designadamente: ativar a vida cultural do Instituto; superintender na publicação da revista e de outros trabalhos”, escolhendo para esse efeito uma comissão de redação; “nomear o diretor da biblioteca e gabinete de leitura; administrar os rendimentos; dirigir os trabalhos da assembleia e fazer executar as suas resoluções; prestar contas anuais à assembleia e relatar, no fim de cada ano, a vida cultural do Instituto”; “propor a admissão dos sócios e as quotas a pagar pelos sócios efetivos e correspondentes nacionais; conhecer e julgar as infrações dos sócios; contratar e despedir os empregados” (art. 14º).

Cabe também à Direção promover por meio de regulamentos a execução dos Estatutos e velar pelo seu cumprimento. Desconhecemos, porém, a existência de regulamentos deste período. Estariam ainda os antigos a ser seguidos? Por exemplo, os procedimentos relativos às propostas de sócios, nesta altura, parecem ser simplesmente os mencionados nestes Estatutos: sem mais, a Direção propõe (entende-se que por sua iniciativa ou por sugestão de outros sócios) a admissão de sócios em assembleia geral (art. 6º), tal como vem depois confirmado nas funções da Direção (art. 14º).

Por fim, as Disposições Gerais e Transitórias contêm preceitos, afinal, de grande relevo, porque ajudam a explicar situações reais. O artigo 19º e último prescreve que, enquanto não forem aprovados os regulamentos internos das classes, os diretores de classe são nomeados pela Direção do Instituto, e isso acaba por se tornar uma disposição mais efetiva do que transitória. Interessa também destacar o artigo precedente, que afirma que os atuais sócios honorários e beneméritos conservam a sua qualidade e direitos, e que se poderão considerar sócios correspondentes, segundo estes estatutos, os sócios efetivos que tenham perdido essa qualidade por falta de cumprimento de disposições dos

⁸ Ao que indicam os registos documentais, nomeadamente, confrontando os avisos, as datas da realização e mesmo notícias da imprensa, era comum o adiamento das sessões por falta de comparência de número suficiente de sócios.

antigos estatutos. Finalmente, o artigo 17º, cujo conteúdo aparece pela primeira vez no aparelho regulamentar do Instituto, revelar-se-á de extrema importância. Através dele, os autores destes estatutos pretendem acautelar uma eventual desorganização da academia: “No caso de dissolução, os bens do Instituto de Coimbra serão integrados no património da Universidade de Coimbra”. Haveria já um qualquer pressentimento nos espíritos destes sócios? Em todo o caso, foi este artigo 17º que permitiu, com a extinção do Instituto, a transferência da sua biblioteca e arquivo para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 2006.

CLASSES

Ao constituir-se como academia direcionada para os diferentes ramos do saber, o Instituto de Coimbra organizou-se conceptualmente em três classes, que serviram para exprimir os domínios de interesse da sua atuação. Foram elas a Classe de Ciências Morais e Sociais (1ª Classe), a Classe de Ciências Físico-Matemáticas (2ª Classe) e a Classe de Literatura, Belas Letras e Artes (3ª Classe). Apenas com os últimos Estatutos, de 1966, se reconfigurou esta organização, simplificando a divisão nas Classes de Ciências, de Letras e de Artes, o que, no fundo, conserva o conteúdo, apenas modificando a forma. Assim, os sócios eram convidados a inscrever-se em uma, duas ou até as três classes, consoante a(s) especialidade(s) que exerciam.

Na prática, o funcionamento das classes destinava-se a cumprir determinadas tarefas como a avaliação de propostas de sócios, a emissão de pareceres sobre diversas questões, participar na redação do jornal, em geral, uma melhor arrumação de pessoas e matérias de acordo com a área a que pertenciam. Sendo a finalidade do Instituto o cultivo das ciências, das letras e das artes, parece, à primeira vista, que as classes enunciadas se desviam um pouco daquela formulação. Na realidade, apenas exprimem a vastidão do conceito de “ciências”, procurando agrupá-las em duas séries. Além disso, as ciências e a literatura dominam, em verdade, a vida do Instituto, cabendo às artes menor expressão, embora não desprezível.

No período inicial, as classes exerciam forte presença na dinâmica interna da academia, revelando acima de tudo uma grande motivação para dar cumprimento à discussão de temas científicos, literários e artísticos. Vejamos como e o que fez cada uma das classes.

Classe de Ciências Morais e Sociais (1ª)

As primeiras comissões eleitas dentro da Classe de Ciências Morais e Sociais compunham-se de três membros cada uma. A de ciências morais incluía Adrião Forjaz, Luís de Vasconcelos Carvajal e António Bernardino de Meneses; a de jurisprudência formou-se com Frederico de Azevedo Faro Noronha e Meneses, Levi Maria Jordão e João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens (o célebre político que ficaria conhecido por Mártens Ferrão); a de ciências económicas, por último, integrava Vicente Ferrer Neto Paiva, Carlos Ramiro Coutinho e José Júlio de Oliveira Pinto Moreira. Note-se que muitos destes nomes faziam parte de outra(s) classe(s) do Instituto, e alguns pertenciam ou vieram a pertencer à sua Direção.

Um dos feitos de maior relevo desta classe foi a elaboração dos programas dos cursos de leitura que funcionaram na década de 1850. Esses programas, publicados no volume 1 d’*O Instituto*, foram apresentados em sessão da classe de 9 de janeiro de 1853, um sobre liberdade de comércio,

por José Júlio de Oliveira Pinto Moreira; outro sobre o princípio da entidade e sua aplicação às ciências morais e sociais, por João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens; e outro sobre as relações entre o espírito e o corpo, por Levi Maria Jordão. As respectivas comissões examinaram estas propostas, aprovaram-nas e remeteram-nas à Direção do Instituto⁹.

No mês seguinte, a classe adotava doze temas para discussões, memórias e (futuros) cursos de leitura:

1. Qual a maneira de melhorar o sistema de impostos e qual a influência que o imposto progressivo poderá ter neste melhoramento
2. Inconvenientes da intervenção dos governos no sistema de bancos
3. Quais os meios mais próprios de estabelecer o crédito agrícola, pela criação de bancos rurais
4. Influência da descentralização administrativa e centralização política no estado atual de Portugal
5. Influência do elemento céltico na Península Ibérica
6. Conveniência do sistema penitenciário entre nós
7. Influência do estudo do Direito Romano na civilização moderna
8. Influência dos vínculos e morgados na organização civil da família
9. A filosofia positiva de Auguste Comte e sua crítica
10. Necessidade de um curso completo de filosofia como preparatório para os estudos universitários
11. Qual a influência das doutrinas cranioscópicas na ciência penal
12. Influência do racionalismo nas ciências teológicas.

Como se vê, as matérias jurídicas dominavam as propostas dos sócios desta classe. E foi, precisamente, dentro deste campo que se desenrolou a primeira sessão pública de discussão, em março de 1853. Nesta, José Júlio de Oliveira Pinto Moreira, Luís de Vasconcelos Carvajal, Mártens Ferrão, Levi Maria Jordão e Ricardo Guimarães apresentaram os seus pontos de vista sobre as vantagens e conveniência do sistema penitenciário entre nós (tema 6). O volume 2 d'*O Instituto* (p. 22) inclui um resumo dos discursos.

No ano seguinte, novos argumentos se vieram juntar aos que ficaram por tratar daquele lote de doze, indicados por vários sócios. Segundo o que permanece registado no Livro de Atas desta classe (sessão de 30 de dezembro de 1854), praticamente todos os primeiros temas ficaram por desenvolver. Não obstante, sobre a mesa surgiram mais os seguintes:

⁹ Cf. capítulo Cursos.

1. Do elemento religioso em Portugal e sua influência na civilização deste país
2. Da nobreza em Portugal e sua influência na nossa civilização
3. Vestígios do sistema feudal na nossa legislação
4. História da enfiteuse em Portugal
5. História dos vínculos em Portugal
6. Da família e, em especial, se podem os fins desta instituição melhorar
7. Da codificação, suas vantagens e inconvenientes e princípios que a devem dirigir
8. Exame crítico e comparativo dos princípios em que assentam a escola histórica e a filosófica
9. História da sociedade familiar entre os romanos
10. Valor jurídico das diversas constituições dos bispados de Portugal, indicação das reformas principais, tendo em vista a uniformidade das disposições e a sua harmonia com as atuais instituições
11. Da educação e sustentação do clero português
12. Jurisdição espiritual da Igreja com relação à sua natureza e ao Direito português
13. Exame filosófico do sistema político municipal
14. Meios de tornar a magistratura administrativa apta a preencher a sua missão
15. Sobre o contencioso administrativo e conflitos de jurisdição entre as autoridades administrativas e judiciárias
16. Meios de melhorar a instrução primária, tanto pelo que diz respeito aos métodos de ensino como pelo que toca às habilitações dos professores
17. É possível e de que modo a existência de uma instituição que torne efetivas as obrigações recíprocas entre as nações?
18. Vantagens das associações agrícolas e meios de as promover e organizar
19. Sistema de colonização para as nossas possessões ultramarinas
20. Será conveniente, independentemente dum cadastro regular, estabelecer entre nós um registo para todas as transações que se efetuarem sobre bens de raiz? E, sendo-o, como deve organizar-se e quais deverão ser os seus efeitos jurídicos?
21. Quais os princípios que devem dirigir a reforma da nossa legislação hipotecária
22. Da propriedade considerada como instituição civil e política, segundo a legislação portuguesa
23. Quais os princípios supersticiosos dos romanos e conexos com as suas instituições políticas especiais, que como tais são em si mesmas e nos seus efeitos inaplicáveis entre nós?
24. Juízo crítico do Código Penal Português
25. Sobre o melhor sistema penitenciário e modo de o estabelecer entre nós

26. Do júri, sua história, organização na Inglaterra, França e Portugal, e meios de o melhorar

27. Num Código de Processo Civil deve admitir-se indistintamente a prova testemunhal? As escrituras públicas devem influenciar a forma e rapidez do processo?

28. Quais foram as descobertas mais importantes para a civilização do género humano depois de Sócrates até aos nossos dias? Qual foi a influência destas no século em que apareceram? Qual a sua importância relativa?

29. A filosofia da história é uma criação quimérica da razão humana ou tem fundamento na natureza física e moral do homem? A teoria social de Kant aperfeiçoada por Krause é verdadeira?

30. A filosofia alemã é diversa das das outras nações da Europa? Se o é, em que consiste essa diferença? Se o não é, como harmonizar os termos empregados pelas diversas escolas de filósofos, de forma que nesta ciência não haja mais termos do que ideias nem mais ideias do que termos?

31. Sobre o Instituto das Rodas¹⁰ entre nós

32. Sobre o proletariado em Portugal.

Ideias para debater e objetos de estudo não faltavam, portanto. Com a aglomeração de um tão alto número de assuntos, tornou-se necessário formar comissões para deliberarem sobre quais os temas mais apropriados para discussões e memórias. Os sócios mantinham o direito, no entanto, de solicitar a discussão dos não escolhidos, e de continuar a propor novos argumentos. Na realidade, o processo acaba por ficar enredado neste círculo vicioso de proposta e de seleção de temas, que afinal resulta pouco produtivo. A suspeita confirma-se logo nas sessões seguintes, de 15 e 18 de fevereiro de 1855, que servem simplesmente para a leitura e discussão dos referidos pareceres, questionando-se, inclusive, o modo como foram redigidas as proposições.

Decidiram, por fim, iniciar os debates com o tema: “A carta de lei de 29 de julho de 1854, relativa à moeda, estará em harmonia com os princípios da ciência e com o estado atual e o futuro provável do comércio dos metais preciosos?”. Deste não encontramos testemunhos, mas, em contrapartida, do debate do tema da influência do clero na sociedade foi publicado o discurso de António Aires de Gouveia, então aluno de Direito e mais tarde bispo e ministro, no volume 5 d’*O Instituto* (p. 253). Sabemos também que um dos candidatos à admissão de sócio, António de Paula Couceiro, escolheu o tema da influência da revelação dos crimes na sociedade para a memória que ofereceu como prova (sessão de 19 de fevereiro de 1857).

A Classe de Ciências Morais e Sociais tinha, tal como as restantes, a responsabilidade de participar na redação do jornal, na parte científica que lhe cabia. Para isso, elegia de entre os seus

¹⁰ A Roda dos Expostos, isto é, o método seguido para o abandono de recém-nascidos em instituições de caridade, um tema muito debatido no século XIX. Vejam-se, por exemplo, os artigos publicados no vol. 11 d’*O Instituto*, “A exposição de enjeitados” (p. 143) e “Os enjeitados” (p. 279).

sócios os redatores para a parte de Ciências Morais e Sociais e avaliava quais os trabalhos com mérito para serem publicados. Cada classe contribuiu também para a formação da coleção do Gabinete de Leitura, sugerindo títulos de periódicos com qualidade e pertinência para esse efeito. Entre os jornais estrangeiros propostos pela Classe de Ciências Morais e Sociais, constam *L'ami de la religion*, *L'univers* e *La civiltà cattolica*.

Os registos das sessões da classe vão escasseando, muito por incúria dos secretários, que deixam de elaborar as atas (se é que as sessões se mantêm com regularidade). De facto, no Livro de Atas desta classe, na folha correspondente à sessão de 30 de março de 1859, vem expressamente declarado que “não se tem lançado neste livro as atas das sessões da classe”, o que, aliás, veremos repetir-se nas restantes classes.

No princípio de 1860, uma nova lista de temas propostos para discussão é registada, repetindo alguns deles os de 1854 (cf. *O Instituto*, 10: 69):

1. A centralização administrativa, como se observa entre nós, tende a desenvolver ou a entibiar a atividade individual e social?
2. A união ibérica será possível e conveniente, sem que sofra a nacionalidade?
3. Qual a origem e a influência, no Estado e na Igreja, do beneplácito?
4. Convirá que se aprove o pensamento do Código Civil (Projeto), segundo o qual é livre ao foreiro remir o foro? Como resguardar o direito de propriedade sem deixar de libertar o solo?
5. Adotado um Código Civil, convirá conservar no quadro dos estudos jurídicos o do Direito Romano? E, na afirmativa, dentro de quais limites?
6. Quais os meios a efetivar para, sem molestar o tesouro público, se conseguir melhor e mais copiosa difusão de luzes educativas e instrutivas nas classes menos abastadas da sociedade?
7. A organização atual do nosso clero, quanto à sua instrução, meios de subsistência e origem destes, influência na moralidade e ensino, não instará urgente reforma?
8. A instrução pública deve estar sujeita ao Governo? E a particular? Mediata ou imediatamente? Na forma ou na substância?
9. Qual dos dois princípios deve predominar, o princípio da intervenção ou o princípio das nacionalidades?
10. Qual a origem lógica da sociedade?
11. A Igreja tem direito a adquirir bens de raiz?
12. Qual a natureza das ciências morais?
13. É possível, e de que modo, a existência duma instituição que torne efetivas as obrigações recíprocas entre as nações?
14. Sistema de colonização para as nossas possessões ultramarinas

15. A filosofia da história é uma criação quimérica da razão humana ou tem fundamento na natureza física e moral do homem?

A escolha recaiu, no entanto, sobre os pontos que uma comissão nomeada previamente considerou mais pertinentes:

1. A vinculação dos bens de raiz na família, considerada absolutamente, é uma instituição democrática ou aristocrática? Entre a completa desvinculação e o sistema de substituições temporárias, conforme à atual legislação inglesa, por qual optar?

2. Qual o meio de obstar mais eficazmente ao progressivo aumento dos crimes e de reprimir as tendências desmoralizadoras entre nós?

3. Qual o processo a perfazer para se dar a melhor representação nacional?

Sendo assim, o primeiro destes argumentos teve debate em sessão pública de 4 de fevereiro de 1860, no qual intervieram Adrião Forjaz, que havia sido o proponente, Aires de Gouveia, Dias Ferreira, Jaime Constantino Moniz, Manuel Emídio Garcia e Firmino de Magalhães. No ano seguinte, discutia-se, igualmente em sessão pública, o tema 5: “Se adotado um Código Civil, conviria conservar no quadro dos estudos jurídicos o do Direito Romano? Na afirmativa, dentro de quais limites?”. Recorde-se que, naquele momento, o Código Civil Português estava a ser preparado e viria a ser aprovado em 1867. Em sessões de 20 e 23 de fevereiro de 1861, tomaram a palavra Emídio Garcia, Alexandre Meireles, António da Costa Lobo, Delfim Ferreira, Augusto Barjona de Freiras, Jaime Constantino Moniz e António João de França Bettencourt.

Entretanto, tinham sido levantados outros cinco temas, formulados por Emídio Garcia:

1. Será possível e conveniente a criação e realização efetiva duma língua universal no trato científico? (Note-se que o mesmo tema foi proposto na Classe de Literatura.)

2. Qual será o futuro do Direito Comercial a respeito do Direito Civil? Permanecerão eternamente separados e distintos? Ou aquele tende a tornar-se a regra geral, até absorver este?

3. A separação entre o Direito e a Moral será possível na prática, racional e útil em teoria? Essa separação será a observância ou a violação duma lei natural e humanitária? Que nos diz o Direito, que nos diz a Moral, qual o futuro da ciência na solução teórica e prática deste problema?

4. Estarão hoje bem determinadas em sua natureza extrínseca e intrínseca as ideias fundamentais da ciência económico-social?

5. As ideias e teorias de Bastiat, Dunoyer, Coquelin e doutros contemporâneos serão um erro ou um progresso científico comparadas com as de Quesnay, Turgot, Pierre du Pont de Nemours, Smith e Jean-Baptiste Say? Que pensar dos trabalhos da nossa Academia Real das Ciências sobre este assunto?

E escolhidos dois para discussão, mas provavelmente em reuniões fechadas, conforme se lê no Livro de Atas, sessões de 2 de março de 1861 – onde se decidiu que, provisoriamente, os resumos das sessões não fossem publicados n’*O Instituto* – e 18 de abril de 1861 – onde se marcou uma “conferência secreta” para discutir o tema escolhido anteriormente. Os selecionados foram a questão da centralização administrativa e a relação da instrução pública e particular com o Governo.

Verifica-se também uma frequente intervenção da classe no julgamento das provas de admissão de sócios e de obras oferecidas ao Instituto, como aconteceu, por exemplo, com o estudo de Francisco Maria Veiga intitulado *Elementos de Direito Internacional* (1873). A partir de 1862, porém, apenas subsistem informações da composição dos órgãos diretivos e das secções da classe. Em 1873 há uma retoma, mas de curta duração. Exprime-se esse renascer na preparação de conferências, visível em todas as classes.

No âmbito das Ciências Morais e Sociais, diversos sócios manifestaram interesse em integrar o programa. Fernando de Melo propôs-se falar sobre a missão do médico na sociedade, Augusto Carneiro sobre a filosofia positiva, Luís Jardim sobre o meio de resolver a crise atual da Europa que se traduzia nas greves e no antagonismo entre o capital e o trabalho, Cândido de Figueiredo sobre estudos orientais. Para além destes, José Frederico Laranjo, Manuel Emídio Garcia e Júlio Marques de Vilhena revelaram a intenção de participar¹¹.

Ainda em março de 1873, surgem outras três proposições aprovadas para palestras literárias:

1. Será conveniente a Portugal conservar o padroado do Oriente?
2. Quais os métodos seguidos pela escola económica e pela escola socialista, e qual o legítimo na determinação das leis económicas?
3. No estado atual da sociedade, quais as condições em que deve ser permitido o sufrágio?

A segunda destas questões foi abordada por José Frederico Laranjo (proponente) em sessão de 8 de maio de 1873.

O facto de vários sócios pertencerem a mais do que uma classe e, dentro de cada classe, circularem pelas secções, poderá ter estado na origem de uma pequena rebelião dos membros desta Classe de Ciências Morais e Sociais, ocorrida em março de 1873. O sócio Coutinho Garrido propôs – tal como mandavam os Estatutos – a subdivisão da classe em secções – uma vez que, em fevereiro, apenas tinha sido eleita a direção da classe, mas não os membros das secções. A proposta foi, no entanto, rejeitada com o fundamento de que todos os afiliados da classe se consideravam ao mesmo tempo membros de cada secção. Garrido insistiu que a resolução lhe parecia contrária ao artigo 30º do Regulamento Interno do Instituto; foi discutida a questão, tomando parte José Joaquim Fernandes

¹¹ Cf. capítulo Conferências.

Vaz (diretor da classe), Miguel Osório, Augusto Carneiro e Júlio de Vilhena, saindo confirmada a decisão. Apenas Mendonça Cortês declarou em ata estar de acordo com Garrido. Contudo, o certo é que, em janeiro de 1875, com novo diretor da classe, Manuel Emídio Garcia, já se realizaram eleições para a constituição das três secções prescritas.

Classe de Ciências Físico-Matemáticas (2ª)

Esta classe teve como primeiro diretor Florêncio Mago Barreto Feio, lente da Faculdade de Matemática, e secretário o já por diversas vezes nomeado Jacinto António de Sousa, que em breve sairia para integrar a Direção do Instituto. A classe incorporava muitos dos nomes mais influentes da academia: José Teixeira de Queirós Almeida de Moraes Sarmiento, António Augusto da Costa Simões, Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, Francisco de Castro Freire, Raimundo Venâncio Rodrigues, Jerónimo José de Melo, etc.

De imediato, na sessão de abertura de 15 de janeiro de 1853 apresentaram uma dúzia de temas para discussões e memórias, que vão desde a agricultura à astronomia e à medicina. Em concreto, propuseram estudar:

1. Se a moléstia das videiras é produzida pelas mesmas causas que a das batatas e quais os meios de a remediar
2. Estado da nossa mineração, causas da sua decadência e meios de a restaurar
3. Influência das circunstâncias geográficas, geológicas e químicas na organização do homem e dos animais
4. Organização do ensino agrícola em Portugal
5. História dos progressos da medicina, cirurgia e farmácia em Portugal
6. Efeitos nocivos da cultura do arroz e meios de a melhorar, em relação à saúde pública
7. Higiene específica dos indivíduos dedicados ao estudo
8. Coleção da legislação pátria relativa à medicina legal e ao exercício da medicina, cirurgia e farmácia, comparada com a das nações cultas
9. Teoria da visão
10. Caminhos de ferro hidráulicos e suas principais vantagens
11. Canalização do Mondego
12. Explicação dos fenómenos particulares aos eclipses totais do Sol.

Pedia-se, pois, aos sócios da classe que se debruçassem sobre estas questões e que relatassem as suas conclusões da forma conveniente. No entanto, os dados disponíveis parecem demonstrar que, de todas, esta foi a classe que menos se empenhou na prossecução dos estudos propostos. Ainda se ponderou a conveniência de seleccionar, daqueles doze, os temas que seriam objeto de discussões

públicas da classe, porém, não temos notícia de qualquer consequência. Surgem, sim, elementos que atestam a atividade da classe na avaliação de provas para admissão de sócios, como foi o caso de Francisco António Alves, no começo de 1854.

Em 11 de março de 1855, a comissão de ciências médicas, de que faziam parte Jerónimo José de Melo, João António de Sousa Dória e Francisco António Alves, aprova quatro tópicos para discussão, todos eles distintos dos de janeiro de 1853:

1. Programa ou bases duma topografia médica em cada municipalidade, de modo que estes trabalhos, pela sua uniformidade, possam de futuro dar elementos para uma topografia médica em cada distrito administrativo e seguidamente em todo o reino

2. Programa ou bases para a publicação regular de estatísticas patológicas nos hospitais que sirvam de elementos para uma estatística patológica de todos os hospitais do reino

3. Esboço dum plano de reforma dos estudos secundários e superiores, dando o desenvolvimento devido aos ramos de ciências industriais em harmonia com o espírito e tendências do século

4. Estudos preliminares de Biologia como introdução a um curso de Fisiologia Geral.

No entanto, após esta decisão sucede a mesma interrupção nas atas comum às três classes, com a retoma a 30 de março de 1859, onde é eleito diretor José Ferreira de Macedo Pinto, realizando-se duas semanas mais tarde a distribuição das comissões. Note-se que, nesta classe, ao contrário das outras duas, todos os sócios são distribuídos pelas três comissões, de ciências matemáticas, de ciências físicas e de ciências médicas, em vez de conterem apenas três elementos cada uma. Todavia, no ano seguinte, de acordo com os novos estatutos, foram obrigados a reduzir para três o número de membros das comissões.

João José de Mendonça Cortês apresentou aqui uma proposta semelhante ao que foi adiantado na Classe de Literatura: o recurso aos manuscritos da Biblioteca da Universidade como fonte de estudos inéditos. Aprovada a proposta, foram constituídos José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmiento, António de Carvalho Coutinho e António de Oliveira Silva Gaio em comissão competente.

Em novembro de 1859, é planeada uma longa lista de pontos para discussão:

1. Qual a verdadeira diferença entre o ensino nas escolas e o ensino nas faculdades?
2. Reforma dos estudos médicos em Portugal e em particular o projeto de Caetano Beirão
3. Reforma das Faculdades de Ciências Físico-Matemáticas
4. Determinar os meios conducentes ao aperfeiçoamento físico e moral do povo português
5. Qual a opinião da classe acerca da homeopatia
6. Determinar qual o melhor sistema de ventilação

7. Mostrar qual o valor da frenologia
8. Convirá reformar o estudo da mecânica racional, começando pela dinâmica?
9. Haverá verdadeira diferença entre a mecânica racional e a aplicada?
10. Causas prováveis das auroras boreais e influência que possam produzir nos telégrafos elétricos
11. Discussão dos fenómenos meteorológicos e aerolíticos
12. Influência da cultura do arroz na salubridade pública
13. Nas circunstâncias em que se acha atualmente o país, quais serão os meios mais adequados para melhorar o estado deplorável da nossa indústria florestal?
14. À vista dos últimos trabalhos de Sainte-Claire Deville, o que se deverá julgar a respeito do futuro do alumínio na indústria europeia?
15. A teoria do plano invariável no sistema planetário poderá vir a ter alguma utilidade prática para as necessidades futuras da astronomia?
16. Os satélites de Júpiter têm movimento de rotação cujo período seja igual ao do movimento de revolução em volta do seu planeta?
17. Será útil estabelecer em Coimbra um observatório meteorológico? Sendo-o, será preciso construir um edifício apropriado para esse fim, ou poderão fazer-se as observações em algum dos já existentes?
18. A questão da explicação dos fenómenos da fermentação poderá dar-se por completamente decidida com as últimas experiências de Pasteur?
19. A opinião de Brito Capelo acerca da origem dos cometas terá alguma plausibilidade?
20. Os telégrafos elétricos de Breguet são imperfeitos por muito complicados
21. A máquina de Atwood cede em perfeição à de Morin – as leis da queda dos corpos pela primeira não devem ser rigorosas
22. A lei da eletricidade dinâmica deve ser verificada
23. A explicação usual dos fenómenos elétricos é pouco racional e deve ser banida
24. A experiência para demonstrar a causa da eletricidade estática deve ser verificada
25. As leis deduzidas da experiência de Coulomb devem ser demonstradas com um aparelho mais perfeito
26. Se as leis da eletricidade dinâmica são verdadeiras é fácil utilizá-las para prevenir o choque de comboios e para se conhecer nas estações principais a marcha do comboio em toda a linha
27. A direção dos balões atualmente é impossível
28. Que importância têm as experiências feitas modernamente com o curare em relação à teoria fisiológica da irritabilidade muscular?

29. Qual é em Coimbra o lugar com melhores condições higiénicas para a abertura de novas ruas?

Uma comissão nomeada posteriormente selecionou os temas 12, 13 e 14, mas resolveu-se desde logo começar por discutir os três primeiros pontos.

Sendo assim, em sessão de 11 de janeiro de 1860, realizada no salão do Teatro Académico (Colégio de São Paulo), sob a presidência de José Ferreira de Macedo Pinto, secretariado por Augusto Filipe Simões e Filipe do Quental, estando presentes sócios das três classes e pessoas convidadas, foram discutidos os temas: diferenças entre o ensino nas escolas e o ensino nas faculdades, associado à questão da reforma do ensino superior, concretamente na proposta de Caetano Beirão relativa aos estudos médicos e na reforma das faculdades de ciências físico-matemáticas. Intervenientes na discussão foram António José Teixeira, António Aires de Gouveia, A. Silva Gaio, Firmino de Magalhães e Joaquim Augusto Simões de Carvalho (vd. *O Instituto*, 8: 405). Prosseguiu em 28 de janeiro a discussão da memória de Beirão sobre a reforma dos estudos médicos. Neste dia, tomaram a palavra Silva Gaio, Costa Simões, António Aires de Gouveia, Jaime Constantino Moniz, Firmino de Magalhães e Filipe do Quental. No geral, todos concordaram na oposição à transferência da Faculdade de Medicina para Lisboa, defendendo acerrimamente a sua manutenção em Coimbra.

Uma nota de destaque desta classe é o facto de estar associada à admissão de vários dos primeiros sócios estrangeiros do Instituto. Em dezembro de 1860, avaliou a candidatura de três espanhóis a honorários: Francisco de Paula Marques, capitão de fragata da marinha espanhola, diretor do Observatório de S. Fernando em Cádiz; António d'Aguilar y Vela, lente catedrático e diretor do Observatório da Universidade de Madrid; Manuel Rico e Sinobas, lente catedrático da mesma universidade e diretor do Observatório Meteorológico. Em janeiro e fevereiro de 1861, avaliou as candidaturas de Joseph James Forrester, empresário vitivinícola inglês radicado em Portugal; Pedro Felipe Monlau, da Academia de Medicina e Cirurgia de Barcelona; e Pedro Matta, catedrático de Medicina Legal e de Toxicologia na Universidade de Madrid.

Quanto ao resto, acha-se “grande omissão no livro de atas”, como fez questão de escrever o próprio secretário em 3 de janeiro de 1861. Sabemos ainda que, em 18 de janeiro de 1862, o diretor da classe, Jerónimo José de Melo, propôs a discussão dos temas:

1. Na instrução primária oficial, qual o sistema mais económico que o Governo pode adotar para ter melhores professores?

2. Na Universidade e escolas de ensino superior, por que forma se pode estabelecer a conveniência no ensino com maior progresso para as ciências e melhor garantia para os deveres do professor?

3. Qual será a organização mais vantajosa dos estudos médicos em Portugal nos pontos de vista da saúde pública e aperfeiçoamento da ciência?

Até 1863 surgem apenas notícias da aprovação de sócios e da constituição dos corpos da classe. De 1864 a 1872, aliás, de forma idêntica às restantes classes, interrompe-se a atividade ou, pelo menos, o seu registo. Na retoma, em fevereiro de 1873, é eleito diretor da classe António Augusto da Costa Simões, que havia experimentado uma passagem infeliz pela Direção do Instituto. Nesta classe, nenhum dos sócios se inscreveu para apresentar conferências (vd. Livro de Atas, sessão de 29 de março de 1873). No entanto, Inácio Rodrigues da Costa Duarte realizou uma preleção em sessão da classe a 2 de dezembro de 1874, sobre “A vantagem da ressecção dos ossos sobre as amputações na continuidade ou contiguidade dos membros”, auxiliando a exposição com dois casos práticos (vd. *O Instituto*, 19: 241).

Não sabemos se as sessões se efetuaram de quinze em quinze dias, nem se o controlo dos assistentes se fez por meio de bilhetes, como era intenção declarada dos órgãos de gestão da classe, mas sabemos que se prolongaram as discussões científicas. No ano seguinte, já sob a direção de António dos Santos Viegas, ocuparam duas sessões a debater a questão “Será a erisipela uma febre eruptiva?” (16 e 23 de janeiro de 1875). Para além do proponente do tema, José Epifânio Marques, os sócios Augusto António da Rocha, Fernando Matoso dos Santos e Vicente Urbino de Freitas expuseram os seus pontos de vista (vd. *O Instituto*, 20: 106, 152).

Até à reconstituição das classes, em 1896, poucas notícias subsistem da Classe de Ciências Físico-Matemáticas, para além da eleição bianual dos cargos internos.

Classe de Literatura, Belas Letras e Artes (3ª)

Se da 1ª Classe partiram os programas, foi desta 3ª Classe que saiu o regulamento para os cursos de leitura oferecidos pelo Instituto em 1853. A comissão especial designada para o efeito, composta por Joaquim Augusto Simões de Carvalho, João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens e Henrique O’Neill, apresentou em sessão particular de 7 de novembro de 1852 a sua proposta de regulamento, seguidamente enviada à Direção e por esta aprovada em 28 de novembro.

Das comissões prescritas pelo Regulamento de 1852, as primeiras nomeadas dentro desta classe ficaram assim constituídas: para a de literatura entraram Adrião Forjaz, Luís de Vasconcelos Carvajal e António Bernardino de Meneses; para a de belas letras António Inácio Coelho de Moraes, Bernardino Joaquim da Silva Carneiro e Henrique O’Neill; para a de belas artes António Nunes de Carvalho, Alexandre Meireles do Canto e Castro e José Teixeira de Queirós Almeida de Moraes Sarmiento.

Na primeira sessão anual de abertura, a 9 de janeiro de 1853, o diretor da classe, José Maria de Abreu, pronunciou um discurso, referindo-se às dificuldades iniciais do Instituto e aos esforços da Classe de Letras para as obviar, bem como ao estado das letras em Portugal. Endereçando-se à plateia, José Maria de Abreu catequizou: “A vossa missão, senhores, é concorrer para a grande obra do nosso adiantamento literário, exercitando a crítica com severa imparcialidade, e procurando criar e difundir o gosto das letras pátrias, por vossos escritos, por vossas discussões científicas, e sobretudo pelo vosso exemplo” (*O Instituto*, 1: 206).

Seguindo esta linha, foram na mesma sessão apresentados doze temas para discussões, memórias e cursos de leitura desta classe no ano de 1853. São eles:

1. Necessidade de instrução literária e científica do sexo feminino
2. Estado atual da literatura dramática em Portugal
3. Influência do romance na família e na sociedade
4. Decadência das línguas antigas e das humanidades entre nós, e meio de as restaurar
5. Apreciação das obras e serviços feitos à literatura nacional pelo Cardeal D. Francisco de S. Luís Saraiva¹²
6. Exame crítico do método de leitura repentina¹³
7. Monumentos sepulcrais de Coimbra
8. Relação entre arquitetura, escultura, poesia e pintura
9. Época da invenção da pintura a óleo e sua influência sobre os progressos da arte
10. Classificação dos diferentes géneros de ópera, acompanhada do resumo histórico da sua origem e época de introdução no teatro português
11. Caracteres das escolas de música alemã, francesa e italiana
12. Classificação e caracterização dos diferentes géneros de declamação.

Vamos ver que, afinal, só dois destes temas se tornaram objeto de discussão, o terceiro e o quarto. O debate do tema “Influência do romance na família e na sociedade”, o primeiro escolhido, estendeu-se pelos meses de fevereiro e março de 1853, com intervenções de Mártens Ferrão, Luís de Vasconcelos Carvajal, Alexandre Meireles do Canto e Castro, Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, Levi Maria Jordão, C. Coutinho, Ricardo Guimarães e Vicente Ferrer (vd. *O Instituto*, 2: 11-12).

Entretanto, em sessão de 19 de fevereiro de 1853, José Maria de Abreu propunha a nomeação de duas comissões: uma de cinco membros para examinar os principais monumentos de arquitetura

¹² *O Instituto* viria a publicar, nos volumes 9 a 11 (1860-1863), uma série de “Cartas do eminentíssimo Cardeal Saraiva, D. Fr. Francisco de S. Luís”.

¹³ Trata-se de um método de instrução primária propagado por António Feliciano de Castilho, gerando importante discussão, que as páginas d’*O Instituto* ecoam.

existentes em Coimbra, junto com a designação da época da sua fundação e outras notícias históricas; outra de três membros para examinar as principais obras de pintura existentes em Coimbra, com um juízo crítico sobre o seu mérito e escola, notícia histórica da época e nomes dos seus autores. Tal nomeação só poderia ser feita em reunião particular da classe, e não sabemos se chegou a ser feita, mas sabemos que o património e a cultura conimbricense se elevaram a constante preocupação desta classe.

Só voltamos a ter notícias em 30 de dezembro de 1854, numa sessão em que o discurso do presidente da classe denuncia que se haja atravessado uma certa estagnação. Com efeito, José Maria de Abreu encorajava a apresentação de pontos para memórias e discussões “que dessem lustre à corporação quer docente quer discente (...) como as que, dois anos há, se travaram eruditas e instrutivas sobremaneira para esta mocidade que se vota à carreira das letras” (*O Instituto*, 3: 243). Apelava-se, pois, aos sócios para enviarem novos temas, até porque, na opinião de Castro Freire, alguns dos primeiros já não tinham interesse. Apesar de tudo, os sócios presentes mostraram disposição para debater matérias literárias, e houve também quem lembrasse a necessidade de o Instituto apoiar a construção de um monumento à memória de Almeida Garrett, recentemente falecido.

Foram realmente apresentados novos assuntos, contudo, a classe acabou por escolher debater um dos iniciais, designadamente, a decadência no estudo das humanidades e os meios de a remediar. Em abril e maio de 1856 procedeu-se, pois, à discussão deste tema, com intervenções de Sebastião de Carvalho, Alexandre Meireles do Canto e Castro, Marquês de Sousa Holstein, António Aires de Gouveia, Adriano Machado e Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Estas sessões eram públicas e admitiam a entrada de não sócios, ainda que se fizesse contra a entrega de um bilhete assinado pelo secretário da classe.

Outra resolução relevante que a classe tomou, no final deste ano de 1856, foi a nomeação de uma comissão – composta pelo Marquês de Sousa Holstein, por Jacinto António de Sousa e José Maria da Silva Leal – encarregue de propor títulos de jornais literários, principalmente alemães e ingleses, a serem assinados para o Gabinete de Leitura do Instituto, e também de extrair desses jornais que chegavam ao Instituto, quer estrangeiros quer nacionais, as principais notícias. Por certo, esta seleção teria em vista a participação na redação d’*O Instituto*, uma vez que o diretor se queixava, nessa mesma sessão, dos obstáculos ao desenvolvimento da parte de literatura do jornal, devido à epidemia de cólera que atingiu Coimbra e afugentou alguns colaboradores.

Depois disto, as notícias voltam a escassear, em consequência de um desleixe denunciado pelos próprios membros da classe, ao escreverem, no Livro de Atas, que, na sessão de 30 de março de 1859, “não se leu a ata da sessão antecedente porque há muito se não têm lançado neste livro as

atas das sessões da classe, algumas das quais andam perdidas, outras espalhadas pelas folhas do jornal do Instituto”, exatamente como aconteceu nas outras classes. Do mesmo modo, decidiu-se regularizar a situação e passar a anotar todas as sessões no mencionado livro, mas tal resolução iria vigorar por pouco tempo.

Também nesta classe se propôs, pela voz de António José Teixeira, o recurso aos manuscritos do Arquivo da Câmara Municipal, do cartório da Sé Catedral e da Biblioteca e Arquivo da Universidade como fonte próspera de artigos para o jornal. Para essa intervenção, foram nomeados António Maria de Amorim, João Correia Aires de Campos, Augusto Filipe Simões, Miguel Ribeiro de Vasconcelos, João José de Mendonça Cortês, Jaime Constantino Moniz e Francisco de Paula Santa Clara.

Em dezembro de 1859, retomam-se as discussões literárias, incidindo sobre o tema seguinte: “Quais as causas da decadência do teatro académico e os meios de obviar a ela; e se o monopólio das representações por académicos deveria ser modificado ou abolido totalmente”. Recorde-se que este último era um assunto muito debatido no ambiente estudantil e que, nesse mesmo ano, a Academia Dramática decidia abrir o Teatro Académico à atuação de artistas externos. Tomaram a palavra os sócios António Aires de Gouveia, Firmino de Magalhães, Filipe do Quental, Manuel Emídio Garcia, Castro Freire, Silva Gaio, Adrião Forjaz, Santos Viegas, Jaime Moniz e Albino Augusto Geraldês.

É curioso observar que, no decurso destes debates, o próprio Instituto se viu acusado de causar a decadência do teatro académico, ao promover a sua separação da Academia Dramática. É pelo menos essa a opinião de Filipe do Quental: “Dantes as peças eram revistas e discutidas por esta sociedade. A linguagem, a moralidade, o efeito cénico, tudo era imparcialmente avaliado, e o teatro representava coisas agradáveis, úteis para a instrução, e não prejudiciais. Hoje há plena licença, os atores levam o que querem, da comissão de censura do conselho não fazem caso algum, e a cena vai-se sucessivamente descreditando”. E mais: propõe, este mesmo sócio, a ligação do Instituto de Coimbra com a Academia Dramática. Acerca deste assunto, registre-se, por fim, o comentário de Castro Freire, que diz que “os atores estavam em perfeita rebelião com o Instituto quando este se separou da Academia Dramática, separação que já de facto existia” (*O Instituto*, 8: 400-401).

Elementos dispersos indiciam outros tipos de atividade dentro da Classe de Literatura, nomeadamente, a apreciação de obras oferecidas ao Instituto. Neste contexto, no princípio de 1861, Manuel da Cruz Pereira Coutinho elaborou um juízo crítico sobre o *Dicionário bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva, o qual vem publicado apenas no volume 12 d’*O Instituto*, em 1865, porque, declara, este parecer não chegou a ser discutido, “já por falta de oportunidade, já por causa de inconvenientes que sobrevieram”. Um outro exemplo mais tardio surge em 1889, quando a secção de literatura, composta por Manuel de Azevedo Araújo e Gama, Manuel Joaquim Teixeira e Abílio

Augusto da Fonseca Pinto, redige um parecer sobre o *Dicionário bibliográfico-militar português* de Francisco Augusto Martins de Carvalho, o qual serviria de recomendação para que a obra fosse publicada sob os auspícios do Governo (*O Instituto*, 38: 488).

Em sessão de 4 de março de 1861, eram aprovados mais seis temas para palestras:

1. A influência dos jesuítas em Portugal foi útil ou prejudicial às ciências e à literatura portuguesas?

2. Será preferível a educação da mulher em colégios ou na família?

3. Será possível e conveniente a criação ou adoção duma língua universal no trato científico? Será essa a língua latina? Ou será preferível a criação duma nova língua?

4. Qual a influência que a Revolução Francesa de 1789 produziu no progresso literário da Europa?

5. Que matérias deverão professar-se num curso superior de letras?

6. Deverá empregar-se um e o mesmo método de ensino em todas as disciplinas? (*O Instituto*, 10: 70).

Decidiu-se desde logo seleccionar, destes, o terceiro ponto para a apresentação de memórias, bem como o seguinte: “A *Eneida* de Virgílio, apreciada em sua fábula, costumes, estilo e versificação, será um poema épico perfeito? Na afirmativa, deveremos antepor o seu estudo ao doutro qualquer exemplar?”. Quanto às discussões públicas, não localizámos quaisquer dados que apontassem para os temas escolhidos. No entanto, ter-se-ão realizado mais sessões, uma vez que o relatório da Direção do Instituto referente ao biénio 1861-1862 declara terem sido efetuadas, neste período, palestras literárias ouvidas por grande número de espectadores (o que não implica, apesar de tudo, que se trate de palestras da 3ª Classe) (*O Instituto*, 11: 250).

De 1862 a 1872 interrompe-se o registo de sessões nesta classe (se é que realmente existiram). Quando são retomadas, em 1873, o enlevo dominante é a constituição da Secção de Arqueologia, de que trataremos no capítulo respetivo. Para além disso, estavam agora os sócios desta classe interessados em pronunciar conferências, subordinadas a questões por eles mesmos escolhidas. Foram anunciadas as de Augusto Filipe Simões, sobre a arquitetura conimbricense até ao fim da Idade Média, de Miguel Osório Cabral de Castro, sobre Jacinto Freire e suas obras, principalmente a *Vida de D. João de Castro*, de Luís Jardim, sobre a influência do romance na civilização, de Cândido de Figueiredo, sobre a literatura indiana antiga, de Mendonça Cortês, sobre a história da marinha e progressos da arte naval, ou sobre a invasão da Península Hispânica pelo exército de Napoleão I¹⁴.

¹⁴ Cf. capítulo Conferências.

Outros tópicos de palestras foram ainda propostos, em março de 1873:

1. Será conveniente o estudo das epopeias primitivas para ser devidamente apreciada a evolução histórica da jurisprudência?
2. Qual a influência literária e social exercida pelo teatro de Gil Vicente?
3. Até que ponto colaborou o elemento moçárabe na formação da literatura portuguesa?
4. Tucídides.

Porém, a dinâmica da 3ª Classe parece ter-se transferido por inteiro para a Secção de Arqueologia, e, a partir daqui, praticamente só temos notícia da composição dos seus corpos constituintes.

Reconstituição das Classes

Observando uma nítida estagnação da atividade das classes durante cerca de vinte anos – desde meados da década de 1870 a meados da década de 1890, excetuando embora um maior dinamismo da Secção de Arqueologia, também ele interrompido –, a Direção do Instituto, presidida por Bernardino Machado, a 30 de maio de 1896 resolve instruir a reconstituição das três classes, que deveriam funcionar, nos termos do artigo 3º dos Estatutos. Para esse efeito, dirige aos sócios uma circular, datada de junho de 1896, convidando cada um deles a “inscrever-se na classe ou classes que desejar, a fim de que, feita a inscrição total, os atuais vice-diretores de cada classe promovam as reuniões necessárias para serem eleitos os sócios que, até ao fim do corrente ano, hajam de servir os respetivos cargos – excetuados, porém, na classe de Literatura, Belas Letras e Artes, os cargos da secção de Arqueologia, que tem organização especial (Regulamento Interno do Instituto, art. 24º, §2º) e está funcionando devidamente”.

Finda a inscrição, realizaram-se, a 3 de julho de 1896, as sessões de reconstituição de cada uma das classes. Serviram apenas para eleger, tal como preconizava Bernardino Machado, os respetivos cargos, quer da direção quer das secções. Os diretores votados foram: na Classe de Ciências Morais e Sociais, José Joaquim Fernandes Vaz; na Classe de Ciências Físico-Matemáticas, Luís Pereira da Costa; e, na Classe de Literatura e Artes, José Frederico Laranjo. Todos eles saíram reeleitos por unanimidade em dezembro de 1896. Depois desta última sessão, coincidente nas três classes a 22 de dezembro de 1896, cessam todos os registos de sessões de classe. Não quer dizer que deixem de ser eleitos os seus cargos, mas apenas temos conhecimento deles através das sessões de assembleia geral ou de direção do Instituto. Há também vagos registos de atividade de cada uma das classes. Por exemplo, na altura em que Bernardino Machado promove conferências sobre a reforma da instrução superior, *O conimbricense* anuncia sucintamente, para 21 de janeiro de 1899, uma sessão das classes reunidas para uma palestra sobre o plano geral do ensino.

Uma das mais importantes ações de classe procedeu, em março de 1901, da secção de medicina, portanto, de parte da 2ª Classe, que se reuniu, sob a presidência de Costa Alemão, secretariado por Daniel de Matos, assistindo muitos sócios, para debater questões médicas atuais. Nesta sessão, António de Pádua fez uma comunicação sobre as suas investigações relativas aos focos de malária presentes no país, apresentando dados concretos resultantes de inquéritos realizados em todo o território. O segundo interveniente foi Charles Lepierre, que falou sobre os trabalhos desenvolvidos no Gabinete de Bacteriologia da Universidade, “com o fim de obter um meio de cultura para as espécies microbianas, no qual o azoto seja fornecido à bactéria sob uma forma mais simples do que aquela em que ele se encontra nas substâncias albuminoides” (*O conimbricense*, 5.3.1901), proporcionando uma descrição minuciosa dos métodos seguidos, das hipóteses formuladas e dos resultados obtidos. Demonstra, pois, esta sessão científica que a secção médica do Instituto funcionava como ponto de reunião e divulgação dos trabalhos dos sócios.

Diferentes vestígios encontram-se nos processos de admissão de sócios, na intervenção que cabe à secção competente, cujos membros subscrevem os pareceres relativos aos candidatos. Por outro lado, a revista *O Instituto* recebeu ao longo de vários volumes uma configuração assente na repartição dos artigos distribuídos por classe. Este procedimento é visível a partir do volume 9 (1861) até ao 59 (1912), onde se encontram bem demarcados os contributos de cada classe para a revista, encabeçados pelo nome da classe ou da secção. Paradoxalmente, contudo, a diligência de reconstituição das classes parece ter alcançado diminuta expressão.

Composição das Classes

Segue-se o resumo cronológico da composição dos órgãos de cada classe, desde o início da sociedade.

Classe de Ciências Morais e Sociais

Comissões eleitas em 17 de outubro de 1852

Ciências morais: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, António Bernardino de Meneses e Luís José de Vasconcelos Azevedo e Silva Carvajal

Jurisprudência: Frederico de Azevedo Faro e Noronha, Levi Maria Jordão e João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens

Ciências económicas e sociais: Vicente Ferrer Neto Paiva, Carlos Ramiro Coutinho e José Júlio de Oliveira Pinto Moreira

Cargos nomeados em 15 de novembro de 1852

Membros da comissão de redação: Luís José de Vasconcelos Azevedo e Silva Carvajal e João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens

Cargos em 21 de novembro de 1852
Diretor da classe: Bernardo de Serpa Pimentel

Cargos nomeados em 5 de dezembro de 1852
Secretário: Levi Maria Jordão

Cargos eleitos em 9 de janeiro de 1853
Diretor da classe: Vicente Ferrer Neto Paiva
Secretário: Levi Maria Jordão
Vice-Secretário: Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel
Membros da comissão de redação: João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens e José Júlio de Oliveira Pinto Moreira

Cargos eleitos em 17 de dezembro de 1854
Diretor da classe: Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos
Secretário: Adriano de Abreu Cardoso Machado
Vice-Secretário: Manuel Bernardo de Sousa Enes

Comissões eleitas em 30 de dezembro de 1854
Ciências morais: Joaquim Alves de Sousa, António Aires de Gouveia e Manuel Eduardo da Mota Veiga
Jurisprudência: Joaquim Maria Rodrigues de Brito, Alexandre Meireles do Canto e Castro e José Adolfo Troni
Ciências económicas e administrativas: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, Bernardo de Serpa Pimentel e Jacinto António de Sousa

Cargos eleitos em 14 de dezembro de 1856
Membro da comissão de redação: Marquês de Sousa Holstein

Cargos eleitos em 2 de janeiro de 1858
Diretor da classe: Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos
Secretário: Adriano de Abreu Cardoso Machado
Vice-Secretário: Marquês de Sousa Holstein

Cargos eleitos em 30 de março de 1859
Diretor da classe: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio
Secretário: Joaquim Alves de Sousa
Vice-Secretário: Manuel Eduardo da Mota Veiga

Cargos eleitos em 10 de dezembro de 1859
Diretor da classe: João Maria Batista Calisto
Secretário: Manuel Eduardo da Mota Veiga
Vice-Secretário: Manuel Bernardo de Sousa Enes
Ciências morais: Bernardino António de Meneses, Manuel Bernardo de Sousa Enes, Alfredo de Carvalho
Jurisprudência: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, Manuel Eduardo da Mota Veiga, António Aires de Gouveia
Ciências económicas e administrativas: João Maria Batista Calisto, Damásio Jacinto Fragoso, João José de Mendonça Cortês

Cargos eleitos em 15 de fevereiro de 1860

Membros da comissão de redação: Manuel Emídio Garcia, Jaime Constantino Moniz e António João de França Bettencourt

Cargos eleitos em 15 de dezembro de 1860

Diretor da classe: João Maria Batista Calisto

Vice-Diretor: Manuel Nunes Geraldês

Secretário: Augusto Saraiva de Carvalho

Vice-Secretário: António de Sousa e Silva Costa Lobo

Ciências morais e sociais: Damásio Jacinto Fragoso, Manuel Nunes Geraldês e Augusto Saraiva de Carvalho

Jurisprudência: Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, Manuel Emídio Garcia e Jaime Constantino Moniz

Ciências económicas e administrativas: João José de Mendonça Cortês, Augusto César Barjona de Freitas e Delfim Martins Ferreira

Cargos eleitos em 18 de dezembro de 1861

Diretor da classe: João Maria Batista Calisto

Vice-Diretor: Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima

Secretário: Manuel Nunes Geraldês

Vice-Secretário: Manuel Emídio Garcia

Cargos eleitos em 28 de dezembro de 1862

Diretor da classe: João Maria Batista Calisto

Vice-Diretor: João José de Mendonça Cortês

Secretário: Joaquim Simões Ferreira

Vice-Secretário: Manuel Nunes Geraldês

Ciências morais: Francisco António de Azevedo, Manuel Eduardo da Mota Veiga e Manuel Bernardo de Sousa Enes

Jurisprudência: Frederico de Azevedo Faro e Noronha, António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva e Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel

Ciências económicas e administrativas: Augusto César Barjona de Freitas, Francisco António Dinis e Joaquim Alves de Sousa

Cargos eleitos em 23 de dezembro de 1863

Diretor da classe: João Maria Batista Calisto

Vice-Diretor: António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva

Secretário: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Secretário: Caetano de Seixas e Vasconcelos

Cargos eleitos em 9 de janeiro de 1864¹⁵

Diretor da classe: António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva

Vice-Diretor: Caetano de Seixas e Vasconcelos

Secretário: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Secretário: Joaquim Simões Ferreira

Ciências morais: João Maria Batista Calisto, Damásio Jacinto Fragoso e Abílio Augusto da Fonseca Pinto

¹⁵ Realizou-se nova votação porque se levantaram dúvidas sobre a validade das eleições de 23.12.1863.

Jurisprudência: Joaquim José Pais da Silva Júnior, Manuel Nunes Galdes e José Joaquim Fernandes Vaz

Ciências económicas e administrativas: Augusto César Barjona de Freitas, João José de Mendonça Cortês e José Maria da Cunha Seixas

Cargos eleitos em 11 de março de 1865

Diretor da classe: Joaquim José Pais da Silva Júnior

Vice-Diretor: João José de Mendonça Cortês

Secretário: Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Vice-Secretário: António Pedroso dos Santos

Cargos eleitos em 19 de fevereiro de 1873

Diretor da classe: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Diretor: Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Secretário: António de Assis Teixeira de Magalhães

Vice-Secretário: António Cândido Ribeiro da Costa

Cargos eleitos em 13 de janeiro de 1875

Diretor da classe: Manuel Emídio Garcia

Vice-Diretor: Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Secretário: José Frederico Laranjo

Vice-Secretário: António Cândido Ribeiro da Costa

Ciências morais: Avelino César Augusto Maria Calisto, Manuel de Jesus Lino, António de Assis Teixeira de Magalhães

Jurisprudência: António dos Santos Pereira Jardim, José Joaquim Fernandes Vaz e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: António dos Santos Pereira Jardim, João José de Mendonça Cortês e Manuel Emídio Garcia

Cargos eleitos em 20 de dezembro de 1876

Diretor da classe: António dos Santos Pereira Jardim

Vice-Diretor: Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Secretário: José Frederico Laranjo

Vice-Secretário: António Cândido Ribeiro da Costa

Ciências morais: António dos Santos Pereira Jardim, Manuel de Jesus Lino, José Joaquim Fernandes Vaz

Jurisprudência: Joaquim José Pais da Silva Júnior, José Frederico Laranjo e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: António dos Santos Pereira Jardim, Manuel de Jesus Lino, José Joaquim Fernandes Vaz

Cargos eleitos em 19 de dezembro de 1878

Diretor da classe: António dos Santos Pereira Jardim

Vice-Diretor: Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Secretário: José Frederico Laranjo

Vice-Secretário: António Cândido Ribeiro da Costa

Ciências morais: António dos Santos Pereira Jardim, António de Assis Teixeira de Magalhães, José Joaquim Fernandes Vaz

Jurisprudência: Joaquim José Pais da Silva Júnior, José Frederico Laranjo e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: António dos Santos Pereira Jardim, António de Assis Teixeira de Magalhães, José Joaquim Fernandes Vaz

Cargos eleitos em 11 de dezembro de 1880

Diretor da classe: António dos Santos Pereira Jardim

Vice-Diretor: José Brás de Mendonça Furtado

Secretário: António das Neves Oliveira e Sousa

Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

Ciências morais: António dos Santos Pereira Jardim, António de Assis Teixeira de Magalhães, Bernardo de Albuquerque e Amaral

Jurisprudência: Joaquim José Pais da Silva Júnior, José Pereira de Paiva Pita e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: António dos Santos Pereira Jardim, António de Assis Teixeira de Magalhães, Bernardo de Albuquerque e Amaral

Cargos eleitos em 18 de abril de 1883 (?)

Diretor da classe: Joaquim José Pais da Silva Júnior

Vice-Diretor: António de Assis Teixeira de Magalhães

Secretário: José Joaquim Lopes Praça

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

Ciências morais: José Joaquim Lopes Praça, José Pereira de Paiva Pita, Manuel de Azevedo Araújo e Gama

Jurisprudência: António Lopes Guimarães Pedrosa, António Henriques da Silva e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: António dos Santos Pereira Jardim, Bernardo de Albuquerque e Amaral, José Frederico Laranjo

Cargos eleitos em 13 de dezembro de 1884

Diretor da classe: António dos Santos Pereira Jardim

Vice-Diretor: José Joaquim Lopes Praça

Secretário: António Henriques da Silva

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

Ciências morais: Joaquim Alves da Hora, José Pereira de Paiva Pita, Manuel de Azevedo Araújo e Gama

Jurisprudência: José Joaquim Lopes Praça, João Bernardo Heitor de Ataíde e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: António dos Santos Pereira Jardim, António de Assis Teixeira de Magalhães, Bernardo de Albuquerque e Amaral

Cargos eleitos em janeiro de 1887 (?)¹⁶

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: António de Assis Teixeira de Magalhães

Secretário: José Joaquim Lopes Praça

Vice-Secretário: João Bernardo Heitor de Ataíde

Ciências morais: Bernardo Augusto de Madureira, Manuel de Azevedo Araújo e Gama e José Joaquim Lopes Praça

Jurisprudência: José Joaquim Lopes Praça, José Pereira de Paiva Pita e António Lopes Guimarães Pedrosa

¹⁶ Ter-se-á realizado a eleição em janeiro de 1887, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1887-1888.

Ciências económicas e administrativas: António Henriques da Silva, Bernardo de Albuquerque e Amaral, António de Assis Teixeira de Magalhães
Membros da comissão de redação: José Pereira de Paiva Pita e Manuel de Azevedo Araújo e Gama

Cargos eleitos em dezembro de 1888 (?)¹⁷

Diretor da classe: António de Assis Teixeira de Magalhães

Vice-Diretor: José Joaquim Lopes Praça

Secretário: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos

Vice-Secretário: Manuel Dias da Silva

Ciências morais: Bernardo Augusto de Madureira, Joaquim Alves da Hora e António Lopes Guimarães Pedrosa

Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, José Pereira de Paiva Pita e José Brás de Mendonça Furtado

Ciências económicas e administrativas: Manuel Dias da Silva, Bernardo de Albuquerque e Amaral, José Joaquim Lopes Praça

Cargos eleitos em 28 de janeiro de 1891

Diretor da classe: Francisco Martins

Vice-Diretor: Manuel Dias da Silva

Secretário: José Maria Rodrigues

Vice-Secretário: António Luís Gomes

Ciências morais: José Maria Rodrigues, Joaquim Alves da Hora e António Lopes Guimarães Pedrosa

Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, Guilherme Alves Moreira e Joaquim José Pais da Silva Júnior

Ciências económicas e administrativas: Manuel Dias da Silva, Bernardo de Albuquerque e Amaral, José Joaquim Lopes Praça

Cargos eleitos em 21 de dezembro de 1892

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: Manuel de Azevedo Araújo e Gama

Secretário: José Maria Rodrigues

Vice-Secretário: António Luís Gomes

Ciências morais: Francisco Martins, Guilherme Alves Moreira e António Garcia Ribeiro de Vasconcelos

Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, António de Assis Teixeira de Magalhães e Manuel Dias da Silva

Ciências económicas e administrativas: António Lopes Guimarães Pedrosa, Bernardo de Albuquerque e Amaral, José Joaquim Lopes Praça

Cargos nomeados em 21 de outubro de 1893

Membros da comissão de redação: efetivos Francisco Martins e António de Assis Teixeira de Magalhães, suplentes António Garcia Ribeiro de Vasconcelos e Manuel Dias da Silva

Cargos eleitos em 23 de janeiro de 1895

Membros da comissão de redação: António de Assis Teixeira de Magalhães, José Maria Rodrigues, José Pereira de Paiva Pita e Manuel da Silva Gaio

Cargos eleitos em 26 de janeiro de 1895

¹⁷ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1888 ou janeiro de 1889, respeitando ao biénio 1889-1890.

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: Porfírio António da Silva

Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio

Ciências morais: Francisco Martins, Manuel de Azevedo Araújo e Gama, Joaquim Mendes dos Remédios

Jurisprudência: Guilherme Alves Moreira, António de Assis Teixeira de Magalhães e Manuel Dias da Silva

Ciências económicas e administrativas: António José Teixeira de Abreu, Bernardo de Albuquerque e Amaral, José Joaquim Lopes Praça

Cargos nomeados em 18 de dezembro de 1895

Membro da comissão de redação: António José Teixeira de Abreu

Cargos eleitos em 3 de julho de 1896

Diretor da classe: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Diretor: Porfírio António da Silva

Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio

Ciências morais: Bernardino Machado, Manuel de Azevedo Araújo e Gama e Augusto Mendes Simões de Castro

Jurisprudência: José Pereira de Paiva Pita, António de Assis Teixeira de Magalhães e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: Afonso Costa, José Frederico Laranjo, José Joaquim Lopes Praça

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1896

Diretor da classe: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Diretor: Porfírio António da Silva

Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio

Ciências morais: Bernardino Machado, Manuel de Azevedo Araújo e Gama e Augusto Mendes Simões de Castro

Jurisprudência: José Pereira de Paiva Pita, António de Assis Teixeira de Magalhães e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: Afonso Costa, José Frederico Laranjo, José Joaquim Lopes Praça

Cargos eleitos em 10 de dezembro de 1898

Diretor da classe: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Diretor: Porfírio António da Silva

Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio

Ciências morais: Bernardino Machado, Manuel de Azevedo Araújo e Gama e Augusto Mendes Simões de Castro

Jurisprudência: José Pereira de Paiva Pita, António de Assis Teixeira de Magalhães e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: Afonso Costa, José Frederico Laranjo, José Joaquim Lopes Praça

(?)Cargos eleitos em 26 de janeiro de 1901

Diretor da classe: José Joaquim Fernandes Vaz

Vice-Diretor: Porfírio António da Silva

Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio

Ciências morais: Bernardino Machado, Manuel de Azevedo Araújo e Gama e Augusto Mendes Simões de Castro

Jurisprudência: José Pereira de Paiva Pita, António de Assis Teixeira de Magalhães e Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Ciências económicas e administrativas: Afonso Costa, José Frederico Laranjo, José Joaquim Lopes Praça

Cargos eleitos em 14 de dezembro de 1910

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: António Lopes Guimarães Pedrosa

Secretário: José Lobo de Ávila Lima

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

Ciências morais: Guilherme Alves Moreira, António Faria Carneiro Pacheco, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade

Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, António de Assis Teixeira de Magalhães, José Alberto dos Reis

Ciências económicas e administrativas: António Lopes Guimarães Pedrosa, Guilherme Alves Moreira, Álvaro da Costa Machado Vilela

Cargos eleitos em 18 de janeiro de 1913

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: António Lopes Guimarães Pedrosa

Secretário: José Lobo de Ávila Lima

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

Ciências morais: Guilherme Alves Moreira, António Faria Carneiro Pacheco, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade

Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, António de Assis Teixeira de Magalhães, José Alberto dos Reis

Ciências económicas e administrativas: António Lopes Guimarães Pedrosa, Guilherme Alves Moreira, Álvaro da Costa Machado Vilela

Cargos eleitos em 26 de fevereiro de 1915

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: António Lopes Guimarães Pedrosa

Secretário: José Lobo de Ávila Lima

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

Ciências morais: Guilherme Alves Moreira, Paulo Mereia, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade

Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, Augusto Coelho Sobral, José Alberto dos Reis

Ciências económicas e administrativas: António Lopes Guimarães Pedrosa, Guilherme Alves Moreira, Álvaro da Costa Machado Vilela

Cargos eleitos em 28 de janeiro de 1917

Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita

Vice-Diretor: António Lopes Guimarães Pedrosa

Secretário: Domingos Fezas Vital

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro
Ciências morais: Guilherme Alves Moreira, Paulo Mereia, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, Augusto Coelho Sobral, José Alberto dos Reis
Ciências económicas e administrativas: António Lopes Guimarães Pedrosa, Guilherme Alves Moreira, João Maria Telo de Magalhães Colaço

Cargos eleitos em 6 de março de 1919
Diretor da classe: José Pereira de Paiva Pita
Vice-Diretor: João Maria Telo de Magalhães Colaço
Secretário: Augusto Coelho Sobral
Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro
Ciências morais: Guilherme Alves Moreira, Paulo Mereia, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Jurisprudência: Manuel de Oliveira Chaves e Castro, Augusto Coelho Sobral, José Alberto dos Reis
Ciências económicas e administrativas: António de Oliveira Salazar, Guilherme Alves Moreira, João Maria Telo de Magalhães Colaço

Cargos eleitos em 4 de janeiro de 1923
Diretor da classe: Paulo Mereia
Vice-Diretor: Manuel Rodrigues
Secretário: Augusto Coelho Sobral
Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro
Ciências morais: António de Oliveira Salazar, Paulo Mereia, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Jurisprudência: Manuel Rodrigues, Augusto Coelho Sobral, José Beleza dos Santos
Ciências económicas e administrativas: António de Oliveira Salazar, Domingos Fezas Vital, Manuel Rodrigues

Cargos eleitos em 29 de março de 1925
Diretor da classe: Paulo Mereia
Vice-Diretor: José Beleza dos Santos
Secretário: Augusto Coelho Sobral
Vice-Secretário: António da Costa Rodrigues
Ciências morais: Domingos Fezas Vital, Ferrand Pimentel de Almeida, Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Jurisprudência: Manuel Rodrigues, Augusto Coelho Sobral, José Beleza dos Santos
Ciências económicas e administrativas: Mário de Figueiredo, António da Costa Rodrigues, Manuel Rodrigues

Cargos eleitos em 2 de janeiro de 1940
Diretor da classe: Diogo Pacheco de Amorim

Cargos eleitos em 17 de dezembro de 1942
Diretor da classe: Diogo Pacheco de Amorim

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1944
Diretor da classe: Diogo Pacheco de Amorim

Cargos eleitos em 20 de dezembro de 1946
Diretor da classe: Torquato Brochado de Sousa Soares

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1948
Diretor da classe: Torquato Brochado de Sousa Soares

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1950
Diretor da classe: Torquato Brochado de Sousa Soares

Cargos eleitos em 18 de dezembro de 1952
Diretor da classe: Torquato Brochado de Sousa Soares

Cargos eleitos em 30 de julho de 1975
Diretor da Classe de Letras¹⁸: Orlando Alves Pereira de Carvalho

Cargos eleitos em 12 de janeiro de 1979
Diretor da Classe de Letras: Orlando Alves Pereira de Carvalho

Cargos eleitos em 20 de junho de 1985
Diretor da Classe de Letras: António de Oliveira

Classe de Ciências Físico-Matemáticas

Cargos eleitos em 7 de novembro de 1852
Secretário da classe: Jacinto António de Sousa

Cargos nomeados em 15 de novembro de 1852
Membros da comissão de redação: Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto e Joaquim Augusto Simões de Carvalho

Cargos em 21 de novembro de 1852
Diretor da classe: Florêncio Mago Barreto Feio

Cargos eleitos em 15 de janeiro de 1853
Diretor da classe: Florêncio Mago Barreto Feio
Secretário: Jacinto António de Sousa
Vice-Secretário: José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmento
Ciências matemáticas: Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, Francisco de Castro Freire e Raimundo Venâncio Rodrigues
Ciências físicas: Roque Joaquim Fernandes Tomás, Joaquim Augusto Simões de Carvalho e Luís Albano de Morais
Ciências médicas: Jerónimo José de Melo, José Ferreira de Macedo Pinto e João António de Sousa Dória
Membros da comissão de redação: Roque Joaquim Fernandes Tomás e António Augusto da Costa Simões

Cargos eleitos em 1854

¹⁸ Apenas para simplificar esta lista fazemos corresponder, da nova distribuição trazida pelos estatutos de 1966, a Classe de Letras à de Ciências Morais e Sociais, a Classe de Artes à de Literatura e Belas Artes, e a Classe de Ciências à de Ciências Físico-Matemáticas.

Diretor da classe: Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto
Secretário: António Augusto da Costa Simões
Vice-Secretário: Matias de Carvalho e Vasconcelos

Comissões eleitas em 18 de janeiro de 1855

Ciências matemáticas: Florêncio Mago Barreto Feio, Francisco Pereira de Torres Coelho e António José Teixeira

Ciências físicas: Roque Joaquim Fernandes Tomás, Joaquim Augusto Simões de Carvalho e António de Carvalho Coutinho

Ciências médicas: Jerónimo José de Melo, Francisco António Alves e João António de Sousa Dória

Cargos eleitos em 30 de março de 1859

Diretor da classe: José Ferreira de Macedo Pinto

Secretário: José Joaquim Manso Preto

Vice-Secretário: Augusto Filipe Simões

Comissões eleitas em 16 de abril de 1859

Ciências matemáticas: Álvaro Kopke de Barbosa Ayala, António José Teixeira, António Pinto de Magalhães Aguiar, Florêncio Mago Barreto Feio, Francisco de Castro Freire, Francisco Pereira de Torres Coelho, Jácome Luís Sarmento, José Joaquim Manso Preto, José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmento, José Pereira da Costa Cardoso, Luís Albano de Andrade Morais, Raimundo Venâncio Rodrigues, Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto

Ciências físicas: Albino Augusto Geraldês, António de Carvalho Coutinho, António dos Santos Viegas, Augusto Filipe Simões, João José de Mendonça Cortês, Joaquim Augusto Simões de Carvalho, Jacinto António de Sousa, José Maria de Abreu, Manuel dos Santos Pereira Jardim, Miguel Leite Ferreira Leão, Roque Joaquim Fernandes Tomás

Ciências médicas: António Augusto da Costa Simões, António Fortunato da Cunha Vieira de Meireles, António de Oliveira Silva Gaio, Calisto Inácio de Almeida Ferraz, Carlos Maria Gomes Machado, Francisco António Alves, Jerónimo José de Melo, Inácio Rodrigues da Costa Duarte, João António de Sousa Dória, João Maria Batista Calisto, José Ferreira de Macedo Pinto

Comissões eleitas em 21 de janeiro de 1860

Ciências matemáticas: Álvaro Kopke de Barbosa Ayala, Jácome Luís Sarmento, José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmento

Ciências físicas: António dos Santos Viegas, João José de Mendonça Cortês, Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto

Ciências médicas: António Augusto da Costa Simões, António de Oliveira Silva Gaio, Calisto Inácio de Almeida Ferraz

Cargos eleitos em 25 de fevereiro de 1860

Membros da comissão de redação: António de Oliveira Silva Gaio, António dos Santos Viegas e João José de Mendonça Cortês

Cargos nomeados em 28 de março de 1860

Secretário interino: Manuel Pereira Dias

Cargos nomeados em 1 de dezembro de 1860

Secretário interino: Bernardo António Serra de Mirabeau

Cargos eleitos em 5 de dezembro de 1860

Diretor da classe: António Augusto da Costa Simões
Vice-Diretor: José Teixeira de Queirós Almeida de Moraes Sarmiento
Secretário: Bernardo António Serra de Mirabeau
Vice-Secretário: António de Oliveira Silva Gaio

Secções eleitas em 3 de janeiro de 1861

Matemática: Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, Francisco Pereira de Torres Coelho, Jácome Luís Sarmiento
Filosofia: Joaquim Augusto Simões de Carvalho, Carlos Maria Gomes Machado, Albino Augusto Geraldès
Medicina: Jerónimo José de Melo, Manuel Pereira Dias, Francisco António Alves

Cargos eleitos em 21 de dezembro de 1861

Diretor da classe: Jerónimo José de Melo
Vice-Diretor: José Teixeira de Queirós Almeida de Moraes Sarmiento
Secretário: Jerónimo Rodrigues Ramos
Vice-Secretário: António dos Santos Viegas

Cargos eleitos em 10 de janeiro de 1863

Diretor da classe: José Teixeira de Queirós Almeida de Moraes Sarmiento
Vice-Diretor: Francisco António Alves
Secretário: Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo
Vice-Secretário: Luís da Costa e Almeida

Secções eleitas em 17 de janeiro de 1863

Ciências matemáticas: Francisco Pereira de Torres Coelho, José Pereira da Costa Cardoso, Luís da Costa e Almeida
Ciências histórico-físicas: António de Carvalho Coutinho e Vasconcelos, Albino Augusto Geraldès e António dos Santos Viegas
Ciências médicas: Calisto Inácio de Almeida Ferraz, António da Cunha Vieira de Meireles, Manuel José da Silva Pereira

Cargos eleitos em 19 de fevereiro de 1873

Diretor da classe: António Augusto da Costa Simões
Vice-Diretor: António dos Santos Viegas
Secretário: João Jacinto da Silva Correia
Vice-Secretário: Francisco Augusto Correia Barata

Cargos eleitos em 13 de janeiro de 1875

Diretor da classe: António dos Santos Viegas
Vice-Diretor: João Jacinto da Silva Correia
Secretário: Fernando Matoso dos Santos
Vice-Secretário: Vicente Urbino de Freitas
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, José Joaquim Pereira Falcão, Adolfo Ferreira de Loureiro
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Augusto Filipe Simões e Francisco Augusto Correia Barata
Ciências médicas: António Augusto da Costa Simões, Júlio César de Sande Sacadura Bote e Filomeno da Câmara Melo Cabral

Cargos eleitos em 21 de dezembro de 1876

Diretor da classe: José Epifânio Marques

Vice-Diretor: João Jacinto da Silva Correia

Secretário: António José Gonçalves Guimarães

Vice-Secretário: Joaquim Augusto de Sousa Refoios

Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, Adolfo Ferreira de Loureiro

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Augusto Filipe Simões e Francisco Augusto Correia Barata

Medicina: António Augusto da Costa Simões, Júlio César de Sande Sacadura Bote e João Jacinto da Silva Correia

Cargos eleitos em dezembro de 1878 (?)¹⁹

Diretor da classe: Luís da Costa e Almeida

Vice-Diretor: João Jacinto da Silva Correia

Secretário: António José Gonçalves Guimarães

Vice-Secretário: Joaquim Augusto de Sousa Refoios

Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, Adolfo Ferreira de Loureiro

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Augusto Filipe Simões e Francisco Augusto Correia Barata

Medicina: António Augusto da Costa Simões, José Epifânio Marques e Daniel de Matos

Cargos eleitos em dezembro de 1880 (?)²⁰

Diretor da classe: Luís da Costa e Almeida

Vice-Diretor: João Jacinto da Silva Correia

Secretário: Filomeno da Câmara Melo Cabral

Vice-Secretário: António Maria de Sena

Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, José Adelino Serrasqueiro, Adolfo Ferreira de Loureiro

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Augusto António da Rocha e Francisco Augusto Correia Barata

Medicina: António Augusto da Costa Simões, Augusto António da Rocha e Daniel de Matos

Cargos eleitos em 18 de abril de 1883 (?)

Diretor da classe: Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo

Vice-Diretor: João José Dantas Souto Rodrigues

Secretário: Daniel de Matos

Vice-Secretário: José Adelino Serrasqueiro

Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, José Adelino Serrasqueiro, José Cecílio da Costa

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, António dos Santos Viegas e António de Meireles Garrido

Medicina: Júlio César de Sande Sacadura Bote, Luís Pereira da Costa e Daniel de Matos

Cargos eleitos em dezembro de 1884 (?)²¹

Diretor da classe: José Epifânio Marques

¹⁹ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1878, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1879-1880.

²⁰ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1880, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1881-1882.

²¹ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1884 ou janeiro de 1885, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1885-1886.

Vice-Diretor: Daniel de Matos
Secretário: Augusto António da Rocha
Vice-Secretário: José Bruno de Azevedo de Almeida Lencastre
Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, Luís da Costa e Almeida e Adolfo Ferreira de Loureiro
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Manuel Paulino de Oliveira e Henrique Teixeira Bastos
Medicina: José Epifânio Marques, Luís Pereira da Costa e Joaquim Augusto de Sousa Refoios

Cargos eleitos em janeiro de 1887 (?)²²

Diretor da classe: Augusto António da Rocha
Vice-Diretor: Francisco José de Sousa Gomes
Secretário: Luís Pereira da Costa
Vice-Secretário: Francisco Miranda da Costa Lobo
Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, Luís da Costa e Almeida e Augusto de Arzila Fonseca
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Francisco José de Sousa Gomes e Henrique Teixeira Bastos
Medicina: José Epifânio Marques, Daniel de Matos e João Jacinto da Silva Correia
Membros da comissão de redação: José Epifânio Marques e José Freire de Sousa Pinto

Cargos eleitos em dezembro de 1888 (?)²³

Diretor da classe: José Epifânio Marques
Vice-Diretor: Augusto de Arzila Fonseca
Secretário: Henrique Teixeira Bastos
Vice-Secretário: Joaquim de Mariz
Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, Luís Pereira da Costa e José Adelino Serrasqueiro
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Manuel Paulino de Oliveira e Henrique Teixeira Bastos
Medicina: Joaquim Augusto de Sousa Refoios, Daniel de Matos e João Jacinto da Silva Correia

Cargos eleitos em 28 de janeiro de 1891

Diretor da classe: José Epifânio Marques
Vice-Diretor: Francisco Miranda da Costa Lobo
Secretário: Henrique Teixeira Bastos
Vice-Secretário: Joaquim de Mariz
Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, Augusto de Arzila Fonseca e José Adelino Serrasqueiro
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Manuel Paulino de Oliveira e Henrique Teixeira Bastos
Medicina: José Epifânio Marques, João Jacinto da Silva Correia e Luís Pereira da Costa

Cargos eleitos em 21 de dezembro de 1892

Diretor da classe: Francisco José de Sousa Gomes
Vice-Diretor: Luís Pereira da Costa
Secretário: Basílio Augusto Soares da Costa Freire
Vice-Secretário: José António de Sousa Nazaré

²² Ter-se-á realizado a eleição em janeiro de 1887, respeitando ao biénio 1887-1888.

²³ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1888 ou janeiro de 1889, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1889-1890.

Ciências matemáticas: José Freire de Sousa Pinto, Augusto de Arzila Fonseca e Francisco Miranda da Costa Lobo

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Francisco José de Sousa Gomes e Henrique Teixeira Bastos

Medicina: Daniel de Matos, João Jacinto da Silva Correia e Luís Pereira da Costa

Cargos nomeados em 21 de outubro de 1893

Membros da comissão de redação: efetivos Luís da Costa e Almeida e Júlio Augusto Henriques, suplentes Luís Pereira da Costa e Augusto de Arzila Fonseca

Cargos eleitos em 23 de janeiro de 1895

Membros da comissão de redação: Daniel de Matos, Francisco José de Sousa Gomes, Júlio Augusto Henriques e Luís da Costa e Almeida

Cargos eleitos em 26 de janeiro de 1895

Diretor da classe: Francisco José de Sousa Gomes

Vice-Diretor: Luís Pereira da Costa

Secretário: José António de Sousa Nazaré

Vice-Secretário: Charles Lepierre

Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Henrique Manuel de Figueiredo e Luciano António Pereira da Silva

Ciências histórico-físicas: Manuel Paulino de Oliveira, Luís dos Santos Viegas e Henrique Teixeira Bastos

Medicina: Daniel de Matos, João Jacinto da Silva Correia e Filomeno da Câmara Melo Cabral

Cargos nomeados em 18 de dezembro de 1895

Membro da comissão de redação: Francisco José de Sousa Gomes

Cargos eleitos em 3 de julho de 1896

Diretor da classe: Luís Pereira da Costa

Vice-Diretor: Bernardo Aires

Secretário: José António de Sousa Nazaré

Vice-Secretário: António dos Santos Lucas

Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Francisco Miranda da Costa Lobo e Luciano António Pereira da Silva

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Luís dos Santos Viegas e Joaquim de Mariz

Medicina: Daniel de Matos, João Jacinto da Silva Correia e Filomeno da Câmara Melo Cabral

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1896

Diretor da classe: Luís Pereira da Costa

Vice-Diretor: Bernardo Aires

Secretário: José António de Sousa Nazaré

Vice-Secretário: António dos Santos Lucas

Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Francisco Miranda da Costa Lobo e Luciano António Pereira da Silva

Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Luís dos Santos Viegas e Joaquim de Mariz

Medicina: Daniel de Matos, João Jacinto da Silva Correia e Filomeno da Câmara Melo Cabral

Cargos eleitos em 10 de dezembro de 1898

Diretor da classe: Luís Pereira da Costa

Vice-Diretor: Bernardo Aires
Secretário: José António de Sousa Nazaré
Vice-Secretário: António dos Santos Lucas
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Francisco Miranda da Costa Lobo e Luciano António Pereira da Silva
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Luís dos Santos Viegas e Joaquim de Mariz
Medicina: Daniel de Matos, João Jacinto da Silva Correia e Filomeno da Câmara Melo Cabral

(?)Cargos eleitos em 26 de janeiro de 1901

Diretor da classe: Luís Pereira da Costa
Vice-Diretor: Bernardo Aires
Secretário: José António de Sousa Nazaré
Vice-Secretário: António dos Santos Lucas
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Francisco Miranda da Costa Lobo e Luciano António Pereira da Silva
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Luís dos Santos Viegas e Joaquim de Mariz
Medicina: Daniel de Matos, João Jacinto da Silva Correia e Filomeno da Câmara Melo Cabral

Cargos eleitos em 14 de dezembro de 1910

Diretor da classe: Luís da Costa e Almeida
Vice-Diretor: Henrique Teixeira Bastos
Secretário: Egas Ferreira Pinto Basto
Vice-Secretário: Joaquim de Mariz
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Francisco Miranda da Costa Lobo, Álvaro de Almeida Matos
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Francisco José de Sousa Gomes, Anselmo Ferraz de Carvalho
Medicina: Daniel de Matos, Luís dos Santos Viegas, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 18 de janeiro de 1913

Diretor da classe: Luís da Costa e Almeida
Vice-Diretor: Henrique Teixeira Bastos
Secretário: Luciano António Pereira da Silva
Vice-Secretário: Joaquim de Mariz
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Henrique de Figueiredo, Álvaro de Almeida Matos
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Álvaro José da Silva Basto, Eusébio Barbosa Tamagnini
Medicina: Daniel de Matos, Luís dos Santos Viegas, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 26 de fevereiro de 1915

Diretor da classe: Luís da Costa e Almeida
Vice-Diretor: Henrique Teixeira Bastos
Secretário: Luciano António Pereira da Silva
Vice-Secretário: Joaquim de Mariz
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Henrique de Figueiredo, Álvaro de Almeida Matos
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Álvaro José da Silva Basto, Eusébio Barbosa Tamagnini
Medicina: Daniel de Matos, Luís dos Santos Viegas, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 28 de janeiro de 1917

Diretor da classe: Luís da Costa e Almeida
Vice-Diretor: Henrique Teixeira Bastos
Secretário: Luciano António Pereira da Silva
Vice-Secretário: Francisco Martins de Sousa Nazaré
Ciências matemáticas: Luís da Costa e Almeida, Henrique de Figueiredo, Diogo Pacheco de Amorim
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Álvaro José da Silva Basto, Eusébio Barbosa Tamagnini
Medicina: Daniel de Matos, Luís dos Santos Viegas, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 6 de março de 1919
Diretor da classe: João José Dantas Souto Rodrigues
Vice-Diretor: Henrique Teixeira Bastos
Secretário: Luciano António Pereira da Silva
Vice-Secretário: João José Pereira Dias
Ciências matemáticas: João José Pereira Dias, Henrique de Figueiredo, Diogo Pacheco de Amorim
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Álvaro José da Silva Basto, Eusébio Barbosa Tamagnini
Medicina: Daniel de Matos, Luís dos Santos Viegas, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 4 de janeiro de 1923
Diretor da classe: João José Dantas Souto Rodrigues
Vice-Diretor: Álvaro José da Silva Basto
Secretário: João José Pereira Dias
Vice-Secretário: Vicente Gonçalves
Ciências matemáticas: João José Pereira Dias, Luciano António Pereira da Silva, Diogo Pacheco de Amorim
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Álvaro José da Silva Basto, Eusébio Barbosa Tamagnini
Medicina: Bissaia Barreto, Luís dos Santos Viegas, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 29 de março de 1925
Diretor da classe: João José Dantas Souto Rodrigues
Vice-Diretor: Henrique Teixeira Bastos
Secretário: João José Pereira Dias
Vice-Secretário: Vicente Gonçalves
Ciências matemáticas: João José Pereira Dias, Luciano António Pereira da Silva, Diogo Pacheco de Amorim
Ciências histórico-físicas: Júlio Augusto Henriques, Luís Wittnich Carrisso, Eusébio Barbosa Tamagnini
Medicina: Fernando de Almeida Ribeiro, Vicente Rocha, Elísio de Azevedo e Moura

Cargos eleitos em 2 de janeiro de 1940
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos eleitos em 17 de dezembro de 1942
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1944
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos eleitos em 20 de dezembro de 1946
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1948
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1950
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos eleitos em 18 de dezembro de 1952
Diretor da classe: João Pereira da Silva Dias

Cargos em 1965
Diretor da classe: José Baiolo Pacheco de Amorim

Cargos eleitos em 30 de julho de 1975
Diretor da Classe de Ciências²⁴: José Nuno Pires Dias Urbano

Cargos eleitos em 12 de janeiro de 1979
Diretor da Classe de Ciências: Rui Braga Carrington da Costa

Cargos eleitos em 20 de junho de 1985
Diretor da Classe de Ciências: Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque

Classe de Literatura, Belas Letras e Artes

Cargos eleitos em 7 de novembro de 1852
Secretário da classe: José Júlio de Oliveira Pinto Moreira
Vice-Secretário da classe: Luís José de Vasconcelos Azevedo e Silva Carvajal

Cargos nomeados em 15 de novembro de 1852
Membros da comissão de redação: Jacinto António de Sousa e António Bernardino de Meneses

Cargos em 21 de novembro de 1852
Diretor da classe: José Maria de Abreu

Comissões nomeadas em 27 de novembro de 1852
Literatura: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, Luís José de Vasconcelos Azevedo e Silva Carvajal e António Bernardino de Meneses
Belas Letras: António Inácio Coelho de Moraes, Bernardino Joaquim da Silva Carneiro e Henrique O'Neill
Belas Artes: António Nunes de Carvalho, Alexandre Meireles do Canto e Castro e José Teixeira de Queirós Almeida de Moraes Sarmento

Cargos eleitos em 19 de dezembro de 1852

²⁴ Ver nota 18.

Secretário da classe: Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida

Cargos eleitos em 9 de janeiro de 1853

Diretor da classe: José Maria de Abreu

Secretário: Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida

Vice-Secretário: João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens

Membros da comissão de redação: Levi Maria Jordão e Jacinto António de Sousa

Comissões eleitas em 30 de dezembro de 1854

Literatura: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, Adriano de Abreu Cardoso Machado e Joaquim Simões da Silva Ferraz

Belas Letras: Francisco de Castro Freire, Henrique O'Neill e António Aires de Gouveia

Cargos eleitos em 14 de dezembro de 1856

Membro da comissão de redação: António Aires de Gouveia

Cargos eleitos em 6 de janeiro de 1858

Diretor da classe: José Maria de Abreu

Secretário: António Aires de Gouveia

Vice-Secretário: António Bernardino de Meneses

Cargos eleitos em 30 de março de 1859

Diretor da classe: Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos

Secretário: António José Teixeira

Vice-Secretário: António Fortunato da Cunha Vieira de Meireles

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1860

Diretor da classe: Francisco de Castro Freire

Vice-Diretor: Joaquim Alves de Sousa

Secretário: Francisco de Paula Santa Clara

Vice-Secretário: António João de França Bettencourt

Secção de Literatura: António Aires de Gouveia, António Vitorino da Mota, António da Cunha Vieira de Meireles

Secção de Literatura Dramática: Filipe do Quental, António de Oliveira Silva Gaio, Jaime Constantino Moniz

Secção de Belas Artes: António dos Santos Viegas, João Correia Aires de Campos, António Florêncio Sarmiento

Cargos eleitos em dezembro de 1861

Diretor da classe: António Aires de Gouveia

Vice-Diretor: José Dias Ferreira

Secretário: Francisco de Paula Santa Clara

Vice-Secretário: António João de França Bettencourt

Cargos eleitos em 19 de fevereiro de 1873

Diretor da classe: Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo

Vice-Diretor: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

Secretário: Júlio Marques de Vilhena

Vice-Secretário: Cândido de Figueiredo

Cargos eleitos em dezembro de 1874 (?)²⁵

Diretor da classe: Joaquim Alves de Sousa

Vice-Diretor: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

Secretário: António Cândido Ribeiro da Costa

Vice-Secretário: António Lopes Guimarães Pedrosa

Secção de Literatura: António João de França Bettencourt, Augusto Sarmiento, António Cândido Ribeiro da Costa e Augusto António da Rocha

Secção de Literatura Dramática: António João de França Bettencourt, Augusto Sarmiento, António Cândido Ribeiro da Costa e Augusto António da Rocha

Secção de Belas Artes: Inácio Rodrigues da Costa Duarte, Júlio Augusto Henriques e Adolfo Ferreira de Loureiro

Cargos eleitos em dezembro de 1876 (?)²⁶

Diretor da classe: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

Vice-Diretor: Bernardino Luís Machado Guimarães

Secretário: António Cândido Gonçalves Crespo

Vice-Secretário: Pedro Augusto Martins da Rocha

Secção de Literatura: António João de França Bettencourt, António Cândido Ribeiro da Costa e Augusto António da Rocha

Secção de Literatura Dramática: António João de França Bettencourt, António Cândido Ribeiro da Costa e Augusto António da Rocha

Secção de Belas Artes: Inácio Rodrigues da Costa Duarte, Júlio Augusto Henriques e Adolfo Ferreira de Loureiro

Cargos eleitos em dezembro de 1878 (?)²⁷

Diretor da classe: Augusto Filipe Simões

Vice-Diretor: Bernardino Luís Machado Guimarães

Secretário: Augusto António da Rocha

Vice-Secretário: Adolfo Ferreira de Loureiro

1ª Secção: António João de França Bettencourt, António Cândido Ribeiro da Costa e Augusto António da Rocha

2ª Secção: Inácio Rodrigues da Costa Duarte, Júlio Augusto Henriques e Adolfo Ferreira de Loureiro

Cargos eleitos em dezembro de 1880 (?)²⁸

Diretor da classe: Miguel Osório Cabral de Castro

Vice-Diretor: Francisco Augusto Correia Barata

Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

Vice-Secretário: Adolfo Ferreira de Loureiro

1ª Secção: Manuel Joaquim Teixeira, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Francisco de Paula Santa Clara

2ª Secção: Inácio Rodrigues da Costa Duarte, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em 18 de abril de 1883 (?)

Diretor da classe: Miguel Osório Cabral de Castro

Vice-Diretor: José Frederico Laranjo

²⁵ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1874, respeitando ao biénio 1875-1876.

²⁶ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1876, respeitando ao biénio 1877-1878.

²⁷ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1878, respeitando ao biénio 1879-1880.

²⁸ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1880, respeitando ao biénio 1881-1882.

Secretário: Joaquim Alves da Hora

Vice-Secretário: Adelino António das Neves e Melo

1ª Secção, de Literatura: António Cândido Ribeiro da Costa, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Adelino António das Neves e Melo

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: José Miguel de Abreu, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em dezembro de 1884 (?)²⁹

Diretor da classe: Miguel Osório Cabral de Castro

Vice-Diretor: João Correia Aires de Campos

Secretário: Joaquim Alves da Hora

Vice-Secretário: Adelino António das Neves e Melo

1ª Secção, de Literatura: Francisco António Rodrigues de Gusmão, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Adelino António das Neves e Melo

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: Inácio Rodrigues da Costa Duarte, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em janeiro de 1887 (?)³⁰

Diretor da classe: Miguel Osório Cabral de Castro

Vice-Diretor: João Correia Aires de Campos

Secretário: Adelino António das Neves e Melo

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

1ª Secção, de Literatura: Francisco António Rodrigues de Gusmão, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Manuel de Azevedo Araújo e Gama

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: José Miguel de Abreu, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Membros da comissão de redação: Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Augusto Mendes Simões de Castro

Cargos eleitos em dezembro de 1888 (?)³¹

Diretor da classe: Miguel Osório Cabral de Castro

Vice-Diretor: Manuel de Azevedo Araújo e Gama

Secretário: Francisco Martins

Vice-Secretário: Basílio Augusto Soares da Costa Freire

1ª Secção, de Literatura: Manuel Joaquim Teixeira, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Manuel de Azevedo Araújo e Gama

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: Augusto António da Rocha, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em 28 de janeiro de 1891

Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques

Vice-Diretor: Manuel de Azevedo Araújo e Gama

Secretário: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos

Vice-Secretário: Aníbal Freire Salter de Mendonça Sousa Cid

²⁹ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1884 ou janeiro de 1885, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1885-1886.

³⁰ Ter-se-á realizado a eleição em janeiro de 1887, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1887-1888.

³¹ Ter-se-á realizado a eleição em dezembro de 1888 ou janeiro de 1889, respeitando, de qualquer modo, ao biénio 1889-1890.

1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Manuel de Azevedo Araújo e Gama

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: Augusto António da Rocha, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em 21 de dezembro de 1892

Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques

Vice-Diretor: Francisco Martins

Secretário: Joaquim Martins Teixeira de Carvalho

Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

1ª Secção, de Literatura: Basílio Augusto Soares da Costa Freire, Abílio Augusto da Fonseca Pinto e Manuel de Azevedo Araújo e Gama

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: Augusto Mendes Simões de Castro, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos nomeados em 21 de outubro de 1893

Membros da comissão de redação: efetivos José Maria Rodrigues e Manuel Joaquim Teixeira, suplentes Luís Augusto Pereira Bastos e Francisco José de Sousa Gomes

Cargos eleitos em 23 de janeiro de 1895

Membros da comissão de redação: António Augusto Gonçalves, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Eugénio de Castro e Joaquim Martins Teixeira de Carvalho

Cargos eleitos em 26 de janeiro de 1895

Diretor da classe: José Maria Rodrigues

Vice-Diretor: Luciano António Pereira da Silva

Secretário: Joaquim Mendes dos Remédios

Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira

1ª Secção, de Literatura: Basílio Augusto Soares da Costa Freire, Eugénio de Castro e Manuel da Silva Gaio

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: João Rodrigues Vieira, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos nomeados em 18 de dezembro de 1895

Membros da comissão de redação: Joaquim Mendes dos Remédios, António Augusto Gonçalves e António Garcia Ribeiro de Vasconcelos

Cargos eleitos em 3 de julho de 1896

Diretor da classe: José Frederico Laranjo

Vice-Diretor: Luciano António Pereira da Silva

Secretário: Eugénio de Castro

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

1ª Secção, de Literatura: Basílio Augusto Soares da Costa Freire, Augusto António da Rocha e Manuel da Silva Gaio

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: João Rodrigues Vieira, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1896

Diretor da classe: José Frederico Laranjo

Vice-Diretor: Luciano António Pereira da Silva

Secretário: Eugénio de Castro

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

1ª Secção, de Literatura: Basílio Augusto Soares da Costa Freire, Augusto António da Rocha e Manuel da Silva Gaio

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: João Rodrigues Vieira, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em 10 de dezembro de 1898

Diretor da classe: José Frederico Laranjo

Vice-Diretor: Luciano António Pereira da Silva

Secretário: Eugénio de Castro

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

1ª Secção, de Literatura: Basílio Augusto Soares da Costa Freire, Augusto António da Rocha e Manuel da Silva Gaio

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: João Rodrigues Vieira, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

(?)Cargos eleitos em 26 de janeiro de 1901

Diretor da classe: José Frederico Laranjo

Vice-Diretor: Luciano António Pereira da Silva

Secretário: Eugénio de Castro

Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

1ª Secção, de Literatura: Basílio Augusto Soares da Costa Freire, Augusto António da Rocha e Manuel da Silva Gaio

2ª Secção, de Belas Letras e Artes: João Rodrigues Vieira, Júlio Augusto Henriques e Luís Augusto Pereira Bastos

Cargos eleitos em 14 de dezembro de 1910

Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques

Vice-Diretor: Manuel da Silva Gaio

Secretário: Fortunato de Almeida Pereira de Andrade

Vice-Secretário: António Faria Carneiro Pacheco

1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Manuel da Silva Gaio, Domingos Fezas Vital

2ª Secção, de Belas Artes: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José António de Sousa Nazaré, António Augusto Gonçalves

Cargos eleitos em 18 de janeiro de 1913

Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques

Vice-Diretor: Manuel da Silva Gaio

Secretário: Fortunato de Almeida Pereira de Andrade

Vice-Secretário: António Faria Carneiro Pacheco

1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Manuel da Silva Gaio, Carlos de Mesquita

2ª Secção, de Belas Artes: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José António de Sousa Nazaré, António Augusto Gonçalves

Cargos eleitos em 26 de fevereiro de 1915

Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques

Vice-Diretor: Manuel da Silva Gaio

Secretário: Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Vice-Secretário: João Gualberto de Barros e Cunha
1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Alberto Monsaraz, Carlos de Mesquita
2ª Secção, de Belas Artes: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José António de Sousa Nazaré, António Augusto Gonçalves

Cargos eleitos em 28 de janeiro de 1917
Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques
Vice-Diretor: João Gualberto de Barros e Cunha
Secretário: Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Vice-Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Eugénio de Castro, José Manuel de Noronha
2ª Secção, de Belas Artes: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José António de Sousa Nazaré, Aníbal Rui de Brito e Cunha

Cargos eleitos em 6 de março de 1919
Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques
Vice-Diretor: João Gualberto de Barros e Cunha
Secretário: Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Vice-Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Eugénio de Castro, José Manuel de Noronha
2ª Secção, de Belas Artes: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José António de Sousa Nazaré, Aníbal Rui de Brito e Cunha

Cargos eleitos em 4 de janeiro de 1923
Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques
Vice-Diretor: João Gualberto de Barros e Cunha
Secretário: Fortunato de Almeida Pereira de Andrade
Vice-Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Eugénio de Castro, José Manuel de Noronha
2ª Secção, de Belas Artes: António Augusto Gonçalves, Eugénio de Castro, Aníbal Rui de Brito e Cunha

Cargos eleitos em 29 de março de 1925
Diretor da classe: Júlio Augusto Henriques
Vice-Diretor: João Gualberto de Barros e Cunha
Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
Vice-Secretário: Belisário Pimenta
1ª Secção, de Literatura: Augusto Mendes Simões de Castro, Eugénio de Castro, Joaquim de Carvalho
2ª Secção, de Belas Artes: António Augusto Gonçalves, Vergílio Correia, Belisário Pimenta

Cargos eleitos em 2 de janeiro de 1940
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos eleitos em 17 de dezembro de 1942
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1944
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos eleitos em 20 de dezembro de 1946
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1948
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos eleitos em 22 de dezembro de 1950
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos eleitos em 18 de dezembro de 1952
Diretor da classe: Manuel Lopes de Almeida

Cargos em 1965
Diretor da classe: Luís Reis Santos

Cargos eleitos em 30 de julho de 1975
Diretor da Classe de Artes³²: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva

Cargos eleitos em 12 de janeiro de 1979
Diretor da Classe de Artes: Joaquim Vitorino Namorado

Cargos eleitos em 20 de junho de 1985
Diretor da Classe de Artes: Joaquim Vitorino Namorado

³² Ver nota 18.

SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA E MUSEU DO INSTITUTO DE COIMBRA

O papel do Instituto de Coimbra na emergência dos estudos modernos de Arqueologia em Portugal tem sido notado em diferentes ocasiões, mas ainda sem uma abordagem completa aos passos que esta academia científica e literária movimentou para esse fim. Na segunda metade do século XIX surgiram diversas iniciativas tendentes a organizar uma ciência dos vestígios do passado no território português, nomeadamente através da realização de escavações e da formação de sociedades especializadas. Destaca-se o trabalho dos Serviços Geológicos, a partir de 1857, e a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, fundada em 1863. A ação do Instituto de Coimbra neste domínio data do mesmo período.

No seio da Classe de Literatura, Belas Letras e Artes nasceu, em 1873, uma Secção de Arqueologia. A proposta partiu de um lente da Faculdade de Medicina, Augusto Filipe Simões, em sessão da mencionada classe a 5 de março de 1873. Nessa altura, cada uma das classes encontrava-se segmentada em três partes, de modo que, para se dar lugar à nova subdivisão, se juntaram a primeira, de Literatura, e a segunda, de Literatura Dramática, numa só, passando a de Belas Artes a figurar como segunda secção, e a de Arqueologia, embora de estatuto especial, como a terceira.

Facilmente se percebe que o património histórico nacional ocupava o pensamento dos intervenientes da Classe, desde a fundação da academia, com especial interesse dedicado ao território em que se enquadrava. Com efeito, logo em 1853, como vimos, os seus membros projetavam examinar os principais monumentos de arquitetura e obras de pintura existentes em Coimbra, e apresentavam propostas de discussão destes temas. Para além disso, a revista *O Instituto* começava a publicar artigos e documentos históricos.

Formação e desenvolvimentos

A iniciativa de Augusto Filipe Simões foi muito bem recebida. Propunha não só que se criasse uma Secção de Arqueologia, mas também que numa das salas do Instituto – então instalado no Colégio de São Paulo Eremita, situado na atual Rua Larga – se reunissem “monumentos arqueológicos e epigráficos que esta associação pudesse adquirir e que chamassem a atenção dos que prezam as investigações arqueológicas” (*O Instituto*, 16: 288). A ideia de construir um museu arqueológico encontrava-se já embrionária nesta proposta. Aliás, o maior entusiasta do projeto, Miguel Osório Cabral de Castro, ofereceu de imediato ao Instituto alguns artefactos de valor arqueológico que possuía e, além disso, colocou à disposição dos sócios obras sobre essa matéria da sua biblioteca pessoal. Fez ainda sugestões de relevo: a conveniência de se obter do reitor da

Universidade de Coimbra a concessão de inscrições lapidares que nela existiam, e a oportunidade de republicar, n' *O Instituto, o Antiquário conimbricense*, de Manuel da Cruz Pereira Coutinho.

Nessa mesma sessão, de 5 de março de 1873, ficou nomeada uma comissão de Arqueologia, a aguardar aprovação da proposta por parte das instâncias superiores do Instituto. Compôs-se essa comissão com os sócios Abílio Augusto da Fonseca Pinto, António Xavier de Sousa Monteiro, Augusto Filipe Simões, Augusto Mendes Simões de Castro, João Correia Aires de Campos, João José de Mendonça Cortês, Manuel da Cruz Pereira Coutinho e Miguel Osório Cabral de Castro, aos quais se juntaram Adolfo Ferreira de Loureiro na sessão seguinte, de 30 de março de 1873, e, mais tarde, António Augusto da Costa Simões e Júlio Marques de Vilhena.

A proposta não viria a ser aprovada antes de 1874, em sessão de assembleia geral de 28 de janeiro. Entretanto, a referida comissão desenvolveu os preparativos para a instalação definitiva da Secção. Desde logo, tinha sido incumbida de elaborar um regulamento para a Secção de Arqueologia uma subcomissão a que pertenciam Simões de Castro, Mendonça Cortês, Pereira Coutinho e Miguel Osório. Todo o mês de abril de 1873 foi dedicado à discussão do regulamento, que viria a ser aprovado pela Direção do Instituto em 4 de julho de 1874. Veremos adiante o que prescreve esse Regulamento.

Antes, sublinharemos as notáveis deliberações da recém-criada comissão de arqueologia, logo na primeira reunião, a 2 de abril de 1873. Os seus membros propuseram-se estudar as antiguidades de Coimbra, encarregando alguns dos sócios de efetuar explorações arqueológicas com o fim de adquirirem bens para o museu. Estava, portanto, eleita como prioridade a construção de um museu, através da recolha de objetos, que configurariam um lugar de reunião de peças de interesse arqueológico que pudesse acolher estudiosos da matéria. As suas dimensões tornaram-se depressa consideráveis, pelo que sentiram a necessidade de nomear um dos membros para claviculário do Museu de Arqueologia, recaindo a escolha sobre o padre Manuel da Cruz Pereira Coutinho. Para além disso, a Secção procurava dar seguimento a outro dos seus objetivos iniciais, o de promover junto das autoridades a consciência da obrigatoriedade de preservar e de restaurar o nosso património histórico, em especial o da cidade de Coimbra e arredores, sendo um dos seus alvos o restauro de elementos da igreja de Santa Cruz.

Instalada a Secção, oficializada em sessão de 12 de fevereiro de 1874, era tempo de a dotar de uma direção e de eger um conservador para o museu. Neste lugar ficou Aires de Campos, laborioso erudito que haveria de produzir o catálogo dos objetos do museu. Pereira Coutinho passou para a vice-presidência da Secção, ocupando o lugar de presidente Miguel Osório Cabral de Castro, onde permaneceria até à sua morte. Este último, que por tantos anos dirigiu a Secção de Arqueologia do Instituto, foi coronel de milícias, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, moço fidalgo

da Casa Real e par do reino por direito hereditário. Bacharel em Filosofia e em Matemática pela Universidade de Coimbra, dirigia então o jornal *O progressista* (Coimbra, 1872-1883).

A partir daqui, o Instituto, mostrando provas do seu expressivo empenho no avanço da ciência arqueológica, atraiu por meio da Secção os nomes mais importantes da pesquisa histórica para o seu grémio, que enviavam com regularidade os resultados das suas investigações. Alguns exemplos são os textos recebidos em 1876, de Francisco Martins Sarmiento, “Os gregos no noroeste da Ibéria”, e de António Francisco Barata, “Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades” (ambos publicados n’*O Instituto*, vol. 23). Nesse mesmo ano, em sessão de 28 de maio, discutiram-se vários assuntos arqueológicos, entre os quais as descobertas de antiguidades romanas realizadas em Alcácer do Sal. Em 1877, a Secção propunha à Direção do Instituto que se elegesse sócio honorário o referido Francisco Martins Sarmiento, pelos grandes serviços prestados à História e à Arqueologia portuguesas na exploração das ruínas da Citânia de Briteiros, em Guimarães³³, concretizando-se a nomeação em assembleia geral de 30 de junho desse ano. Martins Sarmiento, que contribuiu com ofertas para o museu, viria a dar nome a uma sociedade que estabeleceu relações com o Instituto e que fundou a *Revista de Guimarães*.

Em maior grau se registam as notícias de objetos adquiridos para o museu da Secção e que haveremos de abordar mais à frente. Percebe-se também que os contactos com os poderes públicos em defesa do património se mantinham. Nota-se, porém, que sensivelmente a partir de 1888 até à reorganização da Secção, em 1895, terá havido uma quebra de atividade, de que se lamentaram algumas vozes na imprensa coimbrã, entre elas a do que seria o principal obreiro da reconstrução do museu, António Augusto Gonçalves. A data coincide com um agravamento do estado de saúde do único presidente que a Secção conhecera até àquele momento, Miguel Osório Cabral de Castro, que viria a falecer em 1890. Parece, pois, que a ausência do homem forte da Secção terá esbatido o entusiasmo dos associados.

Nestes últimos tempos da primeira fase, a principal preocupação demonstrada nas reuniões foi a luta pela obtenção para o museu dos capitéis do Mosteiro de Celas, que a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses lhe estava a disputar para Lisboa. Contava, nessa altura, com o apoio das autoridades conimbricenses, entre elas o presidente da Câmara, João José Dantas Souto Rodrigues, que assistia às sessões, e o governador civil do distrito, Júlio Lourenço Pinto. O conservador do museu, Aires de Campos, declarou mesmo a sua disponibilidade para custear o transporte dos capitéis para o Instituto.

³³ Livro de Atas da Direção do Instituto de Coimbra, sessão de 23 de junho de 1877.

As notícias de eleições dos dirigentes da Secção chegam até 1889/1890, mantendo constante a presença de dois nomes: Miguel Osório Cabral de Castro como presidente e João Correia Aires de Campos como conservador do museu. Eles foram, assim, até esse momento, as duas figuras centrais do labor arqueológico e museológico do Instituto. Depois, as tentativas de reanimação partiram do próprio coração desta academia, que colocava a Secção de Arqueologia entre os assuntos a debater em assembleia geral, nos anos de 1891 e 1892. Ao fim e ao cabo, a Secção perdeu alguma energia mas nunca esteve inerte.

Em assembleia geral de 14 de dezembro de 1892, os sócios Assis Teixeira e Júlio Henriques recomendavam que se desse atenção ao Museu de Arqueologia, que estava sem conservador – Aires de Campos falecera em 1891. É nesse sentido que surge a proposta de Sousa Soares de se nomear interinamente conservador Júlio Henriques, sugestão essa aprovada e efetivada em sessão da Direção do mesmo dia. Nos anos seguintes repetiram-se os esforços para reorganizar a Secção, tendo o museu, nesse tempo, continuado a receber ofertas de peças variadas.

No período de transição entrou, pois, Júlio Augusto Henriques a tomar as rédeas da Secção, passando em 1895 a presidência para António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, outra personalidade de relevo na história coimbrã. Nessa sessão, foi eleito conservador do museu (e 2º secretário) António Augusto Gonçalves, que veio trazer um novo impulso à vida deste organismo. Desde o desaparecimento do seu primeiro zelador, o museu encontrava-se em falta de pessoas que lhe renovassem o alento. Para António de Vasconcelos, que lhe recitou o elogio histórico, Aires de Campos era o sócio a quem a Secção mais serviços devia. E é por isso que, em sessão de 12 de maio de 1895, se aprovou a proposta de lhe ser consagrado um busto no museu, o qual se propôs Gonçalves realizar, e se decidiu depois dar o seu nome a uma das salas.

Regulamento

Aprovado em sessão da Direção do Instituto em 4 de julho de 1874 (presidida por Joaquim José Pais da Silva Júnior), o Regulamento da Secção de Arqueologia do Instituto, formado por 52 artigos repartidos em sete capítulos, estipula normas para a organização da Secção, para procedimentos administrativos, para questões de sócios, para o museu e para cursos especiais. De acordo com o artigo 1º, a Secção de Arqueologia fazia parte da 3ª Classe do Instituto, isto é, da Classe de Literatura, Belas Letras e Artes, como então se designava. A sua missão fundamental seria “o estudo da arqueologia geral e da especial do reino de Portugal, e bem assim o desenvolvimento e propagação dos conhecimentos desta parte das ciências históricas” (artigo 2º).

Especifica de seguida os ramos da Arqueologia que se propunham estudar: arquitetónica, escultural, da pintura, da gravura, epigrafia, numismática, arqueologia doméstica e ornamental.

Tencionavam criar, com o objetivo de propagar esta ciência, cursos públicos em diferentes aspetos da Arqueologia (art. 5º). A um nível mais aprofundado, estipulava-se a realização de sessões de discussão sobre assuntos desta natureza. O regulamento determina, no artigo 7º, a instituição do museu arqueológico – que na verdade já se encontrava em construção – e salvaguarda os seus bens para que, em caso de dissolução do Instituto, eles passassem a ser propriedade da Universidade de Coimbra.

O artigo 9º é um dos mais expressivos do valor desta associação: ele estabelece que se efetuem “investigações arqueológicas a fim não só de estudar a arqueologia nacional, mas também para enriquecer o museu e chamar a atenção dos poderes públicos para que salvem da total ruína os restos memoráveis da antiguidade”. Neste ponto e na criação do museu se fixam as verdadeiras heranças que o Instituto de Coimbra legou à posteridade. A sua coleção esteve na base da constituição do atual Museu Nacional Machado de Castro. No que se refere às investigações arqueológicas, merecem uma posição cimeira aquelas realizadas em Conímbriga.

A Secção integrava, para além dos sócios do Instituto que declarassem a vontade de a ela serem agregados, uma classe especial que nomeou de associados correspondentes, elegíveis de entre nacionais ou estrangeiros que “derem provas de interesse por este estudo, ou se prontificarem a fornecer os esclarecimentos que lhes forem pedidos sobre assuntos arqueológicos, ou a enviar objetos para o museu a título de depósito ou de doação” (artigo 11º). Aliás, tendo em conta estes princípios, o governador civil do distrito e o presidente da Câmara Municipal de Coimbra eram de imediato declarados associados correspondentes da Secção e era-lhes conferido um lugar de honra nas sessões públicas.

É de notar que os sócios desta Secção eram obrigados a disponibilizarem-se para fazer investigações arqueológicas sempre que solicitados e a contribuir para o enriquecimento do museu, na medida das suas possibilidades (art. 12º). Outra nota a salientar é a geração de uma contabilidade própria, que de facto se tornava necessária pela natureza das suas atividades. E, ao longo dos anos, vemos a Direção do Instituto dotar com frequência a Secção de uma verba especial. De facto, a Direção custeou gastos com equipamento de exposição e concedeu subsídios extraordinários. Esta dotação, junto com donativos e contributos de sócios e não sócios, a receita da venda das suas publicações e os eventuais auxílios dos poderes públicos constituíam as fontes de financiamento dos trabalhos da Secção. O museu, em particular, exigia despesas de grande monta.

Quanto a este, que o Regulamento designa por Museu de Arqueologia, ele estava recetivo a quaisquer objetos que associados ou indivíduos externos quisessem expor. As disposições regulamentares indicam os procedimentos a observar, na identificação dos objetos e na sua catalogação, prevendo diferentes tipos de catálogo. Todos os anos seria eleito dentre os sócios da

Secção um conservador, responsável pelo acervo reunido, tendo por funções “a guarda, conservação, arranjo, classificação e catalogação dos objetos que constituem o museu” (artigo 42º). Este deveria ainda empregar um guarda, que estaria às ordens do conservador e seria pessoa da sua confiança. As disposições não definem um horário de abertura do museu, deixando à direção o poder de o determinar, em acordo com o conservador (art. 45º).

Por fim, o capítulo VII estabelece no Instituto os referidos cursos públicos para o desenvolvimento do estudo da arqueologia, ministrados por sócios pertencentes à Secção. As matérias e os programas seriam delineados por ela, mas ficavam dependentes da aprovação da 3ª Classe, que daria execução aos cursos.

Ao encontro do património nacional

Examinaremos agora alguns dos legados de maior relevo que inscrevem a Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra na história da Arqueologia em Portugal. Dentro e para além do que até aqui abordámos, distingue-se o esforço de identificação e estudo dos vestígios arqueológicos no nosso território, mormente na zona centro, trazendo à luz importantes exemplares do património nacional. O mais visível foi o trabalho exercido sobre as ruínas de Conímbriga, que trouxe à superfície uma importante cidade romana e animou os debates sobre as origens desse local e mesmo de Coimbra e arredores. Vejam-se, por exemplo, os artigos “Alguns passos num labirinto: se Coimbra foi povoação romana e que nome teve”, por A. Filipe Simões, no *Portugal pitoresco*, vol. I (1879); “Oppida restituta. As cidades mortas de Portugal. Conimbriga (Condeixa-a-Velha)”, por A. C. Borges de Figueiredo, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 10 (1885). O Instituto esteve ainda envolvido na descoberta de uma estação pré-histórica nas imediações da Figueira da Foz, que em 1910 seria elevada a monumento nacional.

Conímbriga

O interesse pelas ruínas de Condeixa-a-Velha, isto é, da antiga cidade romana de Conímbriga, manifestou-se de imediato nos primeiros passos da Secção³⁴, com reuniões de discussão, análise de objetos e recolha de alguns deles no museu, e até trabalhos de campo, pelo menos em iniciativas

³⁴ Na verdade, o movimento arqueológico do Instituto revelou-se quando ainda se chamava Instituto Dramático e dependia da Nova Academia Dramática. Já em 1840 o Instituto lançava um alerta sobre a necessidade de conservar e estudar os vestígios do passado, e efetuava explorações das ruínas de Conímbriga, como se pode ver por este parágrafo da *Crónica literária da Nova Academia Dramática* (nº 10, 2.5.1840): “A Direção, acompanhada por alguns membros do Instituto Dramático, pelo Presidente do Instituto de Pintura, e vários outros académicos, deu princípio às suas explorações no dia 23 de abril próximo passado, visitando as ruínas da antiga *Conimbriga*, situada a duas léguas de distância, a O. S. O. de Coimbra, junto à pequena povoação ora chamada Condeixa-a-Velha. Não foi todavia suficiente o decurso de um dia para bem perscrutar aquelas vastíssimas ruínas, onde coligimos várias medalhas e moedas dos romanos, e algumas inscrições”.

individuais de sócios. O tema foi introduzido por Miguel Osório Cabral de Castro em sessão da comissão, à qual presidia, em 2 de abril de 1873, oferecendo-se para aí se deslocar a expensas suas, junto com A. Filipe Simões, para explorar as antiguidades locais.

O que se conhecia então dessas ruínas era incipiente, perspetivando-se no entanto a sua origem e potencial valor. Faltava, pois, planear um estudo prático aprofundado sobre as ruínas, que estavam mais ou menos à mercê dos interesses e das ignorâncias da população local. O resultado daquelas explorações foi discutido nas sessões de 5 de junho e de 6 de novembro do mesmo ano.

Na primeira dessas sessões, Miguel Osório Cabral de Castro ofereceu ao Museu do Instituto uma lápide datada do ano 541, encontrada junto da igreja de Condeixa-a-Velha. A sua inscrição vem reproduzida no volume 17 d'*O Instituto*. Prometeu o mesmo sócio o envio de uma grande quantidade de moedas antigas achadas naquela localidade. Descrevendo as ruínas, concluiu o seu discurso nessa sessão declarando não lhe restarem dúvidas de ter existido naquele lugar uma importante povoação romana. Questiona no entanto se seria uma cidade, inclinando-se para a suposição de que se tratava de um acampamento romano.

Após um período de interregno motivado pelas férias escolares, a Secção de Arqueologia voltou a reunir a 6 de novembro de 1873, onde prosseguiu a discussão acerca das ruínas de Condeixa-a-Velha e sua relação com a hipótese da existência de uma povoação romana no local onde hoje se situa a cidade de Coimbra. Neste dia, dominou o discurso de Augusto Filipe Simões, que acentuou a importância daquelas ruínas, mas manifestou discordância sobre a opinião de Miguel Osório, refutando a teoria do *castrum* ou acampamento e defendendo a tese de que os vestígios eram de uma grande cidade romana, apresentando diversos argumentos a seu favor.

O interesse deliberado dos sócios da Secção no estudo das edificações remanescentes de Conímbriga foi ainda incentivado pela proposta que Mendonça Cortês apresentou, em sessão de 5 de fevereiro de 1874, para a criação de um fundo especial destinado à exploração das ruínas de Condeixa-a-Velha, com o apelo à subscrição de sócios e não sócios. Submetido ao exame de uma comissão, o plano seria aprovado em sessão de 16 de abril de 1874, já depois de instalada em definitivo a Secção de Arqueologia, uma vez terminados os trabalhos da comissão fundadora, em 12 de fevereiro desse ano. Ora, a proposição de Mendonça Cortês foi não só ratificada como também acompanhada de um regulamento que dirigia os trabalhos de exploração das ruínas. À medida que foram efetuando escavações descobriram diferentes vestígios de interesse, de que o catálogo dos objetos recolhidos no museu dá testemunho.

Um outro momento essencial e de maiores repercussões deu-se após a reorganização da Secção, elaborando-se um projeto de escavações que a Rainha D. Amélia, esposa do Rei D. Carlos, apoiou, em 1899, com recursos monetários indispensáveis à prossecução dos trabalhos. Obtido o

favorecimento e o interesse da Rainha, a Secção deslocou-se a Condeixa e planificou a exploração das ruínas, colocada em prática ainda no mês de março de 1899. A dirigir os trabalhos encontravam-se Augusto Gonçalves e António de Vasconcelos³⁵. Muitos dos objetos encontrados eram levados para o museu. Um deles foi oferecido em agradecimento a D. Amélia³⁶.

A notícia que António Augusto Gonçalves publicou por essa altura na revista *Portugalia* enaltecia o contributo do projeto: “A quantidade e diversidade dos objetos encontrados – arquitetura, olaria, utensílios e pedaços corroídos de instrumentos de ferro – dará um relatório extenso que, para ser útil, exige meditação e estudo” (Gonçalves, 1899: 359). Pretende, não obstante, dar maior ênfase aos mosaicos desvelados durante as escavações e que foram transferidos para o museu do Instituto. Lamenta, contudo, que se tenha noutros tempos destruído por incúria e ambição objetos importantes, ou simplesmente o desprezo e a indiferença para com aquelas “velharias”, não esquecendo que uma parte do espaço muralhado era aproveitada para culturas agrícolas.

O arqueólogo Bairrão Oleiro sublinha, num artigo de 1973, as diligências do Instituto sobre as antiguidades de Conímbriga: “As ruínas de Condeixa-a-Velha interessavam vivamente a Secção de Arqueologia, pois logo na sessão de 5 de junho [de 1873] Miguel Osório apresentava sobre elas uma comunicação em que defendia o ponto de vista de que as ruínas não correspondiam a uma cidade, mas a um acampamento. Pouco depois, em 6 de novembro, Filipe Simões sustentava, com melhor interpretação dos testemunhos arqueológicos e mais exata noção das realidades, a opinião contrária: ali existira não um acampamento, mas uma grande cidade” (Oleiro, 1973: 68). Ainda de acordo com Bairrão Oleiro, “a ação desenvolvida em Coimbra nos campos da Arqueologia e da História da Arte, bem como o mecenato da Rainha, tiveram repercussão nos círculos especialmente interessados” (Oleiro, 1973: 72), incluindo a capital.

Património conimbricense

Como temos observado, os associados da Secção exerciam um louvável esforço de conhecimento e divulgação das marcas arqueológicas de Coimbra, bem como tomavam medidas com vista à preservação e restauro dos monumentos da cidade. Um estudo de síntese surgiu a propósito de um pedido que a Câmara formulou ao Instituto.

Em fevereiro de 1882, a Câmara Municipal de Coimbra confiava-lhe a resolução de um questionário remetido de Lisboa pela Comissão dos Monumentos Nacionais. Procurava estabelecer, através desse inquérito, quais os monumentos históricos e artísticos existentes em cada município,

³⁵ Cf. *O conimbricense*, 25 fev. 1899; *O tribuno popular*, 1 e 4 mar. 1899.

³⁶ Cf. *O tribuno popular*, 15 nov. 1899.

especificando a sua tipologia e os lugares da História a que se encontravam associados, bem como o respetivo estado de conservação.

A comissão nomeada para esse efeito, composta por Adolfo Ferreira de Loureiro, Francisco António Rodrigues de Gusmão e João Correia Aires de Campos, apresentou um projeto de resposta ao questionário que foi aprovado e enviado à Câmara, em 11 de maio de 1882. Contém a identificação e a descrição de todos os monumentos civis e religiosos existentes em Coimbra (igrejas, mosteiros, torres, arcos, colégios, paços e pórticos), alertando para a falta de “intervenção oficial para a conservação destes monumentos”, deixados “à mercê e discrição dos seus proprietários, usufrutuários ou administradores” (*O Instituto*, 30: 183). Identifica de seguida as obras de maior relevo historiográfico, enumerando túmulos de personalidades ilustres, evidenciando algumas edificações e exemplares epigráficos, anexando por fim a transcrição de alguns documentos que suportam este relatório.

Todo o processo vem publicado no volume 30 da revista *O Instituto*, incluindo a resposta integral ao questionário. A Câmara Municipal oficiou logo depois à Secção, agradecendo e comunicando o apreço pela pesquisa realizada.

Monumentos da Serra da Brenha

Em sessão de 14 de maio de 1886, a Secção tomava conhecimento de informações enviadas pelo correspondente António dos Santos Rocha, revelando terem sido descobertos na serra a norte da Figueira da Foz cinco dólmenes, acrescentando que o próprio havia aí realizado escavações e achados – sabendo que “o Instituto não dispõe de meios para a exploração destes monumentos” (*O Instituto*, 34: 205) –, prometendo a oferta de objetos para a Secção, acompanhados de um estudo. Apesar das dificuldades mencionadas, a Secção nomeou uma comissão para coadjuvar António dos Santos Rocha nesta exploração, onde se integravam Adolfo Ferreira de Loureiro, António José Gonçalves Guimarães, Henrique Teixeira Bastos e Luís Augusto Pereira Bastos. Em junho esta comissão partia para a Figueira da Foz, acompanhada do chefe da Secção Geológica central, Joaquim Filipe Nery Delgado, que prestou auxílio em todos os trabalhos. Ali visitaram os lugares já percorridos e participaram nas escavações, na serra da Brenha e na serra da Cumieira, investigando as antas e os artefactos trazidos à luz.

Depois disso, Santos Rocha continuou por sua conta a exploração, dispondo do conselho científico do Instituto, “sobretudo na classificação das rochas e na organização de algumas plantas dos principais monumentos, que nos foram feitas pela própria comissão” (Rocha, 1888: VII). Alguns meses mais tarde, enviava ao presidente da comissão um ofício com ulteriores informações:

acabo de me confirmar na descoberta de um dos lugares onde estacionou o povo ou tribo que provavelmente construiu as antas das vizinhanças de Brenha. É a Várzea de Lírio. Colhi ontem ali mais de 700 objetos, tais como facas de sílex, lascas de sílex e de seixo, núcleos, achas, fragmentos de cerâmica e outros utensílios. Mais descobri e explorei uma pequena câmara sepulcral, de forma diversa daquelas antas, na vertente meridional da Serra, sítio da Asseiceira, um quilómetro a sueste daquela estação (*O Instituto*, 34: 424).

Das descobertas efetuadas neste sepulcro pré-histórico constaram ainda ossos humanos, sendo que destes e dos exemplares dos restantes objetos mencionados uma parte seguiu para o museu do Instituto. O estudo teórico desta importante descoberta foi publicado, entre 1888 e 1900, em memória de quatro partes, oferecida por Santos Rocha ao Instituto de Coimbra, sob o título *Antiguidades pré-históricas do concelho da Figueira*. O autor viria depois a fundar o Museu Municipal da Figueira da Foz (1894) e a Sociedade Arqueológica da Figueira (1898), criando assim uma estrutura própria para desenvolver as suas pesquisas. Atualmente, o IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, integra os Monumentos da Serra da Brenha no quadro dos Monumentos Nacionais.

O Museu do Instituto

Em 1873, o reitor da Universidade, Visconde de Vila Maior (Júlio Máximo de Oliveira Pimentel), autorizou a instalação do Museu de Arqueologia em duas salas do pavimento inferior do edifício do Colégio de S. Paulo Eremita, onde o Instituto residia desde 1868. Os primeiros objetos recebidos no museu, em abril e em maio de 1873, foram dois capitéis da igreja de São Tiago oferecidos por A. Filipe Simões e cinco lápides romanas e duas portuguesas depositadas pela Universidade. Em pouco tempo, as aquisições foram-se avolumando e enriquecendo o espaço, pois “não tardaram a convergir para o museu do Instituto muitas outras relíquias de maior ou menor valor histórico, umas oferecidas, outras confiadas em depósito por corporações e por particulares” (Vasconcelos, 1896: 275). As peças que chegavam eram classificadas e catalogadas pelo conservador.

Desde o início, os associados contactaram pessoas e entidades a fim de que se dispusessem a colaborar com o museu. As respostas foram positivas de várias proveniências, dando origem a uma coleção inicial de objetos cedidos pelo Visconde de Vila Maior, Adolfo Ferreira de Loureiro (diretor das obras do Mondego e membro da comissão), Matias Cipriano Pereira Heitor de Macedo (diretor das obras públicas), João Correia Aires de Campos, Miguel Osório Cabral de Castro (membros da comissão), António Maria Seabra de Albuquerque (sócio do Real Instituto Arqueológico de Portugal), Cabido e Câmara Municipal de Coimbra.

O seu espólio seria em breve divulgado pelo Catálogo de Aires de Campos, publicado n’*O Instituto* em três fases, e em separado apenas as duas primeiras, compreendendo no total os objetos integrados no museu entre 1873 e 1887. Agrupa-os segundo dois critérios, começando pela tipologia, classificando objetos de pedra, bronze, ferro, barro, metal e madeira, esculturas, armas e outros objetos, manuscritos e impressos, desenhos e fotografias, tecidos, moedas e medalhas, selos e sinetes; e depois a época a que pertencem, desde a pré-histórica, a romana, a dos godos, a dos árabes e por fim a portuguesa. Para cada um deles inclui uma sucinta descrição, a sua origem e, por vezes, adiciona apontamentos históricos. Todos apresentam o nome do ofertante ou do depositante e a data de entrada no museu. Daqui resulta uma lista considerável de pessoas e entidades que contribuíram para a construção deste museu único no panorama conimbricense, demonstrando apreço pelo trabalho dos membros da Secção de Arqueologia do Instituto. Dessa lista sobressaem, pela quantidade de espécies oferecidas, os nomes de Augusto Filipe Simões e Augusto Mendes Simões de Castro, para além das aquisições obtidas em resultado de diligências por parte da mesma Secção.

Borges de Figueiredo, associado correspondente da Secção, não esqueceu o Instituto quando escreveu a sua *Coimbra antiga e moderna*, em 1886, referindo-se principalmente ao Museu de Arqueologia. Constatando que a maior parte dos seus objetos eram doados e menos os depositados, o estudioso da história conimbricense observa que o Museu albergava espécies notáveis: “Ali se encontram os mais antigos monumentos epigráficos da cidade do Mondego, que ascendem à época romana, e outros muitos procedentes doutras povoações; da época dos godos, cujos monumentos tão raros são entre nós, alguns objetos possui, assim como da dos árabes; e da época portuguesa há ali muitos monumentos. Conserva igualmente alguns manuscritos curiosos (diplomas e cartas) e algumas moedas antigas romanas e portuguesas”. Borges de Figueiredo destaca em seguida as peças que mais valoriza. Lamenta, porém, que escasseiem os meios de fomentar esta coleção: “Se os recursos do Instituto fossem maiores, muito haveria que exigir desta sociedade, não só no que respeita à aquisição de objetos, mas ainda a outros muitos respeitos. Todavia é de justiça dizer-se que a secção de Arqueologia tem velado constantemente pela conservação dos monumentos conimbricenses, tanto quanto lhe é dado na sua ainda limitada esfera, e já muito se lhe deve” (Figueiredo, 1996: 222-224). Prevê, no entanto, que o museu continue a crescer e que se torne respeitável, o que não ficou longe da verdade. Num outro momento, ao descrever o mosteiro de Celas e os monumentos epigráficos nele contidos, formula o desejo de que o Instituto possa adquiri-los para o seu museu, o que de facto veio a acontecer, mediante autorização do Governo³⁷.

³⁷ Cf. Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto: suplemento 2º: compreendendo os objectos offerecidos e depositados desde novembro de 1883. *O Instituto*. Vol. 35 (1887/1888), p. 210 ss.

Em julho de 1887, em sessão da Direção do Instituto, o presidente Júlio Augusto Henriques participava que a Direção das Obras Públicas do Distrito de Coimbra (por solicitação do Instituto) tinha enviado para Lisboa o plano e orçamento das obras a fazer na sala que servia o museu, num contexto de reforma alargada também às instalações do Gabinete de Leitura do Instituto. Havia uma clara intenção de realizar obras de adaptação do edifício, pensando-se em formas alternativas de obter financiamento. Mais tarde, a intervenção do reitor da Universidade haveria de se tornar decisiva na execução de uma nova fase de reforma das salas do museu de Arqueologia, em 1895³⁸, a qual se achou apoiada por alguns sócios de mérito, que se disponibilizaram para dar a sua contribuição.

A ação de António Augusto Gonçalves, não apenas na revitalização da Arqueologia no Instituto, mas também numa série de acontecimentos marcantes no ensino das artes e na proteção do património histórico e artístico de Coimbra – como o restauro da Sé Velha, a criação do Museu Machado de Castro ou a fundação da Escola Livre das Artes do Desenho –, tornou-o digno de homenagens pelos seus amigos e alunos, havendo uma delas partido da iniciativa do próprio Instituto (em 1946). O seu nome foi proposto por Júlio Augusto Henriques como a pessoa mais habilitada para refazer todo o Museu e dar-lhe nova vida. Era preciso primeiro torná-lo sócio do Instituto, o que se deu por meio de um processo de contornos pouco habituais no seio daquela academia. Gonçalves não tinha títulos académicos, o que por si só não constituiria impedimento para a sua eleição, visto que outros sócios entraram nessas condições. Porém, Gonçalves era uma figura de polémicas, travadas na imprensa, de palavras incisivas, que chegaram a ser direcionadas ao Instituto. Apesar de tudo, a proposta que foi entregue para a sua eleição era assinada por um número de sócios muito superior ao exigido, de modo que em sessão de assembleia geral de 24 de novembro de 1894 se efetivou a nomeação.

Segundo António de Vasconcelos, por esta época, “o Museu, tão amorosamente criado por um reduzido grupo de arqueólogos, e tão sábia e honestamente catalogado por Aires de Campos, não passava já de um conjunto informe de pedras e várias velharias, amontoadas sem ordem, sem arte, sem luz, sem limpeza, em duas espeluncas, que nunca haviam sido vestidas de cal, mas que, em compensação, se achavam profusamente decoradas com espessas colgaduras de teias de aranha” (*Homenagem*, 1923: VII). Ora, mediante a sábia organização praticada pelo novo conservador, tudo terá mudado: “O Museu arqueológico do Instituto, decorrido pouco tempo, já não parecia o mesmo; transformou-se e ampliou-se rapidamente e largamente, sendo vastas e preciosas as coleções que nele se instalaram. Os objetos que as constituíam foram, em grande parte, adquiridos por indústria de

³⁸ Livro de Atas da Direção do Instituto, sessão de 29 de maio de 1895.

Gonçalves, e muitos eram propriedade sua; António Augusto é que dirigiu sempre, e exclusivamente, a escolha, disposição e instalação” (*Homenagem*, 1923: XI).

Mediante a intervenção de Gonçalves, artista e escritor multifacetado, renovou-se o esforço de obtenção de objetos de arte ou arqueologia para o museu, em especial junto do Bispo Conde de Coimbra. Não demorou muito a resposta. Logo em dezembro do mesmo ano, a assembleia louvava os relevantes serviços prestados à Secção pelo Bispo Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina, que tinha mandado recolher no museu objetos provenientes da Sé Velha. Em agradecimento, foi-lhe conferido o diploma de presidente honorário da Secção. Uma outra personagem a quem a Secção prestou agradecimentos foi António Augusto da Costa Simões, que era então reitor da Universidade, e que deu ordem para a realização de obras no edifício do museu. Costa Simões esteve, aliás, envolvido desde os primeiros tempos nas atividades da Secção, de modo que também a ele decidiram atribuir a honra de associar o seu nome a uma das salas do museu, junto com a de sócio benemérito.

Com obras realizadas, com novas aquisições e com a reorganização implementada pelo novo conservador, o Museu de Antiquidades do Instituto (designação que substituiu a de Museu de Arqueologia) reabriria as suas portas oficialmente em sessão solene de 26 de abril de 1896, na presença dos órgãos diretivos do Instituto (presidido na altura por José Epifânio Marques) e das autoridades principais de Coimbra. Evidenciaram-se os discursos proferidos pelo Bispo Conde e pelo reitor da Universidade.

A ampliação das duas salas iniciais projetou-se logo no ano seguinte à reabertura, financiadas as despesas pelo Ministério das Obras Públicas e cedido o espaço pelo reitor da Universidade, embora só se efetuem os trabalhos em 1898. De facto, o reitor Costa Simões acabaria por conceder ao Instituto as únicas salas que restavam para todo o edifício do Colégio ficar na posse da sociedade, as quais foram assim destinadas à extensão do museu (assembleia geral de 4 de junho de 1898). A sua quinta sala é pensada em 1903, anexando-se para esse efeito uma casa contígua ao Colégio, e contando a obra mais uma vez com apoio financeiro do Ministério (Serra, 2002: 119-121). Segundo J. P. Loureiro, ainda nos princípios de 1911 o Instituto tomava medidas para alargar o espaço museológico, com a aquisição de outra casa contígua ao edifício (Loureiro, 1940: 194). Quanto à colaboração dos sócios no melhoramento das instalações, é um facto que as atas das sessões da Direção confirmam a receção de cartas de várias individualidades que se disponibilizavam a contribuir para as obras do museu.

Uma importante narrativa das condições em que a Secção de Arqueologia trabalhou para a reorganização do Museu conserva-se entre os documentos de Arquivo pertencentes ao espólio do Instituto. Trata-se de uma circular enviada aos associados da Secção em 4 de abril de 1900, assinada pelo presidente António de Vasconcelos e pelos restantes membros diretivos. Resumidamente, ela

informa dos desenvolvimentos do Museu, refletidos num crescente interesse do público pelas suas coleções, possibilitados pelos apoios provenientes da administração central, realçando o contributo da rainha D. Amélia, das autoridades universitárias, da direção e dos próprios sócios do Instituto, a título individual. Agradecendo o patrocínio, inestimável pela elevada soma de despesas necessárias ao empreendimento, e pretendendo continuar a incrementar a reputação do Museu, apela ao contributo pecuniário das três classes de sócios do Instituto, nomeadamente com o fim de adquirir reproduções e objetos de maior valia que de outra forma não seriam alcançáveis.

Embora a fase posterior se repute de maior brilho, a verdade é que dela não resultou um catálogo como o que elaborou Aires de Campos. Apenas no último momento da sua existência viu o museu ser publicada (em 1911) uma espécie de guia para o visitante, com uma descrição sumária das coleções. Antes, porém, havia Rocha Peixoto publicado uma breve síntese do conteúdo das salas principais, à data da reabertura, transcrita de um jornal diário que não identifica. Assim, a Sala Costa Simões exibia uma “notável e importante coleção romana: marcos miliários, inscrições comemorativas e tumulares, fragmentos de pavimento de mosaico, objetos de curiosidade, etc.”. Acrescente-se que os pavimentos de mosaico romano que o museu incorporou três anos depois com as escavações de Conímbriga vieram embelezar esta coleção. O autor continua a descrição com documentos de epigrafia da época portuguesa, bem como “esculturas, baixos-relevos, fragmentos de decorações arquitetónicas e curiosidades apreciáveis e de grande valor histórico”. Refere ainda “uma montra com instrumentos pré-históricos, muito raros e interessantes”, provenientes das escavações realizadas por Santos Rocha na Figueira da Foz. Quanto à Sala Aires de Campos, ela dispunha de obras do Renascimento, mencionando o autor uma “coleção de espelhos de fechaduras e outros trabalhos antigos de ferro forjado”, “padrões de azulejos variados e exemplares de vidraria, etc.” (Peixoto, 1896: 209-210). Aqui se encontravam ainda as coleções de cerâmica conimbricense depositadas por António Augusto Gonçalves e Joaquim Martins Teixeira de Carvalho.

Entretanto, os jornais de Coimbra, e mesmo algumas monografias, noticiavam ofertas e depósitos particulares que enriqueciam o museu. Daremos apenas alguns exemplos. Em 25 de fevereiro de 1899, o *Conimbricense* registava o oferecimento de “um tabuleiro de madeira com decorações em imitação de laca japonesa, dois leques do império, um cálice e um frasco de vidro de Veneza”, por José António de Sousa Nazaré, acrescentando que o museu se encontrava aberto ao público todos os dias santificados entre as 11h e as 15h. O periódico republicano *Resistência* dá conta do depósito de obras de pintura, nomeadamente, em 1908, quadros do séc. XVII, do pintor Simão Rodrigues, provenientes da Capela da Universidade, e dois quadros do séc. XVI atribuídos a Frei Carlos (*Resistência*, 5 mar. 1908, 21 maio 1908, 31 jul. 1908). F. A. Martins de Carvalho

assegura que seu pai, o jornalista Joaquim Martins de Carvalho, entregou para o museu três provisões autógrafas do Arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires, dadas em 1575 (Carvalho, 1910: 60).

Por intermédio de António Augusto Gonçalves, o Instituto solicitou e obteve autorização do Governo, em 1897, para transferir para o seu museu alguns objetos do extinto Museu Industrial de Coimbra³⁹. Em 1909, o engenheiro diretor das Obras Públicas do Distrito de Coimbra, João Teófilo da Costa Góis, oferecia à Secção de Arqueologia uma coleção de fotografias das ruínas da igreja de São Tiago, que estava a ser restaurada, e ainda duas pedras com inscrições (uma da capela dos ourives de Coimbra, outra com o brasão da família Alpoim), resgatadas nas demolições desta igreja⁴⁰.

Em relação ao roteiro publicado em 1911 sob o título *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra: notas*, atribuído a Gonçalves, ele abre com a explicação de que pretende, na realidade, constituir um apoio ao visitante que deseja conhecer tudo o que é mais importante em poucos minutos. Nesta altura, com as obras de alargamento, são mais três as salas descritas. A primeira encontrava-se composta de antiguidades romanas e medievais, de certo modo amontoadas por falta de espaço. A maior parte daquelas de época romana provinha de Conímbriga. Entre os objetos desta sala enumeram-se mosaicos, tijolos, capitéis, túmulos, estátuas, utensílios domésticos, olaria, etc. Destaca-se uma inscrição comemorativa confirmando a conjectura de que Coimbra se denominara Aeminium nos tempos do império romano. As condições da descoberta desta prova decisiva, numa casa demolida na Couraça dos Apóstolos, em 1888, vêm descritas por António de Vasconcelos n' *O Instituto*⁴¹. Estavam ali também alguns capitéis românicos provenientes da igreja de São Cristóvão, de Coimbra, demolida em 1860 para se construir o Teatro de D. Luís.

Na segunda sala estavam expostos objetos de cerâmica, bem como as cinco estátuas transferidas da Universidade nos começos do museu, representando a Justiça, o Direito Canónico, a Teologia, o Direito Romano e a Medicina. A terceira sala continha objetos diversos, tais como escultura em madeira dos sécs. XVI a XVIII, estátuas, tecidos dos sécs. XVII e XVIII, livros de coro, mobiliário, etc. Na quarta sala dominavam objetos de Coimbra do séc. XVI, entre eles algumas peças provenientes do mosteiro de Santa Cruz e da Sé Velha. Por fim, a quinta sala expunha pintura, incluindo alguns materiais provenientes do mosteiro de Celas.

Registemos ainda alguns artigos que merecem distinção, dentro deste museu que chegou a ser considerado “um dos mais notáveis do país” (Monteiro, 1904: 514). Nele se encontravam as lápides

³⁹ Cf. Loureiro, 1940: 192-193, e Serra, 2002: 105.

⁴⁰ Arquivo do Instituto de Coimbra, Correspondência recebida, 25 fev. 1909.

⁴¹ No vol. 43, p. 215-222.

romanas patenteadas, no séc. XVIII, aquando da demolição do antigo castelo de Coimbra, que do Pátio da Universidade passaram para o museu e que constituem um marco importante no reconhecimento da existência de uma povoação romana onde hoje se situa Coimbra. Possuía também o padrão comemorativo da reconstrução da ponte de Coimbra por D. Manuel, no séc. XVI. Saliente-se, por fim, a imponente escultura em pedra representando um cavaleiro medieval, datada do século XIV, proveniente de Oliveira do Hospital, localizada na primeira sala do Museu.

Em agosto de 1912, a Direção do Instituto tomava conhecimento de um ofício do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª Circunscção do país, datado de 11 de junho desse ano, assinado por Júlio Augusto Henriques, participando a organização do Museu Machado de Castro e sugerindo o depósito da coleção do Museu de Antiguidades naquele novo espaço. A Direção, provavelmente pensando nos problemas perenes de alojamento e na natural transição operada pela mão de António Augusto Gonçalves, que foi dirigir o novo museu, decidiu, pois, anuir ao pedido de cedência em depósito no Museu Machado de Castro dos objetos de arte e arqueologia cuja propriedade pertencia – e continuaria a pertencer, uma vez que se tratava de um depósito – ao Instituto e que se encontravam expostos no seu Museu de Antiguidades⁴².

Parece-nos, assim, ter ficado aqui bem patente o significativo contributo do Instituto de Coimbra para o desenvolvimento das ciências históricas, o estudo e a defesa do património nacional, ao ponto de poder verdadeiramente esta academia inscrever um capítulo na história da Arqueologia em Portugal.

⁴² Livro de Atas da Direção, sessão de 8 de agosto de 1912, sob a presidência de Filomeno da Câmara Melo Cabral.

SEDES

As itinerâncias do acaso levaram a que o património do extinto Instituto regressasse ao local de partida. Ou seja, atualmente, o espólio desta academia encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade, a qual se situa sobre as fundações da antiga Faculdade de Letras, e esta, por sua vez, fora erguida sobre as ruínas do Colégio Real de São Paulo Apóstolo, primeira sede do Instituto de Coimbra. Mandado edificar por D. João III em 1549, supõe-se que no ano seguinte ter-se-á iniciado a construção, de um edifício que se destinava a alojar clérigos indigentes a estudar na Universidade. O mesmo rei, nesse sentido, ordenou, por carta de 23 de outubro de 1562, que o prédio fosse incorporado na Universidade, ainda antes da sua inauguração solene, a 2 de maio de 1563. Serviu, para mais, de Colégio secular de doutores e licenciados que se propunham aceder ao magistério universitário.

Com o terramoto de 1 de novembro de 1755, sofreu sérios danos, que em breve levaram reparação. Chegada a época da implantação do liberalismo, foi, como tantos outros, atingido pelo decreto de extinção das ordens religiosas, e no seguimento entregue à Universidade, por portaria de 27 de outubro de 1836. Dois anos mais tarde, a Nova Academia Dramática recebe o antigo Colégio para aí se instalar, juntamente com o seu teatro, mediante autorização da Universidade. Realizaram-se obras de adaptação do claustro a sala de espetáculos, após o que se inaugurou o Teatro Académico, a 24 de junho de 1839.

Por carta de lei de 15 de setembro de 1841, legalizava-se a concessão definitiva do usufruto do edifício, de que a Nova Academia Dramática tomou posse (da parte principal) em 8 de março de 1842. Algumas secções do prédio, como anexos e pequenos quintais, permaneceram em plena posse da Universidade que, aliás, viu reforçado o seu direito de propriedade sobre o Colégio por decreto de 21 de novembro de 1848. Outras associações académicas estiveram nele instaladas, como é o caso da Assembleia Académico-Filarmónica de Coimbra (com estatutos promulgados em 1844), que usava igualmente o Teatro Académico para dar os seus espetáculos; ou ainda, anos depois, o Clube Académico de Coimbra, fundado em 1861, e que em 1866 se fundiu com a Academia Dramática.

Naturalmente, o Instituto, dissidente da Academia Dramática, encontrou naquele Colégio a mais imediata hipótese de se instalar, embora consciente de que, quando surgisse oportunidade, o mais sensato seria mudar para um espaço próprio, que cortasse qualquer tipo de dívida para com o órgão de onde proveio. De início, pois, o Instituto teve de socorrer-se da boa vontade dos responsáveis da Academia Dramática. Seguindo as Atas do Conselho desta Academia, verificamos que, logo em março de 1852, o presidente do Instituto (Adrião Forjaz) oficia ao Conselho a pedir uma concessão interina do Gabinete de Leitura, “enquanto se não terminasse o contrato com a

Assembleia Académica”, outra associação que no momento se achava ali alojada. Aquele acedeu ao pedido, sendo a concessão temporariamente gratuita, “pagando o referido Instituto a esta Academia Dramática, desde a definitiva extinção da Assembleia Académica, com a prestação razoável que então se convencionará, isto no caso de a Academia Dramática não precisar do referido gabinete” (Livro de Atas do Conselho da Academia Dramática, sessão de 17 de março de 1852).

Ao que parece, ter-se-á extinto a Assembleia Académica logo no mês seguinte, uma vez que, em sessão de 28 de abril de 1852, se menciona a “Assembleia hoje substituída pelo Instituto de Coimbra”. Com efeito, a Academia Dramática discutia naquela sessão como administrar as dívidas e os bens deixados pela Assembleia Académica, decidindo ficar com as suas instalações, no mesmo Colégio, das quais fazia parte o Gabinete de Leitura solicitado pelo Instituto (e que provavelmente constituía então o seu único chão), de modo que se resolveu participar ao Instituto que, caso pretendesse continuar a usufruir do espaço, ficaria obrigado a entregar à Academia Dramática a quantia de 24 mil réis anuais, pagos aos trimestres.

A estratégia da Direção do Instituto parece ter sido a de manter o silêncio, pois a Academia Dramática viu-se constrangida a enviar um ofício ao Instituto exigindo uma resposta acerca do arrendamento do gabinete, passados quase dois meses. Até ao fim de 1852, continua a não haver registo de uma resposta. Mesmo assim, o Conselho da Academia julgou atendível o pedido que o Instituto lhe endereçou de empréstimo do salão para uma sessão solene a 19 de dezembro de 1852. No entanto, geraram-se certas desavenças quanto ao uso de cadeiras pertencentes à Academia Dramática (sessão do Conselho de 11.3.1853). A situação vai-se mantendo mais ou menos equilibrada, até que o Instituto obtém a concessão de uma parte do Colégio, por portaria de 5 de setembro de 1853.

Esta disposição, que responde em simultâneo a duas necessidades da academia emergente, veio participada ao vice-reitor da Universidade de Coimbra, depois de assinada pelo ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Resulta da solicitação que o Instituto enviou à rainha D. Maria II para que se imprimisse na tipografia da Universidade, por conta do Estado, *O Instituto*, e para que lhe fosse atribuído um local para as suas sessões. A resposta do Governo baseia-se nestas premissas:

- é necessário promover e difundir os conhecimentos científicos e literários;
- o edifício do Colégio de S. Paulo é suficiente para alojar a Academia Dramática e o Instituto de Coimbra;
- a comunhão de espaço favorece a coadjuvação científica e literária entre estas duas associações.

E assenta nos seguintes documentos:

- as ponderações feitas pelo Conselho Superior de Instrução Pública em 15 de junho de 1852, e pelo vice-reitor da Universidade no ofício de 18 de junho de 1853;

- o art. 169 da lei de 20.9.1844, que autoriza o Governo a mandar imprimir nas imprensas nacionais de Lisboa e Coimbra os jornais necessários para se promover o progresso e aperfeiçoamento de todos os elementos científicos, literários e artísticos; e o art. 168 da mesma lei, que autoriza o Governo a colocar os estabelecimentos literários e científicos nos edifícios nacionais mais apropriados aos seus usos.

Ordenando assim que:

1º Na tipografia da Universidade seja impresso, por conta do Estado, o jornal do Instituto, pela despesa anual de 150\$000 réis, mediante as seguintes condições:

- que o papel para a impressão do jornal seja fornecido pelo Instituto;

- que metade das colunas do jornal seja reservada para a parte oficial do Conselho Superior de Instrução Pública e das Faculdades, e para o movimento dos hospitais da Universidade, sua receita e despesa, e para outras indicações mencionadas no art. 107 da lei de 20.9.1844;

- que esta concessão e suas cláusulas durem enquanto a publicação não se desviar dos fins úteis com que é criada e o Conselho Superior de Instrução Pública não criar um jornal próprio.

2º Na parte disponível do edifício do Colégio de São Paulo seja definitivamente estabelecido o Instituto de Coimbra, sem que a este seja cobrada a renda com que até agora tem contribuído.

Desde logo, a Academia Dramática opõe-se acerrimamente (sessão de 26.10.1853), por considerar a dita portaria contrária à carta de lei de 15 de setembro de 1841, nomeadamente no artigo 19º, que afirma: “É concedido à associação intitulada Nova Academia Dramática (enquanto se reger por Estatutos aprovados pelo Governo) o usufruto do edifício do Colégio de S. Paulo” (*Estatutos*, 1849: IV). Observando que, na verdade, o Instituto não paga qualquer renda, o Conselho reúne de urgência a 27 de janeiro de 1854, queixando-se do “modo desleal” e “maquinações” com que o Instituto de Coimbra, inquilino de algumas salas da Academia Dramática, tentava “esbulhá-la” da posse das ditas salas, procurando apropriar-se da melhor parte do edifício do Colégio de São Paulo. Pelo que ficou registado neste Livro de Atas do Conselho, parece que o Instituto de Coimbra não chegou a pagar nada à Academia Dramática, e, por outro lado, mesmo depois da portaria de 5.9.1853, o espaço continuava insuficiente e obrigava o Instituto a pedir o empréstimo de salas à Academia.

Por ocasião da visita do rei D. Luís I e da rainha D. Maria Pia de Saboia a Coimbra, em dezembro de 1863, a Direção do Instituto colheu a oportunidade para solicitar de Sua Majestade uma nova casa, dirigindo-lhe uma representação, que o jornal *A liberdade publica*, a 17 de setembro de

1863. De acordo com o articulista, “o Instituto de Coimbra, que hoje conta no seu seio as ilustrações maiores nacionais, e muitas estrangeiras, que muitos serviços prestam à instrução do país, e à boa morigeração dos estudiosos mancebos da Universidade, por ocasião da felicitação que dirigiu a El Rei e Rainha D. Maria Pia, expôs a necessidade de casa para o Instituto poder exercer condignamente o seu importante mister em prol da instrução e educação pública, lembrando um edifício, que hoje serve de depósito a livros de livrarias findas”. Esse edifício seria, precisamente, a próxima sede do Instituto, o Colégio de São Paulo Eremita, ou Colégio dos Paulistas, situado a curta distância daquele onde residia. Em resumo, a alegação que o presidente do Instituto, Jerónimo José de Melo, apresentou e entregou ao Ministro do Reino na presença do rei baseava-se em dois argumentos: a necessidade de um edifício condigno para uma academia científica que deseja expandir-se, e o proveito que se retiraria de distribuir aqueles livros pelos estabelecimentos que deles obteriam vantagem, em vez de se manterem inutilizados. O jornal acrescenta que “o Ex.mo ministro foi no dia imediato, apenas se levantou, ver a casa indicada, e assegurou ao presidente da direção que tomava na mais séria consideração a requisição do Instituto” (*A liberdade*, 13.12.1863).

Essa “casa indicada” viria a ser uma morada de longa duração, uma das quais onde mais tempo permaneceu o Instituto. Esperaria quase cinco anos depois daquela solicitação, mas alcançaria os seus intentos. Situado na Rua Larga, o Colégio de São Paulo Eremita foi o último colégio a ser fundado em Coimbra. A sua origem data da concessão de edifícios na Rua Larga aos religiosos da Ordem de S. Paulo I, Eremita, por D. João V, confirmada depois da reforma pombalina, por provisão de 27 de setembro de 1779, para aí fundarem um colégio. Já depois de começarem as obras, o Colégio foi incorporado na Universidade pela provisão de 28 de maio de 1782. Não chegou a ser construído na totalidade: permaneceu inconcluso até à sua demolição em 1949. Com a extinção das ordens religiosas, passou para a posse do Estado em 1834 e, por portaria de 27 de outubro de 1836, foi cedido à Universidade. O decreto de 21 de novembro de 1848 reconhece o direito de propriedade da Universidade de Coimbra sobre ele e destina-o ao Conselho Superior de Instrução Pública. De facto, a partir desta data até 1859 nele funcionou este organismo, extinto pela lei de 7 de junho desse ano.

Por portaria de 10 de outubro de 1859, o edifício do Colégio foi destinado a depósito dos livros dos extintos conventos e colégios e para prisão académica. Efetivamente serviu o primeiro objetivo, mas não chegou a servir de prisão. Mais tarde, uma nova portaria, de 10 de janeiro de 1867, dava destino aos livros nele armazenados, autorizando o reitor a guardar aqueles que não existissem na Biblioteca da Universidade, ficando os restantes condenados à venda em hasta pública (Rodrigues, 1990: 240). Sendo assim, o espaço ficava livre para a entrada do Instituto, o que sucedeu por ordem da portaria de 5 de junho de 1868, cedendo a Universidade, com autorização do Governo,

o andar nobre do Colégio dos Paulistas, que se tornou, assim, a segunda sede do Instituto. A intervenção do presidente António Augusto da Costa Simões terá sido decisiva para a benesse (*O Instituto*, 43: 260). Eis o conteúdo da portaria:

Ministério do Reino – Direção-Geral de Instrução Pública – 2ª Repartição – Lº 27-nº 502. Foram presentes a Sua Majestade os ofícios do Conselheiro Vice-Reitor da Universidade de Coimbra de 29 de maio e de 2 de junho remetendo as petições da Direção do Instituto de Coimbra, em que a mesma Direção solicita que lhe seja concedido estabelecer a sua sociedade nas salas do Colégio dos Paulistas onde atualmente se acham os livros do Depósito, destinados para a Biblioteca da Universidade, oferecendo ceder as três saletas que ocupa no edifício do antigo Colégio de S. Paulo, para nelas serem colocados os ditos livros até se poder verificar a sua remoção para a Biblioteca, assim como a fazer a despesa necessária com a transferência requerida; e conformando-se o mesmo Augusto Senhor com as informações do Prelado e do Lente Bibliotecário, há por bem anuir à petição do Instituto pela forma indicada, cedendo este as saletas para a colocação dos livros, e correndo por ele não só as despesas com a remoção, mas também a das estantes novas ou da mudança das próprias estantes em que atualmente se acham, conforme parecer mais acertado.

O que assim se participa ao Conselheiro Vice-Reitor da Universidade de Coimbra para seu conhecimento e efeitos devidos.

Paço em 5 de junho de 1868. Conde de Ávila.

Pouco depois, em 1870, foram vendidos ao livreiro francês Demichelis os livros dos colégios extintos, ficando o rés do chão do edifício definitivamente desocupado. Assim se possibilitou a realização de obras nessa divisão, a expensas da Universidade, que era a proprietária do domínio útil do edifício, para a instalação do Museu de Arqueologia do Instituto. Com efeito, em 1873, o reitor, Visconde de Vila Maior, autorizou a instalação do Museu do Instituto em duas salas do pavimento inferior do edifício do Colégio de S. Paulo Eremita.

Enquanto permaneceu neste edifício, o Instituto aceitou a partilhar o espaço com associações científicas e recreativas que o solicitaram. No final de 1877 e princípio de 1878, a Sociedade de Estudos Médicos de Coimbra pediu para as suas reuniões o andar superior do edifício do Instituto. Antes de assinar o contrato, a Direção do Instituto quis assegurar-se de que as divisões eram convenientemente esteiradas pela Sociedade, de forma a não perturbar os leitores da biblioteca. Após negociações, a Direção do Instituto autoriza a Sociedade de Estudos Médicos a sediar-se no Colégio de São Paulo, na condição de poder ser despejada no caso de o Instituto necessitar do espaço. Duas cláusulas do contrato, que aqui destacamos, informam-nos de que a iluminação do edifício se fazia por candeeiros a gás (“6. A Sociedade de Estudos Médicos terá contador e bicos de gás especiais”) e que o Instituto tinha a intenção de colocar o prédio no seguro (“7. A Sociedade de Estudos Médicos pagará metade do seguro anual que o Instituto fizer do edifício no valor de 3 contos de réis, e da sua mobília no valor de um conto e quinhentos mil réis”) (Livro de Atas da Direção, 27.2.1878).

Na mesma época, o edifício do Instituto chegou a ser palco de leilões de livros, geralmente de antigos sócios, como foi o caso do leilão dos livros do falecido João António de Sousa Dória, autorizado pela Direção em 15 de novembro de 1879. Existem pelo menos sete catálogos de leilões que se realizaram na sede do Instituto, o primeiro de 1877, para vender os livros de Francisco da Fonseca Correia Torres, cónego tesoureiro-mor da Sé de Coimbra e sócio do Instituto, e o último de 1887, destinado a leiloar 809 espécies pertencentes ao 2º Visconde de Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), igualmente sócio do Instituto⁴³.

Esta foi apenas uma situação transitória, que terá levado alguns dissabores à Direção do Instituto, que resolveu, assim, a 6 de novembro de 1880, “que para o futuro se não concedesse licença para no edifício do Instituto se fazerem leilões de livros ou de qualquer outra coisa” (Livro de Atas da Direção). Como acabámos de ver, porém, a medida ainda levou algum tempo a ser implementada. Não só os leilões, mas também o teatro que se fazia numa parte do Colégio, começavam a incomodar alguns sócios, que opinavam que seria mais conveniente o Instituto administrar todo o edifício. Para isso, era necessário convencer o reitor da Universidade da justiça das suas pretensões, e foi o que deliberaram fazer em sessão de 11 de dezembro de 1880: “ponderou-se a conveniência de ser absolutamente proibido o teatro que existe nos baixos do edifício do Instituto, assim como de obter do reitor a concessão da casa habitada atualmente por uma mulher que está quase moribunda no mesmo edifício” (*ibidem*). Esta alusão a uma habitante pode hoje soar estranha a quem conhecer a Rua Larga e a zona do polo principal da Universidade de Coimbra, mas naquele tempo era uma zona de habitação, da qual muitos moradores foram desalojados para as obras da Cidade Universitária, em meados do século XX.

O teatro pertencia à Sociedade Recreativa das Famílias, que, tomando conhecimento daquela intenção, requereu para continuar a utilizar a parte do Colégio onde se achava instalada. A Direção do Instituto resolveu fazer-lhe a concessão apenas até 1 de outubro de 1881, devendo a partir daí a Sociedade libertar o espaço, “e que, em convenção escrita pelos requerentes, estes se obrigassem a participar a Epifânio Marques, com a antecipação de três dias, os dias de espetáculo e os de ensaio, para deixarem de funcionar no caso de serem esses dias destinados a serviço do Instituto incompatível com aquele” (Livro de Atas da Direção, 30.1.1881). A Sociedade Recreativa, no entanto, desrespeitou o prazo, pois que o Instituto se viu obrigado a intimar os diretores da mesma para entregarem as chaves e desocuparem a parte do Colégio de que usufruíam até ao dia 26 de novembro daquele ano (Livro de Atas da Direção, 10.11.1881).

⁴³ Para mais informações sobre este assunto, vd. Jorge Peixoto – *Para a história do comércio do livro em Portugal: leilões em Coimbra no século XIX*. Coimbra: Arquivo Coimbrão, 1970 (sep. de *Arquivo coimbrão*, vol. 25).

Há que mencionar, por fim, outras instituições a quem o Instituto emprestou uma parte do espaço do antigo Colégio de São Paulo Eremita, e com as quais, necessariamente, conviveu. Em 1894, regista-se a concessão provisória de uma sala à Sociedade Filantrópico-Académica; em 1898, a recém-criada Sociedade de Antropologia obtém uma sala para as suas reuniões.

A propósito de um pedido da Faculdade de Letras endereçado ao Instituto no princípio de 1912, desvenda-se um pouco a forma como o Instituto e os seus sócios se relacionavam com o espaço onde residiam, através da seguinte resposta ao pedido (Livro de Atas da Direção, 6.2.1912):

Havendo apenas “uma única entrada para o edifício e, dentro deste, para o corredor para onde abrem todas as salas do Instituto, tornando-se assim inevitável o encontro constante dos alunos da Faculdade de Letras [...] com os sócios que ainda hoje frequentam assiduamente a casa e se têm mantido no exato e escrupuloso cumprimento das suas obrigações estatuídas”;

Essa “promiscuidade, com o natural ruído, necessariamente embarçaria o livre exercitar dos direitos desses sócios, que têm todo o jus a encontrar-se inteiramente à vontade no mútuo convívio de uns com outros; e, por outro lado, prejudicaria provável e sensivelmente os serviços das aulas que a douta Faculdade de Letras pretende fazer funcionar nas salas das revistas científicas, salas pequenas, com acesso direto para o corredor comum”;

“A direção do Instituto e o pessoal de guarda ficariam inteiramente privados de exercer qualquer fiscalização sobre os indivíduos frequentadores do Instituto”;

“A direção resolve, por voto unânime, não anuir aos desejos do diretor da Faculdade de Letras”.

Não obstante, no ano seguinte, a Direção acaba por anuir ao pedido do reitor da Universidade de cedência à Faculdade de Letras de dois gabinetes para instalação do Laboratório de Psicologia Experimental (sessão da Direção de 31.1.1913).

Por outro lado, o Colégio dos Paulistas foi, como vimos, o local de instalação do Museu de Arqueologia – depois de Antiguidades – do Instituto, para o qual várias intervenções se empreenderam, com o apoio quer da Universidade quer da Direção das Obras Públicas do Distrito, para além das contribuições individuais de sócios. Mas não só o espaço do Museu se foi melhorando, também a sala de conferências, as salas de leitura, corredores, etc. receberam intervenções, como se pode verificar percorrendo as atas da Direção. Em 1898, o reitor concedia ao Instituto as últimas salas do Colégio, com o objetivo de se alargar o Museu de Antiguidades, planeando-se uma intervenção no edifício. O projeto e o orçamento das obras foram elaborados por Franco Frazão, diretor das obras públicas do distrito, e o engenheiro João Teófilo da Costa Góis, diretor do serviço

dos edifícios públicos do distrito (cf. assembleia geral de 4.6.1898). Em 1913, depois de transferida a coleção do Instituto para o Museu Machado de Castro, o Senado Universitário decide alojar no rés do chão deste Colégio a Associação Académica de Coimbra, o que se efetua em 1914. Em 1915 realizaram-se obras no edifício, bem documentadas nos papéis de despesa do Instituto (pagamento a trabalhadores e material de construção).

Saliente-se, por fim, que, enquanto ali esteve o Instituto, o arruamento conheceu três denominações: primeiro Rua Larga, em 1868 recebe o nome de Rua do Infante D. Augusto e, em 1911, muda o topónimo para Rua Cândido dos Reis – sendo que, atualmente, se chama de novo Rua Larga.

A chegada dos estudantes da Associação Académica haveria de despoletar uma nova transferência física do Instituto. Ocorreu na sequência do episódio chamado de Tomada da Bastilha, que relataremos brevemente de seguida. Tendo sido atribuído à Associação Académica de Coimbra, em 1913, o rés do chão do Colégio de São Paulo Eremita, passando deste modo a partilhar o prédio com o Instituto de Coimbra, que usufruía do andar superior e águas furtadas, em consequência de vagar o inferior por transferência da coleção arqueológica para o novo Museu Machado de Castro, fez-se a instalação, vindo a Académica de uma peregrinação por casas arrendadas ali na alta de Coimbra. A casa nova, concedida por iniciativa do reitor Guilherme Alves Moreira, voltava a juntar, como bem nota Alberto de Sousa Lamy, o Instituto com esta associação de estudantes, originária da Academia Dramática (cf. Lamy, 1990: 202).

Porém, a Académica não ficou totalmente satisfeita com o presente, pois “As instalações dos estudantes eram acanhadas, não oferecendo o rés do chão condições mínimas de higiene e de comodidade” (*idem*: 216). Os estudantes acabaram por conseguir a promessa de entrega do 1º andar, o que ficaria condicionado, naturalmente, à obtenção de novas instalações para o Instituto. De acordo com António de Vasconcelos, essa possibilidade chegou a ser discutida com o presidente do Instituto, Costa Lobo, que, juntamente com os restantes membros da Direção, asseverou não se opor à mudança. Costa Lobo terá dito que “era o primeiro a reconhecer que a Associação Académica não tinha um edifício adequado, e que não havia a possibilidade de o adquirir na conjuntura presente com a verba que para esse fim havia sido concedida pelo Governo. Nestas condições, era até desejo seu cooperar para que a Associação Académica ficasse com todo o edifício do antigo Colégio dos Paulistas, mas que a Sociedade de que era Presidente, e que estava prestando, dizia, os melhores serviços ao país, não tinha recursos para obter edifício, onde se instalasse, e que se lhe afigurava portanto justo que a Junta Administrativa tomasse a seu cargo a instalação do Instituto em qualquer parte do edifício da Universidade, que estivesse disponível, e que custeasse as despesas necessárias

para essa instalação”. António de Vasconcelos informa também que “Já a esse tempo o Presidente do Instituto sondara as disposições do Diretor do Museu de Machado de Castro, que de boa vontade concordaria, se isso fosse necessário, na instalação do Instituto na casa do arco do Bispo, anexa ao Museu, que facilmente, e com pequenas e rápidas obras, se adaptaria a esse mister” (Vasconcelos, 1987: 292-293).

No entanto, o tempo foi passando, e os estudantes da Associação Académica cansaram-se de esperar: “Na madrugada de 25 de novembro de 1920, uma quinta-feira, um grupo de 40 estudantes, em assalto noturno e burlesco ao 1º andar do Colégio dos Paulistas, apoderou-se das instalações do Instituto de Coimbra ou Clube dos Lentes” (Lamy, 1990: 216). Toda a cidade ficou a conhecer o feito, que “foi festejado com repiques de sino na Torre, gaiteiros, filarmónicas e foguetes” (Soares, 1985: 60). O reitor era então Filomeno da Câmara Melo Cabral, que poucos anos antes havia presidido à Direção do Instituto. Segundo se conta, o reitor geriu a situação com bonomia e tranquilidade: “O Dr. Filomeno da Câmara, velho e bondoso reitor, perdoou aos estudantes e transferiu o Instituto de Coimbra para o Arco do Bispo, junto ao Museu Machado de Castro” (Lamy, 1990: 218).

Em relação à forma como o assalto teve lugar, existem testemunhos contraditórios, uns abonam a favor dos estudantes, outros nem tanto. De acordo com Artur Ribeiro (2002: 156), a tomada do 1º andar do Colégio dos Paulistas terá sido ordeira, porque o objetivo do grupo era obter a casa e não vandalizá-la: “ocupado o primeiro andar do edifício, um dos cuidados prioritários foi o de reunir os móveis, livros e outro património pertencente ao Instituto de Coimbra e acondicionar tudo num único espaço devidamente resguardado e selado, não dando azo a qualquer reclamação dos seus proprietários nesse sentido”.

No entanto, um outro depoimento refere que se perdeu documentação do Instituto neste ato de rebelião. Numa carta enviada por Humberto Cruz ao antigo secretário António Gomes da Rocha Madahil, em resposta a um pedido de informações sobre um sócio eleito em 1901, o escriturário do Instituto comenta: “Como V. Ex^a sabe, o arquivo e biblioteca foram seriamente mutilados com o assalto da bastilha, sendo difícil encontrar correspondência muito atrasada, no entanto vai fazer-se uma busca na papelada que se salvou mas que ainda não foi possível ao nosso arquivista a sua ordenação” (Cópias da correspondência expedida, 8.2.1966).

A solução que emergiu foi alojar o Instituto no Arco do Bispo, antigo arco de Coimbra, situado sobre a Couraça dos Apóstolos. Segundo F. A. Martins de Carvalho (1942: 185-186), “foi edificado pelos anos de 1800, pelo Bispo Conde de Coimbra, D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, com o fim de sobre ele estabelecer uma comunicação entre as dependências do paço episcopal e a sumptuosa igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, que em 1772 passou para a posse do

cabido e a servir de Sé Catedral”. Esta seria, portanto, a terceira sede do Instituto de Coimbra, desde novembro de 1920, em consequência de uma evacuação forçada. De acordo com Anselmo Ferraz de Carvalho (*O Instituto*, 108: 2-3), foi por intervenção de António Augusto Gonçalves que o Instituto se transferiu para o Arco do Bispo: “a Associação Académica veio instalar-se nas salas do Instituto que ficaram devolutas pela transferência do Museu de Antiguidades para o Paço Episcopal. Os estudantes, que tinham sido despojados da casa que para eles se ia construindo, tomaram violentamente posse de todo o edifício do Instituto de Coimbra, que assim estava condenado a desaparecer, perdendo-se a sua rica biblioteca. António Augusto Gonçalves salvou-o, promovendo o seu estabelecimento em salas anexas ao Museu Machado de Castro”. Também Augusto Nobre, Ministro da Instrução, e Guilherme Moreira, antigo reitor, mereceram um agradecimento especial do presidente Costa Lobo pelo apoio que prestaram às negociações da transferência da sede (assembleia geral de 13.2.1921). Desta forma, o Instituto teve que batalhar para obter a concessão deste edifício (cf. sessão da Direção de 25.2.1923).

Antes de ser demolido, em 1950, o Arco do Bispo sofreu diversas intervenções para melhoramento do edifício ao longo das décadas de 1920 e 1930, comprovadas por documentos de despesa do Instituto. No relativo pouco tempo que permaneceu no Arco do Bispo, registe-se o plano de obras a realizar na biblioteca proposto por Alberto Pessoa (cf. sessão da Direção de 20.3.1928). Em 1932, obras importantes se concluíram no Arco do Bispo, que o presidente solicitara com insistência desde 1925, agradecendo à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a intervenção no processo (cf. assembleia geral de 14.11.1932).

Apesar de provisórias, as instalações do Arco do Bispo foram ocupadas por mais tempo do que as seguintes. De facto, a quarta sede do Instituto de Coimbra, situada no edifício do antigo Colégio de São Bento, ao Bairro de Sousa Pinto, do lado oposto mas ainda na alta da cidade, apenas albergou a academia por uma década. Começou a ser edificado este colégio em 1576 e teve uma igreja que foi sagrada em 1634, perdurando até à década de 30 do século XX. Tal como os demais, o Colégio seria entregue à Universidade pela portaria de 27 de outubro de 1836. Este edifício foi, por decreto de 21 de novembro de 1848, incorporado no Jardim Botânico (reafirmado por portaria de 13 de agosto de 1860). No ano seguinte, é ali instalado um quartel militar, até que a portaria de 24 de março de 1854 vem autorizar o arrendamento parcial do edifício a um estabelecimento de ensino particular do sexo masculino, afastando dali o quartel.

Por decreto de 30 de julho de 1869, instala-se neste edifício o Liceu Nacional de Coimbra (transferido do Colégio das Artes). O espaço era partilhado com os serviços de botânica e agricultura da Faculdade de Filosofia. Em 1914, o Liceu recebe o nome de José Falcão. Em 1936, este funde-se

com o Liceu Júlio Henriques, dando origem ao Liceu D. João III e passando para novas instalações na Avenida Afonso Henriques. Em 1938, continuava a albergar serviços e instalações do Botânico e, provisoriamente, o Liceu feminino Infanta D. Maria e, de novo, uma secção do masculino de D. João III.

Em 1939, o Instituto obtém concessão do espaço para se instalar, custeando obras de reparação, de acordo com documentos de despesa, em fevereiro de 1939. A boa nova havia sido comunicada em assembleia geral de 12 de novembro de 1936 pelo presidente Costa Lobo, declarando que “o Ministro da Educação Nacional, António de Faria Carneiro Pacheco, resolveu, sem solicitação, conceder ao Instituto de Coimbra uma instalação condigna e que para esse fim dispunha de uma parte do rés do chão e de uma parte do 1º andar do edifício de S. Bento”. O presidente realçou as virtualidades desta concessão ao Instituto, “para poder instalar a sua magnífica biblioteca e as centenas de revistas que anualmente recebe por troca com a sua, para receber condignamente os seus visitantes e dar realização às conferências”. Como forma de reconhecimento, decidiu-se eleger sócio honorário Carneiro Pacheco.

Por esta altura, devido à influência de Costa Lobo, estão ativos núcleos do Instituto, formados por sócios estrangeiros, em Madrid e em Paris, que se reúnem e prestam especial apoio à missão desta academia no exterior. Para o núcleo de Paris, pelo menos, foi disponibilizado um espaço de concentração, segundo se depreende da informação dada pelo presidente em assembleia geral de 8 de julho de 1939: “o Instituto e os seus sócios dispunham presentemente de um magnífico palácio em Paris, na Rua Casimir Perrier, 21, para reuniões oficiais e particulares, devido à bondade do ilustre Ministro da Finlândia, Mr. Frick Ehoströen” (*O Instituto*, 94: 501).

Não ultrapassou dez anos a sua localização no Bairro de Sousa Pinto, uma vez que, em 1948, tanto o Instituto como o liceu feminino de lá saíram. Em 1965, conclui-se a instalação do Instituto de Antropologia numa parte do Colégio de São Bento, aquele que ainda hoje podemos visitar, juntamente com o Instituto Botânico.

O Instituto foi contemplado pela construção da Cidade Universitária empreendida pelo Estado Novo, cabendo-lhe a sorte de habitar o antigo edifício da Imprensa da Universidade, na Rua da Ilha, junto à Sé Velha. Enquanto casa da Imprensa, foi projetado por Guilherme Elsdén e Teodoro Marques Pereira da Silva, na segunda metade do século XVIII. Em 1942, o arquiteto Humberto Reis projetou, com o engenheiro António Alves de Sousa, a modificação das escadas e instalações sanitárias do edifício. Segundo Nuno Rosmaninho, “Em 2 de março [de 1945] teve início a reconversão interior do edifício da Imprensa da Universidade a sede de *O Instituto*, dirigidas por Alberto José Pessoa. As obras concluíram-se em 15 de maio de 1948” (Rosmaninho, 2006: 325). O

Relatório Geral da Cidade Universitária de Coimbra (1960), citado pelo mesmo autor, descreve os espaços resultantes da remodelação: “uma sala de conferências com 106 lugares, uma sala de leitura e reunião, uma sala de convívio dos sócios, gabinete do Presidente, do Secretário e da Revista, três salas de museu e depósito de livros” (Rosmaninho, 2001, II: 46).

A transferência começou em março, e o novo salão do Instituto acolheu a primeira conferência a 12 de maio de 1948. Nessa sessão em que Luís de Almeida Braga apresentou “Dom João Valera e as letras portuguesas do seu tempo”, o presidente do Instituto venceu que a “conferência se realizava já na nova casa destinada à nova sede, que, porém, ainda não estava concluída, faltando principalmente o mobiliário”. Ferraz de Carvalho aproveitou para agradecer ao engenheiro Reis Gonçalves, da Comissão das Obras da Cidade Universitária, que se achava ali presente, a atenção que dedicara às necessidades de infraestrutura do Instituto (*O Instituto*, 111: 414).

A tomada de posse oficial da nova sede efetuou-se a 16 de outubro de 1948 (*idem*: 423): o Ministro das Obras Públicas, Frederico Ulrich, fez a entrega da nova sede do Instituto, na presença do Ministro da Educação Nacional, Pires de Lima, do reitor da Universidade de Coimbra, Maximino Correia, e do presidente do Instituto de Coimbra, Anselmo Ferraz de Carvalho. Após uma visita às instalações pelos ministros e sua comitiva, seguiu-se uma sessão especial, onde tomou primeiro a palavra o presidente do Instituto, manifestando satisfação por se ter resolvido o problema da sede da academia, “que tinha passado por diversas vicissitudes, ficando o Instituto de Coimbra finalmente dotado de instalação própria e condigna”. Agradeceu aos ministros em seu nome e no do Instituto, e também à Comissão Administrativa da Cidade Universitária. Pediu ainda que fosse “desafrentado o edifício, demolindo as velhas casas que se encontravam na sua frente”, o que beneficiaria também a Sé Velha (*idem*: 424).

Remetendo-se em especial ao Ministro da Educação, o presidente sublinhou que o Instituto contava cerca de 600 sócios e recebia um subsídio de apenas 600\$00 mensais; e que por isso precisava de maior auxílio para se manter “todo este belo mobiliário, para que os sócios possam frequentar as salas do Instituto e para que, depois de devidamente catalogadas, sejam encadernados os volumes de tantas revistas que enriquecem a nossa biblioteca”. A esta inauguração assistiram muitos sócios, incluindo os membros da Direção, professores da Universidade e as autoridades civis e militares (*idem*: 424-425).

Em 1954, terá sido palco de uma “Segunda Tomada da Bastilha”, desta vez apenas revestindo um carácter simbólico. Segundo Alberto de Sousa Lamy (1990: 274), «Pelos 4 horas da manhã, de 4 de abril de 1954, um grupo de estudantes *assaltara* o Instituto de Coimbra, pressionando o Governo na construção da nova sede da Associação Académica de Coimbra, na Praça da República. A Assembleia Magna decidiu-se sair do edifício, “o que fez com o Reitor (dr. Maximino Correia) à

frente, como ele pediu. Pela Rua da Ilha, e até à Sé Velha todos passaram por entre alas da polícia da PSP e da PIDE”»⁴⁴.

Quando o Colégio dos Paulistas foi demolido, a Associação Académica teve que se transferir para o Colégio dos Grilos, em 1949, para dar lugar às obras da Cidade Universitária. Descontentes com o espaço, os estudantes manifestaram-se, a 4 de abril de 1954, ocupando de novo as instalações do Instituto, que já se encontrava na Rua da Ilha. Desta vez, a situação resolveu-se sem perdas para o Instituto: «a ocupação do Instituto não durou mais do que aquela noite. O então Reitor, Prof. Doutor Maximino Correia, deu a sua garantia aos estudantes de que os estudos sobre a nova sede da “Associação” seriam apressados. Prometeu... e cumpriu. Poucos meses depois, foi apresentado à Direção da Associação Académica o projeto da nova sede que, aprovada, viria a ser entregue aos estudantes em 1963» (Ribeiro, 2002: 163). Trata-se do edifício que ainda hoje alberga a Associação Académica de Coimbra, junto à Praça da República.

O prédio da Rua da Ilha foi, com o do Colégio dos Paulistas, aquele onde o Instituto mais tempo se demorou. Naquele permaneceu até à sua extinção. Porém, a casa da Rua da Ilha deu grandes preocupações aos responsáveis, porque necessitou com muita frequência de obras de reparação. Existem documentos que apontam para obras no edifício do Instituto logo em 1951. E, desde 1961 pelo menos, surgem no mesmo conjunto documentos de despesa de serviços feitos no telhado do edifício, onde, sem dúvida, mais se notou a insuficiência, a ponto de danificar volumes da biblioteca. De facto, são frequentes as despesas de reparação do telhado deste edifício, sofrendo, ao que parece, de graves infiltrações.

Aliás, terá sido a degradação do edifício uma das causas da extinção do Instituto. Com efeito, a Direção que entrou no pós 25 de Abril, com Luís de Albuquerque à cabeça, esforçou-se por retomar a atividade da academia, que nos anos anteriores havia abrandado, apontando como uma das maiores dificuldades os problemas da estrutura:

Apesar dos graves problemas de instalação com que se defrontou e para que o presidente chamou repetidamente a atenção nos sucessivos relatórios das atividades do Instituto que remeteu às instâncias competentes – o estado deplorável da cobertura do edifício e da instalação elétrica, além da falta de um sistema de aquecimento e de desumidificação que obste à deterioração das traseiras do prédio, situadas abaixo do solo, com perigo iminente para o respetivo recheio, designadamente os depósitos de livros e revistas –, a nova Direção procurou, ao longo do triénio, não só consolidar o Instituto, alargando o número de sócios efetivos, como abri-lo ao mundo exterior, alargando o número de sócios correspondentes e organizando iniciativas culturais com projeção na cidade e fora dela (*O Instituto*, 139: 248-249).

⁴⁴ Lamy cita Arlindo Pinto Gonçalves, “A Segunda Tomada da Bastilha” in *Jornal de Coimbra*, 23.12.1987; e Fernando Luís Mendes Silva, “Assim nasceram as instalações da Associação Académica de Coimbra” in *Jornal de Coimbra*, 4.5.1988.

Ainda se fizeram obras (as últimas registadas datam de dezembro de 1983), mas estas só vieram agravar a situação financeira do Instituto. Os documentos relativos a uma intervenção em 1996 são emanados do gabinete técnico da reitoria da Universidade, respondendo mais a uma necessidade desta do que do próprio Instituto. De qualquer modo, o memorando refere-se a obras de conservação do Instituto de Coimbra, que pretendiam repor as condições necessárias à utilização do edifício. Para esse efeito, propunham-se tratar das principais deficiências: “as infiltrações provenientes da cobertura e as humidades ascendentes provenientes do terreno de fundação” (Arquivo do Instituto de Coimbra, Obras de conservação no Instituto de Coimbra, Memória descritiva e justificativa, 1996). A partir daqui, todavia, o edifício da Rua da Ilha serviria finalidades alheias ao Instituto de Coimbra.

PRESIDENTES E DIREÇÃO

O primeiro presidente do Instituto de Coimbra, Adrião Pereira Forjaz de Sampaio (1810-1874), atuou como o ideólogo da fundação desta academia científica e literária. Estava entre os membros da comissão que redigiu o segundo projeto dos estatutos, e assina como presidente os primeiros estatutos, aprovados em 3 de janeiro de 1852.

Forjaz era sócio da Nova Academia Dramática na classe de literatura. Doutorou-se em Leis (1835), depois tornou-se lente da Faculdade de Direito (desde 1835/1836), distinguindo-se no ensino de Economia Política, foi vogal efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, comendador da Ordem de S. Tiago, fidalgo da Casa Real, presidente do Asilo da Infância Desvalida. Algumas das suas publicações: *Memórias do Buçaco* (1838-1839), *Elementos de economia política* (1839, com várias reedições), *Primeiros elementos da ciência de estatística* (1841) e *Gramática da infância* (1851).

É esta personalidade que lança as bases conceptuais da nova academia, à imagem das academias científicas nacionais e estrangeiras. As linhas do seu pensamento para esta associação de intelectuais encontram-se bem vincadas na Introdução do primeiro volume da revista: “Os membros e sócios do Instituto da Academia Dramática, desejosos de alargar os limites desta sociedade, subordinada à mesma Academia, resolveram no princípio deste ano [1852] constituí-la independente, tendo por fim geral a cultura das ciências e letras – composta de três classes, de Ciências Morais e Políticas, Físico-Matemáticas e de Literatura, Belas Letras e Artes, e com o nome de Instituto de Coimbra”. Acrescenta que “Coadjuvar a Academia Dramática na censura das peças e nas representações teatrais, até então o principal objeto, ficou sendo secundário”.

O princípio da independência política era, para Forjaz, fundamental, não se cansando de o acentuar. Por exemplo, quando as classes selecionavam temas para debate, Forjaz lembrava que “era prática sempre seguida no Instituto nunca discutir nas suas sessões qualquer assunto que de algum modo jogasse com a política interna ou externa” (Livro de Atas da Classe de Ciências Morais e Sociais, sessão de 14.1.1860).

Uma vez assentes os alicerces, Forjaz cede o seu lugar. No artigo “O 1º de Outubro” (*O Instituto*, 1: 137-138), Forjaz declara já não pertencer à Direção do Instituto:

Seus estatutos foram entregues em Coimbra ao presidente do conselho dos ministros, para subirem à régia confirmação. Os regulamentos internos iam a entrar em discussão, quando a direção, pela ausência de muitos de seus membros e demissão de alguns, se desorganizou. Reconstituída em breve, é muito de esperar que os bem combinados esforços dos novos diretores imprimam a esta bela associação o movimento necessário. Reuniões periódicas e refletidas discussões científicas, recitações de prosa e verso e outros trabalhos análogos poderão mostrar que a flor da academia conhece e aprecia

o espírito de seu tempo, e está em comunhão de luzes com os sábios das outras nações. A sorte deste jornal depende da fortuna da associação. Seis meses de duração, em época morta para as fadigas literárias, e dispersos seus colaboradores; seis meses de mais rigorosa pontualidade em sua publicação, sempre anterior aos dias fixados; e isto sem o incentivo do menor interesse pessoal, não só da redação, mas da cuidadosíssima administração, fazem-nos esperar que o 1º de outubro lhe trará certeza de continuação, e não menos de importantes melhoramentos. O Instituto não pertence a uma só das classes que compõem a academia: é dos alunos e dos professores; mais ainda, é de todos os homens de letras não académicos que desejem ilustrar suas colunas. Mas, se a alguma classe mais particularmente pertence, é à da nobre juventude universitária, à flor da academia. Circunstâncias imperiosas nos obrigaram, ao começar um e outro Instituto, sociedade e jornal, a tomar parte, com prejuízo de muitas e penosas obrigações domésticas e públicas, em sua gerência; havemos de ceder a instâncias obsequiosas, porque nos representaram esta anuência como condição indispensável para, naquela ocasião, se dar princípio à obra projetada. Essas circunstâncias cessaram; prevalecem as obrigações. Já não fazemos parte da direção da sociedade; e com o número 15º terminaremos a que nos fora concedida na redação do jornal.

No entanto, o lente de Direito integrou novamente a Direção, como presidente, no biénio 1861-1862, para o qual saiu eleito a 12 de dezembro de 1860. Esta Direção integrava José Ferreira de Macedo Pinto como vice-presidente, António Vitorino da Mota como 1º secretário, António da Cunha Vieira de Meireles como 2º secretário, Filipe do Quental e Jaime Constantino Moniz como vice-secretários, Raimundo Venâncio Rodrigues como tesoureiro.

Das sessões efetuadas, poucos registos se guardam da passagem desta Direção, para além da aprovação periódica das contas e da eleição de sócios. Ainda assim, neste último aspeto, esta Direção merece destaque pelo facto de procurar abrir o Instituto ao exterior, integrando no seu grémio sócios estrangeiros. Em 1861-1862, foram eleitos Giovenale Vegezzi Ruscalla, tradutor do *Frei Luís de Sousa* para italiano, Manuel Rico y Sinobas, catedrático de Física da Universidade de Madrid, Antonio de Aguilar y Vela, diretor do Observatório Astronómico de Madrid, Cesare Cantu, historiador italiano, Pedro Felipe Monlau, da Academia de Medicina e Cirurgia de Barcelona, entre outros.

O relatório que apresentou em sessão de assembleia geral a 2 de janeiro de 1863 veio publicado n' *O Instituto* (11: 249-250), resumindo os resultados alcançados. Refere que esta Direção havia encetado relações amigáveis com associações nacionais e estrangeiras, que tratou da amortização parcial da dívida à Imprensa da Universidade, que diligenciou estreitar as relações especialmente com a Academia Real das Ciências e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, “pelo interesse e empenho que têm mostrado na prosperidade e adiantamento do Instituto”, e ainda que, durante os dois anos desta administração, houve palestras literárias ouvidas por grande número de espectadores. Não se deve esquecer, finalmente, que o *Regulamento do jornal do Instituto de Coimbra*, aprovado em 10 de março de 1861, é da responsabilidade desta Direção.

Em sessão geral de 28 de outubro de 1852, Francisco José Duarte Nazaré (1805-1862) torna-se o primeiro presidente eleito do Instituto de Coimbra. Mais uma vez, um homem de Direito. Doutor em Cânones em 1835, depois professor da Faculdade de Direito, magistrado, juiz de fora em Coimbra e Aveiro, corregedor e provedor na comarca de Coimbra, Nazaré foi deputado às cortes (partido progressista) em quatro legislaturas (1840, 1852, 1853, 1857), vereador da Câmara Municipal de Coimbra (1834-1835, 1837, 1838, 1846) e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra (1843); era também sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e colaborou nos periódicos *Constitucional* (Lisboa, 1840-1842), *Observador* e *Revista jurídica* (ambos de Coimbra).

Após o primeiro biénio, 1853-1854, Francisco Nazaré será reeleito para mais dois, 1855-1856 e 1857-1858. Pode-se dizer, por conseguinte, que se assumiu como o presidente que consolidou a posição do Instituto de Coimbra, impedindo-o de soçobrar durante a infância. Uma das primeiras medidas que tomou foi nomear comissões, uma para conceber o regulamento provisório, outra para examinar o estado da contabilidade da academia e da administração do jornal, e ainda para propor regulamentos para o jornal e para o gabinete (sessão da Direção de 2 de novembro de 1852). A Direção aprovou depois o parecer desta comissão acerca da administração do jornal, achando-se exatas as contas. No mesmo mês de novembro de 1852 eram apresentados o regulamento provisório do Instituto e o regulamento para os cursos de leitura, e, no mês seguinte, o regulamento para o arquivo da secretaria do Instituto. Apenas em 17 de dezembro de 1854 se elege, pela primeira vez, um vice-presidente da Direção, no caso, Francisco de Castro Freire, que sucederia na presidência a Nazaré.

Ao tomar conhecimento da portaria de 5 de setembro de 1853, que facilitava em grande medida o florescimento do Instituto, a Direção, “atendendo a que por esta concessão do governo diminuían as despesas do Instituto, resolveu:

- que, afluindo matéria por parte do Conselho Superior e faculdades académicas, se elevasse, de vez em quando, a dezasseis o número das páginas do jornal, de maneira que não aumentasse a despesa anual orçada em 150\$000 réis;

- que doravante fosse o jornal franqueado para todos os assinantes e sócios honorários;

- que de janeiro de 1854 em diante ficasse a prestação dos sócios efetivos reduzida a 240 réis mensais” (*O Instituto*, 2: 145).

A Direção de Nazaré pautou-se também por uma maior interação com as classes, cada uma delas prestando contas dos seus trabalhos em assembleia geral. Foi a época em que se realizaram os cursos de leitura. Atravessando a data do falecimento de Almeida Garrett, a Direção tomou medidas, instada por requerimento de sócios, para auxiliar o intuito de se erguer um monumento ao escritor

(sessão extraordinária de 31 de dezembro de 1854). Resolveu-se também colocar o retrato de Garrett no salão do Instituto para adornar a sessão de elogio fúnebre.

Foi tempo de começar a lidar com o incumprimento das condições regulamentares por parte dos sócios, particularmente os correspondentes, que descuidavam as suas obrigações. Tempo ainda de gerir os desequilíbrios no seio da própria Direção: em 7 de dezembro de 1856, quando Jacinto António de Sousa é reeleito para secretário, revela estar a executar quase todo o serviço, incluindo o relativo à comissão de redação e ao gabinete, pedindo por isso que o libertassem das funções do 2º secretário e que “o escusassem de tudo o que pertencia à redação e administração do jornal e do gabinete, o que por muitas vezes tinha requerido ao Instituto” (*O Instituto*, 5: 217). Em face da insistência da assembleia para que ficasse, Jacinto António de Sousa acabou por aceitar a nomeação, mas declarando que apenas se responsabilizaria pelas funções do cargo para o qual fora eleito, isto é, de 1º secretário.

No último ano da presidência, 1858, nota-se a ausência de Nazaré, que começa a ser substituído por Francisco de Castro Freire na presidência das sessões. Terá sido para se dedicar ao cargo de deputado que Nazaré se ausentou?

A Duarte Nazaré sucedeu Francisco de Castro Freire (1809-1884), ao que tudo indica (não há registo da eleição). Apesar de se tratar de um período bastante nebuloso, pela falta de registos conservados, o biénio 1859-1860 envolve atuações decisivas da Direção.

Francisco de Castro Freire vem da área da Matemática, onde se doutorou em 1836, ensinando na mesma Faculdade as cadeiras de Astronomia, Cálculo Integral, Geometria Descritiva, Geometria Analítica e Mecânica Racional. Torna-se diretor da mesma Faculdade em 1861-1866 e vice-reitor da Universidade de Coimbra (1875, 1880-1882). Desempenhou ainda os cargos de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e conselheiro do rei, nomeado comendador da Ordem de Cristo. Foi sócio do Instituto da Academia Dramática, colaborou na *Crónica literária*, na *Revista académica*, no *Prisma*, no *Trovador* etc. Para além de poeta e tradutor de Lamartine, Castro Freire destacou-se pelas seguintes publicações: *Elementos de mecânica racional dos sólidos* (1853), *Recreações poéticas* (1861) e *Memória histórica da Faculdade de Matemática nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até o presente* (1872).

O marco de maior significado no percurso desta Direção foi a aprovação dos Estatutos do Instituto de Coimbra, a 30 de março de 1859, com assinaturas de Francisco de Castro Freire como presidente, José Maria de Abreu como vice-presidente, António Bernardino de Meneses como 1º secretário e Albino Augusto Geraldês como 2º secretário. Tudo indica que Raimundo Venâncio Rodrigues se mantinha no posto de tesoureiro, uma vez que é ele que continua a assinar os livros de

contabilidade na década de 1860. No entanto, os nomes que assinam o Regulamento Interno aprovado em sessão da Direção de 21 de novembro de 1860 diferem dos de 1859, exceto o do presidente. São eles: Adrião Forjaz como vice-presidente, José Maria Batista Calisto como diretor da 1ª Classe, José Ferreira de Macedo Pinto como diretor da 2ª Classe, António Vitorino da Mota e António Fortunato Vieira de Meireles como secretários.

É de salientar que nesta altura entraram para o Instituto personalidades que se iriam evidenciar pelo seu dinamismo no seio desta academia, tais como Augusto Filipe Simões (13.1.1859), Filipe do Quental (17.12.1859) ou Manuel da Cruz Pereira Coutinho (4.2.1860). A Direção de Castro Freire destaca-se ainda por ter recrutado para o Instituto os primeiros sócios de origem brasileira: os literatos António Gonçalves Dias e Manuel Odorico Mendes, em 10 de dezembro de 1859.

Para além do trabalho fundamental do assentamento das bases estatutárias – que vigorariam por grande parte da existência do Instituto – a Direção de Castro Freire mandou imprimir os Estatutos e Regulamentos e fazê-los distribuir pelos sócios. Em outros vetores de atuação, procurou angariar assinantes para o jornal e desenvolver relações com o Brasil e com outras academias, portuguesas e espanholas (sessão da Direção de 14.10.1860). Castro Freire e a restante Direção aproveitaram a visita do rei D. Pedro V a Coimbra, no final de novembro de 1860, para lhe oferecerem um exemplar dos Estatutos do Instituto e solicitarem que se declarasse protetor desta academia, o que de facto se cumpriu, coroando assim o esmero desta Direção (*O Instituto*, 9: 260).

Muitos anos depois, Francisco de Castro Freire voltou a ser presidente do Instituto, e por longo período. Por quatro biénios, de 1877 a 1884, Francisco de Castro Freire é sucessivamente eleito presidente do Instituto, e apenas não permaneceu por inteiro o último ano porque faleceu em março de 1884. Raimundo Venâncio Rodrigues, que fora tesoureiro do Instituto desde 1857 até 1866, reentra para o mesmo lugar com Castro Freire, desde 1877 até 1879, data em que, por falecimento, é substituído pelo botânico Júlio Augusto Henriques.

Nota-se que, mais uma vez, a Direção de Castro Freire se acha envolvida na produção de normas, em concreto, o Regulamento aprovado em sessão da Direção de 18 de julho de 1877. Mais tarde, em assembleias gerais de 4 e 7 de junho de 1882, são discutidas e votadas as primeiras alterações aos Estatutos – que, recorde-se, haviam sido obra da primeira presidência de Castro Freire –, sob proposta de reforma assinada por 28 sócios, que pretendem assim remediar “as dificuldades económicas e financeiras em que esta sociedade se tem encontrado nos últimos tempos, apesar da severa administração das últimas direções” (*O Instituto*, 30: 251). Finalmente, a Direção de Castro Freire aprova, em 1882-1883, novas alterações ao Regulamento Interno.

Logo na tomada de posse, a 31 de dezembro de 1876, a Direção de Castro Freire é confrontada com uma dívida na Imprensa da Universidade, decorrente da impressão d'*O Instituto*, para a qual se tornara insuficiente o subsídio do Estado. Com efeito, alguns meses depois era recebido um ofício do administrador da Imprensa da Universidade notificando uma dívida de 347\$370 réis, derivada da impressão do jornal e outros folhetos para o Instituto (Livro de Atas da Direção, 23.6.1877). Tendo sido enviado pela anterior gerência um pedido de aumento da subvenção, o processo não estava concluído, aguardando-se uma resposta do Governo. Por isso, por sugestão de José Epifânio Marques, o presidente solicitou ao reitor da Universidade para que este reforçasse as pretensões do Instituto.

Apesar das dificuldades, a Direção aprovou a atribuição de uma gratificação ao compositor e ao impressor do jornal, no valor de 1500 réis a cada um; e autorizou ainda a despesa da cópia do catálogo da biblioteca. Em termos científicos, a Direção de Castro Freire tomou medidas para incentivar a realização de conferências, que efetivamente se intensificaram neste período. Por um lado, incitou os diretores das classes para que ativassem a vida literária do Instituto por meio de conferências e palestras (Livro de Atas da Direção, 11.1.1879); por outro, desbloqueou os meios necessários à preparação da sala de conferências. Na reunião de 30 de janeiro de 1881, o presidente voltava a insistir para que prosseguissem as conferências, pedindo aos colegas da Direção que contribuíssem para este propósito.

A 10 de abril de 1880, a administração da Imprensa da Universidade volta a alertar para o pagamento em atraso, mas desta vez fixando um prazo de 30 dias. A resposta ficou a cargo do 1º secretário Assis Teixeira e do diretor do gabinete Epifânio Marques, os quais elaboraram uma representação dirigida ao Governo, expondo as razões para se considerar extinta a dívida reclamada pela Imprensa. Por intermédio do sócio José Joaquim Fernandes Vaz, presidente da câmara eletiva, a representação foi apresentada ao Ministro do Reino. A resposta do Ministério concretizou-se através da portaria de 31 de maio de 1880 emanada da Repartição de Contabilidade, que não perdoa a dívida, apenas permite que seja paga em prestações, em vista da qual se decidiu (sessão da Direção de 6.11.1880) efetuar o pagamento em pequenas prestações, de acordo com as disponibilidades do cofre. A diretiva caiu, portanto, como um duro golpe nas finanças do Instituto.

Embora reeleito em 1883, Francisco de Castro Freire já pouco exerce o cargo de presidente no biênio 1883-1884, uma vez que, ainda durante o primeiro ano, entra o vice-presidente António dos Santos Pereira Jardim a dirigir as sessões. Castro Freire morre em março de 1884, Pereira Jardim terá assumido a presidência até ao final desse ano. Trata-se de mais um lente de Direito, especificamente ligado às áreas de Finanças e Direito Civil. António dos Santos Pereira Jardim (1821-1888) havia já sido tesoureiro da Direção e diretor da Classe de Ciências Morais e Sociais.

Entre o primeiro e o segundo mandato de Castro Freire, outras quatro personalidades dirigiram o Instituto (descontando o já citado Adrião Forjaz). Jerónimo José de Melo (1794-1867) é eleito presidente para o biénio 1863-1864, em sessão de 2 de janeiro de 1863. É o primeiro presidente da área da Medicina. Com efeito, Jerónimo José de Melo concluiu a formatura em Medicina na Universidade de Coimbra em 1818 e, desde novembro de 1834, era regente da cadeira de Matéria Médica, recebendo no mesmo ano o grau de doutor. Frequentou a Academia Real de Medicina em Paris e a Royal Institution em Londres, bem como a Universidade de Londres (Fisiologia, Anatomia). Regressou a Portugal em 1839, nomeado nesse ano lente catedrático de Fisiologia. Preparou um compêndio, adotado para o ensino na Universidade e nas Escolas Médico-Cirúrgicas. Foi diretor da Faculdade de Medicina (1864-1867), conselheiro da rainha (1848), deputado (1840-1850, 1858-1859), membro da Junta do Distrito de Coimbra, vogal do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859), presidente da Câmara Municipal de Coimbra (1839), comendador da Ordem de Cristo (1844). Era também sócio do Instituto da Academia Dramática.

Será reeleito depois, a 31 de dezembro de 1864, para o biénio 1865-1866. Não restam, porém, muitos elementos relativos a estes anos de 1863 a 1866, a não ser a informação de sócios eleitos e as contas da gerência. Entraram para o grémio do Instituto os cientistas britânicos Edward Sabine, Balfour Stewart e David Brewster (18.4.1863), Juan Creus y Manso, pioneiro na cirurgia espanhola (18.12.1863), e, entre os portugueses, o poeta José António Monteiro Teixeira, o historiador Simão José da Luz Soriano (31.12.1864), o presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa José Eduardo de Magalhães Coutinho (18.12.1863), ou ainda o filósofo José Maria da Cunha Seixas (23.6.1863).

O horizonte manteve-se nebuloso, pois não se encontram registos da data de eleição e da composição da Direção que se seguiu. Sabemos, porém, que foi António Augusto da Costa Simões o presidente em exercício em 1867-1868, um período muito particular da história do Instituto. É que, apesar de Costa Simões ser um homem de ciência (Medicina) e prestador de grandes serviços à cidade de Coimbra, a atividade do Instituto durante a sua presidência afastou-se dos seus méritos. Nestes anos, o Instituto transformou-se numa autêntica casa de jogos. Não é fácil destrinçar os motivos que o encaminharam para este fim. As pistas de que dispomos são o fraco dinamismo da Direção anterior, descuidando a missão científica, e as declarações de que um grupo de sócios pretendia tornar a casa num espaço de recreio e divertimento. Não obstante, Costa Simões revelou-se uma figura chave para a obtenção de uma nova sede, que se concretizou na sua presidência e sob os seus auspícios, com a portaria do Ministério do Reino de 5 de junho de 1868.

Na sua essencial *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra*, A. M. Seabra de Albuquerque descreve assim o processo: “Pelo decurso do tempo o Instituto foi reformado: à sociedade científica juntaram-lhe uma secção recreativa – triste enxerto em árvore tão frondosa, que, não podendo receber bastante seiva, definhou, morreu e por si mesmo caiu. Mas, como para estas duas sociedades eram acanhadas as salas, e pouca comodidade oferecia o colégio de S. Paulo, tomou pois a sociedade a resolução, por iniciativa do seu presidente, o sr. dr. António Augusto da Costa Simões, então deputado em cortes, de pedir ao Governo de Sua Majestade o colégio dos Paulistas” (*O Instituto*, 19: 46).

Os livros de contabilidade apresentam despesas que atestam a introdução de jogos e lazer no Instituto a partir de fevereiro de 1867. Uma vez que Costa Simões se refere a essa circunstância afetando a sua presidência, afigura-se mais provável que date de 1867 o início da mesma. Os documentos referidos trazem mais uma achega para a determinação dos nomes que constituem esta Direção: Manuel de Oliveira Chaves e Castro e Carlos Maria Gomes Machado assinam como secretários. Foi possível ainda averiguar o nome de Francisco Cabral Metelo e Nápoles como diretor da secção recreativa, segundo notícia do *Jornal de Coimbra* de 30 de janeiro de 1869.

Costa Simões, de facto, lamentaria mais tarde que a sua passagem pelo Instituto ficasse associada a uma orientação menos edificante. No discurso que proferiu na inauguração do Museu de Antiguidades, em 1896, referiu-se assim à sua presidência:

Quanto a reformas durante a minha presidência no Instituto, desejei-as, é verdade, e pugnei por elas; mas não pude consegui-las a tempo, como eu as desejava. A corrente das influências nessa época era no sentido de se organizar uma secção recreativa no Instituto. Depois de ter combatido esta ideia, condescendi em aceitá-la, sob expresso compromisso duma profunda reforma da nossa missão principal: com o melhoramento e amplitude da nossa revista; com a leitura de instrutivas memórias originais; com palestras literárias entre os sócios; com conferências e discussões públicas de assuntos mais importantes; com o devido aperfeiçoamento das disposições da nossa biblioteca; e finalmente com a precisa ampliação, por trocas e por outros meios, do nosso gabinete de leitura. Infelizmente porém a parte recreativa – de jogos de vaza, bilhar, etc., e concomitante conforto dum serviço de serões familiares – ia absorvendo pouco a pouco toda a atividade dos sócios; e perdida a esperança de realizar as minhas aspirações, lavrei o meu protesto com o abandono da presidência. E foi este o único facto da minha passagem por esse cargo de que resultou algum proveito, se foi ele o que motivou a seguinte e próxima reconsideração, desistindo-se da secção recreativa, e voltando os trabalhos do Instituto ao bom caminho, donde nunca deveriam ter-se desviado (*O Instituto*, 43: 270-271).

Na verdade, este homem deixou o seu nome associado a vários momentos importantes, quer da Universidade quer do município que a acolhe: administrador dos Hospitais da Universidade (1870-1885), presidente da Câmara Municipal de Coimbra (1856-1857), apresentou o primeiro projeto de abastecimento e canalização de água a Coimbra; foi também reitor da Universidade de Coimbra (1892-1898). Fez viagens científicas na Europa, nomeadamente, por portaria de 18.8.1864

foi incumbido de uma missão científica, visitando Faculdades e Escolas de Medicina de vários países entre 1864 e 1866; e novamente em 1878 e em 1891. Fundou a primeira Escola de Enfermagem portuguesa (1881 – Escola dos Enfermeiros de Coimbra). Publicou, entre outras, *História do Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Buçaco oferecida ao Instituto de Coimbra* (1855), *Notícia dos banhos de Luso: apontamentos sobre a história, melhoramentos e administração destes banhos* (1859), *Elementos de fisiologia humana com histologia correspondente* (1864), *O ensino prático na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra* (1880).

O rol das despesas de fevereiro de 1867 é suficiente para conceber o tipo de atividades que se praticavam no Instituto por estes anos (Livro da receita e despesa do Instituto de Coimbra 1861-1874):

Renda das casas da rua do Cosme 48\$000
Conserto e limpeza das ditas 15\$255
Despesa com a armação e conserto do bilhar 11\$915
1 dúzia de cadeiras 13\$200
2 jogos de dominó 2\$300
4 cadeiras e canapé de verga 11\$300
9 campainhas 4\$800
1 escrivaninha 1\$080
2 pastas para escrever \$960
1 escova para mesa \$720
5 escarradeiras de lata 2\$000
6 ditas brancas de louça 4\$320
Ao marceneiro por conta da mobília 62\$700
1 dúzia de xícaras brancas e 2 açucareiras(?) 1\$000
6 copos de cerveja 2\$000
2 açucareiras de cristal 2\$000
3 dúzias e meia de xícaras 8\$750
1 colher de prata de açúcar 1\$370
6 copos de água 1\$800
1 jogo de bandejas 11\$720
2 dúzias de botijas 2\$880
Serviço de lata para cozinha 3\$330
Pano cru para panos de cozinha \$480
4 capachos a 100 \$400
1 jogo de xadrez 2\$800
1 jogo de casse tête 1\$000
1 jogo de voltarete 4\$000
1 jogo de assalto \$800
1 moldura \$400
1 jogo de damas 1\$800
6 fosforeiras a 200 1\$200
6 cinzeiros \$680
1 bacia \$130
Gratificação ao arrendatário 2\$000
Despesa com a fábrica do gás 22\$600

Gás consumido neste mês 5\$800
Ordenado ao guarda 10\$500
Ordenado ao contínuo 7\$900

Por sua vez, os elementos de receita constantes do livro mencionado permitem-nos conjecturar a data em que cessou este tipo de atividades lúdicas no Instituto. A partir de julho de 1871 deixa de aparecer o saldo do diretor mensal, um cargo que surgiu associado à gestão da casa de jogos, e em dezembro do mesmo ano regista-se a receita da venda do bilhar, 160\$000.

José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmento (1816-1879) sucedeu a Costa Simões, eleito a 23 de janeiro de 1869, juntamente com Joaquim José Pais da Silva Júnior (vice-presidente), António Fortunato da Cunha Vieira de Meireles (1º secretário), Júlio César de Sande Sacadura Bote (2º secretário), Augusto Carneiro (1º vice-secretário), António João de França Bettencourt (2º vice-secretário) e Francisco António Alves (tesoureiro). Apesar de não haver registo de eleições, tudo leva a crer que o mesmo presidente tenha sido reeleito, governando então de 1869 a 1872. Havia já exercido os cargos de secretário e vice-diretor da Classe de Ciências Físico-Matemáticas e era, profissionalmente, lente de Mecânica Racional na Universidade. Em 1870-1874 desempenhou funções de deputado, e era também fidalgo da casa real e comendador da Ordem de Cristo.

O que se sabe sobre este período da presidência de José Teixeira de Queirós pouco ultrapassa as funções de rotina e a eleição de sócios. Percebe-se, nos livros de receita e despesa, que ainda funcionavam os jogos, pelo menos o bilhar, mas a atividade foi reduzindo, até desaparecerem as referências deste cariz, o que vem situar o fim daquela fase recreativa no período da Direção de José Teixeira de Queirós, tal como havia testemunhado Costa Simões. Em contrapartida, retoma-se em 1871 a publicação da revista, interrompida desde 1867.

Quando é eleito Joaquim José Pais da Silva Júnior (antigo vice-presidente), que apenas governou no biénio 1873-1874, um novo impulso é transmitido à vida do Instituto. Aumenta o número de sócios eleitos e, por outro lado, este presidente incentiva as classes a reavivarem-se. Atravessa a presidência de Pais da Silva Júnior um dos principais momentos da história do Instituto de Coimbra, a saber, a criação da Secção de Arqueologia e a organização do Museu Arqueológico, que encontraram bom acolhimento por parte da Direção. Começam nesta altura as conferências com um carácter sistemático, a partir da intervenção de Fernando Melo em 1873.

Junto com o presidente, encontravam-se a formar esta Direção o vice-presidente João José de Mendonça Cortês, o 1º secretário Júlio César de Sande Sacadura Bote, o 2º secretário Augusto Filipe

Simões, o 1º vice-secretário Augusto Mendes Simões de Castro, o 2º vice-secretário Luís Guedes Coutinho Garrido e o tesoureiro Francisco de Paula Santa Clara.

Joaquim José Pais da Silva Júnior (1832-1907) era doutor (1854) e lente (1855) da Faculdade de Direito (Processos Cíveis, Processo Comercial e Criminal); foi membro da comissão de reforma da administração dos campos do Mondego (1866), da comissão para a extinção dos pântanos e arrozais no distrito de Coimbra (1867) e de outras comissões, presidente da Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra e conselheiro (1880). Exerceu funções de redator da *Revista de legislação e jurisprudência*.

Sucedeu-lhe João José de Mendonça Cortês (1836-1912), igualmente apenas por um biênio, 1875-1876. É mais um lente de Direito, da cadeira de Finanças, doutorado em 1861. Também deputado, chegou a Ministro da Justiça em 1869, par do reino e ministro de Estado honorário; em 1876, foi encarregado de reorganizar os arquivos do Tribunal de Contas, mais tarde tornou-se juiz conselheiro da mesma instituição (1879); dedicou-se ainda aos estudos matemáticos e mecânicos, realizando algumas invenções práticas, nomeadamente no âmbito da aplicação da eletricidade. O vice-presidente desta Direção era Luís da Costa e Almeida, os secretários Manuel de Jesus Lino, José Epifânio Marques, Augusto Mendes Simões de Castro e António de Assis Teixeira de Magalhães, o tesoureiro António dos Santos Pereira Jardim.

Uma nota distintiva deste presidente é a preocupação com o bom funcionamento da biblioteca, tendo procedido ele próprio à catalogação das suas espécies. Para mais, a biblioteca do Instituto viu-se grandemente incrementada neste período, com ofertas e permutas. Outra importante iniciativa desta Direção foi a solicitação ao Governo, apoiada pelo reitor da Universidade, de um aumento de subsídio para a composição e impressão d'*O Instituto* (inalterado desde 1853), argumentando que os trabalhos das classes, a que se juntaram os da Secção de Arqueologia, já não dispunham de espaço suficiente na revista para todos. Para além disso, precisavam de aumentar as dimensões do jornal para poderem cumprir o projeto de publicar valiosos inéditos da Biblioteca da Universidade (Livro de Atas da Direção do Instituto, sessão de 25 de maio de 1876).

Segue-se o longo período da Direção de Francisco de Castro Freire, após o que lhe sucede, para apenas um mandato, em 1885-1886, o lente da Faculdade de Filosofia António dos Santos Viegas (1837-1914). Introduziu novas teorias e processos no ensino da Física, foi reitor da Universidade de Coimbra (1890-1892, 1906-1907), diretor do Observatório Meteorológico e Magnético da mesma Universidade (1880-1914). Encarregue por portaria de 24.10.1866, em 1866-1867 fez viagens científicas a Madrid e a Paris para estudar os processos da Física Experimental,

com vista à reorganização do ensino das ciências e sua aplicação na indústria; por portaria de 1.8.1870 foi nomeado para visitar observatórios astronómicos com o objetivo de colher elementos para a observação do eclipse solar de 22 de dezembro de 1870; em 1881 representou Portugal no Congresso e Exposição de Eletricidade em Paris, sendo nessa altura nomeado cavaleiro da Legião de Honra pelo governo francês.

Por motivos não explicitados, apenas a 12 de dezembro de 1885 se dá a primeira assembleia geral presidida por António dos Santos Viegas. Nela se elegeram sócios os exploradores Brito Capelo e Roberto Ivens, com o título de honorários, por aclamação, proposta por Fernando de Melo. No que respeita a reuniões da Direção, por sua vez, a presença de António dos Santos Viegas foi assídua. Destaca-se como o período de contratação e distribuição das novas insígnias do Instituto, medalha e colar, para o que contava com correspondentes em Lisboa e Porto.

O eminente botânico Júlio Augusto Henriques ocupou o lugar da presidência do Instituto de Coimbra por dois biénios, de 1887 a 1890. Apesar de se ter formado primeiro em Direito (1859), doutorou-se depois em Filosofia (1865), com a tese “As espécies são mutáveis?”. Tornou-se lente de Botânica na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, diretor do Jardim Botânico (1874), do Herbário e Biblioteca do Instituto Botânico (1918-1922), naturalista do Museu, Laboratório e Jardim Botânicos. Foi o fundador da Sociedade Broteriana (1880), juntamente com o *Boletim* da mesma sociedade. Alguns dos títulos que publicou são *Agricultura colonial: meios de a fazer progredir* (1901), *Esboço da flora da Bacia do Mondego* (1913), *A Ilha de S. Tomé sob o ponto de vista histórico-natural e agrícola* (1917).

A presidência de Júlio Augusto Henriques ficou marcada pela realização de obras no edifício do Colégio dos Paulistas, com vista a uma conveniente instalação do Museu de Arqueologia e do gabinete de leitura. Com efeito, as medidas tomadas neste período denotam uma maior atenção da Direção de Júlio Augusto Henriques às questões arqueológicas. Por exemplo, em dezembro de 1889, a Direção resolveu pedir autorização para extrair os capitéis do antigo Convento de Celas que haviam sido cedidos ao Instituto, porque o conjunto ameaçava desmoronar-se. Mais uma vez, a Direção solicita ao Governo um aumento do subsídio para a impressão d’*O Instituto*, pretendendo além disso autorização para reimprimir gratuitamente o volume 10, que se achava esgotado e obstava assim à venda de coleções completas (Livro de Atas da Direção, 14.12.1889).

Atravessou esta Direção o conflito anglo-português culminante no Ultimato de 1890, o que motivou uma das escassas ocasiões em que o Instituto se desviou da conceção veiculada pelo seu fundador, Adrião Forjaz, de não se imiscuir em assuntos políticos. Desta vez, porém, o caso agitou de tal forma os vários setores da nação que o próprio Instituto não ficou alheio. Não só aderiu ao

protesto patriótico da Sociedade de Geografia de Lisboa (sessão da Direção de 19.2.1890), mas também nomeou em assembleia geral (8.2.1890) uma comissão encarregada de redigir, em nome do Instituto, um protesto contra o procedimento da Inglaterra com Portugal no dia 11 de janeiro de 1890, comissão essa formada por Manuel de Azevedo Araújo e Gama, Assis Teixeira (proponente), Filomeno da Câmara Melo Cabral, José Joaquim Pereira Falcão e Júlio Augusto Henriques.

Entrou de seguida José Pereira de Paiva Pita (1840-1922), que no biénio anterior fora vice-presidente. Formado em Teologia, doutor em Direito (1870) e lente de Direito Comercial e Civil; foi juiz, secretário da Faculdade de Direito (1877), reitor do Colégio dos Órfãos de São Caetano de Coimbra, professor de Teologia no Seminário da mesma cidade, governador do Bispado de Elvas (1873) e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra (1903-1905). Publicou *Questões transitórias do Direito Civil português* (1870) e *Breve memória do Seminário Diocesano de Elvas* (1878).

Este presidente viu-se confrontado com o “estado lamentável” em que se encontravam as finanças do Instituto: o défice era considerável, os empregados não recebiam havia três meses, e estavam 90 mensalidades de sócios em dívida. Por isso, foi necessário tomar medidas, que incluíram até um contributo monetário de cada um dos membros da Direção. Foi então resolvido que:

- 1º Cada um dos membros da direção empreste ao Instituto 2.500 réis, emitindo-se para isso 8 a 10 obrigações que depois serão sorteadas e satisfeitas uma em cada mês;
- 2º Aos sócios remissos aplique-se a disposição do art. 63 nº I do Regulamento, para o que desde já o 2º secretário expedirá os respetivos ofícios, avisando urbanamente cada um deles;
- 3º Organize-se uma lista completa dos sócios existentes, depois de excluído algum que se recuse ao pagamento, e publique-se esta lista no jornal do Instituto, sendo depois anualmente publicadas as modificações da mesma, para deste modo bem se apurar o número dos sócios atuais;
- 4º Observe-se temporariamente, até nova deliberação, o seguinte horário para abrir e fechar o edifício do Instituto: abertura às 9h, encerramento às 18h, exceto nas vésperas de feriado em que se conservará aberto até às 20h;
- 5º Contando que vai sair do serviço do Instituto o empregado Guilherme José, não será provido o seu lugar enquanto não melhorarem as condições financeiras, sendo outro criado encarregue da guarda da casa, de acender as luzes e restantes serviços internos, fazendo-se a cobrança por pessoa [estranha] com quem se ajuste uma remuneração por este trabalho (cf. Livro de Atas da Direção, 25.10.1891).

O presidente propôs ainda uma outra medida destinada a equilibrar as contas: em reunião da Direção a 13 de dezembro de 1891, lançou a ideia de se colocarem anúncios na revista, estando em mira a negociação com uma casa espanhola. Passado um ano, porém, as negociações não chegaram a avançar (Livro de Atas da Direção, 14.12.1892). Na coleção d’*O Instituto* continuava incompleto o volume 10, o que obstava à sua venda, faltando, para mais, um cobrador e distribuidor da revista.

Entretanto, por falecimento dos dirigentes, a Secção de Arqueologia e o Museu estavam “em grande abandono” (*ibidem*), decidindo-se nomear interinamente Júlio Augusto Henriques para conservador do museu e para tomar as medidas necessárias. Apesar das dificuldades, não deixou esta Direção de renovar as assinaturas de periódicos estrangeiros.

Durante estes anos, revelou-se muito empenhado o sócio efetivo e diretor da Classe de Ciências Físico-Matemáticas José Epifânio Marques (1831-1908), lente de Medicina e clínico nos hospitais da Universidade. Foi também diretor do gabinete de leitura, tesoureiro da Secção de Arqueologia e secretário da Direção. Não surpreende, pois, que tenha sido eleito presidente para o biénio 1893-1894, e depois reeleito para 1895-1896. Mantiveram-se nestes dois biénios o vice-presidente, António de Assis Teixeira de Magalhães, o 1º secretário, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, e o 2º secretário, Francisco Miranda da Costa Lobo.

A primeira intervenção de José Epifânio Marques, na sessão de tomada de posse, a 15 de janeiro de 1893, foi para solicitar a coadjuvação de todos na direção e administração do Instituto. Prosseguiu nas medidas destinadas ao saneamento financeiro e a reabilitar o Museu. Por já estar reimpresso o volume 10, abriu-se a possibilidade de organizar coleções completas d’*O Instituto*. Mais uma vez, resolveu-se solicitar ao Governo um aumento do subsídio para a sua publicação, com o propósito de a acrescentar em cada número com uma secção de arqueologia e inéditos. A representação, entregue em julho de 1894 por intermédio do conselheiro Bernardino Machado, pedia a elevação do subsídio anual de 150\$000 para 200\$000.

Para além das dificuldades financeiras já descritas, ainda tiveram que negociar com a herdeira do tesoureiro Abílio Augusto da Fonseca Pinto, que faleceu em exercício em 1893, a restituição do saldo pertencente ao Instituto e que estava em poder de seu pai. Outra medida colocada em prática foi o envio a todos os sócios correspondentes de um convite para assinarem *O Instituto*, por um preço de 2\$000 réis.

Por motivos alheios à sua atuação, Epifânio Marques viu-se forçado a apresentar a demissão da Direção eleita em 26 de janeiro de 1895, na assembleia geral de 24 de maio de 1896. Era o culminar da polémica levantada dois meses antes em torno da ortografia adotada na revista, e que envolveu, naturalmente, a demissão da comissão de redação⁴⁵. O voto de louvor que a assembleia

⁴⁵ A comissão de redação encarregada de superintender a publicação do volume 43, de 1896, que integrava António Augusto Gonçalves, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1º redator), António José Teixeira de Abreu, Francisco José de Sousa Gomes e Joaquim Mendes dos Remédios (secretário), decidiu uniformizar a ortografia da revista, fazendo com que todos os textos apresentassem o mesmo modo de escrever. Anteriormente, portanto, cada artigo saía à luz na ortografia adotada pelo autor, resultando daí uma disparidade de formas de escrita dentro de cada volume. Para acabar com esta “vergonhosa incoerência de grafias”, que, no seu entender, só trazia descrédito à academia, a comissão de redação decretou a uniformização da ortografia, com base no modelo etimológico. Em particular, António de

endereçou à Direção demissionária demonstra que os seus serviços foram apreciados e que não estavam em causa as suas qualidades de gestão mas apenas uma divergência de opiniões.

Seja como for, o episódio deu azo a que subisse ao lugar de presidente da Direção do Instituto uma das mais emblemáticas figuras que naquela cadeira se sentaram, o pedagogo e político Bernardino Machado. O cunho pessoal deste homem ficou bem marcado pelos largos anos que presidiu ao Instituto, desde 1896 até 1908. Doutor em Filosofia (1876) e professor catedrático da mesma Faculdade em 1879, havia já sido Ministro das Obras Públicas (em 1893-1894) quando entrou para a presidência do Instituto. Pedirá mais tarde a exoneração de catedrático da Universidade de Coimbra, em solidariedade com os estudantes da greve académica de 1907. Integrou o Governo Provisório da 1ª República, em 1910, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi presidente do Ministério em 1914 e em 1921, Presidente da República Portuguesa em 1915-1917 e em 1925-1926.

Ressalta de imediato, a partir da assembleia geral de 4 de julho de 1896, mês e meio depois de ter sido eleito, a grande quantidade de sócios admitidos, quer honorários, quer efetivos, quer correspondentes. Entre eles, pela primeira vez, e logo na primeira nomeação de sócios, mulheres que acedem ao grémio do Instituto. São elas Maria Amália Vaz de Carvalho e Carolina Michaëlis de Vasconcelos (honorárias), Amélia Janny e Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho (efetivas). Há que registar os obreiros que, juntamente com Bernardino Machado, operaram esta modificação. A Direção de 1896 completava-se com Manuel de Azevedo Araújo e Gama como vice-presidente, Afonso Costa como 1º secretário, Basílio Augusto Soares da Costa Freire como 2º secretário, Manuel Joaquim Teixeira como 1º vice-secretário, Luís dos Santos Viegas como 2º vice-secretário, Joaquim de Mariz era o tesoureiro.

Vasconcelos considerava oportuno que o Instituto promovesse o debate a nível nacional: “Nenhuma corporação científica em Portugal havia ainda olhado para problema de tanta gravidade. Não ficaria bem ao Instituto tomar a iniciativa duma reforma da linguagem, tão deturpada sempre pela ignorância, e muitas vezes pela petulância e má fé?” (*A questão*, 1896: XI). Advertidos os autores, começaram os redatores, em janeiro de 1896, a praticar a ortografia etimológica. No entanto, levantaram-se vozes dissonantes, ou porque não concordavam com o modelo escolhido ou porque pretendiam manter a sua própria ortografia, e o assunto foi levado à Direção. Os membros da comissão de redação, perante as críticas, apelaram a um debate científico da questão, disponibilizando as páginas da revista para o efeito. Nas reuniões da Direção, faltou o apoio aos redatores, vários sócios manifestaram desacordo com as suas opções (nomeadamente, Assis Teixeira, Costa Lobo, Paiva Pita, Eugénio de Castro e Júlio Henriques). Para dissolver o impasse, Bernardino Machado elaborou, em meados de maio, uma proposta conciliatória, segundo a qual a Direção nomearia uma comissão para definir sobre bases científicas a nova ortografia da revista, composta de seis membros, três propostos pela Direção e três pela comissão, cujas decisões se comprometeriam ambas as partes a acatar. Contudo, a proposta não chegou a ter efeito e logo depois a Direção apresentava a demissão, em assembleia geral de 24 de maio de 1896. A comissão de redação entendeu que cessava igualmente o seu mandato por demissão da Direção que a nomeara. Com a nova Direção presidida por Bernardino Machado, entra também uma nova comissão de redação, que atua a partir do nº 6 (jun. 1896) do volume 43. É composta por Afonso Costa (secretário), Bernardo Aires, José Frederico Laranjo (1º redator), Luciano António Pereira da Silva e Manuel de Azevedo Araújo e Gama. Quanto à ortografia, tudo voltou ao anterior estado. Para mais pormenores sobre esta polémica, ver *A questão orthographica e o Instituto de Coimbra: documentos e explicações*. Coimbra: Typ. França Amado, 1896 (que, é preciso ter em conta, apresenta a perspetiva de António de Vasconcelos e seus pares) e sobretudo as sessões da Direção de 22 e 28 de março (Livro de Atas) e a assembleia geral de 24 de maio de 1896.

Os interesses científicos do presidente refletiram-se nas atividades do Instituto e no rumo dado à revista, no sentido de privilegiar questões pedagógicas e antropológicas. Por exemplo, na sessão de 28 de janeiro de 1899 ouviu-se uma palestra sobre o plano geral da reforma do ensino. A organização dos cursos populares é o expoente máximo da transposição dos ideais republicanos do presidente para a atividade do Instituto. Outro sinal foi o do íntimo relacionamento do Instituto com a Sociedade de Antropologia, constituída em grande parte por sócios do Instituto, e dispondo de uma sala para reuniões por este cedida.

Logo após a sua eleição, a Direção presidida por Bernardino Machado decidiu promover a reconstituição das classes, que estavam há muito estagnadas. A Secção de Arqueologia, em particular, vive na Direção de Bernardino Machado o seu período áureo. Logo em junho de 1896, a Direção do Instituto concede-lhe um subsídio mensal de 5 mil réis, para serviços de limpeza, conservação e arrumo do Museu. Em relação ao restante edifício (salas, biblioteca, livros, móveis, etc.), foram também realizadas reformas materiais e contratou-se um seguro dos livros e mobília. As despesas de reinstalação provocaram um déficit de 60\$000 nas contas da Secção de Arqueologia, em 1899, em vista do que a Direção do Instituto avançou com 10\$000 réis e o presidente ofereceu os restantes 50\$000 réis.

Acentuou-se, com a Direção de Bernardino Machado, a união com a comunidade académica, manifestada em saraus oferecidos pelo Instituto aos alunos laureados da Universidade. Mas também se alargou consideravelmente o relacionamento com o exterior, através da eleição de grande número de sócios, incluindo correspondentes estrangeiros, com especial destaque para figuras da área do ensino e da pedagogia, não só de Portugal mas também de Espanha.

Em assembleia geral de 19 de dezembro de 1908, António de Assis Teixeira de Magalhães (1850-1914) é eleito presidente para o biénio 1909-1910. Sócio efetivo desde 1873, Assis Teixeira revelara-se bastante interventivo na atividade do Instituto, tanto nas classes como na Direção, onde já tinha sido secretário e vice-presidente. Havia recebido o título de Conde de Felgueiras em 1907, era doutor e lente da Faculdade de Direito, na especialidade de Finanças, destacando-se também como redator da *Revista de legislação e jurisprudência*.

A primeira preocupação da Direção de Assis Teixeira foi tomar conhecimento do estado financeiro da sociedade e implementar medidas de poupança, que incidiram sobretudo na revista. Assim, aprovou a redução da tiragem d'*O Instituto* de 900 para 750 exemplares, porque destes ainda sobravam mais de 50 para o arquivo. Nesta mesma sessão de 18 de fevereiro de 1909, resolveu suspender de imediato o envio da revista aos sócios que não pagassem as quotas. Em contrapartida, decretou um aumento do salário do guarda e do amanuense que trabalhavam para o Instituto.

Por outro lado, alterou a política de eleição de sócios que vinha sendo seguida na Direção anterior. Ou seja, mediante proposta do presidente, decidiu-se que dali em diante não se dispensaria nenhuma das formalidades exigidas pelos Estatutos. Em particular, no caso de admissão motivada por diplomas académicos, restringiu-se o critério de aceitação aos candidatos que tivessem obtido diplomas de classificação em dois anos do curso segundo o regime antigo, ou em seis cadeiras segundo o regime atual (Livro de Atas da Direção, 18.2.1909). Esta Direção realizou ainda melhoramentos nos espaços da sede, apoiou o Museu de Antiguidades e promoveu conferências, mas logo no biénio seguinte sai eleito um novo presidente, também ele apenas por dois anos.

O lente de Medicina Filomeno da Câmara Melo Cabral liderou a Direção de 1911-1912, acompanhado de Guilherme Alves Moreira como vice-presidente, José Alberto dos Reis como 1º secretário, Luís dos Santos Viegas como 2º secretário, José Lobo de Ávila Lima como 1º vice-secretário, Manuel Joaquim Teixeira como 2º vice-secretário e Joaquim de Mariz como tesoureiro.

Filomeno da Câmara Melo Cabral era doutor em Medicina (1870), lente de Histologia, Fisiologia Geral e Anatomia, diretor do Gabinete de Histologia e Fisiologia Experimental (1882-1911). Foi médico e diretor do hospital de Vale das Furnas, Açores (1872), e mais tarde administrador dos hospitais da Universidade de Coimbra (1911-1915), encarregado de várias missões científicas (em 1885 viajou a Espanha para estudar a epidemia de cólera) e provedor da Misericórdia de Coimbra (1886-1888). Após a passagem pelo Instituto chegou ao posto de reitor da Universidade de Coimbra (1919-1921).

Para além do facto de se ter promovido a eleição de todos os cargos das classes (o que nem sempre acontecia) e da admissão de sócios, dois vetores sobressaem desta Direção. O mais original traduziu-se na cedência da coleção do Museu de Antiguidades do Instituto ao novo Museu Machado de Castro, decisão tomada por solicitação do Conselho de Arte e Arqueologia da 2ª circunscrição do país, em reunião de 8 de agosto de 1912. O outro tem a ver com o problema que se arrastava da dívida à Imprensa da Universidade, causada pelo facto de o subsídio do Governo não ser suficiente para cobrir as despesas de edição d'*O Instituto*. Desta vez, a Direção seguiu a sugestão comunicada pela administração da Imprensa da Universidade no sentido de se reduzir uma folha de impressão em pelo menos 6 dos 12 números anuais da revista (Livro de Atas da Direção, 22.1.1912).

De seguida foi eleito o mais marcante presidente da história do Instituto de Coimbra, Francisco Miranda da Costa Lobo. Assumiu a presidência a 23 de janeiro de 1913 e nela se manteve até morrer, em 1945. Passou mais de 32 anos na Direção do Instituto, e não se pode dizer, de forma nenhuma, que tenha sido um período estaque.

Francisco Miranda da Costa Lobo era doutor em Matemática (1885) e professor da mesma Faculdade (1893); astrónomo, diretor do Observatório Astronómico e depois da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (1930); fundador (1917) e presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. Foi ainda governador civil de Coimbra (1889) e deputado pelo partido progressista (1905, 1906, 1908). Fundou e dirigiu a *Gazeta nacional* (1891-1894) e publicou, entre outras, *Resolução das equações indeterminadas* (1885), *Les nouveaux instruments spectrographiques de l'Observatoire astronomique de l'Université de Coimbra* (1887), *Atmosferas e temperaturas astrais: novas bases para física geral* (1916), *A ação marítima dos portugueses* (1929). Enquanto diretor do Observatório Astronómico, a ele se deve a instalação do espectro-heliógrafo, instrumento adaptado às observações solares, que permitiu a troca de informações com outros observatórios europeus, e a fundação dos *Anais do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra*.

Com este presidente, o Instituto entra numa fase de expansão, com o envolvimento em diversas frentes, com um funcionamento pleno, consolidando o seu estatuto de academia científica e literária, que agora não apenas se afirmava internamente mas até a nível internacional. Também é certo que muita desta projeção que o Instituto adquiriu com Costa Lobo ficou a dever-se à interligação com a Universidade, agilizada pelos cargos que o presidente aí desempenhou.

Na tomada de posse do segundo biénio (25 de abril de 1915), a Direção avançou “um programa de realização segura e útil ao prestígio do Instituto, sendo seus pontos fundamentais as conferências científicas por sócios nacionais e estrangeiros e as comunicações científicas a inserir na revista”. Para além disto, o 1º secretário, Carneiro Pacheco, sugeriu que se desse “a máxima publicidade a todos os atos que possam interessar a vida científica do Instituto, quer na revista quer pela imprensa diária” (Livro de Atas da Direção, sessão de 25 de abril de 1915).

Um outro aspeto desta presidência tem a ver com as ligações à política, que nem sempre se configuraram tão inofensivas como era tradição. Por vezes, surgiam associadas a acontecimentos de grande impacto, como quando Costa Lobo propôs que fossem nomeados sócios honorários os chefes de Estado e as figuras que se notabilizaram entre os aliados, no final da 1ª Grande Guerra Mundial (assembleia geral de 28.11.1918). Para além disso, denotam alguns artigos de Costa Lobo na revista as suas posições nacionalistas e imperialistas.

Sem embargo, Costa Lobo transformou-se num presidente idolatrado, que a assembleia de sócios quis proclamar honorário logo em 1921, ainda em pleno exercício, resolvendo por acréscimo colocar o seu retrato na sede, em homenagem e agradecimento pelos serviços prestados ao Instituto (assembleia geral de 25.7.1921). Nem por isso a Direção de Costa Lobo abrandou o passo. Em dezembro do mesmo ano, dava conta à assembleia dos esforços empregues para melhorar as

condições financeiras da academia. Para este efeito, decidiu atualizar os valores das quotas dos sócios, passando a dos efetivos a 1 escudo mensal e a dos correspondentes a 10 escudos anuais. Foi o secretário Diogo Pacheco de Amorim quem chamou a atenção para esta urgência, em vista da progressiva desvalorização da moeda (assembleia geral de 4.1.1923).

Segundo Anselmo Ferraz de Carvalho, a presidência de Costa Lobo “conseguiu romper o isolamento a que o Instituto ia sendo arrastado, trazendo para o seu grémio nomes consagrados de Portugal e do estrangeiro, dominou obstáculos financeiros que pareciam irremovíveis e promoveu, com o maior êxito, numerosas conferências” (*O Instituto*, 105: III). A lista de sócios admitidos por intermédio desta Direção é, em termos comparativos, das mais extensas na história do Instituto, sobressaindo nela a forte componente estrangeira. Muitas destas nomeações resultam dos contactos reunidos por Costa Lobo nos diversos eventos em que participou, conseguindo inclusivamente trazer alguns colegas da comunidade científica internacional a Coimbra, para realizarem conferências no Instituto. Foram os casos do astrónomo Lucien d'Azambuja, do Observatório de Meudon, de Gabriel Koenigs, do Instituto de França, ou do matemático Rudolf Fueter.

É um aspeto distintivo desta presidência a menção repartida por várias sessões de assembleia geral da leitura de correspondência enviada por diversas sociedades científicas do estrangeiro. Por outro lado, em França criou-se nesta época um núcleo, uma espécie de delegação do Instituto, integrando sócios daquela nação, muitos do Instituto de França, presidindo-a Alfred Baudrillard. É declarada a preferência de Costa Lobo pelas relações luso-britânicas, propondo inclusivamente, em assembleia geral de 20 de outubro de 1926, que o Instituto promovesse, por meio de conferências e da revista, a difusão da cultura inglesa em Portugal, o que realmente se concretizou.

Para o final da presidência de Costa Lobo, tomou forma mais uma manifestação do dinamismo que esta Direção imprimiu no percurso da academia. Foi resolvido, em assembleia geral de 2 de janeiro de 1940, criar alguns serviços especiais, associados principalmente à redação da revista, merecendo realce as secções “Publicações e sumário do movimento científico mundial”, “Informações sobre assuntos económicos e científicos”, “Propaganda” e “Movimento legislativo científico e literário”.

O reconhecimento do valor desta ação manifestava-se no apoio material que sucessivos governos lhe concediam, culminando no Decreto do Governo de 6 de fevereiro de 1929, que declara o Instituto de Coimbra uma instituição de utilidade pública. Decorrente da proposta dos Ministros das Finanças e da Instrução Pública, respetivamente, António de Oliveira Salazar e Gustavo Cordeiro Ramos, o decreto fundamentava-se no pressuposto de que o Instituto prestava relevantes serviços à

nação, independentes de exploração comercial, e no de que o Estado devia prestar todo o apoio a este tipo de instituições⁴⁶.

Por outro lado, atravessou uma situação difícil, decorrente da extinção da Imprensa da Universidade, em 1934, com as consequências que acarretou para a revista e outras publicações do Instituto que estavam em curso. Para contornar a situação, resolveu-se, por instâncias do sócio A. G. da Rocha Madahil, recorrer à Tipografia Popular da Figueira da Foz, que durante alguns anos teve o encargo da edição da revista, passando depois para a Coimbra Editora. Não foi, no entanto, perdido o apoio do Estado, uma vez que, em assembleia geral de 29 de julho de 1935, o presidente comunicava que a Junta de Educação Nacional havia concedido um subsídio de mil escudos para a publicação d' *O Instituto*.

Foi também na presidência de Costa Lobo que se preparou e aprovou a reforma dos Estatutos, “justificada pela necessidade de ajustar a associação à vida atual, de que é exemplo o facto de há muitos anos se cobrar 25\$00 de cota semestral a cada sócio, havendo necessidade de acompanhar tanto quanto possível a subida do custo de vida” (assembleia geral de 21 de dezembro de 1937 – *O Instituto*, 93: 494).

O prestígio do Instituto enfatizava-se não apenas a nível científico, mas também nos meios artísticos. É neste sentido que Costa Lobo, em assembleia geral de 31 de janeiro de 1939, chama a atenção para “o entusiasmo com que no estrangeiro tem sido recebida a atuação do Instituto, manifestada até por importantes ofertas de valiosas obras de arte, salientando a contribuição do escultor Marcel Sandoz, bem conhecido nos meios artísticos internacionais, e do notável pintor e cientista Nicholas de Roerich”. Por isso, não admira que os sócios fizessem questão de louvar o presidente, “incansável na expansão e valorização do Instituto de Coimbra em Portugal e no estrangeiro” (*O Instituto*, 94: 95).

Ao que parece, tudo isto era conseguido sem prejuízo da contabilidade. Segundo o relatório que o tesoureiro Amadeu Ferraz de Carvalho apresentou em assembleia geral de 6 de dezembro de 1943, o Instituto, apesar de dispor de escassos recursos, conseguiu satisfazer todos os seus compromissos, publicar anualmente dois volumes da revista, e ainda outras publicações ocasionais. Também é certo que os bons ares do Instituto atraíram donativos que muito auxiliaram as contas. Foi o caso dos contributos de Ricardo Espírito Santo (década de 1940), Marquês de Faria (1928) e António Augusto de Carvalho Monteiro (1918), daí que tenham sido agraciados com o título de beneméritos.

⁴⁶ *Diário do Governo*, II série, 26 de fevereiro de 1929.

Apesar de reeleito a 22 de dezembro de 1944, Francisco Miranda da Costa Lobo não voltou a presidir às reuniões. Faleceu poucos meses depois, sendo substituído (como prescrevem os estatutos) pelo vice-presidente, Anselmo Ferraz de Carvalho. Este professor da Faculdade de Ciências, sócio honorário desde 1935, seria depois eleito para o biénio 1947-1948, e reeleito sucessivamente, ocupando a presidência do Instituto até 1954, falecendo a 26 de fevereiro do ano seguinte. Ao longo destes anos, Diogo Pacheco de Amorim ocupou sempre a vice-presidência, de onde ascenderia depois ao lugar cimeiro.

Anselmo Ferraz de Carvalho nasceu a 14 de dezembro de 1878, em Tondela. Doutorou-se em Filosofia (1901), com a tese “Fenómenos magneto-óticos”, tornou-se lente da Faculdade de Filosofia (depois da de Ciências) da Universidade de Coimbra desde 1902 até 1948 (Antropologia, Mineralogia, Geologia, Geografia e Física do Globo), passando a ensinar também Geografia na Faculdade de Letras a partir de 1911. Foi diretor do Observatório Meteorológico e Magnético (mais tarde designado Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra) desde 1914, do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico, e da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (1933-1939); chegou a vice-reitor da mesma Universidade. Entre outras funções, representou Portugal na Secção de Sismologia da União Geodésica e Geofísica Internacional (1923), e presidiu ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizado no Porto em 1942.

Coube-lhe a extrema responsabilidade de sustentar a elevada posição em que o anterior presidente colocara o Instituto, mais do que qualquer outro, e não desapontou. Uma das primeiras propostas de Anselmo Ferraz de Carvalho (assembleia geral de 19.7.1945) foi que se agilizasse a reunião diária dos sócios, pelo valor que tinham estas reuniões para a intensificação da vida do Instituto. No entanto, a configuração das listas de sócios admitidos mudou de imediato, tornando-se visível uma maior proporção de efetivos, ao contrário da Direção anterior, que propunha principalmente correspondentes, muitos estrangeiros.

Foi novamente atualizada a quota de sócios, que se estava a tornar insuficiente para cobrir as despesas, passando a cobrança para três vezes por ano da quantia de 25\$00 (assembleia geral de 1.7.1947). Porém, como as despesas continuavam a subir, foi aprovado novo aumento a 15 de fevereiro de 1949, passando para 100\$00 (anuais).

Anselmo Ferraz de Carvalho deu sequência ao imenso trabalho de Costa Lobo, não deixando cair o Instituto. Dinamizou as conferências, os estudos e outras sessões do Instituto, orientou a passagem da academia para o novo edifício na Rua da Ilha, manteve o nível de interesse da revista, promoveu as relações nacionais e estrangeiras, renovou o grupo dos sócios. Para esse efeito, contou com o importante apoio do secretário Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, filho do anterior presidente e também ele muito empenhado no sucesso do Instituto. O método que adotava era

sobretudo o contacto com sábios estrangeiros e portugueses, obtendo deles um contributo para o desenvolvimento do Instituto (cf. reunião da Direção de 18.12.1946 – *O Instituto*, 110: 165).

Por sua vez, este presidente atuou com maior afinco sobre a biblioteca, na passagem para o novo edifício, providenciando a sua reorganização, inventário, catalogação e encadernação (reunião da Direção de 3.12.1948). Por outro lado, coube-lhe a sorte de ser o presidente em exercício no centenário da academia, comemorado de acordo com as suas diretivas. Neste âmbito, o presidente conseguiu congrega o apoio de diversas individualidades e de entidades que não deixaram passar em silêncio o centenário de uma das mais antigas academias do país.

Apesar de ter sido presidente do Instituto durante cerca de vinte anos, não se conservou qualquer registo oficial de eleição/reeleição de Diogo Pacheco de Amorim. Anselmo Ferraz de Carvalho faleceu a 26 de fevereiro de 1955, de modo que, ou estava ainda em exercício e foi substituído, ou então houve antes uma eleição de Pacheco de Amorim. Apenas as capas da revista nos vão informando da composição da sua Direção, desde o volume 117 (1955) até ao 136 (1973). Nos primeiros anos, Diogo Pacheco de Amorim foi acompanhado por João Pereira da Silva Dias na vice-presidência, como secretários Francisco Teixeira de Queirós, Joaquim de Carvalho, Aristides de Amorim Girão, Alberto Moreira da Rocha Brito, Torquato Brochado de Sousa Soares, Luís Reis Santos, Francisco de Sousa Nazaré, e o tesoureiro José Campos de Figueiredo.

Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976) era doutor em Ciências Matemáticas pela Universidade de Coimbra (1914), professor (desde 1912) de Mecânica Racional e Cálculo das Probabilidades na Faculdade de Ciências, e de Economia Política na Faculdade de Direito (1936-1938) da Universidade de Coimbra. Na vertente política, foi deputado (1919-1921, 1935-1938, 1944-1948) e um dos fundadores do Centro Católico (1915). Tem várias publicações na sua especialidade, como *Elementos de cálculo das probabilidades* (1914) e *Nomenclatura dos grandes números* (1933).

Diferentemente da presidência de Costa Lobo, a longevidade da liderança de Pacheco de Amorim não foi acompanhada de constante vigor. Ao contrário, transformou-se num ato de penhora do futuro do Instituto. Se, no começo, ainda se prossegue mais ou menos ao mesmo ritmo, para as décadas de 60/70 vão-se apagando os focos de luz, apenas de quando em quando emitindo uma clareira. É importante registar que o secretário Joaquim de Carvalho faleceu em 1958, perdendo assim o Instituto um dos membros mais empenhados na sua prosperidade.

É certo que a revista continuou a sair com regularidade, mas o seu conteúdo perdia progressivamente a dinâmica e a diversidade. É certo igualmente que esta Direção promoveu um dos mais altos momentos da história do Instituto, a comemoração do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique (1961), no âmbito da qual se entregaram as insígnias do Instituto ao Presidente

da República do Brasil. É ainda certo que esta Direção efetuou a indispensável reforma dos Estatutos, que se encontravam bastante desfasados, mediante proposta redigida pelo secretário Arnaldo de Miranda Barbosa, em 1966.

Para além disto, porém, o que resta é bem pouco para vinte anos de governação. Ainda se fizeram algumas conferências, mas a um ritmo mais brando. Até a eleição de sócios esteve praticamente suspensa, realizando-se muito espaçadamente. Neste capítulo, todavia, há que reconhecer o mérito desta Direção, quando resolve, em junho de 1955, organizar o ficheiro de sócios do Instituto, elaborando uma circular remetida a cada um deles, onde se solicitava o envio de uma fotografia e dos dados relativos à categoria, data de admissão, nome completo, profissão, nacionalidade e endereço.

Quando sobrevem o 25 de Abril de 1974, o Instituto estava praticamente inerte. O presidente encontrava-se recolhido na sua terra natal, Monção (Minho), pelo que indicam as cartas que lhe são dirigidas neste período, pedindo-lhe para assinar documentos institucionais. Estaria o vice-presidente Guilherme Braga da Cruz em posição de vigilância. Mas não era ainda a hora do fim.

Com Luís de Albuquerque, o Instituto renasceu. Vários testemunhos apontam-no como o “salvador” da academia. Nas palavras de Orlando de Carvalho (seu sucessor), Luís de Albuquerque

evitou a dissolução do “Instituto de Coimbra”, grémio que, pelas excelentes instalações que possuía e pelo enquistamento em que caíra nos últimos anos do regime, apesar da sua notável tradição novecentista, corria o risco de se perder na voragem das “ocupações” e dos radicalismos do tempo. Pressentindo isto, Luís de Albuquerque antecipou-se e, com a sua habitual diplomacia, conseguiu que o Prof. Braga da Cruz, Vice-Presidente em exercício, reconhecesse a eleição de novos sócios e, finalmente, os novos corpos gerentes eleitos pela nova assembleia. Fora Luís de Albuquerque escolhido para Presidente do Instituto, verificando-se a transferência de poderes sem qualquer incidente. O seu prestígio científico, pessoal e político não permitia nenhuma dúvida sobre a credibilidade da Direção, a que Luís de Albuquerque presidiu até 1982. Não é de mais encarecer o sentido da conjuntura e da preservação dos valores históricos-culturais de que Luís de Albuquerque deu prova também nessa emergência (Luís de Albuquerque, 1993: 35).

Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (1917-1992) foi, com efeito, uma personalidade de grande mérito científico e cívico. Licenciado em Ciências Matemáticas (1939) e em Engenharia Geográfica (1940) pela Universidade de Lisboa, doutorou-se (1959) em Matemática pela Universidade de Coimbra e tornou-se professor da Faculdade de Ciências da mesma Universidade (desde 1940), onde chegou a presidente do Conselho Diretivo (1974, 1976-1978) e a vice-reitor da Universidade de Coimbra (1978-1982). Foi também governador civil de Coimbra (1974-1976) e diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1978-1987). Doutor *honoris causa* em

História pela Universidade de Lisboa, em 1985, tem uma vasta obra publicada, onde sobressaem os escritos sobre os descobrimentos portugueses.

Presidiu ao Instituto entre 1975 e 1982. Mediou apenas uma semana entre a sua eleição de sócio efetivo (21 de julho) e a sua eleição de presidente (30 de julho de 1975). De acordo com os Estatutos de 1966, as eleições eram agora por períodos de três anos, de maneira que Luís de Albuquerque exerceu dois mandatos. Acompanhou-o, no primeiro triénio, o vice-presidente Joaquim Vitorino Namorado, uma figura que veio influenciar o funcionamento da academia.

Junto com Luís de Albuquerque, haviam sido eleitos sócios efetivos em 21 de julho de 1975 vários nomes que vieram renovar os corpos da sociedade, não deixando de acusar o empenhamento político próprio da época. Na Direção eleita em 30 de julho de 1975, encontrava-se como tesoureiro uma das figuras que, até ao fim, pugnaram pela sobrevivência do Instituto, Jaime Alberto do Couto Ferreira, professor da Faculdade de Economia. Após a eleição, Guilherme Braga da Cruz mostrou-se satisfeito por entrever que “a nova Direção iria dar o seu melhor para garantir a continuação e o revigoração do prestígio desta velha agremiação cultural, de tão fundas e honrosas tradições”; Luís de Albuquerque respondeu que “o propósito da nova Direção era justamente o de, revitalizando e animando o Instituto de Coimbra, defender firmemente o seu prestígio e projeção, dentro das tradições de independência que o têm norteado” (*O Instituto*, 139: 248).

Luís de Albuquerque prosseguiu na renovação das fileiras de sócios, promovendo a eleição de grande número de efetivos. A intervenção de Joaquim Namorado tem que ser olhada em complemento das suas funções de principal dinamizador do núcleo de Coimbra da Associação de Amizade Portugal - República Democrática Alemã (RDA). É certamente de sua proposta a eleição de sócios de origem soviética ou da RDA, bem como a sua presença em Coimbra, para conferência ou simples visita. Em todo o caso, esta íntima ligação com a Associação favoreceu as diversas atividades que conferiram uma extraordinária vitalidade ao Instituto, num período curto mas produtivo. Realizaram-se conferências, sessões de cinema, concertos, exposições, atividades educativas, requalificou-se a biblioteca, recebeu-se a visita de várias personalidades, reativou-se a revista.

Não foi, naturalmente, uma época isenta de dificuldades. O problema maior era o mau estado do edifício, a que se juntavam as restrições financeiras crónicas. Apesar disso, “a nova Direção procurou, ao longo do triénio, não só consolidar o Instituto, alargando o número de sócios efetivos, como abri-lo ao mundo exterior, alargando o número de sócios correspondentes e organizando iniciativas culturais com projeção na cidade e fora dela” (*O Instituto*, 139: 249).

A 17 de fevereiro de 1982 é eleito o último presidente do Instituto de Coimbra, Orlando Alves Pereira de Carvalho. Era licenciado em Ciências Histórico-Jurídicas (1948) e em Ciências Político-Económicas (1949), doutor em Direito (1968, *Critério e estrutura do estabelecimento comercial*), professor (desde 1948, mas com interrupções, por suspensão ou até prisão por motivos políticos) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Direito Romano, Direitos Reais, Direito Processual Civil, Direito Comercial, Teoria Geral do Direito Civil, Filosofia do Direito e do Estado), onde foi presidente do Conselho Pedagógico (1986/87), do Conselho Diretivo (1987/95) e do Conselho Científico (1995/97). Para além de redator da *Revista de legislação e jurisprudência*, colaborador da revista *Vértice* e poeta, foi secretário de Estado da Reforma Educativa (I Governo Provisório, 1974) e membro do Conselho Mundial da Paz.

Acompanharam-no, no triénio 1982-1984, José Nuno Dias Urbano (vice-presidente), Luís Carlos Gama Pereira (secretário), Jaime Alberto do Couto Ferreira (tesoureiro), Carlos Manuel Laranjeiro Silva e Carlos José de Sousa Guimarães (vogais). A presidência de Orlando de Carvalho constituiu uma espécie de epílogo na história do Instituto. Chegou com o intuito de prolongar a campanha do anterior presidente: “Apesar da acentuada escassez de meios, esta direção pretende intensificar as relações entre os seus sócios, as relações com instituições congéneres portuguesas e estrangeiras, e dinamizar a vida cultural, local e nacional” (Livro de Atas da Assembleia Geral, 17.2.1982).

Com efeito, logo em março de 1982, a Direção do Instituto solicitava ao governador civil do distrito de Coimbra uma lista das diversas instituições culturais da região, tendo em vista estabelecer contactos com elas (Cópias da Correspondência Expedida, 8.3.1982). Na mesma altura, solicita ao presidente da Câmara Municipal de Coimbra apoio financeiro para cobrir as despesas do programa projetado para o triénio, incluindo a organização de um ciclo de conferências, exposições e a encadernação de volumes da biblioteca. O pedido seria, no entanto, indeferido.

Para tentar cobrir as deficiências financeiras, a Direção propôs, e a assembleia reunida em dezembro de 1983 aprovou, o aumento da quota anual dos membros efetivos e correspondentes do Instituto para 1000\$00. Foi possível ainda realizar obras no edifício, assim como publicar os volumes 139 e 140/141 da revista.

A última eleição de que há registo data de 18 de abril de 1985, constituindo-se assim a Direção para o triénio 1985-1987: presidente Orlando Alves Pereira de Carvalho, vice-presidente Fernanda Aragão Aleixo Neves de Oliveira (a primeira mulher na Direção do Instituto), secretário Fernando Jorge Coutinho de Almeida, tesoureiro Jaime Alberto do Couto Ferreira, vogais Carlos

Manuel Laranjeiro Silva e Carlos José de Sousa Guimarães. Apesar da falta de documentos, tudo indica que Orlando de Carvalho exerceu a presidência até ao ano da sua morte, 2000⁴⁷.

Naquele ano de 1985, ressaltam as preocupações com o estado financeiro do Instituto. O tesoureiro Jaime Ferreira informava que o saldo de 85767\$70 (resultante de quotas e do que sobrara do subsídio para a publicação do volume 140/141) somente serviria para cobrir “as despesas correntes e de manutenção do Instituto... mas não mais do que isso” (Livro de Atas da Assembleia Geral, 20.6.1985). Haviam sido efetuados gastos com a limpeza do edifício, após as obras no seu interior. Debatiam-se, para mais, com recibos de eletricidade para pagar, o que se devia à transferência do fornecimento de energia elétrica dos Serviços Municipalizados para a EDP.

Programava-se publicar mais um volume da revista, correspondente a 1982-1983, afirmando o presidente que o Governo concedera um subsídio de 500 contos. Esse volume, porém, não chegou a ser publicado. Joaquim Namorado propôs que se elaborasse um plano de atividades do Instituto que pudesse servir de suporte a um pedido de financiamento endereçado a entidades como o Ministério da Cultura, o Governo Civil ou a Câmara Municipal.

Depois disto, o que resta são apontamentos sobre estas e outras questões, revelando que ainda se lançavam ideias para a realização de cursos, palestras, colóquios, para a captação de sócios e para alinhar o próximo volume da revista. Parece, porém, que não passaram de apontamentos.

Segue-se a síntese possível da constituição da Direção do Instituto de Coimbra ao longo dos anos. Estatutariamente, os diretores das classes faziam parte da Direção. Como estes vão registados no capítulo Classes, não os repetimos aqui.

Direção do Instituto de Coimbra

1852

Presidente: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio

Secretários: Francisco António Dinis e Jacinto António de Sousa

1853-1854

Presidente: Francisco José Duarte Nazaré

Secretários: Alexandre Meireles do Canto e Castro e José Júlio de Oliveira Pinto Moreira

Tesoureiro: Joaquim Augusto Simões de Carvalho

1855-1856

Presidente: Francisco José Duarte Nazaré

Vice-Presidente: Francisco de Castro Freire

⁴⁷ Assim nos afirmou Jaime Alberto do Couto Ferreira, numa entrevista, a 15 de março de 2012.

Secretários: Jacinto António de Sousa e Joaquim Alves de Sousa
Tesoureiro: José Ferreira de Macedo Pinto

1857-1858

Presidente: Francisco José Duarte Nazaré
Vice-Presidente: Francisco de Castro Freire
1º Secretário: Jacinto António de Sousa
2º Secretário: Luís Albano de Morais
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1859-1860

Presidente: Francisco de Castro Freire
Vice-Presidente: José Maria de Abreu
1º Secretário: António Bernardino de Meneses
2º Secretário: Albino Augusto Geraldes
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1861-1862

Presidente: Adrião Pereira Forjaz de Sampaio
Vice-Presidente: José Ferreira de Macedo Pinto
1º Secretário: António Vitorino da Mota
2º Secretário: António da Cunha Vieira de Meireles
Vice-Secretários: Filipe do Quental e Jaime Constantino Moniz
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1863-1864

Presidente: Jerónimo José de Melo
Vice-Presidente: Francisco de Castro Freire
1º Secretário: António João de França Bettencourt
2º Secretário: António da Cunha Vieira de Meireles
1º Vice-Secretário: Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo
2º Vice-Secretário: Filipe do Quental
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1865-1866

Presidente: Jerónimo José de Melo
Vice-Presidente: José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmiento
1º Secretário: Manuel Emídio Garcia
2º Secretário: Manuel da Cruz Pereira Coutinho
1º Vice-Secretário: António João de França Bettencourt
2º Vice-Secretário: António da Cunha Vieira de Meireles
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1867-1868

Presidente: António Augusto da Costa Simões
Secretários: Manuel de Oliveira Chaves e Castro e Carlos Maria Gomes Machado⁴⁸

1869-1870 e 1871-1872

⁴⁸ São os dois nomes que assinam em 1867 o Livro de Registo de Receita e Despesa 1861-1875.

Presidente: José Teixeira de Queirós Almeida de Morais Sarmiento
Vice-Presidente: Joaquim José Pais da Silva Júnior
1º Secretário: António da Cunha Vieira de Meireles
2º Secretário: Júlio César de Sande Sacadura Bote
1º Vice-Secretário: Augusto Carneiro
2º Vice-Secretário: António João de França Bettencourt
Tesoureiro: Francisco António Alves

1873-1874

Presidente: Joaquim José Pais da Silva Júnior
Vice-Presidente: João José de Mendonça Cortês
1º Secretário: Júlio César de Sande Sacadura Bote
2º Secretário: Augusto Filipe Simões
1º Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro
2º Vice-Secretário: Luís Guedes Coutinho Garrido
Tesoureiro: Francisco de Paula Santa Clara

1875-1876

Presidente: João José de Mendonça Cortês
Vice-Presidente: Luís da Costa e Almeida
1º Secretário: Manuel de Jesus Lino
2º Secretário: José Epifânio Marques
1º Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro
2º Vice-Secretário: António de Assis Teixeira de Magalhães
Tesoureiro: António dos Santos Pereira Jardim

1877-1878

Presidente: Francisco de Castro Freire
Vice-Presidente: Luís da Costa e Almeida
1º Secretário: Augusto Filipe Simões
2º Secretário: António José Gonçalves Guimarães
1º Vice-Secretário: Pedro Augusto Martins da Rocha
2º Vice-Secretário: José Frederico Laranjo
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1879-1880

Presidente: Francisco de Castro Freire
Vice-Presidente: João Jacinto da Silva Correia
1º Secretário: António de Assis Teixeira de Magalhães
2º Secretário: Adriano Xavier Lopes Vieira
1º Vice-Secretário: António Lopes Guimarães Pedrosa
2º Vice-Secretário: Joaquim Augusto de Sousa Refoios
Tesoureiro: Raimundo Venâncio Rodrigues

1881-1882

Presidente: Francisco de Castro Freire
Vice-Presidente: João Jacinto da Silva Correia
1º Secretário: António de Assis Teixeira de Magalhães
2º Secretário: Adriano Xavier Lopes Vieira
1º Vice-Secretário: Augusto Mendes Simões de Castro

2º Vice-Secretário: Abílio Augusto da Fonseca Pinto
Tesoureiro: Júlio Augusto Henriques

1883-1884

Presidente: Francisco de Castro Freire
Vice-Presidente: António dos Santos Pereira Jardim
1º Secretário: António Lopes Guimarães Pedrosa
2º Secretário: José Epifânio Marques
1º Vice-Secretário: Joaquim Augusto de Sousa Refoios
2º Vice-Secretário: António Henriques da Silva
Tesoureiro: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1885-1886

Presidente: António dos Santos Viegas
Vice-Presidente: Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo
1º Secretário: António Lopes Guimarães Pedrosa
2º Secretário: Joaquim Augusto de Sousa Refoios
1º Vice-Secretário: António Henriques da Silva
2º Vice-Secretário: Adelino António das Neves e Melo
Tesoureiro: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1887-1888

Presidente: Júlio Augusto Henriques
Vice-Presidente: António de Assis Teixeira de Magalhães
1º Secretário: Manuel de Azevedo Araújo e Gama
2º Secretário: José Freire de Sousa Pinto
1º Vice-Secretário: António Henriques da Silva
2º Vice-Secretário: Francisco Miranda da Costa Lobo
Tesoureiro: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1889-1890

Presidente: Júlio Augusto Henriques
Vice-Presidente: José Pereira de Paiva Pita
1º Secretário: António Henriques da Silva
2º Secretário: Francisco Miranda da Costa Lobo
1º Vice-Secretário: Manuel Dias da Silva
2º Vice-Secretário: Henrique Manuel de Figueiredo
Tesoureiro: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1891-1892

Presidente: José Pereira de Paiva Pita
Vice-Presidente: António de Assis Teixeira de Magalhães
1º Secretário: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos
2º Secretário: Francisco José de Sousa Gomes
1º Vice-Secretário: António Luís Gomes
2º Vice-Secretário: Aníbal Freire Salter de Mendonça Sousa Cid
Tesoureiro: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1893-1894

Presidente: José Epifânio Marques

Vice-Presidente: António de Assis Teixeira de Magalhães
1º Secretário: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos
2º Secretário: Francisco Miranda da Costa Lobo
1º Vice-Secretário: Guilherme Alves Moreira
2º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
Tesoureiro: Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1895-1896

Presidente: José Epifânio Marques
Vice-Presidente: António de Assis Teixeira de Magalhães
1º Secretário: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos
2º Secretário: Francisco Miranda da Costa Lobo
1º Vice-Secretário: António Augusto Gonçalves
2º Vice-Secretário: Eugénio de Castro
Tesoureiro: Júlio Augusto Henriques

1896

Presidente: Bernardino Machado
Vice-Presidente: Manuel de Azevedo Araújo e Gama
1º Secretário: Afonso Costa
2º Secretário: Basílio Augusto Soares da Costa Freire
1º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
2º Vice-Secretário: Luís dos Santos Viegas
Tesoureiro: Joaquim de Mariz

1897-1898 e 1899-1900

Presidente: Bernardino Machado
Vice-Presidente: Daniel de Matos
1º Secretário: Afonso Costa
2º Secretário: Luís dos Santos Viegas
1º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
2º Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio
Tesoureiro: Joaquim de Mariz

1901-1902

Presidente: Bernardino Machado
Vice-Presidente: Daniel de Matos
1º Secretário: José Ferreira Marnoco e Sousa
2º Secretário: Luís dos Santos Viegas
1º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
2º Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio
Tesoureiro: Joaquim de Mariz

1903-1904 e 1905-1906? e 1907-1908?⁴⁹

Presidente: Bernardino Machado
Vice-Presidente: Daniel de Matos
1º Secretário: Álvaro José da Silva Basto

⁴⁹ Não dispomos de dados para os biénios 1905-1906 e 1907-1908, apenas sabemos que Bernardino Machado se manteve na presidência.

2º Secretário: Luís dos Santos Viegas
1º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
2º Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio
Tesoureiro: Joaquim de Mariz

1909-1910

Presidente: António de Assis Teixeira de Magalhães
Vice-Presidente: Daniel de Matos
1º Secretário: Álvaro José da Silva Basto
2º Secretário: Luís dos Santos Viegas
1º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
2º Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio
Tesoureiro: Joaquim de Mariz

1911-1912

Presidente: Filomeno da Câmara Melo Cabral
Vice-Presidente: Guilherme Alves Moreira
1º Secretário: José Alberto dos Reis
2º Secretário: Luís dos Santos Viegas
1º Vice-Secretário: José Lobo de Ávila Lima
2º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
Tesoureiro: Joaquim de Mariz

1913-1914

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
1º Secretário: Alberto da Cunha Rocha Saraiva
2º Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
1º Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio
2º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
Tesoureiro: José Antunes Vaz Serra

1915-1916

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
1º Secretário: António Faria Carneiro Pacheco
2º Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
1º Vice-Secretário: Manuel da Silva Gaio
2º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
Tesoureiro: José Antunes Vaz Serra

1917-1918

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
1º Secretário: António Faria Carneiro Pacheco
2º Secretário: Amadeu Ferraz de Carvalho
1º Vice-Secretário: Diogo Pacheco de Amorim
2º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
Tesoureiro: José Antunes Vaz Serra

1919-1920

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
1º Secretário: António Faria Carneiro Pacheco
2º Secretário: Diogo Pacheco de Amorim
1º Vice-Secretário: Francisco de Sousa Nazaré
2º Vice-Secretário: Manuel Joaquim Teixeira
Tesoureiro: José Antunes Vaz Serra

1921-1922⁵⁰

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo

1923-1924

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
1º Secretário: Luís Cabral de Moncada
2º Secretário: Diogo Pacheco de Amorim
1º Vice-Secretário: João José Pereira Dias
Tesoureiro: José Antunes Vaz Serra

1925-1926

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
1º Secretário: Luís Cabral de Moncada
2º Secretário: Alberto Pessoa
Tesoureiro: José Antunes Vaz Serra

1927-1928, 1929-1930, 1931-1932, 1933-1934⁵¹

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo

1935-1936

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
Secretários: Diogo Pacheco de Amorim e António Gomes da Rocha Madahil
Vice-Secretários: Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo e José Pinto Loureiro
Tesoureiro: Amadeu Ferraz de Carvalho

1937-1939⁵²

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo

1940-1942 e 1943-1944 e 1945-1946

Presidente: Francisco Miranda da Costa Lobo
Vice-Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho
Secretários: António Gomes da Rocha Madahil, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, José Pinto Loureiro e Maximino José de Moraes Correia

⁵⁰ Para este biénio, a única informação que podemos acrescentar é que, em assembleia geral de 26 de março de 1922, Carneiro Pacheco foi substituído por Luís Cabral de Moncada no lugar de 1º secretário.

⁵¹ Não dispomos de dados para estes anos, apenas é certo que Costa Lobo se manteve na presidência.

⁵² Uma vez que a seguinte notícia de eleições, depois da assembleia geral de 6.3.1935, data de 2.1.1940, parece haver uma quebra da sequência linear dos biénios, que não podemos explicar, por falta de elementos.

Tesoureiro: Amadeu Ferraz de Carvalho

1947-1948 e 1949-1950

Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho

Vice-Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Secretários: António Gomes da Rocha Madahil, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, José Pinto Loureiro e Maximino José de Morais Correia

Tesoureiro: Amadeu Ferraz de Carvalho

1951-1952

Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho

Vice-Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Secretários: António Gomes da Rocha Madahil, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, Francisco Rebelo Gonçalves e Maximino José de Morais Correia

Tesoureiro: Amadeu Ferraz de Carvalho

1953-1954

Presidente: Anselmo Ferraz de Carvalho

Vice-Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Secretários: António Gomes da Rocha Madahil, Francisco Teixeira de Queirós, Luís Reis Santos e Maximino José de Morais Correia

Tesoureiro: José Campos de Figueiredo

1955-1959

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Vice-Presidente: João Pereira da Silva Dias

Secretários: Joaquim de Carvalho, Francisco Teixeira de Queirós, Aristides de Amorim Girão, Alberto Moreira da Rocha Brito, Torquato Brochado de Sousa Soares, Luís Reis Santos e Francisco de Sousa Nazaré

Tesoureiro: José Campos de Figueiredo

1960

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Vice-Presidente: João Pereira da Silva Dias

Secretários: Francisco Teixeira de Queirós, Aristides de Amorim Girão, Alberto Moreira da Rocha Brito, Torquato Brochado de Sousa Soares, Luís Reis Santos e Francisco de Sousa Nazaré

Tesoureiro: José Campos de Figueiredo

1961

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Secretários: Francisco Teixeira de Queirós, Alberto Moreira da Rocha Brito, Torquato Brochado de Sousa Soares, Luís Reis Santos e Francisco de Sousa Nazaré

Tesoureiro: José Campos de Figueiredo

1962-1964

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Vice-Presidente: Guilherme Braga da Cruz

Secretários: Francisco Teixeira de Queirós, Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa, João José Lobato Guimarães, Torquato Brochado de Sousa Soares, Luís Reis Santos, João Manuel Bairrão Oleiro, José Baiolo Pacheco de Amorim

Tesoureiro: José Campos de Figueiredo

1965

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Vice-Presidente: Guilherme Braga da Cruz

Secretários: Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa, João José Lobato Guimarães, João Manuel Bairrão Oleiro, José Baiolo Pacheco de Amorim, Fernando Baiolo Pacheco de Amorim

Tesoureiro: José Campos de Figueiredo

1966-1967

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Vice-Presidente: Guilherme Braga da Cruz

Secretários: Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa, João José Lobato Guimarães, José Baiolo Pacheco de Amorim, João Manuel Bairrão Oleiro, Fernando Baiolo Pacheco de Amorim

Tesoureiro: João José Lobato Guimarães

1968-1974

Presidente: Diogo Pacheco de Amorim

Vice-Presidente: Guilherme Braga da Cruz

Secretários: Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa, José Baiolo Pacheco de Amorim, Fernando Baiolo Pacheco de Amorim

Tesoureiro: João José Lobato Guimarães

1975-1978

Presidente: Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque

Vice-Presidente: Joaquim Vitorino Namorado

Secretário: Armando Carneiro da Silva

Tesoureiro: Jaime Alberto do Couto Ferreira

Vogais: Fernando de Almeida Catroga e Luís Cristóvão Dias de Aguiar

1979-1981

Presidente: Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque

Vice-Presidente: José Nunes Pires Dias Urbano

Secretário: Luís Carlos Gama Pereira

Tesoureiro: Jaime Alberto do Couto Ferreira

Vogais: José Luís Pio da Costa Abreu e Carlos Manuel Laranjeiro Silva

1982-1984

Presidente: Orlando Alves Pereira de Carvalho

Vice-Presidente: José Nuno Pires Dias Urbano

Secretário: Luís Carlos Gama Pereira

Tesoureiro: Jaime Alberto do Couto Ferreira

Vogais: Carlos Manuel Laranjeiro Silva e Carlos José de Sousa Guimarães

1985-1987

Presidente: Orlando Alves Pereira de Carvalho

Vice-Presidente: Fernanda Aragão Aleixo Neves de Oliveira

Secretário: Fernando Jorge Coutinho de Almeida

Tesoureiro: Jaime Alberto do Couto Ferreira

Vogais: Carlos Manuel Laranjeiro Silva e Carlos José de Sousa Guimarães

CONFERÊNCIAS DO INSTITUTO DE COIMBRA

A realização de conferências como meio de cultivar as ciências, as letras e as artes só foi especificada estatutariamente em 1966, junto com sessões de estudo, colóquios e exposições. No entanto, tudo isto se realizou desde cedo no Instituto, cabendo na designação mais genérica de “discussão e estudo de temas científicos, literários e artísticos”. Tal discussão se enquadrava, nas décadas de 1850 e 1860, nas sessões das classes⁵³. A partir da década de 1870 é que se encontram registos de verdadeiras conferências promovidas pelo Instituto, num crescendo contínuo de sessões.

Começaram com um tema de Medicina, apresentado por Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo, lente de Medicina Legal, que discursou sobre a missão do médico na sociedade, no dia 29 de março de 1873 (vd. *O Instituto*, 17: 237). O *Jornal de Coimbra* noticiava, a 4 de abril, que a conferência fora assistida por público variado, e o orador “aplaudido pela mocidade académica, pelas senhoras que ornavam a sala e pelos graves homens de ciência, que o escutavam atentos”. No mesmo ano seriam ouvidos outros quatro conferentes, variando as disciplinas de cada um deles: Direito, Pedagogia, Literatura.

Sobre a conferência realizada pelo jurisconsulto Júlio de Vilhena, destinada a defender a tese “A análise comparada das ficções do Direito demonstra a origem ariana dos povos hispânicos”, o *Jornal de Coimbra* (13.11.1873) declara ser a primeira realizada no salão que o Instituto recentemente preparara para o efeito, ou seja, a academia criou um espaço apropriado a estas sessões públicas, na intenção de continuar a promovê-las no futuro. Acrescenta o mesmo *Jornal*: “O auditório era respeitável. Compunha-se quase na sua totalidade de lentes e distintos académicos”, incluindo as principais autoridades de Coimbra⁵⁴.

Com efeito, a presença das principais autoridades conimbricenses neste tipo de sessões do Instituto revelar-se-ia uma constante. Por norma, incluíam o reitor ou o vice-reitor da Universidade, o governador civil do Distrito, ocasionalmente o presidente da Câmara. Testemunhavam, com a sua presença, a solenidade e a reputação destes atos, frequentemente associados à Universidade. De facto, se o princípio era realizar as conferências no edifício do Instituto, não deixaram, muitas delas, de se efetuar em salas faustosas da Universidade, como a dos Capelos, ou noutros locais a ela pertencentes (Museus, Faculdades), e algumas em edifícios municipais.

Nas décadas de 1870 e 1880, são os temas de Medicina que predominam nas conferências do Instituto, aliás, é daí que surge o primeiro conferente estrangeiro. Em 21 de abril de 1877, Adolphe Burggraeve, professor de Medicina da Universidade de Gand, expôs no Instituto, perante um

⁵³ Ver capítulo Classes.

⁵⁴ Para os restantes conferentes, veja-se a lista mais abaixo.

auditório numeroso, o seu método de medicina dosimétrica – um método terapêutico na aplicação dos medicamentos. A maioria, no entanto, eram docentes de Coimbra, como Augusto Rocha, Augusto Filipe Simões e José Epifânio Marques. Outros temas presentes neste período são a Arqueologia e as Ciências Sociais. Note-se, ainda, a particularidade de se entrever, nestas sessões, uma intenção de contribuir para uma real melhoria das condições da população, nos aspetos da saúde pública, sobretudo com as sessões de 1879, e, por outro lado, uma especial incidência nas matérias relativas à região de Coimbra.

Com a entrada de Bernardino Machado na Direção, opera-se uma viragem para o debate de temas de ensino e instrução pública, e, por outro lado, com a influência de sócios efetivos como Eugénio de Castro, privilegiam-se as questões literárias. É uma tendência que poderemos constatar, de igual modo, nos volumes da revista publicados nesta época. Neste sentido, temos, por exemplo, as conferências sobre a reforma do ensino superior e em especial a da Universidade, da iniciativa de Bernardino Machado, em 1899, com a participação de Teixeira de Abreu, Mendes dos Remédios, Sousa Refoios, Costa Alemão e Daniel de Matos. Refere *O conimbricense* de 14 e 17 de janeiro de 1899 que os conferentes seguiram uma mesma orientação e combateram a reforma parcial do ensino, em prol de uma reforma conjunta. Bernardino Machado, em particular, defendeu a nomeação de um conselho superior de instrução com representantes de todas as categorias de ensino, como instância última e definitiva à qual se submetessem todos os trabalhos parciais da projetada reorganização.

Há notícias de um novo conferente estrangeiro para 1898, desta vez o professor polaco W. Lutoslawski que, no salão nobre do Instituto, veio expor o tema “Principes de stylogétrie appliqués à la chronologie des oeuvres de Platon”. A partir da segunda década do século XX, não vão faltar os conferentes estrangeiros, convidados principalmente por Costa Lobo.

Entretanto, começavam a acentuar-se nas sessões os temas de política internacional, quer a nível europeu quer relativo às colónias. Em abril de 1910 registam-se duas neste âmbito. Primeiro, o suíço Alfred Bertrand falou sobre as suas viagens no sul de África, especialmente a portuguesa, mencionando-se ter sido a palestra “acompanhada de projeções luminosas” (*Notícias de Coimbra*, 13.4.1910). Dias mais tarde, Leote do Rego, oficial da Marinha, discursou sobre “A situação presente de Portugal como potência marítima”.

Digna de registo é, bem assim, a presença de mulheres no papel de oradoras, que começa a impor-se por esta altura. Segundo as informações de que dispomos, a primeira de que há memória data de 4 de maio de 1909 (embora já constassem mulheres entre os sócios do Instituto desde 1896), quando a escritora Olga de Moraes Sarmiento realizou uma conferência sobre a Infanta D. Maria. O jornal *Resistência* de 7 de maio de 1909 informa que se encontravam a assistir “muitas senhoras, com elegantes e luxuosas *toilettes*”, e que, “no final da conferência, as senhoras e os cavalheiros que

a ela assistiram reuniram-se no Club da Rua da Ilha improvisando uma *soirée* que correu animadamente até depois das duas horas da manhã”.

Efetivamente, as sessões de conferências costumavam ser acompanhadas por *soirées* ou simples almoços/jantares de confraternização que o Instituto oferecia aos oradores. Além disso, serviram, muitas vezes, de pretexto para a eleição de sócio do conferente. Não muitos anos depois, uma outra senhora dedicava à academia conimbricense uma série de conferências realizadas no salão nobre do Instituto. Trata-se da “ilustre pensadora portuguesa” Maria Feio, que falou sobre “O problema da educação moral sob o ponto de vista individual e coletivo”, em dezembro de 1914 (*Gazeta de Coimbra*, 2, 5 e 9 de dezembro de 1914).

Com a entrada de Francisco Miranda da Costa Lobo na presidência do Instituto (1913), a atividade científica desta academia acusa importante renovação, que se projeta a nível das conferências promovidas. A ligação de Costa Lobo ao estrangeiro facilita o convite a personalidades de outras nações, que se deslocam a Coimbra para expor os seus estudos. Além disso, acentua-se a vertente das ciências físicas e matemáticas na temática destas sessões. Mas não só. Prosseguem e até se intensificam as questões de política internacional, motivadas pelo contexto das duas Grandes Guerras, que esta Direção atravessa.

De qualquer modo, é intenção declarada de Costa Lobo promover as relações científicas entre Portugal e o exterior, por meio destas conferências. Trata-se de uma orientação que se torna mais visível a partir das conferências, em 1915, de José Maluquer y Salvador, da Real Academia de Jurisprudência de Madrid, e Eduardo Gómez de Baquero, do Conselho Superior de Instrução Pública de Espanha (vd. *O Instituto*, 62: 625 e 72: 176).

Nomes importantes da cultura portuguesa deixaram no Instituto um testemunho dos seus trabalhos de pesquisa, tais como Fidelino de Figueiredo (1917), Gomes Teixeira (1920) ou José Matoso (1965). Por outro lado, privilegiaram-se as culturas das nações com as quais Portugal tem maior proximidade: o Brasil, Espanha, Inglaterra e França. Nos últimos tempos da sua presidência, Costa Lobo organizou um ciclo de sessões de cultura científica, literária e artística, em 1943, sendo a primeira da responsabilidade de Anselmo Ferraz de Carvalho, que falou sobre “Auroras polares e alta atmosfera”, a segunda do botânico Abílio Fernandes, que apresentou o tema “Ecologia da polinização”, e a terceira do próprio Costa Lobo, versando sobre “O Infante D. Pedro Duque de Coimbra”.

Os derradeiros anos da presidência de Costa Lobo são, de facto, recheados de conferências de assuntos vários, desde a Astronomia à Música. Anselmo Ferraz de Carvalho, seu sucessor, deu continuidade a esta atividade intensa, desde o mesmo ano de 1945 em que subiu à presidência. Com efeito, Ferraz de Carvalho conseguiu convocar personalidades de todos os quadrantes, dando

cumprimento à orientação múltipla desta academia. Foi nesta altura que o Instituto organizou um ciclo de estudos coloniais, no âmbito do qual se realizaram as conferências do comandante Álvaro de Freitas Morna e do professor da Universidade do Porto A. A. Mendes Correia.

Impôs-se também a colaboração de entidades externas, como o Instituto Francês de Coimbra, no dia em que René de Possel, professor da Universidade de Argel, discursou no Instituto sobre os princípios matemáticos da mecânica clássica (1946). A partir desta altura torna-se visível uma preponderância de convidados francófonos, especialistas em temas históricos e literários, mas também, na senda de Costa Lobo, nos temas de ciências exatas e naturais.

Na década de 1950, respondendo aos interesses de organismos coimbrãos, como o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), o Instituto promove encontros com distintas personalidades do Brasil. É neste contexto que se inserem as conferências do romancista José Lins do Rego (1951), do diplomata Herculano Rebordão, ou do médico Divaldo Gaspar de Freitas (1952), entre outras. Em algumas destas sessões, o TEUC e outros organismos académicos, como a Tuna e o Orfeão, contribuíram com espetáculos para o programa das visitas.

Na década de 1960 parece reduzir-se o impulso cultural do Instituto, com a consequente limitação do elenco das conferências. Apesar de tudo, continuam a visitar o Instituto investigadores de nomeada, agora sobretudo portugueses, e alguns espanhóis. Com a viragem política e social que Portugal viveu no pós 25 de Abril de 1974, a atividade do Instituto recebe um forte sopro de vitalidade, que tanto acusou o entusiasmo das novas correntes que circulavam quanto se extinguiu brevemente com o apagar desse entusiasmo. As conferências e outro tipo de iniciativas deste período refletem, ademais, a proximidade do Instituto com o núcleo de Coimbra da Associação de Amizade Portugal-RDA. Recordem-se, por exemplo, as conferências de Axel Hesse, musicólogo da República Democrática Alemã, e da linguísta Elena Wolf, em 1975.

No seguimento desta renovação insere-se um extraordinário ciclo de conferências sobre o século XIX, que, apesar de não constituir a derradeira realização do Instituto, surge como uma espécie de canto do cisne. Ocupando o primeiro semestre de 1977, este ciclo contou com a presença de intelectuais provenientes de várias instituições de diferentes pontos do país, abordando cada um deles o século XIX sob perspetivas distintas. Participaram Joel Serrão, António Hespanha, Armando de Castro, Fernando Catroga, Lousã Henriques, João Medina, entre outros. A entrada era livre e, ao que parece, a afluência foi enorme, de tal modo que se tornou necessário montar uma instalação sonora para que as conferências pudessem ser escutadas na sala de leitura do rés do chão do edifício. O elevado interesse que despertaram revela-se também pela circunstância de o Instituto ter disponibilizado gravações das conferências que podiam ser ouvidas todos os dias úteis das 16h às 19h, segundo nos informa o folheto de divulgação.

As últimas conferências no Instituto de que há registo têm a ver com a comemoração do 1º centenário do nascimento de Albert Einstein, em 1979, e representam uma colaboração do Instituto com a Secção de Coimbra da Sociedade Portuguesa de Física e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Relação cronológica de conferências realizadas no Instituto de Coimbra

A lista que se segue integra apenas as sessões que ficaram apuradas com elevado grau de certeza. Na ausência de confirmação ou de fontes seguras, optámos por não as inserir neste elenco.

Os textos de grande parte destas comunicações encontram-se publicados na revista *O Instituto*, alguns foram objeto de separata.

1873

- Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo, “A missão do médico na sociedade”
- Júlio de Vilhena, “A análise comparada das ficções do Direito demonstra a origem ariana dos povos hispânicos”
- Miguel Osório Cabral de Castro, “Jacinto Freire de Andrade e suas obras”
- Cândido de Figueiredo, “A penalidade na Índia segundo o Código de Manú”
- Avelino Calisto, “A liberdade e o ensino obrigatório”

1874

- José Frederico Laranjo, “Origens do socialismo”
- Augusto Filipe Simões, “Da arquitetura religiosa em Coimbra durante a Idade Média”

1877

- Burggraeve, “Método de medicina dosimétrica”
- Augusto Filipe Simões, “As antiguidades pré-históricas da Península Ibérica”

1879

- Augusto Filipe Simões, “A civilização e a tísica”
- Augusto Rocha, “A medicina e os árabes”
- Augusto Filipe Simões, “A educação e a tísica”
- José Epifânio Marques, “Valor higiénico da água potável”
- José Epifânio Marques, “Tese: a insalubridade das povoações em geral, e a de Coimbra em particular, estão em grande parte subordinadas à falta de água potável, e sobretudo à sua má distribuição”

1881

- Adriano Xavier Lopes Vieira, “A importância da ginástica em Medicina”

1883

- Adelino António das Neves e Melo, “As formigas”

1890 (?)

- D. António José de Sousa Barroso, Bispo de Hemeria

1896

- Eugénio de Castro, “João de Deus”

1898

- W. Lutoslawski, “Principes de stylométrie appliqués a la chronologie des oeuvres de Platon”

1899

- Bernardino Machado, Teixeira de Abreu, Mendes dos Remédios, Sousa Refoios, Costa Alemão e Daniel de Matos, sobre a reforma da instrução superior e especialmente sobre a Universidade

1901

- Adriano Xavier Lopes Vieira, “A predisposição tuberculosa”
- Daniel de Matos, “A remodelação do ensino da Faculdade de Medicina”
- Bernardino Machado, “A reforma da Universidade”

1909

- Olga de Moraes Sarmiento, “A Infanta Dona Maria”

1910

- Alfred Bertrand, “A África do Sul e especialmente a portuguesa”
- Leote do Rego, “A situação presente de Portugal como potência marítima”

1911

- Manuel Paulo Mereia, “Idealismo e Direito”

1914

- Maria Feio, “O problema máximo da educação moral sob o ponto de vista individual e coletivo”

1915

- José Maluquer y Salvador, “Projeto de união internacional do seguro, mediante uma organização semelhante ao regime oficial de relações estabelecidas para a propriedade literária e artística, e correspondência postal e telegráfica. Explanação gradual do projeto. Programa mínimo e máximo. Justificação de um gabinete central na Suíça e colaboração de todos os países. Proposta científica internacional preparatória para uma oportuna ação social. Conclusões submetidas à consideração do Instituto de Coimbra”
- Eduardo Gómez de Baquero, “Extensão e transformação moderna da Universidade espanhola: novos estabelecimentos científicos e pedagógicos anexos à Universidade”
- Myron A. Clark, “O desenvolvimento integral do académico”

1916

- Conde de Penha Garcia, “A situação económica depois da guerra”

1917

- Correia Lopes, “Uma circunstância modificadora das proporções da curva ultra semicircular em arquitetura”
- Edgar Prestage, “Correspondência do Conde de Castelo Melhor com o P.e Manuel Fernandes e outros (1668 a 1678)”

- Fidelino de Figueiredo, “Critério da nacionalidade na literatura”
- Magalhães Colaço, “Notícias sobre Almeida Garrett”
- Marquês de Lavradio, “A revolução de 1820”
- Paulo Mereia, “A guerra justa segundo Álvaro Pais”
- Sánchez Navarro, “El terremoto y los edificios: el sismógrafo”
- Francisco Miranda da Costa Lobo, “Portugal na guerra e na paz”

1918

- A. Gomes de Sousa, “A guerra e os exércitos da atualidade”
- José Gómez Ocaña, “El criterio fisiológico aplicado a los sucesos humanos”
- J. Francisco da Silva, “O estado atual das colónias portuguesas”
- Horacio Bentaból, exposição do programa de reformas políticas, administrativas e judiciais da Sociedade “A Evolução”⁵⁵

1920

- António M. de Lima Carvalho, “Tratamento pedago-fisiológico da gaguez”
- Gomes Teixeira, “A mulher na ciência matemática”

1923

- Ubaldo Aspiazú, “Magnetismo terrestre, seu estudo e aplicações”

1924

- Anselmo Ferraz de Carvalho, “O estudo atual dos tremores de terra”
- José Norton de Matos, “A mentalidade colonial dos portugueses”

1925

- Fortunato de Almeida, “Causas da decadência do Império Português”
- L. d’Azambuja, “A atmosfera solar”
- Stéphane Bauer, “A ciência do trabalho, sua aplicação à política”
- Mendes Correia, “Relação entre arte e ciência”
- Bettencourt Rodrigues, “A pátria brasileira: rápido esboço da sua evolução política, social e económica”

1926

- Monsenhor Manuel de Sousa Peres, “A sistematização das relações mnemónicas em ordem ao cultivo racional da memória”
- E. Poeris Deraniyagala, “Os portugueses em Ceilão”
- Francisco Miranda da Costa Lobo, “A astrofísica em Inglaterra”

1927

- José Franco Frazão, “Os economistas ingleses na atualidade”
- Francisco António Correia, “A evolução económica e a questão social”
- Guido Vitaletti, “A Renascença em Portugal e na Itália”
- Jacob Bjercknes, “Les bases scientifiques et techniques de la prévision du temps et le rôle du Portugal à ce rapport”

1928

⁵⁵ Não havendo indicação exata da data, 1918 afigura-se a mais provável, uma vez que é o ano de eleição do sócio Horacio Bentaból.

- Visconde de Guichen, “O problema agrícola alemão no passado e no presente”

1929

- Albert Capmas, “L'état diathésique: son importance primordiale en pathologie: son traitement”

1930

- Monsenhor Baudrillart, “Science et religion, 1880-1930”

- V. Walfrid Ekman, “Principes dynamiques des courants marins”

- B. Belland Lansen, “Variações da temperatura no mar”

1932

- Rudolf Fueter

1934

- Mendes Correia, “Ecos da pré-história portuguesa na Atlântida de Platão”

1935

- Amália de Proença Norte, “Heróis e colonizadores”

1936

- Maria Madalena de Martel Patrício, “O espírito medieval – as forças espirituais de Portugal”

1938

- Herbert Claiborne Pell, “La situation du Portugal en face de l'organisation scientifique du tourisme”

- Amadeu Ferraz de Carvalho, “William Prescott nos Açores e os seus parentes açorianos”

- Raymond Warnier, “Les slaves du sud, quelques rapports avec le Portugal”

- Maria Josefina de Vasconcelos Abreu Andersen, “A música no Egito no tempo dos faraós”

- Ferreira Martins, “O poder militar da Grã-Bretanha e a aliança anglo-lusa”

- Campos de Figueiredo, “Manuel da Silva Gaio precursor do renascimento novo-lusista”

- Paul Montel

1939

- Georges Blondel, “A evolução das ideologias sociais desde o século XII”

- José de Esaguy

- Edgardo Pérez Quesada, “El reconocimiento de la independencia de las antiguas provincias del Rio de la Plata por el Reino Unido de Portugal y Brasil”

1940

- Duque de Maura, “El desígnio imperial de Felipe II”

- Mário A. da Silva, “A vida e a obra de Édouard Branly”

- Gustavo Barroso, “O recuo do meridiano de Tordesilhas”

1941

- François Gentil, “A ação católica da França junto do Vaticano”

1943

- Anselmo Ferraz de Carvalho, “Auroras polares e alta atmosfera”

- Abílio Fernandes, “Ecologia da polinização”

- Francisco Miranda da Costa Lobo, “O Infante D. Pedro Duque de Coimbra”

- Harold Spencer Jones, “A determinação da distância da Terra ao Sol”
- Juan Manuel López Azcona, “Estado atual das aplicações da desintegração nuclear dos átomos aos problemas de idades”
- Diogo Pacheco de Amorim, “A moeda”
- Francisco Peres Trancoso, “A mecânica da célula viva”
- Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, “A atmosfera do Sol”

1944

- Charles E. Dufourcq, “Les grands redressements du passé français”
- Charles E. Dufourcq, “L’histoire musulmane de l’Afrique du Nord du VII au XIX^e siècles”
- Gastão de Bettencourt, “A Amazónia no fabulário e na arte”, ilustrada com música cantada pela soprano Raquel Bastos acompanhada pela pianista Maria Elvira Lopes Barroso
- José Júlio Rodrigues, “No Brasil de há 30 anos”, ilustrada por recitações de Maria Emília Castelo Branco
- José Júlio Rodrigues, sobre o músico Armando Leça – estando este presente e interpretando algumas das suas composições, sendo uma delas executada pelo violinista Francisco Silveira; Maria Emília Castelo Branco recitou uma poesia do jornalista Tito de Bettencourt intitulada “Recordando”, dedicada ao compositor Armando Leça
- H. Cartledge, sobre a Revolução Industrial na Grã-Bretanha

1945

- Álvaro de Freitas Morna, “A situação económica de Angola”

1946

- José Ramos Bandeira, “Roberto Duarte Silva e a Faculdade de Filosofia de Coimbra”
- René de Possel, “Os princípios matemáticos da mecânica clássica”
- Mendes Correia, “Etnografia da Guiné Portuguesa”

1947

- Francisco Vieira de Almeida, “Algumas hipóteses da teoria do conhecimento”
- Rocha Brito, “Os presépios de Coimbra”

1948

- Luís de Almeida Braga, “Dom João Valera e as letras portuguesas do seu tempo”
- Pierre Berès, “Le livre illustré moderne français et l’intervention de grands peintres dans l’illustration des livres”
- Charles Verlinden, “Les précédents médiévaux de l’esclavage colonial”

1949

- Yves Renouard, “Le rôle des hommes d’affaires dans l’avènement de la Renaissance Italienne”
- L. d’Azambuja, “Les progrès des recherches sur l’atmosphère solaire dans les cinquante dernières années”
- Madame d’Azambuja, “Quelques problèmes actuels relatifs aux taches et facules solaires”
- Maurice Garçon, “Les grands procès littéraires”
- Sousa Costa, “Três Junqueiros desconhecidos de amigos e inimigos”
- Alberto Ferreira da Silva, “Ensino agrícola em Angola – a Escola Agropecuária Dr. Francisco Vieira Machado”
- Amália de Proença Norte, “Altas figuras do Império – Descobertas e explorações – Reis do Congo, vassallos de Portugal – Pedro Batista, Silva Porto, Serpa Pinto, Capelo e Ivens – Conferência de

Berlim – Mapa cor de rosa – Campanhas para a ocupação efetiva de Angola e Moçambique – Exaltação da Raça”

- José de Arruela, “O 1º de Dezembro”

1950

- Émile Henriot, “O romance francês de Proust até à atualidade”

- Yves Renouard, “La grande industrie du moyen âge: l’industrie de la laine”

- José Filgueira Valverde, “Santiago de Compostela ciudad barroca”

- Charles Picard, “Hésiod et les reliefs dits de Lisbonne”

1951

- Jean-Louis Vaudoyer, “Uma hora com Gérard de Nerval”

- Pierre Tardi, “La détermination de la forme de la Terre: évolution des méthodes à travers les siècles: exposé des méthodes contemporains”

- Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, “Os últimos métodos da observação das protuberâncias solares”

- Maria Braklamy Barjona de Freitas, “Os livreiros Quinhentistas na sua irmandade”

- Carlo Bronne, “Le grand siècle des échanges belgo-portugais”

- José Lins do Rego

1952

- W. Bladergroen, “Physique et Biologie”

- Herculano Rebordão, “Tendências atuais do espírito brasileiro em relação a Portugal”

- Agrippino Grieco, “Como um brasileiro vê a literatura portuguesa”

- Manuel Raposo Marques, “Os Açores”

- Divaldo Gaspar de Freitas, “Panorama do Brasil de hoje”

- Luc Hommel, “O século de ouro dos Países Baixos”

- Jorge de Faria, “D. João da Câmara e Maetterlink”⁵⁶

1953

- Georges Marlier, “Albert Durer et le Saint Jérôme du Musée de Lisbonne”

- Nuno Simões, “Atualidades luso-brasileiras”

1959

- Andrée Crabbé Rocha, “O teatro de García Lorca”

- Reinaldo dos Santos, “Le Portugal et la Renaissance européenne”

1960

- José Maria Viqueira, “El alma ibérica en las expresiones idiomáticas”

1965

- José Matoso, “S. Bento pai da Europa (os monges nas origens da civilização europeia)”

- J. M. dos Santos Simões, “Azulejaria portuguesa no Brasil”

1967

- Vítor Manuel Braga Paixão

- Henrique Barrilaro Ruas, “D. Miguel I e o problema da Constituição histórica”

⁵⁶ Tratando-se de uma palestra organizada pelo Teatro dos Estudantes e incluída no 1º Festival Académico, tem como data provável 1952.

1975

- Orlando de Carvalho, “Cuba – uma revolução do nosso tempo”
- Elena Wolf, “O interesse na URSS pela língua portuguesa”
- Axel Hesse

1977

Ciclo de conferências sobre o séc. XIX:

- Armando de Castro, “A formação do sistema económico português contemporâneo no séc. XIX”
- Fernando Ferreira da Costa, “Primórdios do cooperativismo em Portugal”
- Joel Serrão, “A ideia de progresso em Portugal no séc. XIX”
- Vítor de Sá, “Do associativismo ao sindicalismo em Portugal”
- Luís Elias Casanovas, “O desporto em Portugal no séc. XIX”
- Rogério Fernandes, “Tendências da educação em Portugal no séc. XIX”
- João Medina, “Uma leitura política de *Os Maias*”
- António Hespanha, “O constitucionalismo em Portugal no século XIX”
- Fernando Catroga, “A ideologia republicana e os primórdios do positivismo”
- Manuel Lousã Henriques, “Os materialismos positivista, monista e evolucionista na psiquiatria portuguesa”

1978

- Elena Wolf, “Relações culturais russo-portuguesas”
- Rudolf Peierls, “Reminiscences of the early days of quantum mechanics”

CENTENÁRIOS E OUTRAS COMEMORAÇÕES

Um dos eventos que mais se repetiu ao longo da história do Instituto foi a comemoração de centenários de personalidades ou episódios fundamentais da nacionalidade, no que, aliás, seguiu a tendência cultural e política das restantes associações e do país em geral. Acompanhando essa mesma evolução, o Instituto colocou-se entre as entidades que celebraram o primeiro dos centenários promovidos a nível nacional, a saber, o tricentenário da morte do poeta Luís de Camões. Uma tal celebração consagrava a figura literária de Camões como uma das fundadoras da nossa identidade. Para Teófilo Braga, que refletiu sobre estas questões no livro *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*, “O Centenário de Camões, neste momento histórico, e nesta crise dos espíritos, teve a significação de uma revivescência nacional” (Braga, 1884: 10).

No caso do Instituto, repercutiu-se não apenas na sua revista (os números 11 e 12 do volume 27 são-lhe inteiramente dedicados) como ainda num sarau literário realizado a 10 de junho de 1880, na sala emprestada dos Capelos. O sarau consistiu numa série de discursos de diferentes individualidades, que se conjugaram com o sarau literário-musical da noite anterior, no Teatro Académico. Contou ainda com uma extensão em Portalegre, onde, na mesma noite de 10 de junho de 1880, o sócio correspondente Francisco António Rodrigues de Gusmão recitou um discurso no Centro Recreativo Portalegrense. Neste evento, o Instituto estava em sintonia com a comunidade académica, apoiando a construção do monumento a Camões que os estudantes promoveram, cuja inauguração se deu mais tarde, a 8 de maio de 1881. A comissão dos estudantes assistiu ao sarau, junto com mais de 300 senhoras, “as autoridades, alguns lentes da Universidade (...) e os sócios do Instituto” (*O Instituto*, 27: 505).

Na Sala dos Capelos, foram oradores Francisco de Castro Freire, presidente do Instituto e vice-reitor da Universidade, e os sócios José Brás de Mendonça Furtado, Augusto Filipe Simões e Augusto António da Rocha. O discurso deste último versou as origens e caráter da epopeia portuguesa, e foi publicado autonomamente (Coimbra, 1880). No sarau do Teatro Académico, discursaram António Henriques da Silva, João Marcelino Arroio, fundador do Orfeão Académico de Coimbra, e Manuel Martins, todos eles alunos de Direito⁵⁷. O sócio correspondente António de Macedo Papança recitou o poema “Catarina de Ataíde”. Outras contribuições estavam agendadas, nomeadamente as de Francisco Augusto Correia Barata e Eduardo Burnay, no entanto, por falta de tempo, não se verbalizaram, saindo depois na revista. Chegaram do estrangeiro congratulações pela

⁵⁷ Para estes discursos, ver o número 10 do volume 28 d’*O Instituto*.

feira. O sócio correspondente Thomas Blanc, titular da Académie de Nîmes, escreveu uma epístola em verso, dirigida ao consócio Assis Teixeira, que a mandou imprimir e distribuir durante o sarau.

O Instituto publica ainda outras peças que extravasam o sarau e que lhe foram oferecidas, como os discursos de Manuel Emídio Garcia e António Maria de Sena, proferidos na manhã de 10 de junho de 1880, ou a poesia “A Camões”, recitada no sarau literário-musical de 7 de maio de 1881 no Teatro Académico, por Luís Osório. Ou seja, de certa forma, o Instituto congregou as várias manifestações que a academia de Coimbra consagrou a Camões.

Para esta ocasião, o sócio Luís Augusto Pereira Bastos, autor da medalha comemorativa do centenário da reforma pombalina da Universidade (1872), desenhou um retrato de Luís de Camões (reproduzido no volume 27 d’*O Instituto*), a convite da Direção do Instituto. O presidente, Francisco de Castro Freire, em agradecimento, revela que o quadro “passará a adornar a sala das nossas conferências, a qual tomará de hoje em diante o nome de *Sala de Camões*”. Acrescenta que o retrato de Camões serviria de inspiração aos propósitos do Instituto: “Aquela nobre imagem, símbolo do mais acrisolado patriotismo, e do amor mais entranhado a todo o saber humano, será um incentivo perene para que o Instituto de Coimbra prossiga na sua nobre missão de animar entre nós a cultura das ciências, da literatura e das boas artes, dirigindo-as para as regiões elevadas, onde a dignidade humana se apraz em contemplar somente o que é santo, o que é justo e o que é belo” (*O Instituto*, 27: 510).

Depois destes festejos de grandes proporções, seguiram-se em pouco tempo novas comemorações, que se tornavam um pretexto para a convocação de eventos científicos. Assim, o Instituto envolveu-se, por exemplo, na comemoração do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Em 1895, uma nova série de conferências se veio enquadrar nesta celebração. Desta vez, é o sócio correspondente Guilherme de Vasconcelos Abreu, lente do Curso Superior de Letras e fundador em Lisboa da Associação Promotora dos Estudos Orientais e Glóticos, quem toma a responsabilidade dos temas. O primeiro foi “A fenomenalidade, a alma e o eu no budismo”, envolvendo assim a filosofia vedanta e búdica; seguir-se-iam discursos sobre Alexandre Magno e sobre Akbar, o Grande (*O Instituto*, 42: 193, 395).

Na primeira palestra, ocorrida a 23 de março de 1895, o autor reivindica: “Somos nós, senhores, os sócios deste Instituto, os primeiros a comemorar o feito. (...) Dei preferência ao Instituto de Coimbra para que estas conferências nascessem no seio académico donde partiram as honras sociais que os homens doutos de corporações científicas e alguns Estados se têm dignado de me conceder pelo meu trabalho” (*idem*: 397). Da colaboração do Instituto na celebração do centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama fizeram ainda

parte os estudos de Sousa Viterbo e o drama “Na volta da Índia”, oferecido por Manuel da Silva Gaio, ambos publicados na revista (cf. assembleia geral de 4.6.1898).

O centenário de um outro escritor português, Alexandre Herculano, foi assinalado também por uma conferência no Instituto, proferida pelo sociólogo espanhol Ubaldo Romero Quiñones. Muitos estudantes e “grande número de senhoras” assistiram a esta sessão, onde intervieram José António Marques, quintanista de Teologia, e Luís Passos, representante da academia de Lisboa (*Notícias de Coimbra*, 27.4.1910).

O mais significativo será talvez o centenário de Fernão de Magalhães, uma vez que este partiu da iniciativa do próprio Instituto de Coimbra. A ideia foi lançada pelo sócio José Manuel de Noronha, em assembleia geral de 29 de outubro de 1919, que se apoiou na resolução tomada pelo governo espanhol de celebrar o centenário deste navegador, para propor que o Instituto avançasse para idêntica comemoração do lado português. Foi aprovada a proposta e resolvido contactar as entidades espanholas, bem como as corporações científicas portuguesas. José Noronha e os membros da Direção do Instituto constituíram-se em comissão encarregue das diligências a desenrolar. Pelas respostas recebidas, deu-se conta de que a aprovação da iniciativa era unânime, de tal forma que o próprio Governo emitiu uma portaria, em 15 de junho de 1920, encarregando oficialmente o Instituto de dirigir a comemoração do centenário de Fernão de Magalhães (vd. *O Instituto*, 67: 437).

A sessão comemorativa realizou-se na Sala dos Capelos a 27 de abril de 1921 (vd. *O Instituto*, 68: 273). Foi presidida pelo Ministro da Marinha (Fernando Brederode), o qual discursou, juntamente com o presidente da Câmara de Coimbra (Alves dos Santos), o reitor da Universidade (Oliveira Guimarães), o presidente do Instituto, o representante da Academia das Ciências (Henrique Lopes de Mendonça), o secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa (Ernesto de Vasconcelos) e o historiador Fortunato de Almeida. Como se vê, o reforço da nacionalidade através da exaltação de figuras heroicas da nossa história congregava altas personalidades políticas e intelectuais. O discurso do então presidente do Instituto era, aliás, claramente apologista dos valores da pátria, não deixando de o registar na sua atuação. São paradigmáticos os artigos de Costa Lobo n’*O Instituto*, em especial, “O Império Português” (vol. 88).

Para além da sessão solene e das publicações, o Instituto desempenhou a missão com as seguintes medidas previstas, nem todas concretizadas: solicitação aos poderes públicos para que o dia 27 de abril de 1921, 4º centenário da morte de Fernão de Magalhães, fosse declarado feriado nacional; apoio à realização de sessões comemorativas nas várias localidades do país (Viana do Castelo e Funchal foram duas delas); obter das Câmaras Municipais que inscrevessem nas suas ruas o nome de Fernão de Magalhães; envolver a imprensa periódica nas comemorações; fazer uma

publicação de caráter popular com a finalidade de difundir o conhecimento dos feitos do navegador (vd. assembleia geral de 13.2.1921).

Por outro lado, Costa Lobo era igualmente defensor, numa linha tradicionalista, das seculares relações de Portugal com a Inglaterra, que tinham ficado um pouco abaladas nas movimentações coloniais oitocentistas. Para comemorar essas relações, Costa Lobo convoca uma sessão solene do Instituto, realizada desta vez no salão nobre da Câmara Municipal, a 15 de novembro de 1936, depois de um adiamento forçado pela morte do rei Jorge V de Inglaterra. Nesta sessão, esteve presente o embaixador inglês em Lisboa, Charles Wingfield, que preparou o tema “O General Lord Wellington: o seu valor e as suas virtudes ao serviço da nacionalidade portuguesa”. Costa Lobo escolheu falar sobre “A literatura inglesa de elogio para Portugal”. Para além destes, outros oradores abordaram diferentes dimensões das relações luso-inglesas. Anselmo Ferraz de Carvalho, diretor da Faculdade de Ciências, conferenciou sobre “Daniel Sharpe e os primeiros estudos geológicos em Portugal”; Diogo Pacheco de Amorim, docente da mesma Faculdade, falou sobre as “Relações comerciais de Portugal com a Inglaterra”. O General Gomes de Sousa e o presidente da Câmara, Ferrand Pimentel de Almeida, pronunciaram também algumas palavras. A solenidade concluiu-se com os hinos português e inglês cantados pelo Orfeão Académico (*O Instituto*, 91: 111).

Neste contexto se pode incluir a homenagem prestada pelo Instituto ao embaixador inglês Sir Walford Selby, que visitou Coimbra em 1938. No dia 29 de abril desse ano, a receção ao diplomata desenrolou-se na Sala dos Capelos, perante Costa Lobo e Eugénio de Castro (em representação do reitor). Convidado pelo Instituto de Coimbra e eleito sócio honorário, chegou à cidade no dia anterior, aguardado na estação ferroviária por numerosas pessoas, entre elas o governador civil, o reitor da Universidade, o presidente da Câmara, os membros da Direção do Instituto, etc. Costa Lobo ofereceu um jantar em honra do embaixador, onde conviveram estas e várias outras personalidades. Os discursos do General Ferreira Martins, sobre a situação militar em Inglaterra e a aliança anglo-lusa, e de Diogo Pacheco de Amorim, sobre a situação económica em Inglaterra, proferidos na receção, vêm publicados no volume 94 d’*O Instituto*.

Acrescenta-se ainda aos encontros destinados a fortalecer os laços de Portugal com a Inglaterra a sessão de homenagem a homens de ciência ingleses, integrada igualmente no mandato de Costa Lobo, que convidou para o efeito o Ministro da Inglaterra em Lisboa, John Balfour, representantes das autoridades civis e militares. Assistiram vários associados do Instituto, nesta sessão de 6 de maio de 1942, à palestra de Costa Lobo sobre os astrónomos ingleses Herschel e Lord Rosse, e à de Ferraz de Carvalho sobre a influência dos estudos de física de Lord Kelvin na geologia (*O Instituto*, 100: 775; 101: 9).

A Direção de Costa Lobo demonstrou mais uma vez propensão para levar o Instituto a promover os valores nacionais ao enviar ao Presidente do Governo, em 1938, um telegrama oferecendo colaboração para a realização dos centenários da fundação (1139-1939) e da restauração (1640-1940) de Portugal. Neste âmbito, o Instituto foi ele próprio convidado pela Câmara de Coimbra a tomar parte na comissão executiva das comemorações deste duplo centenário em Coimbra (vd. assembleia geral de 6.7.1938). O programa fixado pelo Instituto em assembleia geral de 2 de maio de 1939 incluía uma missa e alocução do Bispo Conde D. António Antunes em Santa Cruz, uma sessão solene na sala nobre da Universidade e um sarau na Faculdade de Letras, tudo no dia 14 de maio de 1939. No entanto, chegaram instruções superiores para que todas as cerimónias tivessem lugar dentro do período estabelecido oficialmente, de modo que o programa foi suspenso (cf. *O Instituto*, 94: 499; 95: 7).

Sendo assim, a dupla sessão concretizou-se no dia 9 de junho de 1940, destinando-se a primeira parte a evocar a fundação de Portugal, e a segunda a restauração. Na sessão da tarde, ouviram-se discursos do Duque de Maura, do General Gomes de Sousa e de Perestrelo de Vasconcelos. Na sessão da noite, o General Ferreira Martins falou sobre “A Restauração de 1640”; seguiram-se-lhe Josefina Andersen, que leu e comentou duas cartas de D. Luísa de Gusmão, e Virgínia Rau, que dissertou sobre D. Catarina de Bragança. Incluiu música interpretada ao piano por Elisa de Sousa Pedroso e Luís de Freitas Branco, e a recitação de poemas por Maria Madalena de Martel Patrício (*Gazeta de Coimbra*, 6 e 11.6.1940). Para além disso, os volumes 95 e 96 d’*O Instituto* evocam, respetivamente, a fundação e a restauração da nacionalidade, com colaborações de João Perestrelo, Alfredo Pimenta, José Pinto Loureiro, Rocha Madahil, Ernesto Enes, entre outros.

Naturalmente, o Instituto não podia deixar de se associar às datas históricas da Universidade e, nesse sentido, promoveu uma sessão solene comemorativa da instalação definitiva da Universidade em Coimbra, que em 1937 completou 400 anos. Para isso, convidou representantes de universidades estrangeiras, nomeadamente, Georges Le Gentil, de Paris, Hubert Gillot, de Estrasburgo, e Pedro Calmon, do Rio de Janeiro. Não faltou a intervenção do reitor João Duarte de Oliveira, e uma palestra de Silva Carvalho sobre um dos protagonistas da reforma universitária de 1772, “D. Francisco de Lemos e a Medicina” (*O Instituto*, 92, 2ª pt.: 727).

Neste ciclo de centenários, chega a vez do próprio Instituto de Coimbra celebrar o seu, sem dúvida, com o orgulho da longa existência de associação científica, pouco comum entre os pares. No entanto, à parte as repercussões na revista e na imprensa externa, a data não teve efeitos especiais que ultrapassassem os habituais almoço de confraternização e sessão solene, que na verdade se efetuaram a 20 de dezembro de 1953, quase dois anos depois do centenário. Processara-se uma fase de preparação prévia, que consistiu, essencialmente, em pesquisas efetuadas por A. G. da Rocha

Madahil no sentido de determinar a data certa para a celebração. Em assembleia geral de 22 de dezembro de 1950, Rocha Madahil expôs o resultado das suas investigações sobre as origens do Instituto de Coimbra, sugerindo que, de acordo com os dados obtidos, a comemoração se efetuasse no ano de 1951. Daqui em diante foram chegando textos alusivos ao centenário do Instituto, com vista à organização de um número especial da revista, e chegaram também saudações de várias instituições, como a Academia das Ciências de Lisboa e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Numa entrevista concedida à revista *Flama*, em fevereiro de 1952, o presidente Anselmo Ferraz de Carvalho, quando questionado sobre as atividades previstas para a comemoração do centenário, indica em primeiro lugar um número especial d'*O Instituto*, para o qual apelava à colaboração dos sócios. Alude depois à realização de sessões na primavera, e ainda a uma reunião dos sócios em “festa íntima”. No entanto, a morte de Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, diligente secretário da academia, no mês de março de 1952, foi, provavelmente, o fator que mais pendeu sobre o adiamento da sessão comemorativa.

O *Diário de Coimbra* começa, em dezembro de 1953, a noticiar a inscrição de sócios da cidade e de todas as partes do país para participar nas comemorações centenárias. No almoço de confraternização participaram cerca de 50 sócios; na sessão solene, realizada no salão nobre, presidida por Anselmo Ferraz de Carvalho, Diogo Pacheco de Amorim e Francisco Teixeira de Queirós, discursaram Maximino Correia, reitor da Universidade, Henrique de Vilhena, da Academia das Ciências de Lisboa, e ainda os professores Joaquim de Carvalho e António da Costa Rodrigues. Antes de se encerrar a sessão, foram lidos telegramas e cartas entre os muitos recebidos com felicitações (*Diário de Coimbra*, 21.12.1953). O mesmo diário nomeia alguns dos participantes: Mário Silva, Francisco Gentil, João Pereira Dias, Lopes de Almeida, Costa Pimpão, Feliciano da Cunha Guimarães, Belisário Pimenta, Perestrelo Botelho, Carlos de Passos, Ilídio da Silva Lopes, Manuel Ferreira da Costa, Conde do Ameal, entre outros.

As relações com o Brasil constituíram outra fonte de comemorações centenárias por parte do Instituto. Em 1955, esta academia associa-se ao 4º Centenário da Fundação de São Paulo, com uma sessão realizada a 25 de janeiro. Para esta, convidou os sócios Aureliano Leite e José Pedro Leite Cordeiro, ambos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que, não podendo comparecer pessoalmente, enviaram os seus discursos para serem lidos na sessão. Nessa ocasião, o professor Joaquim de Carvalho proferiu também um discurso sobre “São Paulo e o Brasil que se constrói”.

O quinto centenário da morte do Infante D. Henrique constituiu uma das comemorações de maior aparato em que o Instituto se envolveu. A 1 de julho de 1954 foi publicado um decreto-lei que instituíra uma comissão orientada pela Academia da História, encarregada de promover as

comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique a realizar em 1960. Na mesma data uma portaria nomeou as individualidades que constituiriam a comissão referida. O presidente era José Caeiro da Mata, figura máxima da Academia da História. Entre os vogais contavam-se o diretor do Arquivo Histórico Militar, Alberto Faria de Novais, o presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, A. A. Esteves Mendes Correia, dois professores da Faculdade de Letras de Coimbra, Damião Peres e Manuel Lopes de Almeida. À comissão era conferida a possibilidade de agregar outras entidades. Tomaram posse a 14 de julho de 1954.

Por portaria de 18 de agosto de 1955, o Presidente do Conselho (António de Oliveira Salazar) nomeia uma comissão executiva para realizar o programa das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, liderada por José Caeiro da Mata, assistido por vogais e secretários. Instituíram-se delegações para diversas cidades, sendo a de Coimbra presidida pelo reitor da Universidade Maximino José de Moraes Correia e contando entre os vogais o presidente do Instituto de Coimbra, Diogo Pacheco de Amorim, diretores das Faculdades, o presidente da Câmara Municipal Joaquim de Moura Relvas, o diretor do Museu Machado de Castro Luís Reis Santos (também secretário do Instituto) e o presidente da Associação Académica, Manuel Henriques Mesquita. O ato de posse da delegação de Coimbra realizou-se na Sala do Senado da Universidade, a 16 de maio de 1959, onde discursaram Caeiro da Mata e Maximino Correia (publicados no número especial d' *O Instituto* comemorativo deste centenário).

A delegação de Coimbra reuniu diversas vezes sob a presidência do reitor Maximino Correia, tomando-se, entre outras, a resolução de se preparar para 1960 uma sessão solene. Esta realizou-se, com efeito, a 12 de maio de 1960, na Sala dos Atos Grandes da Universidade, sob a presidência do Almirante Américo Tomás, na presença do Cardeal Patriarca, do Arcebispo Bispo Conde, dos Ministros do Interior, da Justiça e da Educação, dos Subsecretários de Estado do Orçamento e da Administração Ultramarina, dos Embaixadores do Brasil e de Espanha, do Presidente da Assembleia Nacional, Procuradoria Geral da República etc. Armando Cortesão, representando o Instituto, proferiu uma comunicação sob o título “Do ambiente científico em que se iniciaram os descobrimentos portugueses”. Após esta sessão, resolveu a Direção do Instituto publicar um número especial da sua revista comemorativo da data do centenário da morte do Infante D. Henrique.

Meses depois, veio a Portugal o Presidente da República Brasileira, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em visita de homenagem à memória do Infante. Passou por Coimbra, sendo nessa ocasião doutorado *honoris causa* pela Faculdade de Direito, e o Instituto aproveitou a cerimónia para lhe ofertar as suas insígnias. No início do cortejo doutoral realizado na tarde de 8 de agosto de 1960, na Biblioteca Geral, as insígnias do Instituto foram apresentadas ao vice-reitor da Universidade, Carlos

Moreira, que por sua vez solicitou ao Almirante Américo Tomás que as entregasse ao sócio honorário Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Outros centenários foram comemorados, se bem que com menor pompa, mas com estudos apresentados em conferências. Foi o caso do terceiro centenário da Batalha de Montijo, em que as tropas portuguesas venceram as espanholas, evocada na exposição oral do Coronel Belisário Pimenta, a 3 de maio de 1944; o do primeiro centenário do nascimento de Eça de Queirós, para o qual o mesmo sócio falou de aspetos militares da obra do romancista, a 14 de dezembro de 1945, na Sala Carlos Ribeiro do Museu Geológico (*O Instituto*, 110: 42); ou ainda, mais tarde, o quarto centenário da morte do matemático Pedro Nunes, recordado numa palestra de Luís de Albuquerque, em maio de 1978. Em alguns casos era convocada uma assembleia geral de sócios para dar cumprimento à celebração. Foi o que sucedeu a 14 de dezembro de 1943, quando o Instituto assinalou o 4º centenário da morte do astrónomo Nicolau Copérnico, evocado numa exposição oral de Costa Lobo, sob a presidência do reitor Maximino Correia.

Cronologicamente, o derradeiro centenário de que existe referência na história do Instituto é o primeiro do nascimento do físico Albert Einstein, que a academia de Coimbra organizou em colaboração com a Secção de Coimbra da Sociedade Portuguesa de Física e a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Neste âmbito, registam-se as conferências de António da Silveira, professor da Universidade de Lisboa, e Max Flückiger, diretor da Sociedade Albert Einstein, ambas em 1979 (*O Instituto*, 140/141: 320).

Um episódio curioso sucedeu com a projetada comemoração do centenário de Francisco Sá de Miranda. Chega à assembleia geral de 26 de janeiro de 1895 uma proposta – assinada pelos sócios António de Assis Teixeira de Magalhães, Francisco José de Sousa Gomes, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Manuel da Silva Gaio e Eugénio de Castro – para que o Instituto tome a iniciativa de comemorar o 4º centenário do nascimento do poeta Sá de Miranda, “um dos mais ilustres filhos de Coimbra” (*O Instituto*, 42: 1), que ocorreria a 27 de outubro de 1895. Unanimemente aprovada a proposta, ficou a Direção autorizada a constituir-se em comissão capaz de elaborar e executar o programa do centenário, agregando os sócios que achasse conveniente. Mediante este procedimento, a comissão para a celebração do centenário de Sá de Miranda ficou assim composta: José Epifânio Marques (presidente), António de Assis Teixeira de Magalhães (vice-presidente), António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (secretário), António Augusto Gonçalves, Augusto Mendes Simões de Castro, Eugénio de Castro, Francisco José de Sousa Gomes, Francisco Miranda da Costa Lobo, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, José Maria Rodrigues, José Pereira de Paiva Pita, Júlio Augusto Henriques, Luís da Costa e Almeida e Manuel da Silva Gaio. Instalou-

se em 13 de fevereiro de 1895, distribuíram-se os primeiros trabalhos preparatórios e assentaram-se pontos fundamentais do programa.

Uma semana depois, o *Distrito de Coimbra* (19.2.1895) anunciava que “a comissão do centenário tenciona solicitar a Sala dos Capelos para nela celebrar a sua festa. Também se espera que abrilhantarão a imponente solenidade o sr. Teófilo Braga e a distinta escritora sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. (...) O distinto poeta sr. Eugénio de Castro é um dos conferentes”. A comissão do centenário de Sá de Miranda reuniu outra vez a 2 de julho, onde ficou definitivamente organizado o programa da comemoração e se elegeu uma comissão executiva para tratar da sua realização, composta por António de Vasconcelos, Eugénio de Castro e Silva Gaio.

Os preparativos iriam bem adiantados quando a Direção toma conhecimento da descoberta de um documento que prova que em 1490 já era nascido Sá de Miranda, de modo que a data até então acreditada, 27 de outubro de 1495, deixa de ter fundamento. Cai por terra a oportunidade de celebrar o centenário, porém, a Direção do Instituto decide, a 23 de outubro de 1895, não desperdiçar o esforço despendido, mantendo praticamente o programa. Realizar-se-ia ainda uma sessão solene em honra de Sá de Miranda a 26 de abril de 1896, na qual seria inaugurado o busto do poeta; o número d’*O Instituto* dedicado a Sá de Miranda mantinha-se e, a acrescentar a isto, o mais importante, a publicação do estudo de Sousa Viterbo que demonstra o erro na data até ali considerada a do nascimento de Sá de Miranda, incluindo os documentos que o comprovam.

O trabalho de investigação de Sousa Viterbo veio efetivamente publicado nos volumes 42 e 43 d’*O Instituto*. O historiador declara desde logo que foi o convite do Instituto para participar na celebração que o motivou a ir mais longe nos estudos sobre o poeta de Coimbra. Das pesquisas que efetuou com esse propósito na Torre do Tombo e em outros locais, extraiu documentos relativos à legitimação dos filhos de Gonçalo Mendes de Sá, um deles Francisco, concluindo que este nascera pelo menos cinco anos antes de 1495: “As cartas de legitimação dos filhos do cónego Gonçalo Mendes, chanceladas por D. João II, vêm-nos demonstrar que não é verdadeira a época do nascimento de Sá de Miranda assinada pela biografia anónima. Sem podermos precisar matematicamente este facto, é incontestável que ele foi anterior cinco anos pelo menos a 1495. Sá de Miranda já era nado em 1490, e em tempo anterior ainda, visto que nessa mesma data foram conjuntamente legitimados mais quatro irmãos, dos quais ele seria o segundo génito, se porventura as respetivas cartas guardassem a ordem cronológica” (*O Instituto*, 42: 671).

Uma outra deliberação tomada naquela reunião foi a de associar a inauguração do Museu de Arqueologia do Instituto às festas mirandinas, o qual estava a ser preparado para abrir ao público. Desta parte, os preparativos seguiram positivamente, a ponto de o presidente da Secção de Arqueologia, António de Vasconcelos, declarar à Direção, reunida a 19 de abril de 1896, que estava

já tudo pronto para a abertura oficial prevista para 26 do mesmo mês. O diretor da Classe de Ciências Físico-Matemáticas, Francisco José de Sousa Gomes, chegou a insinuar que esta seria a única parte do programa das festas mirandinas a realizar-se. Ou seja, era principalmente a Secção de Arqueologia que estava a dar seguimento ao centenário de Sá de Miranda.

E, na verdade, assim se passou. A inauguração do Museu efetuou-se com êxito, mas independentemente da comemoração mirandina. Entretanto, nova Direção sobe ao poder no Instituto, pela qual se reveem os projetos da Direção anterior para aquele fim, resolvendo-se novamente dar seguimento à sessão solene em honra de Sá de Miranda, para a qual se mantinha a oferta de Henriques da Silva de pronunciar uma conferência. Todavia, suspendem aqui as referências a esta comemoração, abalada por uma descoberta de última hora, resumida afinal aos artigos publicados n’*O Instituto*. Apesar de tudo, não se pode menosprezar a iniciativa da academia, que acabou por ser piloto de investigações de que resultaram novos dados sobre a vida do poeta conimbricense.

Um outro tipo de comemoração que se afirmou como prática corrente na vida do Instituto foi a homenagem a sócios falecidos, que por um ou outro motivo se haviam distinguido, principalmente a favor das obras desta academia. De início, a homenagem tomava a forma de elogio histórico recitado por outro sócio, onde por norma se enalteciam as suas virtudes e se mencionavam os mais relevantes factos biográficos. Alguns destes elogios foram publicados nas Memórias do Instituto, ainda no período de formação da academia. O próprio Alexandre Herculano, embora não participante mas sócio honorário do Instituto, é alvo de um elogio histórico, recitado a 23 de maio de 1878 por Vicente Ferrer Neto Paiva, seu amigo íntimo e, este sim, envolvido na gestão do Instituto (*O Instituto*, 25: 533). No ano seguinte, regista-se o elogio histórico do erudito Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, proferido por Augusto Filipe Simões e publicado no volume 26 d’*O Instituto* (p. 595).

O sócio João Correia Aires de Campos mereceu, sem dúvida, a homenagem que lhe foi prestada a 2 de junho de 1895, numa sessão onde António de Vasconcelos pronunciou um elogio histórico. Aires de Campos, embora advogado de formação, dedicou grande parte do seu tempo a investigações arqueológicas. No Instituto desempenhou relevantes serviços, especialmente no Museu de Antiguidades, de que foi zelador, e do qual elaborou os catálogos.

O Instituto foi também solícito na homenagem a personalidades que se destacaram por feitos notáveis. É o caso da assembleia geral de 5 de dezembro de 1924, consagrada à memória do aviador Artur Freire de Sacadura Cabral, com o objetivo de glorificar “o herói que tanto enalteceu a sua pátria” (*O Instituto*, 72: 56). Dois anos antes, o Instituto havia dedicado a sessão de 19 de abril de 1922 a homenagear os homens que realizaram a primeira viagem aérea de Portugal ao Brasil, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ao mesmo tempo que lhes concedia o título de membros honorários.

Por conseguinte, não só os mortos eram evocados, também os presentes eram enaltecidos nas suas qualidades. Para além das sessões solenes em honra de Alfred Baudrillart e de Sir Francis Lindley (1930), destaca-se a homenagem prestada ao sócio honorário Afrânio Peixoto. Com efeito, em maio de 1935, o eminente médico e historiador brasileiro Afrânio Peixoto, na altura reitor da Universidade do Rio de Janeiro, anunciava uma visita ao Instituto. Esta academia organizou então uma sessão em honra deste sócio honorário – fora eleito a 14 de dezembro de 1924 –, que contou com alocações de Francisco Miranda da Costa Lobo, presidente do Instituto, de Joaquim de Carvalho e do próprio Afrânio Peixoto (*O Instituto*, 88: 361). O professor Joaquim de Carvalho acentuou a solicitude do homenageado na promoção dos Estudos Camonianos, assim como na criação da cadeira de Estudos Brasileiros em Lisboa. Embora só concretizado em 1923, este último projeto partira do diplomata Alberto de Oliveira em 1915, lançado em sessão da Academia das Ciências de Lisboa e reunindo gradualmente o apoio de pessoas e instituições.

Aliás, Afrânio Peixoto seria novamente homenageado, após a sua morte, numa sessão a 3 de maio de 1947, presidida por Anselmo Ferraz de Carvalho, em colaboração com Rebelo Gonçalves, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra. Ferraz de Carvalho, abrindo a sessão, evocou a singularidade de Afrânio Peixoto, vincando o seu afeto a Portugal. Sugeriu mesmo que do livro *Viagens na minha terra* – publicado em 1938, e onde Afrânio Peixoto descreve as suas experiências em terras portuguesas – se produzisse uma tiragem popular que fosse largamente distribuída nas escolas do ensino secundário.

No caso de sábios nacionais, foi o Prémio Nobel Egas Moniz o principal homenageado, numa visita a convite do Instituto, em 29 de abril de 1950. Partiu de proposta de Anselmo Ferraz de Carvalho, à qual se associaram o reitor da Universidade, Maximino Correia, o presidente da Associação Académica, Fernando Rebelo, e os restantes membros da Direção do Instituto, aproveitando para lhe conferir o diploma de sócio honorário. No seu discurso, Egas Moniz optou por seguir o caminho lançado pelo presidente, recordando episódios da sua vida académica, na qual esteve bem presente o Instituto de Coimbra, e depois “referiu-se à luta no campo da ciência e, considerando a necessidade de abrir campos vastos ao labor científico, disse que ele tem a satisfação de se ver sempre acompanhado por uma equipa de novos, cuja colaboração tanto contribuiu para o bom resultado dos seus trabalhos” (*O Instituto*, 114: 250).

Entre os que receberam maiores festejos está o poeta Eugénio de Castro, alvo de uma sessão solene realizada na sede do Instituto a 31 de janeiro de 1946. O convite dirigido a sócios, familiares e outras pessoas pelo presidente do Instituto, Anselmo Ferraz de Carvalho, indica um programa culturalmente diversificado:

“Duas palavras, pelo Presidente do Instituto;
Leitura dum trabalho de Júlio Brandão, pelo Dr. Aarão de Lacerda;
Conferência pelo Prof. Dr. Vitorino Nemésio;
Leitura de versos de Eugénio de Castro, pelo Dr. Paulo Quintela;
Número cantado pelo Orfeão Académico, com letra de Eugénio de Castro”.

Na sessão, presidida por Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo vice-reitor José Carlos Moreira, e por Costa Rodrigues, secretário geral do Governo Civil, estavam presentes membros da família do homenageado: o irmão Conselheiro Aires de Castro, a irmã Eugénia de Castro e Almeida, seus filhos Luís de Castro e Martim Afonso de Castro, sua mulher e alguns dos seus netos. O presidente agradeceu aos oradores a anuência ao seu pedido, ao Orfeão Académico a colaboração que veio prestar, e ao sócio Fausto Gonçalves a ornamentação da sala onde se encontrava o busto do poeta Eugénio de Castro, bronze de Teixeira Lopes. Vitorino Nemésio apresentou um largo estudo sobre Eugénio de Castro, Paulo Quintela leu alguns versos do poeta. O Orfeão Académico cantou dois números, um deles com letra de Eugénio de Castro. Na assistência estava representada toda a cidade, incluindo numerosos estudantes (*O Instituto*, 107: 314).

No mesmo ano, a 17 de março, outro sócio diligente e ilustre conimbricense, António Augusto Gonçalves, foi homenageado pelo Instituto. Gonçalves exerceu considerável influência na reorganização do Museu arqueológico do Instituto, merecendo por isso e pela sua dedicação à cidade a gravação do seu nome para a posteridade. Começou por uma visita dos sócios do Instituto e convidados ao Museu Machado de Castro, que António Augusto Gonçalves fundou e dirigiu por muitos anos. Os visitantes foram recebidos pelo conservador Padre Nogueira Gonçalves. A sessão solene realizou-se no mesmo dia, às 21h, na Associação dos Artistas de Coimbra, presidida por Anselmo Ferraz de Carvalho, que, na sua alocução, lembrou que a homenagem da cidade poderia consistir num busto a erigir no Museu Machado de Castro. Falaram ainda o Coronel Belisário Pimenta, Costa Rodrigues, Otaviano de Sá como presidente da Escola Livre das Artes de Desenho, o escultor Costa Mota, Fausto Gonçalves, João Couto, Aarão de Lacerda, Fernandes Martins, que se associou pela Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra e saudou as irmãs do homenageado, Libânia e Idalina Gonçalves, que assistiram à sessão, e foi lida uma alocução de Manuel Monteiro por Gumersindo da Costa Lobo (*O Instituto*, 108: 1).

Registe-se ainda, em 1950 (5 de junho), a homenagem à memória da poetisa Amélia Janny, à qual se associaram vários escritores, entre os quais Virgínia Gersão, que proferiu algumas palavras, bem como uma representante da família de Amélia Janny, uma das primeiras mulheres a entrar para o grémio do Instituto. Para além destas que aqui ficam inscritas, outras celebrações se consagraram à

memória de sócios do Instituto. Em geral, pode-se dizer que os sócios efetivos mais intervenientes na vida da academia eram homenageados, assim como os sócios externos que mais se destacavam por feitos e escritos. Entre os presidentes, foi talvez Francisco Miranda da Costa Lobo quem teve maiores honras, numa sessão que serviu para lembrar juntamente o seu filho, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, falecido prematuramente, também ele astrónomo empenhado na ascensão do Instituto. A sessão efetuou-se a 14 de março de 1953, contando como oradores Anselmo Ferraz de Carvalho, Diogo Pacheco de Amorim e Manuel dos Reis (diretor do Observatório Astronómico). O *Diário de Coimbra* de 14 de março de 1953 refere que F. M. da Costa Lobo tinha “grande prestígio nos meios científicos estrangeiros, como astrónomo de renome” e que G. S. da Costa Lobo promoveu o ingresso de muitos estrangeiros no Instituto, pois mantinha “estreita colaboração com os centros estrangeiros de estudo de heliofísica, onde era muito considerado, nomeadamente no célebre Observatório de Meudon, no qual fez um estágio”. O mesmo jornal, no dia seguinte, sublinha que aquelas duas figuras “conquistaram assinalado prestígio” para o Instituto, “marcando nos meios científicos, nomeadamente do estrangeiro, e atraindo a esta cidade figuras de reputação internacional, tanto na diplomacia como na ciência”.

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CINEMA

Por fim, nesta sucessão de encontros culturais promovidos pelo Instituto de Coimbra, cabe registar as manifestações de pendor artístico, que, embora menos frequentes, não deixaram de ser contempladas por esta academia. Elas são todavia de grande interesse, encontrando-se distribuídas maioritariamente por três categorias: exposições, concertos e projeção de filmes. Mencionaremos, em primeiro lugar, os saraus literário-musicais que o Instituto organizou e ofereceu aos estudantes laureados da Universidade de Coimbra, desde 1896 (*O Instituto*, 43: 820).

Eram, por norma, efetuados a 8 de dezembro, porque o Instituto pretendia, com esta disposição, reafirmar o 8 de dezembro como data festiva para os estudantes. Na festa de 1897, o programa incluía uma alocução do presidente do Instituto, Bernardino Machado, que terá sido o impulsionador destes saraus (*idem*: 821), e outra de Egas Moniz, que era então o presidente da Estudantina. No plano performativo, o sarau incluiu um *paso doble*, poesias, sinfonia e bailado. Reproduz-se aqui o programa a partir do volume 45 d’*O Instituto* (p. 1)⁵⁸:

Introdução

Alocução do presidente do Instituto, Bernardino Machado

Resposta dos premiados, por Joaquim Alves dos Santos

1ª Parte

ATLETA – *paso doble*, oferecido ao presidente da Estudantina, de Simões de Carvalho, pela Estudantina

NÓS – poesia, por Francisco Casimiro Pinheiro Torres

CHALECO BLANCO – de Chueca, pela Estudantina

A VIDA BOÉMIA – poesia, por Gonçalves Cerejeira

CANÇÃO DO MONDEGO – de Rey Colaço, por Luís de Albuquerque Stockler

ALOCUÇÃO – por Egas Moniz, presidente da Estudantina

EUTERPE – sinfonia, de Simões de Carvalho, pela Estudantina

2ª Parte

SEREIA – *paso doble*, de Simões de Carvalho, pela Estudantina

COIMBRA! – poesia, por Vilela Passos

⁵⁸ O programa do sarau de 1896 encontra-se no volume 43, p. 822.

LA FIANCÉE – *suite de valse*, de Waldteufel, pela Estudantina
O TANNHÄUSER DE WAGNER – alocução, por José Júlio Rodrigues
– prelúdio e marcha nupcial, por Luís de Albuquerque Stockler
ESPARSA SUA – poesia, por Tomás de Noronha
BAILADO DA GIOCONDA – de Ponchielli, pela Estudantina

Final

O REI GALAOR – poesia, por Eugénio de Castro.

O Instituto restaura assim uma tradição antiga de consagrar o 8 de dezembro à distribuição das honras académicas, que havia perdido algum brilho quando se mudou a data para o 16 de outubro. Na sua alocução, Augusto Santos, aluno do 5º ano da Faculdade de Teologia, declara: “o Instituto de Coimbra, gloriosa tertúlia de sábios, que têm uma grande e civilizadora missão a cumprir, compreendendo que é uma virtude o estudo e que só a virtude é digna de prémio, como disse o sr. Conselheiro Bernardino Machado, propôs-se a simpática tarefa de restaurar uma usança antiga, que, por sua natureza mesma, sempre fora destinada a premiar o talento e o trabalho dos estudantes da Universidade” (*idem*: 5).

Este tipo de festividade estendeu-se depois a uma dimensão ibérica, quando o Instituto, em 1901 e 1902, esteve envolvido nas receções a estudantes de Santiago de Compostela e de Valladolid. De facto, a 23 de abril de 1901, num sarau oferecido pela Estudantina de Coimbra aos estudantes da Universidade de Santiago de Compostela, Bernardino Machado acolheu estes alunos em nome do Instituto. Em 17 de fevereiro do ano seguinte, o Instituto dava as boas-vindas aos estudantes da Universidade de Valladolid num sarau realizado na sua sede.

Por essa altura, o Instituto mostrava interesse em criar condições para alojar espetáculos musicais, solicitando ao Governo que fosse contemplada essa pretensão aquando das obras realizadas no edifício (Colégio de São Paulo Eremita) para ampliar as instalações do museu⁵⁹. Com efeito, algumas notícias se descobrem de concertos no salão do Instituto. Este acolheu, em fevereiro de 1904, uma atuação do tenor Gaspar Nascimento, cujo programa vem publicado no jornal *Resistência* (11.2.1904); e, em novembro do mesmo ano, o compositor e pianista Óscar da Silva apresentou-se no mesmo salão (*Resistência*, 17.11.1904).

⁵⁹ O processo da obra de ampliação do Museu Arqueológico de Coimbra (1898-1899), para além da intervenção no rés do chão, onde se encontrava o museu, sugere também a modificação do 1º andar, em especial para se poder instalar uma orquestra em noites de baile e sarau (ANTT MOP Mç. 480, Processo 593).

A 24 de outubro de 1908, pelas 21h, houve concerto na sala das festas do Instituto – a primeira festa artística do ano (letivo) – por Alfredo Napoleão, ao piano, e Moreira de Sá, ao violino. Eis a descrição do jornal *Resistência*, de 25 de outubro de 1908: “Pouco depois das 9 horas, naquela sala da tonalidade doce dos verdes desmaiados, cheia de estudantes e alegrada pelas *toilettes* claras das senhoras que ocupavam a primeira fila das cadeiras, abria Alfredo Napoleão o concerto com o *Clair de lune* de Beethoven”. Mais adiante, elogia o outro intérprete: “quando Moreira de Sá com a sua reconhecida maestria tocou no violino a *Sonata* de Beethoven, a sala levantou-se inteira, e estrugiram as palmas cortadas de *bravos* fortes e vibrantes”. No ano seguinte, o *Notícias de Coimbra* (20.11.1909) anunciava um concerto no salão do Instituto pelo mesmo pianista Alfredo Napoleão, coadjuvado por Simões Barbas (violoncelo). Executaram trechos de autores clássicos, entre os quais Schumann e Goltermann.

Ainda em 1908, o Colégio dos Paulistas recebeu uma exposição de peças do arquiteto Raul Lino. A inauguração deu-se a 14 de março de 1908, na sala principal do Instituto, sendo que a escolha deste local poderá dever-se a uma proximidade entre Raul Lino e António Augusto Gonçalves, patente no artigo “Raul Lino”, editado no jornal *Resistência* a 5 de março de 1908: “No mesmo empenho de admiração e culto artístico pela arte nacional se encontrou [Raul Lino] com os discípulos de António Augusto Gonçalves, que em Coimbra vão modestamente fazendo a renovação das nossas indústrias de arte. Daí a admiração e o entusiasmo que Raul Lino tem por eles e pela cidade em que já tem executados, ou em execução, três projetos seus, no bairro de Santa Cruz”. Este mesmo periódico, a 15 de março de 1908, publica o catálogo dos 39 objetos expostos. As peças incluem projetos, anteprojetos, plantas, esboços, fotografias, etc., referentes a “plantas e alçados de construção económica estilo português”, que seguiriam depois para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (*Notícias de Coimbra*, 14 e 18.3.1908).

Os documentos de despesa conservados no Arquivo do Instituto de Coimbra apontam para uma outra exposição, em março de 1940, instalada no edifício do Colégio de São Bento, então sede desta academia. Trata-se de uma exposição de pintura de Fausto Gonçalves, tal como vem descrito no convite em papel timbrado do Instituto:

“A Direção do Instituto de Coimbra tem a honra de convidar V. Ex.^a e sua Ex.^{ma} Família a visitar a exposição dos quadros que o Pintor Fausto Gonçalves, membro desta Academia, vai apresentar em Lisboa, na Exposição anual da Sociedade Nacional de Belas Artes.

Os referidos trabalhos apenas estarão expostos em Coimbra no dia 19, das 14 às 18 horas, na nova sede do Instituto, no Bairro de Sousa Pinto, antigo edifício de S. Bento.

Coimbra, 16 de março de 1940”.

Depois do 25 de Abril de 1974, a nova fase do Instituto passou, em grande medida, pela realização de eventos culturais, desde o cinema à música, em muitos casos exprimindo uma perspectiva educativa. Por exemplo, no âmbito do ciclo de conferências sobre o século XIX, organizado em 1977, esteve patente ao público uma exposição sobre a vida política portuguesa naquele século. No caso do cinema, as iniciativas decorreram sobretudo da interligação do Instituto com a Associação de Amizade Portugal-RDA, o que se pode avaliar pelas temáticas projetadas. Por exemplo, em 18 de maio de 1978, o Instituto proporcionou uma sessão de cinema sobre a Revolução Francesa, assistida sobretudo por estudantes.

Realizaram-se também sessões de cinema em coordenação com as Embaixadas da França e do Canadá e com o apoio técnico dos grupos de Ação Cultural “Vértice”, que cederam ao Instituto os projetores de 16 mm – com o objetivo de dar a conhecer determinados aspetos das ciências físicas e humanas e a ilustração de algumas aulas do Departamento de História da Faculdade de Letras de Coimbra.

Com a nova Direção, presidida por Luís de Albuquerque, delineou-se assim um programa de intervenção a nível cultural e cívico junto das populações rurais e urbanas do distrito de Coimbra. Essencialmente, tratou-se da organização de ações culturais onde se projetavam filmes e *slides* sobre arte, literatura, desporto e outros temas. Para isso, o Instituto constituiu uma verdadeira Secção de Cinema, que nos mostra, através da correspondência com cooperantes, os passos seguidos e os resultados obtidos.

A primeira que surge no Arquivo é com o Instituto Alemão, uma carta onde o secretariado do Instituto de Coimbra introduz esta “nova fase da sua existência” e solicita o empréstimo de filmes, cujos títulos apontam para temas de desporto, indústria e agricultura (Cópias da Correspondência Expedida, 27.11.1975). Menos de um mês depois, a Secção de Cinema do Instituto envia ao mesmo organismo um relatório do que se produziu com base no empréstimo de películas. Sendo assim, de acordo, com este relatório,

1. Os filmes “Agricultura europeia em fase de transição”, “Bases da educação física” e “Atletismo: corrida” foram para Rio de Vide, concelho de Miranda do Corvo, onde se realizaram mais de 6 sessões, todas com muita afluência de público, na sua maioria de origem rural, e com opiniões bastante favoráveis.
2. O filme “Fundição e aços de alta qualidade” teve uma única sessão no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, com a presença de uma centena de alunos e professores, com opinião favorável (Relatório da Secção de Cinema do Instituto de Coimbra enviado ao Instituto Alemão, em 22.12.1975).

Na mesma data, o secretariado do Instituto solicita o empréstimo dos filmes “Indústria de vidro”, “Por toda a parte a energia”, “Arte de lavar”, “Teatro de juventude”, “Como nasce o teatro de fantoches” e “Albrecht Dürer” ao Instituto Alemão, e depois também a uma nova entidade, a Embaixada da Bélgica, pedindo colaboração para o trabalho de “dinamização cultural e cívica” do Instituto (Cópias da Correspondência Expedida, 23.12.1975), através do empréstimo dos filmes “Sculptures d’aujourd’hui”, de Frédéric Gaiflus, “Magritte”, de Lucas de Heusch, e “Quatre peintres belges au travail”, de Paul Haessaerts.

Prossegue em 1976 e 1977 esta correspondência, incluindo os preciosos relatórios da Secção de Cinema. Por eles sabemos que, em janeiro de 1976,

1. Foram realizadas 4 sessões de cinema, com os filmes “Indústria do vidro”, “Por toda a parte a energia” e “Arte de lavar”.
2. As sessões dos dois primeiros foram efetuadas no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, com debate sobre o filme “Indústria do vidro” no dia 19.1.1976, com a presença de 40 alunos e professores. O filme “Por toda a parte a energia” foi exclusivo para o 3º ano do Departamento de Engenharia Eletrotécnica, com a presença de 60 alunos.
3. O filme “Arte de lavar” teve duas sessões em Condeixa, contando no total com a presença de 200 pessoas na sua maioria de origem rural (Relatório da Secção de Cinema do Instituto de Coimbra enviado ao Instituto Alemão, em 23.1.1976).

Em fevereiro do mesmo ano, o relatório da Secção de Cinema do Instituto de Coimbra informava que

1. Foram realizadas duas sessões de cinema, nos dias 19 e 20 de fevereiro, na Escola Industrial Avelar Brotero, com a participação de 400 alunos dessa escola, assim como alguns professores.
2. As reações foram muito favoráveis e os alunos mostraram vivo interesse pelo conteúdo dos filmes, que foram: “Força atómica” e “Siderurgia na Alemanha” (relatório datado de 20.2.1976).

Não só com a Embaixada da Bélgica o Instituto estabeleceu contacto, mas também com as dos EUA, Canadá, Checoslováquia, Polónia, Áustria, França e Itália, solicitando das respetivas filmotecas o empréstimo de fitas cinematográficas de valor cultural e educativo. A Embaixada do Canadá, por exemplo, enviou o catálogo da cinemateca, do qual o Instituto selecionou os filmes “Mais leite para mais pessoas”, “Angotee: história de um pequeno esquimó”, “Dia de casamento” e “Canada durant la Première Guerre Mondiale” – com a referência de que este último se destinava a documentar uma aula do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e que “Os restantes serão exibidos em aldeias, em cumprimento de um programa de divulgação de países estrangeiros”.

Em 1977 mantém-se este intercâmbio com a Embaixada do Canadá, envolvendo os filmes “Acima do horizonte”, “La lutte”, “A pedra viva”, “Glenn Gould”, “Les grandes réligions” e “Ladies and gentlemen... Mr. Leonard Cohen”. Com a Embaixada de França se trocaram outros títulos, nomeadamente, “A Revolução Francesa: o fim de um mundo”, “O temporal”, “Le canal inguinal chez l’homme”, “Les mouvements du pouce” e “Pastorale du XXème siècle” – destinados a documentar as aulas do Departamento de História da Faculdade de Letras e do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; bem como com a Embaixada da Checoslováquia, mencionando os títulos “Spartakiada 75-I-II”, “A agricultura na Checoslováquia”, “As eleições do presidente”, e “informando que cada um dos filmes foi projetado três vezes, contando com uma assistência de 440 espectadores, no total” (Cópias da Correspondência Expedida, 5.5.1977). Ainda no final deste ano se prossegue a correspondência com a Embaixada do Canadá, solicitando os filmes “Terra do sol da meia-noite”, “Via fluvial de S. Lourenço”, “Dois garotos e um avô”, “Circle of the sun”, “Land of the long day” e “Vogue à la mer”.

O volume 139 d’*O Instituto* (1979) dá-nos conta de toda esta atividade cultural, dinamizada por sessões de diapositivos sobre:

- a) Arte portuguesa: arquitetura
- b) Ilustrações a *Os Lusíadas*
- c) Barcos
- d) Salinas
- e) Uma retrospectiva da obra de Picasso
- f) Um conjunto de diapositivos para ilustração das exposições de Rafael Bordalo Pinheiro e de Leal da Câmara
- g) Uma retrospectiva da obra de Manuel Ribeiro de Pavia.

Menciona, além disso, a instalação de uma sala permanente de exposições, no rés do chão do edifício da Rua da Ilha, onde se efetuaram as seguintes:

- a) Desenhos de artistas portugueses contemporâneos
- b) Litografias de *Os pontos nos ii*, de Rafael Bordalo Pinheiro
- c) Caricaturas de Leal da Câmara
- d) Caricaturas políticas de Rafael Bordalo Pinheiro.

Há, por fim, uma derradeira referência a um concerto de música de câmara promovido pela Classe de Artes do Instituto, executado a 5 de junho de 1979 por Paulo Vaz de Carvalho em guitarra clássica, Bernard Ravelle em flauta e António Andrade em bandolim (*O Instituto*, 140/141: 320).

CURSOS

Se o Instituto foi, algumas vezes, em razão de diversas circunstâncias, entre as quais a própria indeterminação do seu nome, confundido com uma instituição de ensino, o equívoco não é de todo desacertado, pois esta academia promoveu e ofereceu ao público cursos em diferentes áreas. Era um dos meios de concretizar o cultivo das letras, das ciências e das artes, permanecendo associado ao período oitocentista do Instituto, enquadrado na insistente defesa da instrução, que caracteriza o contexto intelectual da época. O liberalismo propunha-se formar cidadãos com capacidade de participação ativa na sociedade, mas, para isso, era necessário adequar as estruturas educacionais do país, de modo a proporcionar ao maior número possível de indivíduos o acesso à instrução. É neste quadro que podemos inserir o contributo do Instituto de Coimbra no âmbito da organização de cursos, o qual tomou forma, fundamentalmente, em dois momentos: 1853 e final do mesmo século.

O Regulamento para os Cursos de Leitura do Instituto de Coimbra, aprovado em sessão da Direção de 28 de novembro de 1852 e publicado no volume 1 d’*O Instituto* (p. 195-196), estabelece no Instituto cursos públicos e gratuitos sobre diferentes ramos do conhecimento integrados nas três classes da academia (art. 1º). Na realidade, as matérias oferecidas vieram a coincidir, praticamente, com as especialidades dos sócios que se disponibilizaram para ensinar. De facto, de acordo com o art. 2º do Regulamento, apenas sócios do Instituto se poderiam candidatar a lecionar estes cursos, mediante apresentação do programa, o qual deveria incluir o número de aulas, a sua especialidade e as teses sustentadas pelo professor (art. 3º) – responsabilizando-se pela sua fiel execução. Tanto quanto sabemos, não lhe assistia qualquer remuneração.

Cabia à classe competente aprovar o programa proposto pelo sócio (art. 5º), e, uma vez obtido o aval, seria a Direção do Instituto a controlar o decurso das lições, por forma a que pelo menos metade do programa fosse ensinado no prazo do ano letivo em que começava (art. 6º), e na determinação da duração de cada aula, fixando-se o máximo em uma hora e meia (art. 9º), bem como na marcação do horário (art. 7º). Segundo o artigo 8º, “O professor poderá discorrer livremente em cada preleção, ampliando ou resumindo a matéria, e seguindo a ordem de exposição que reputar mais conveniente, contanto que satisfaça o programa”. Supõe-se que os sócios do Instituto eram autorizados a assistir, até porque, no artigo 10º do Regulamento, se abre a hipótese de a Direção enviar convites a não sócios para assistirem. De resto, nada mais aponta para a classe de alunos a que se dirigem estes cursos, a não ser a menção clara de se tratar de cursos públicos e gratuitos. Não obstante, compreenderemos, pelas matérias lecionadas, que os potenciais interessados seriam

indivíduos letrados, em grande parte estudantes da Universidade, negociantes e profissões liberais da cidade, em todo o caso, seriam candidatos com alguma formação.

Coube a João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, futuro ministro e célebre estadista, inaugurar os cursos de leitura do Instituto. Mártens Ferrão (nome pelo qual ficou conhecido) encontrava-se na altura em Coimbra a cursar Direito, complementando os seus estudos com a atividade que exerceu no âmbito da Classe de Ciências Morais e Sociais do Instituto, integrando comissões e participando nos debates.

Com efeito, no dia 20 de fevereiro de 1853, numa sala do Instituto, pelas 19h, Mártens Ferrão pronunciou uma preleção de 1h15m, sendo no final vivamente aplaudido (*O Instituto*, 1: 235-236). O programa do curso de Mártens Ferrão pertencia ao domínio da filosofia transcendente, incidindo em particular sobre a dedução do princípio da entidade em relação às ciências filosóficas, morais e sociais (*O Instituto*: 1, 225-226). Segundo a notícia publicada n' *O Instituto*, estavam presentes a Direção e sócios do Instituto, o prelado da Universidade, vários lentes e um grande número de académicos. As preleções ficaram marcadas para todos os sábados até às férias da Páscoa, prevendo-se realizar, depois de cada lição, as sessões de discussão nas classes, como aconteceu naquele dia de fevereiro, em que se sucedeu a discussão da Classe de Literatura sobre a influência do romance na família e na sociedade.

Para além dos espectadores já identificados, refere-se, para os restantes cursos, a assistência de “outras pessoas da cidade”. Em fevereiro e março de 1853 sucederam-se os diversos cursos, maioritariamente provenientes de propostas da Classe de Ciências Morais e Sociais. José Júlio de Oliveira Pinto Moreira, então finalista de Direito, lecionou na área das ciências económicas um programa sobre a liberdade de comércio, composto por seis lições (*O Instituto*, 1: 266 e 2: 118). Levi Maria Jordão realizou um curso de Psicologia, abordando as relações corpo-espírito (*idem*, 1: 235). Outros dois sócios, Luís de Vasconcelos Carvajal e Alexandre Meireles do Canto e Castro, apresentaram à Direção os seus programas para cursos, um deles sobre Filosofia da Literatura (*O Instituto*, 2: 23-24).

No entanto, parece não ter havido continuidade nesta vertente letiva do Instituto, não ultrapassando este primeiro ano. O motivo é revelado mais tarde num artigo de Paulo Mereia sobre Adrião Forjaz: “A atividade da revista foi a princípio completada pelas discussões, que tinham lugar nas sessões da sociedade, e pelos cursos de leitura professados na sua sala. Mas os sócios que maior disposição mostravam para esta forma de atividade tiveram de abandonar Coimbra, alguns deles definitivamente, e por isso estas lições tiveram uma vida efémera” (*O Instituto*, 115: 299).

É uma explicação bastante plausível, pois, na verdade, muitos dos membros mais ativos do recém-formado Instituto encontram-se em Coimbra de passagem para efetuarem estudos e obterem

as suas graduações na Universidade. Mesmo aos que nasceram na cidade, é muitas vezes uma carreira política que os vem aliciar à transferência para outra localidade, frequentemente a capital. E, assim, brevemente se extinguiram estes primeiros cursos de leitura do Instituto.

Foi com Bernardino Machado que regressaram os cursos ao Instituto. Desta vez, seguindo a ideologia republicana do presidente, os cursos destinavam-se a operários, ou seja, indivíduos exteriores ao círculo culto e universitário, com formação rudimentar ou mesmo sem qualquer formação. Note-se que este tipo de iniciativa não era nova na cidade. Em décadas anteriores, entidades como a Associação dos Artistas de Coimbra ofereceram cursos muito semelhantes, tanto para adultos como para menores.

A sessão inaugural dos cursos para operários promovidos pelo Instituto de Coimbra realizou-se a 1 de fevereiro de 1897. Bernardino Machado, que não tinha ainda completado um ano na presidência do Instituto, pronunciou o discurso de abertura. Demonstra, nas suas palavras, uma preocupação com o alargamento da instrução primária, dificultado essencialmente pelas carências económicas que levavam a que muitos trabalhassem desde a infância para sobreviver. É por isso que os cursos para adultos surgem como uma possível resposta a este problema, apontando o exemplo da Inglaterra, que apostava no ensino do proletariado. No entanto, o problema da incompatibilidade entre o trabalho e a instrução subsistia. Neste sentido, o Instituto de Coimbra sentiu como um dever a oferta de aulas para a classe operária da cidade.

Bernardino Machado advoga a união de trabalho e instrução: ou seja, é preciso instruir os indigentes e integrar os mais ricos no trabalho, porque, “Sem esta revolução hierárquica, nunca o ensino será democrático, nem moral”. Propõe, portanto, a socialização do ensino, e sugere que se reduza o tempo letivo, para “deixar a criança viver” (*O Instituto*, 44: 65).

Dentro destes princípios, o discurso inaugural dos cursos para operários, proferido na mesma sessão solene, de 1 de fevereiro de 1897, pelo lente da Faculdade de Medicina Adriano Xavier Lopes Vieira, versou a glorificação do trabalho em nome da higiene. Lopes Vieira defendeu que o trabalho é “condição essencial da vida com saúde e com meios de subsistência”, considerou-o como “fonte perene de alegria” e “alavanca do progresso” (*O Instituto*, 44: 69-78).

O articulista A. Carlos Borges, num texto da revista *A social*, publicado no mesmo mês (A. I, nº 3, 8 fev. 1897), louvava a iniciativa do Instituto, “pelo interesse que nela se vota aos proletários”, e elogiava os discursos de Bernardino Machado e Lopes Vieira. Para o articulista, os cursos do Instituto vinham contribuir para a “propagação da instrução por todas as classes”, concluindo que “Nesta campanha contra o obscurantismo só aplausos merece o Instituto” (p. 37).

E, de facto, as camadas sociais que frequentaram estes cursos confirmam as perspetivas. Inscreveram-se maioritariamente adultos, oriundos de estratos populares urbanos, a julgar pelas suas profissões. A maior parte possuía uma instrução mínima, de tal forma que, de entre as várias disciplinas oferecidas, a Instrução Primária foi a mais concorrida. Não estava pré-determinado, mas, na maior parte dos casos, os professores eram sócios do Instituto: Lopes Vieira ensinou Higiene; Bernardo Aires, doutor pela Faculdade de Filosofia, ensinou Zoologia; Afonso Costa, doutor pela Faculdade de Direito, ministrou rudimentos de Direito; o poeta Eugénio de Castro Português e Francês, entre outros.

Conserva-se informação bastante detalhada sobre a composição das listas de estudantes, uma vez que sobreviveram, no Arquivo do Instituto, o Livro de Registo de Matrículas de Alunos nos Cursos Populares (1897), bem como as fichas individuais de alunos. O Livro inclui as inscrições nas disciplinas de Instrução Primária, Caligrafia, Português, Francês, Geografia e História, Geometria, Mecânica e Física, Geologia Industrial, Higiene Profissional e Educação Cívica. São, portanto, um leque substancial de matérias, tendentes a veicular uma formação básica sólida, aliada a conhecimentos relacionados com a formação profissional e cívica.

Para cada disciplina indica-se o nome do professor, os nomes dos alunos inscritos, suas idade e profissão. O curso de Instrução Primária recebia o maior número de alunos, só neste registo contam-se 172 inscritos. Segue-se o de Caligrafia, com um total de 100 alunos. Para esta matéria, o professor indicado é um não sócio, Olímpio Ferreira Lopes da Cruz. A disciplina de Português era da responsabilidade de Manuel da Silva Gaio, que teve, num dos cursos, 53 alunos, e noutro 87. Para Francês também se observa um grande número de interessados. De facto, Eugénio de Castro teve 75 e 150 alunos, ou seja, supõe-se que, em algumas disciplinas, se realizou mais do que um curso. O francês era ainda considerado a língua estrangeira mais importante, dada a influência da cultura francesa sobre a nossa, ao longo de todo o século XIX.

Se a nossa hipótese está correta, outros dois cursos tiveram segunda dose: Geografia e História, lecionado por Bernardino Machado, com um total de 48 alunos; e Educação Cívica, com um total de 94 alunos. Este último era repartido por duas áreas: a parte Política, que teve como professores José Frederico Laranjo e José Maria Joaquim Tavares, e a parte Económica, lecionada por Afonso Costa. Os restantes cursos ministram conhecimentos mais especializados, e por isso diminui o número de inscritos. Para Geometria, o professor Bernardo Aires recebeu 32 inscrições; para Mecânica e Física, Henrique Teixeira Bastos teve 51 alunos; em Geologia Industrial, o docente Augusto Eduardo Ferreira Barbosa teve 28 inscritos; por fim, em Higiene Profissional, 48 indivíduos seguiram as aulas do conselheiro Adriano Xavier Lopes Vieira.

O horário, embora nem sempre explicitado, era provavelmente noturno, pois as horas que indica, 8h-9h ou 9h-10h, em dias de semana, segundas e quintas-feiras, se diurno, seria incompatível com as obrigações de grande parte dos inscritos. Por outro lado, sendo noturno, comportaria elevadas despesas de iluminação e talvez de aquecimento, que o Instituto teria dificuldade em suportar.

As fichas individuais que permanecem no Arquivo do Instituto totalizam cerca de 350 alunos. Contêm as seguintes informações pessoais: nome, idade, estado, profissão, naturalidade, filiação, morada, habilitações, disciplinas em que se inscreve. Os campos do número da matrícula, duração do curso, número de lições, faltas e aproveitamento, salvo raras exceções, não estão preenchidos.

Interessa, pois, analisar, ainda que sucintamente, a composição deste importante rol de frequentadores dos cursos populares do Instituto de Coimbra. O leque de idades situa-se entre os 7 e os 51 anos, no entanto, a maior parte dos inscritos localiza-se dos 11 anos para cima. Destes, muitos são adolescentes e jovens na casa dos vinte e trinta anos. A maior parte exerce uma profissão, alguns são estudantes. Os ofícios que praticam estão ligados, *grosso modo*, à tipografia, ao vestuário e à construção. Surge, então, um grande número de sapateiros, alfaiates e costureiras, tipógrafos, encadernadores, pintores, pedreiros e serralheiros. Para além destas, profissões presentes são funileiro, latoeiro, marceneiro, carpinteiro, polidor, criado, doméstico, caixeiro, barbeiro, tanoeiro, canteiro, jornaleiro, cesteiro, relojoeiro, segeiro, entre outras.

Os cursos de estudos mais avançados são frequentados sobretudo por aqueles que desempenham profissões mais qualificadas, por exemplo, empregado do comércio, contramestre de música, tipógrafo, funcionário público, escrevente, ajudante de farmácia, litógrafo, para além dos estudantes (de liceu, principalmente). O próprio Afonso Costa, lente de Direito, e Manuel da Silva Gaio, secretário do Liceu, ambos sócios do Instituto, estavam inscritos no curso de Geologia Industrial. Otaviano do Carmo e Sá, na altura estudante de 12 anos e que viria a ser advogado e grande colecionador de tradições académicas conimbricenses, estava inscrito em Caligrafia e Francês.

Destaca-se, por fim, a presença de um número simpático de mulheres, todas elas muito jovens, e distribuindo-se igualmente pelos diferentes cursos. No total, são cerca de 37 senhoras, algumas não indicam profissão, outras exercem serviço doméstico, ou costura, algumas são estudantes. Ainda assim, há alunas que se inscrevem até nos cursos tradicionalmente associados ao sexo masculino, como o de Mecânica e Física e o de Geologia Industrial.

Conclui-se, portanto, que estes cursos populares obtiveram grande aceitação junto da população conimbricense e exerceram, assim, influência sobre o melhoramento da instrução popular no nosso país. Tiveram uma eficaz divulgação, a julgar pelo elevado número de inscritos. Nota-se, para além disso, que os estratos operários mostravam interesse em aprender, até porque a maior parte

dos alunos se inscrevia em mais do que uma disciplina. Ou seja, apesar de muitos deles se encontrarem já encarregues de um ofício, entenderam proveitoso o investimento na sua formação, quem sabe até em nome de um ideal social.

No ano seguinte, 1898, funcionaram no Instituto de Coimbra “Aulas de leitura e escrita” que, de acordo com *O conimbricense* de 18 de março de 1898, eram lecionadas por José Gonçalves Martins, missionário da Associação das Escolas Móveis, seguindo o método de leitura de João de Deus. O mesmo jornal anunciava a abertura de matrículas para analfabetos, e o início das aulas para 21 de março de 1898, programando-se uma aula das 12h às 13h e outra das 20h às 21h. O curso, chamado de “primeiras letras”, funcionou paralelo aos cursos para operários, e prosseguiu ainda durante o verão, ao contrário destes últimos. De facto, o mesmo periódico, a 7 de junho de 1898, anuncia o encerramento das aulas de instrução primária do Instituto de Coimbra, “que foram sempre bastante concorridas desde o princípio do ano letivo”, prevendo-se a reabertura para outubro próximo. Por sua vez, as de primeiras letras continuaram até 24 de julho de 1898, dia em que os alunos de Gonçalves Martins realizaram as provas práticas e teóricas, para as quais foram convocados os sócios do Instituto (*O conimbricense*, 23.7.1898). O júri de exames era constituído por Bernardino Machado, presidente do Instituto, Manuel Massa, secretário-geral do distrito, e Pereira de Lemos, comissário de polícia civil. Informa o jornal que os alunos eram crianças dos 6 aos 11 anos, que aprenderam a ler, escrever e contar em cerca de três meses, obtendo resultados excelentes (*O conimbricense*, 30.7.1898).

Pela mesma altura, 1897-1898, o salão do Instituto acolheu um curso de Biologia Química lecionado por Charles Lepierre (vd. *O Instituto*, 45: 964). Nos anos letivos seguintes, renovam-se os anúncios de abertura de matrículas para as aulas de instrução primária do Instituto (*O conimbricense*, 11.11.1898), para os cursos populares e para o curso de primeiras letras para crianças e adultos (*O conimbricense*, 31.10.1899). Aliás, previa-se para o princípio de novembro de 1899 a abertura de três cursos só para adultos, que renovam as disciplinas mencionadas anteriormente. Funcionariam de quarta a sábado, entre as 19h e as 21h, os cursos de Colónias Portuguesas, Geografia Comercial e Mecânica Elementar.

O curso de primeiras letras continuou a realizar-se pelo menos até 1901. De acordo com notícia d’*O conimbricense*, quarenta alunos concluíram, no princípio de junho desse ano, a aprendizagem dos elementos básicos de leitura e escrita. Destes, os mais necessitados receberam apoio em material escolar (“papel, canetas, cadernos e livros”), e os que melhor classificação atingiram foram agraciados com prémios. Sabemos ainda que o responsável deste curso foi José

António Domingos dos Santos, e que o próprio presidente do Instituto marcou presença na festa do exame final:

Sob a presidência do sr. conselheiro Bernardino Machado, acompanhado pelo secretário do Instituto sr. dr. Manuel Joaquim Teixeira, e pelos sócios srs. cónego Prudêncio Quintino Garcia e Luís Pinto de Albuquerque, o professor deste curso, sr. José António Domingos dos Santos, procedeu no passado domingo, nas salas do Instituto, ao exame dos alunos que haviam frequentado regularmente o mesmo curso, em número de 40, mostrando-se todos os assistentes satisfeitos com as provas dadas, entre as quais algumas muito distintas (*O conimbricense*, 11.6.1901).

No final, os alunos representantes do curso agradeceram com ramos de flores a dedicação do presidente do Instituto, Bernardino Machado, ao qual se devia em primeira instância a iniciativa de disponibilizar gratuitamente formação em diversas matérias, contribuindo para o alargamento da instrução popular.

BIBLIOTECA E GABINETE DE LEITURA

A biblioteca era a âncora de fundação do Instituto de Coimbra, e tornou-se, ao mesmo tempo, um espelho da sua existência. Isto é, foi desde o início pensado que a constituição de uma biblioteca era essencial para a prossecução dos fins de uma academia científica e literária, e o modo como ela se construiu ao longo dos anos reflete as decisões tomadas e as definições que foram dando forma ao Instituto. Por outro lado, a atenção que esta biblioteca recebeu em diferentes momentos é também um reflexo das condições materiais do Instituto e das pessoas que giravam à sua volta.

Logo em setembro de 1853, a Direção presidida por Francisco José Duarte Nazaré assegurava ter diligenciado “as providências necessárias para que o Gabinete de Leitura seja brevemente provido de jornais estrangeiros literários e científicos, e para começar a formar a sua biblioteca com os donativos de obras oferecidas por alguns autores, sócios do Instituto, com as que espera obter das livrarias dos conventos extintos acumuladas no Colégio das Artes, e com as que vai encomendar, logo que as circunstâncias o permitirem” (*O Instituto*, 2: 145).

Nos primeiros anos, enquanto o sistema de permutas se ia consolidando, o Instituto recorreu à assinatura de periódicos. Com efeito, portes e assinaturas de jornais são despesas que constam praticamente desde o começo de vida do Instituto no seu balanço anual. Em contrapartida, as assinaturas do gabinete de leitura propiciavam uma fonte de receita para a sociedade.

O relatório anual da gerência literária e administrativa da Direção, publicado no volume 3 (1855), refere que esta, em outubro de 1853, ordenou “a assinatura de mais alguns jornais estrangeiros”, preocupando-se também em melhorar as condições do espaço de leitura (p. 237-238). Contava já com um número de 63 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, recebidos e consultáveis no gabinete de leitura. Não devemos esquecer, todavia, que o Instituto de Coimbra teve origem numa cisão, formalizada em 1852, de modo que alguma da sua bagagem material e intelectual transitou da sua anterior condição de Instituto da Academia Dramática.

A primeira lista de periódicos recebidos no gabinete de leitura, publicada no volume 2 (1854), reflete as condições que assinalámos. Ela compõe-se de periódicos generalistas, principalmente, provenientes de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Aveiro, Viseu, Madeira, S. Miguel e Terceira, pouco depois acrescentadas de outras localidades. São títulos das gazetas mais importantes àquela época, tais como o *Diário do Governo*, *A Revolução de Setembro*, *O panorama*, o *Periódico dos pobres no Porto* ou *O conimbricense*, entre muitos outros. Além disso, a lista de títulos inclui já alguns periódicos especializados, como o *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, *O escoliaste médico* (ambos de Lisboa), o *Jornal da Associação Industrial Portuense* ou *A voz do operário* (Porto). Das várias dezenas de títulos registados, cerca de quinze correspondiam a periódicos

estrangeiros, originários do Brasil, de Espanha e de França, destacando-se a *Revue des deux mondes*, o *Journal d'agriculture pratique*, *L'Institut* (todos de Paris), os *Anales de Medicina Homeopática* (Madrid) e *O cosmopolita* (Pernambuco).

Pelos sucessivos relatórios percebemos que o número de títulos recebidos foi aumentando, variando também os locais de origem, chegando jornais como *A aurora do Lima*, de Viana do Castelo, *O leiriense* ou *O setubalense*. A política de permutas veio tornar cada vez mais especializada a biblioteca do Instituto, reunindo publicações periódicas de várias sociedades científicas e literárias, versando áreas tão diversas como a Medicina, a História, a Psicologia, a Educação, a Física, a Matemática, etc. Por outro lado, esta biblioteca era enriquecida em paralelo pelas obras oferecidas ao Instituto por sócios nacionais e estrangeiros. Com o passar dos anos, as relações dos livros oferecidos ao Instituto são cada vez mais extensas.

Em geral, a biblioteca do Instituto de Coimbra cresceu, essencialmente, através de duas vias: a permuta de periódicos com *O Instituto* e a oferta de livros por parte de sócios e outras entidades. No cômputo geral, as aquisições representam uma pequena fatia. O estado atual da biblioteca do Instituto, à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, atesta um peso superior dos periódicos sobre as monografias, que no entanto não se poderá estender ao tempo de vida do Instituto, pois sabemos que a coleção que chegou ao edifício da Biblioteca Geral se encontra mutilada. Um documento do Arquivo do Instituto, não datado mas aparentando provir de meados do século XX, apresenta uma relação de volumes da Biblioteca, estimando em 8500 volumes as revistas e em cerca de 10000 os livros, sendo que, destes, estariam 3 mil catalogados e cerca de 7 mil por catalogar.

Desta forma, se olharmos para as monografias, topamos facilmente com autores que foram sócios do Instituto de Coimbra, os quais ofereciam as suas obras quer como elemento de candidatura ao lugar, quer depois de obtido este, não só para divulgarem os seus trabalhos mas também como prova de que continuavam a merecer a qualidade de sócio. Durante algum tempo, o registo dessas ofertas efetuou-se na própria revista *O Instituto*, que publicava em cada volume uma lista de obras oferecidas, listas essas constituídas, cada uma, por largas dezenas de títulos. Assim, ao pegarmos num livro de uma qualquer estante desta biblioteca, facilmente encontraremos uma dedicatória do autor ao Instituto de Coimbra.

Outros pequenos núcleos se distinguem no segmento das monografias. Um deles parece ser o que resta do anterior Instituto Dramático, com obras antigas e relativas à arte dramática, entre as quais se inclui uma edição setecentista do teatro de Carlo Goldoni. Um outro conjunto, pequeno mas distinto, é a *Coleção de tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências*, oferecida por Júdice Biker. Este sócio, falecido em 1899, deixou, além

disso, ao Instituto um legado de livros (cf. assembleia geral de 12.3.1899). Outro ainda é o das obras completas do astrónomo Christiaan Huygens, que a Sociedade Holandesa de Ciências ofereceu ao Instituto, junto com alguns volumes dos *Archives néerlandaises de physiologie de l'homme et des animaux*. Notar-se-á, por fim, o conjunto dos livros que, por mais de uma vez, a Academia das Ciências de Lisboa ofereceu ao Instituto.

Era uma biblioteca que possuía, até, valiosos manuscritos, de que apenas podemos seguir o rasto através de referências deixadas em ata. Assim, em abril de 1883, foi oferecido ao Instituto, em nome do autor, António José Viale, o manuscrito, da letra de Inocêncio Francisco da Silva, da 1ª edição do *Bosquejo métrico da história de Portugal* (cf. *O Instituto*, 30: 511). O *Dicionário bibliográfico português*, do segundo autor, também chegou à biblioteca do Instituto, sendo oferecidos os volumes que Brito Aranha acrescentou. De grande relevo é a coleção de manuscritos relativos às “Memórias” de António Feliciano de Castilho, compiladas pelo filho, Júlio de Castilho, que as legou em testamento ao Instituto (cf. *O Instituto*, 66: 161).

Em termos de material não livro, chegavam à biblioteca do Instituto sobretudo mapas e outros documentos cartográficos, mas também fotografias ou medalhas. Registe-se, a título de exemplo, uma curiosa oferta de uma fotografia direta da Lua obtida em Lisboa por Narciso de Lacerda (Atas da Direção, 2.7.1887); ou ainda as fotografias de monumentos portugueses existentes em Marrocos, remetidas pelo Office du Protectorat de la République Française au Maroc (apresentadas em assembleia geral de 2 de junho de 1927).

Resta salientar, pelo interesse que hoje representa para os investigadores, um núcleo de publicações do Secretariado Nacional da Informação, que provavelmente eram distribuídos ao Instituto na sua qualidade de organismo de interesse público, e que constitui um importante conjunto de obras fundamentais para o conhecimento da ideologia do Estado Novo. Inclui títulos como *O Estado Novo: princípios e realizações*, *Cartilha do corporativismo*, e vários da série “O pensamento de Salazar”, que inclui artigos e discursos do Presidente do Conselho. No lado oposto, ainda no campo político, merece realce o conjunto de obras reunidas nesta biblioteca em virtude das relações com a Associação de Amizade Portugal-RDA, constituído por volumes relativos à ideologia comunista e à sua expressão nos diferentes países.

No que diz respeito aos periódicos, pode-se dizer que estes constituem o segmento mais significativo da biblioteca do Instituto. Por um lado, é uma vasta coleção, quer do ponto de vista do número de volumes, quer ao nível da variedade de títulos, de diferentes proveniências. Por outro lado, tendo em conta que, na perspetiva documental, uma publicação periódica representa um item de mais difícil acesso, aquelas características tornam-se ainda mais salientes.

Como já foi dito, a maior parte destas revistas (o número de jornais é reduzido, veremos porquê) chega ao Instituto por troca com a sua revista. Conseguimos elaborar uma lista elucidativa e aproximada do conjunto dos títulos que eram recebidos nessas circunstâncias. No entanto, outros periódicos eram adquiridos ou assinados pelo Instituto, há documentos que comprovam essa prática ao longo dos anos, apesar das dificuldades financeiras que frequentemente subiam à tona. Tal aquisição justifica-se pela importância que os periódicos foram adquirindo ao nível da informação, da opinião pública e da divulgação científica. O Instituto de Coimbra nasceu no século da explosão dos periódicos, não sendo de estranhar que estes ocupassem um lugar de relevo na sua atividade, sob diversos aspetos.

Por outro lado, jornais e revistas eram os papéis mais procurados no Gabinete de Leitura do Instituto, de que falaremos adiante. A classe erudita prezava em especial os jornais estrangeiros, particularmente os franceses. Três dos mais conceituados, a *Revue des deux mondes*, a *Illustration française* e as *Comptes rendues de l'Académie des Sciences de Paris*, eram assinados pelo Instituto. Apesar de, em determinadas alturas, as condições financeiras terem obrigado a suspender as assinaturas, as coleções destes periódicos estão bastante preenchidas.

Por agora, procuraremos traçar uma panorâmica das etapas por que passou o tratamento técnico da Biblioteca do Instituto de Coimbra. Os instrumentos que chegaram até nós, preservados no Arquivo do Instituto de Coimbra, fazem crer que estes livros e revistas tiveram um tratamento profissional, de acordo com as regras de cada época. Os mais recentes são livros de registo e fichas catalográficas semelhantes aos que ainda hoje perduram em bibliotecas de estabelecimentos públicos. Ou seja, estavam devidamente catalogados e registados os volumes da biblioteca, tal como podemos verificar numa boa parte dos exemplares que sobreviveram, contendo cota, etiqueta e carimbos do Instituto. Nem sempre esteve tão bem organizada, mas foi uma preocupação que se observou desde cedo, uma vez que se preservaram outros livros de registo mais antigos. Além disso, a biblioteca e o gabinete de leitura tinham sempre um responsável (ou dois) nomeado pela Direção, como veremos.

Na Direção de João José de Mendonça Cortês, foi o próprio presidente que se ocupou da catalogação das espécies bibliográficas, declarando, em sessão de 7 de janeiro de 1875, que já havia adiantado um terço dos volumes, e entregando, a 24 de fevereiro seguinte, ao diretor do gabinete, Fonseca Pinto, os “bilhetes” dos livros catalogados, isto é, as fichas catalográficas. O catálogo ficou pronto em julho de 1877, mediante a supervisão de José Epifânio Marques, que havia sido nomeado diretor do gabinete e da biblioteca seis meses antes.

Note-se, entre parêntesis, que o conselheiro Mendonça Cortês, enquanto presidente do Instituto, ofereceu a esta biblioteca um conjunto de 47 livros e folhetos (cf. sessão da Direção de

7.12.1875). Foi um ano muito proveitoso para esta biblioteca, que recebeu, além desta, uma valiosa oferta da Academia das Ciências de Lisboa, onde constavam títulos como: *Jornal de Ciências Matemáticas Físicas e Naturais*, *Ovídio e Castilho*, *Portugaliae Monumenta Historica*, *Memórias da Academia*, *Corpo diplomático* de Rebelo da Silva, *Lendas* de Gaspar Correia, *Quadro elementar* do Visconde de Santarém, *História dos estabelecimentos científicos* de José Silvestre Ribeiro. Como forma de agradecimento, o Instituto remeteu à Academia uma coleção da sua revista (cf. sessão da Direção de 20.2.1876).

As publicações encontram-se agrupadas, nesta altura, segundo categorias temático-formais, ou seja, deste modo, a cada categoria é atribuída uma cota, do género “Estante 2ª Raio 6º”. Cada registo é preenchido com os campos: número de ordem, autor, título, local e data, volumes, estado (encadernado ou brochado). As categorias especificadas são as seguintes: discursos e sermões; dissertações académicas; geografia, história e arqueologia; jornais de literatura; jornais de matemática e filosofia; jornais de medicina; jornais de ciências morais e sociais; literatura dramática; literatura geral; memórias; poesias; publicações periódicas; relatórios; romances; ciências morais e sociais; secção de matemática e filosofia; secção de medicina; livros em duplicado.

Mas esta não foi a primeira atividade de catalogação genuína da biblioteca do Instituto. O mais antigo catálogo que se preservou data de 1866, tratando-se de um livro a que foi atribuída a designação “Relação dos livros do Instituto, em 1866”. Pela forma como está organizado, configura um catálogo topográfico, que segue a ordem dos livros nas estantes. Contém os seguintes campos: número de ordem, autores, títulos das obras (inclui local e data), volumes, estado (encadernado, brochado, faltas). Não sendo certo que o livro esteja completo, atinge o número 362, correspondendo ao número de títulos, e não de volumes, que seria bastante maior. A abertura do catálogo consiste em dois parágrafos de indicação da forma de localizar o que se pretende: “Devem procurar-se os livros começando no raio 1º da Estante AB, da esquerda para a direita, até terminar o 1º raio; recomeçando depois no 2º, 3º até ao 6º. A mesma ordem para os Armários. NB: Conhece-se o primeiro raio contando de cima para baixo”.

Foi também uma das preocupações da Direção de Bernardino Machado a elaboração de um catálogo que facilitasse a consulta das espécies bibliográficas pelos leitores. Quando terminado, no primeiro semestre de 1898, ficou a biblioteca (novamente) aberta aos sócios (assembleia geral de 4.6.1898).

Quanto aos periódicos, especificamente, apenas em 1890 se encontra notícia da intenção de catalogar todas as publicações periódicas, e, além disso, iniciar uma listagem das que se fossem recebendo daí em diante. Contudo, o trabalho não seria caracterizado por grande profissionalismo, uma vez que a tarefa ficou atribuída aos empregados da casa, e estes, geralmente, possuíam escassa

instrução (cf. atas da Direção de 30.7.1890). Mais tarde, foram elaboradas as fichas de inventário como hoje as conhecemos, que servem principalmente para efetuar um controlo dos números recebidos de cada título.

A coleção de jornais, pelo menos, não era guardada por inteiro, considerando-se este tipo de publicação como algo efémero, tanto do ponto de vista material como de conteúdo, e por isso descartável. Ou seja, os jornais eram valorizados mas como leitura do momento, não havendo posteriormente a preocupação de os preservar, até porque o papel em que eram impressos tinha, geralmente, má qualidade. Pelo menos parece ser este o raciocínio dos dirigentes do Instituto, e só assim se explica que se tenha recorrido, em diversas ocasiões, à venda de jornais antigos como fonte de receita. Por exemplo, em 1910, a Direção comunicava que a venda dos jornais diários dos dois anos anteriores havia rendido 19930 réis (cf. Livro de Atas da Direção, 23.7.1910).

Quando o Instituto de Coimbra nasceu, estavam em fase de disseminação os gabinetes de leitura, que haviam surgido para responder à crescente procura de livros, quer de recreio quer de instrução, proporcionando o acesso a obras em apreço mediante o pagamento de uma mensalidade. Constituíram um importante instrumento de incentivo à leitura, e resultaram de diferentes motivações, como refere M. Tavares Ribeiro (1999: 193): “os gabinetes de leitura foram essencialmente negócio de livreiros, mas também surgiram ligados a associações culturais, profissionais e a folhas periódicas”. As modalidades de leitura que proporcionavam eram essencialmente duas: “O gabinete de leitura permitia a fixação do público leitor em local apropriado ou facultava, mediante o aluguer do livro, a sua leitura domiciliária”.

Sendo assim, também o Instituto fundou o seu próprio gabinete de leitura, que, no caso específico, destinava-se a uma fatia particular de leitores: aqueles que, sócios ou não, por algum motivo não tinham acesso à biblioteca da Universidade, ou quando esta não respondia às suas necessidades. A instituição do gabinete de leitura do Instituto vem do tempo do Instituto da Academia Dramática, nos mesmos moldes em que foi continuado, segundo se lê na “Crónica do Instituto Dramático”: nele se liam “todos os periódicos políticos do Reino, e alguns principais estrangeiros, e bom número de publicações literárias e científicas de todo o género” (*Revista académica*, nº 1, 15 mar. 1845: 5).

Os gabinetes de leitura deste tipo eram, portanto, entendidos como prestadores de um serviço de leitura de atualidades políticas, científicas e literárias, sendo por isso os jornais o seu principal núcleo. Existiam, além disso, gabinetes cuja principal missão era oferecer um leque alargado de novelas e romances, em especial a senhoras, colocando-se assim do lado recreativo. Não é, certamente, o caso do Instituto, como se vê desde logo no artigo 1º (Título I) do *Regulamento para o*

*gabinete de leitura do Instituto de Coimbra*⁶⁰: este “conterá jornais políticos, literários e científicos, sendo estes os de maior importância em relação ao fim do Instituto; compreenderá também uma biblioteca”. Ou seja, nesta definição, entende-se a biblioteca como parte do gabinete de leitura, no sentido de depósito de livros, mas o segmento dos periódicos é, sem dúvida, o principal.

Para orientação dos leitores, o Regulamento prevê a afixação num quadro de uma lista ordenada dos títulos disponíveis (art. 3º). Admitidos a frequentar o espaço eram os sócios do Instituto, os assinantes de *O Instituto* e os simples assinantes do gabinete (art. 5º), ou seja, no fundo, estava aberto a qualquer pessoa interessada. O Regulamento estipula ainda o preço da assinatura mensal: 300 réis para os que também assinam *O Instituto*, 480 réis para os que apenas assinam o gabinete. A leitura era presencial, quer para os jornais quer para os livros, que só mediante autorização escrita do diretor poderiam sair (art. 7º). As regras de comportamento eram simples: “Os leitores do gabinete podem estar cobertos, mas não conversar, fumar ou perturbar de qualquer modo a atenção e silêncio que convém guardar-se” (art. 8º).

Como responsáveis pelo gabinete, o Regulamento estipula a contratação de um guarda (que na realidade exercia funções para além daquelas estritamente ligadas ao gabinete) e eventualmente um ajudante, e a nomeação de um diretor pela Direção do Instituto, mediante proposta de cada uma das classes (art. 1º do Título III). De acordo com o artigo 114 do Regulamento Interno de 1860, as funções do diretor do gabinete eram: “regular tudo o que pertence ao bom arranjo, conservação e melhoramento do gabinete e da biblioteca; fazer carimbar os jornais na entrada no gabinete, e os livros da biblioteca; promover perante a Direção do Instituto a troca ou a assinatura dos jornais e a compra dos livros; mandar brochar ou encadernar os jornais; fiscalizar a distribuição e a remessa do jornal; admitir os assinantes do gabinete; fazer adicionar aos catálogos os volumes acrescidos; advertir e repreender, sendo mister, o guarda e o ajudante, e requerer na Direção a despedida dos mesmos; e prestar a essa os esclarecimentos que lhe exigir”.

As funções do guarda seriam: cumprir as ordens do diretor em tudo o que pertence ao asseio, bom arranjo, conservação e melhoramento do gabinete e da biblioteca; aí permanecer durante todo o tempo em que estiver aberto; fazer distribuir o jornal pelo cobrador aos assinantes da terra e expedir-lo aos de fora; fornecer aos leitores, às secções, à direção, à redação do jornal e à assembleia geral os periódicos e livros que lhe forem requisitados devidamente; velar pela conservação dos jornais e

⁶⁰ Este Regulamento, de que apenas foi possível localizar um exemplar incompleto, na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota S.C. 7356//1V.), estima-se que seja datado de entre 1852 e 1859, pelas referências cruzadas com os Estatutos nele contidas. Em todo o caso, os Regulamentos Internos do Instituto contêm, depois de 1860, disposições relativas ao gabinete, o que coloca a hipótese de não ter sido impresso mais nenhum Regulamento especial para o gabinete. Uma parte deste que aqui apresentamos vem reproduzida no vol. 5 d’*O Instituto*, p. 60.

livros expostos sobre as mesas, participando de imediato qualquer falta ao diretor, sob pena de responder pelo objeto extraviado (art. 115º).

Analisando a documentação do Arquivo do Instituto relativa ao gabinete de leitura, verificamos que, na década de 1850, os assinantes do gabinete que conjuntamente assinavam o jornal eram cerca de 15. Na modalidade de apenas assinantes do gabinete eram aproximadamente 30. Na década seguinte, os preços aumentam para 400 réis mensais para os primeiros, e 500 réis mensais os segundos (são os novos preços que entram em vigor com o Regulamento Interno de 1860); subindo todavia ligeiramente o número de assinantes. A Direção resolveu, em 1878, enviar missivas a determinadas pessoas convidando-as a tornarem-se assinantes, com o objetivo de ampliar o gabinete de leitura (Livro de Atas da Direção, 26.11.1878).

Segundo o artigo 4º (Título I) do Regulamento, o gabinete estaria aberto diariamente (dias úteis), de outubro a março a partir das 9h, de abril a setembro a partir das 8h, até ao anoitecer. Para além disso, “o diretor pode, no entanto, decidir a abertura do gabinete para mais ou menos uma hora e, nas vésperas de feriado, manter aberto o gabinete por mais duas horas após o anoitecer”. Com efeito, segundo reza o anúncio publicado n’*O conimbricense* de 29 de outubro de 1859, “A Direção do Instituto de Coimbra resolveu que, desde o dia 1º de novembro em diante, o Gabinete de Leitura do mesmo Instituto se conserve aberto nas vésperas de aula até às 7, e nas vésperas de feriado até às 9 horas da noite”. Acrescenta que o gabinete disponibilizava aos assinantes “os jornais científicos, literários e políticos do país, os científicos e literários publicados em Espanha, França e Bélgica, bem como a *Instrução inglesa* etc. etc.”.

Se continuarmos a percorrer as páginas d’*O conimbricense*, encontraremos anúncio de um outro gabinete de leitura na cidade, que todavia não fazia concorrência ao do Instituto. Situado na Rua da Sofia, o gabinete de leitura de António de Oliveira oferecia romances para alugar e obras dos melhores autores, por 400 réis de assinatura mensal ou 20 réis cada dia e noite (1863).

Com o Regulamento Interno de 1877, torna-se mais aberta a possibilidade de empréstimo domiciliário das espécies. Quanto aos periódicos, apenas proíbe a saída do último número de qualquer título desta categoria. De um modo geral, são permitidas requisições para casa, nas seguintes condições: para qualquer objeto do gabinete ou da biblioteca que leve para casa, o assinante deve deixar ao guarda um documento escrito a indicar o seu nome e a descrever o objeto, e a data em que o requisita, sendo que no prazo de trinta dias deve ser devolvido à Biblioteca (arts. 74º e 75º). O horário também foi ligeiramente alterado: a partir daqui, a biblioteca e o gabinete estariam abertos todos os dias, das 9h às 19h de outubro a março, e das 7h às 20h nos outros dias.

Com o tempo, o conceito de biblioteca foi assimilando o de gabinete de leitura, de maneira que este último, enquanto unidade isolada, desapareceu gradualmente nas primeiras décadas do século XX. Assim aconteceu também com o do Instituto. Se, nos primeiros anos de 1900, ainda se falava em gabinete e biblioteca separadamente, a partir dos anos 1930 já se pensa a biblioteca como um todo que inclui a consulta e leitura e os depósitos. A evolução acompanha a difusão do livro e do jornal por cada vez mais pessoas, que podem assim adquirir para si próprias os seus motivos de leitura, sem estarem dependentes de uma instituição que os assine ou compre e empreste.

Claro que, devido às vicissitudes que afetaram o Instituto em termos de instalações, nem sempre foi fácil manter o serviço de leitura. O período mais complicado terá acontecido aquando da transferência repentina para o Arco do Bispo, um edifício que porventura estaria mal adaptado à instalação de uma biblioteca. É o que se depreende da proposta apresentada em assembleia geral por Joaquim de Carvalho, a 28 de outubro de 1924, “para que seja facultada ao público a importante biblioteca do Instituto logo que se consiga do Governo que sejam feitas as obras indispensáveis para este efeito” (*O Instituto*, 71: 433). Entretanto, seguiram os contactos com o Governo para a intervenção no edifício, mas demoraram, porque, passados dois anos, o mesmo sócio, junto com Alberto Pessoa e Anselmo Ferraz de Carvalho, voltava a insistir na necessidade de abrir ao público a biblioteca (assembleia geral de 21.4.1926).

Apesar de, efetivamente, se terem concluído as obras alguns anos depois, não parece que tenham sido suficientes para conceder o devido lugar aos livros e revistas. Isto porque, em novembro de 1936, quando o edifício de São Bento é consignado ao Instituto, a principal satisfação do presidente com esta concessão é poder instalar finalmente “a sua magnífica biblioteca e as centenas de revistas que anualmente recebe por troca com a sua, para receber condignamente os seus visitantes e dar realização às conferências” (assembleia geral de 12.11.1936).

Ao fazer-se a transferência para a última sede, na Rua da Ilha, foram debatidas as condições de reorganização e acondicionamento das espécies, voltando a Direção a reconhecer a urgência de se efetuar a catalogação e agora também encadernação das revistas. De facto, o presidente Anselmo Ferraz de Carvalho ordenou um inventário das mesmas, com o objetivo de serem encadernadas (cf. sessão da Direção de 3.12.1948)⁶¹. No ano seguinte, e pela primeira vez, era contratado um funcionário para se dedicar especificamente à organização e catalogação da biblioteca, bem como do arquivo de *O Instituto* (cf. sessão da Direção de 28.11.1949). Um dos últimos sócios responsáveis pela Biblioteca do Instituto foi o coronel Belisário Pimenta. Este investigador de temas de História, especialmente a militar, havia realizado um trabalho de catalogação de manuscritos de temas afins,

⁶¹ Da coleção que conhecemos hoje, percebe-se que alguns volumes foram encadernados, representando todavia uma pequena percentagem.

existentes na Biblioteca da Universidade. A partir de 1944 (assembleia geral de 19.5.1944), torna-se diretor da Biblioteca do Instituto, onde permanece até ao final da década de 60.

Ainda recentemente, a Biblioteca do Instituto, apesar dos problemas de infiltrações no edifício da Rua da Ilha, estava em pleno funcionamento, aberta todas as tardes (das 16h às 20h) de segunda a sexta-feira, como anunciava o volume 139 (1979) d'*O Instituto* (p. 255). Era ambição desta biblioteca prestar apoio a professores, assistentes e investigadores da Universidade, especialmente na preparação de estudos e teses, o que mais uma vez comprova a íntima ligação do Instituto com a Universidade de Coimbra. O mesmo serviço prolongou-se pelo menos pela década de 1980, aberto igualmente a discentes universitários, e disponibilizando não apenas espécies bibliográficas mas também filmes e exposições (cf. *O Instituto*, 140/141: 321).

Uma renovada oferta implementada nesta biblioteca em 1979 prende-se com a ideia de servir a comunidade mais próxima e particularmente as faixas etárias mais jovens. É nesse sentido que o presidente Luís de Albuquerque escreve a diversas entidades:

Ocupa o Instituto de Coimbra um edifício situado na Rua da Ilha, ou seja, no centro da chamada Alta de Coimbra, que é, sem dúvida, o bairro mais populoso da cidade e, também, o que abriga famílias com poder económico mais fraco. A atual Direção do Instituto, atendendo a que pode dispor de espaço no seu rés do chão, e ao facto de passar em 1979 o Ano Internacional da Criança, refletiu que podia manter aberta ao público infantil e juvenil uma biblioteca apetrechada com obras mais convenientes (Cópias da Correspondência Expedida, 6.3.1979).

A ideia era, portanto, organizar uma biblioteca aberta ao público da alta da cidade, uma das zonas mais populosas e também mais pobres, havendo por isso de apetrechar a biblioteca com os livros adequados. Foi obtido um subsídio para esse efeito, adquiridos os livros e constituída uma biblioteca especializada que durante algum tempo crianças e jovens frequentaram.

Simultaneamente, pensando num outro tipo de público, era disponibilizada a coleção de periódicos: “Na intenção de exercer uma ação cultural cada vez mais larga e viva, a Direção desta secular instituição achou por bem incluir no seu programa para 1979 a abertura ao público da Biblioteca de Revistas que possui nas suas instalações” (Cópias da Correspondência Expedida, 19.3.1979).

Resta finalizar com um elenco possível (onde se notará a lacuna para alguns anos, por falta de dados disponíveis) dos diretores e vice-diretores da biblioteca e gabinete de leitura do Instituto de Coimbra, acompanhado das datas de nomeação.

1852 diretor Francisco Moniz Barreto Corte Real

1854 diretores Raimundo Venâncio Rodrigues, Manuel dos Santos Pereira Jardim e Francisco de Sousa Holstein

1855 diretor Matias de Carvalho e Vasconcelos

1858 diretor interino Albino Augusto Geraldês

1858 diretor interino Luís Albano de Andrade Moraes e Almeida

1859 diretor Firmino de Magalhães⁶²

1869 diretor Manuel da Costa Alemão

1875 diretor Abílio Augusto da Fonseca Pinto, vice-diretor Augusto Sarmento

1877 diretor José Epifânio Marques, vice-diretor Augusto Mendes Simões de Castro

1889 diretor José Epifânio Marques, vice-diretor Abílio Augusto da Fonseca Pinto

1894 diretor José Epifânio Marques, vice-diretor Eugénio de Castro

1910 diretor Amadeu Ferraz de Carvalho, vice-diretor Augusto Mendes Simões de Castro

1915 diretor Alberto Monsaraz, vice-diretor Augusto Mendes Simões de Castro

1917 secretário Augusto Mendes Simões de Castro, vice-secretário José Manuel de Noronha

1923 secretário Augusto Mendes Simões de Castro, vice-secretário José Manuel de Noronha

1940 diretor A. Gomes de Sousa

1944 diretor Belisário Pimenta

Para se fornecer uma imagem da importância da coleção que esta biblioteca foi aglomerando, segue-se uma lista alfabética de periódicos recebidos por permuta com *O Instituto*.

Abhandlungen herausgegeben vom Naturwissenschaftlichen Verein zu Bremen

Abhandlungen und Vorträge herausgegeben von der Bremer Wissenschaftlichen Gesellschaft

La academia (Madrid)

O açoriano oriental (Ponta Delgada)

Águia: órgão da Renascença Portuguesa (Porto)

Amatus Lusitanus (Lisboa)

Anais da Estação Agrária Nacional (Lisboa)

Anais da Faculdade de Ciências do Porto

Anais do Club Militar Naval (Lisboa)

Anais do Instituto de Medicina Tropical (Lisboa)

Anais do Instituto Superior de Agronomia (Lisboa)

Analecta Bollandiana (Bruxelas)

Anales de instrucción primaria (Montevideo)

Anales de la Academia de Ciencias exactas, físicas y naturales (Buenos Aires)

Anales de la Sociedad Científica Argentina (Buenos Aires)

Anales de la Universidad Central (Quito)

⁶² Assina anúncio de *O conimbricense*, 29 de outubro de 1859, como diretor do Gabinete de Leitura do Instituto de Coimbra.

Anales de la Universidad de Chile (Santiago de Chile)
Anales del Museo de Historia Natural de Montevideo
O angrense
Annales de l'Observatoire de Paris (Section de Meudon)
Annual report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution (Washington)
Archipelago: boletín de la Institución hispano-cubana de cultura de Oriente (Santiago de Cuba)
Archives néerlandaises de phonétique expérimentale (Harlem)
Archives néerlandaises de physiologie de l'homme et des animaux (Harlem)
Archives néerlandaises des sciences exactes et naturelles (Harlem)
Archivo ibero-americano: revista de estudios históricos (Madrid)
Archivum Franciscanum Historicum (Florença)
Arqueologia e história (Lisboa)
O arqueólogo português (Lisboa)
Arquivo de Anatomia e Antropologia (Lisboa)
Arquivo do enfermeiro (Lisboa)
Arquivos (Nova Goa)
Arquivos de clínica médica (Porto)
Arquivos do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (Lisboa)
Arquivos do Museu Nacional (Rio de Janeiro)
Atti e memorie: Reale Accademia Virgiliana di Mantova
Aurora dos Açores (Ponta Delgada)
Aus Natur und Museum. Senckenbergische Naturforschenden Gesellschaft (Frankfurt am Main)
Ayuntamiento de Madrid: revista de la biblioteca, archivo y museo
Bem público (Lisboa)
Bergens Museum. Arsberetning
Bergens Museums Arbok. Historisk-Antikvarisk Raekke
Biblos: revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Boletim bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra
Boletim cultural da Guiné Portuguesa (Bissau)
Boletim da Agência Geral das Colónias (Lisboa)
Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos (Lisboa)
Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga
Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo
Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria (Rio de Janeiro)
Boletim da Classe de Letras (Lisboa)
Boletim da Companhia do Niassa (Porto Amélia)
Boletim da Faculdade de Direito (Coimbra)
Boletim da Sociedade Broteriana (Coimbra)
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
Boletim de estatística e informação agrícola (Lisboa)
Boletim de minas (Lisboa)
Boletim de previdência social (Lisboa)
Boletim do Arquivo Histórico Militar (Lisboa)
Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra
Boletim do Instituto de Criminologia (Lisboa)
Boletim do Instituto Francês em Portugal (Coimbra)
Boletim do Instituto Vasco da Gama (Nova Goa)
Boletim do Ministério da Agricultura (Coimbra)
Boletim do Museu Nacional (Rio de Janeiro)
Boletim dos hospitais civis de Lisboa

Boletim mensal da Câmara Portuguesa de São Paulo
Boletim mensal da Direção Geral de Estatística (Lisboa)
Boletim oficial da colónia de Angola (Luanda)
Boletim oficial da colónia de Macau
Boletim oficial do Governo da Província de Cabo Verde (Cidade da Praia)
Boletim oficial do Governo Geral do Estado da Índia (Nova Goa)
Boletín del Museo Arqueológico Provincial de Orense
Boletín bibliográfico del Centro de Intercambio Intelectual Germano-Español (Madrid)
Boletín de agricultura: organo del Ministério de Industrias (Bogotá)
Boletín de la Academia Nacional de la Historia (Caracas)
Boletín de la acción católica de la mujer en Vizcaya
Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense
Boletín de la Institución Libre de Enseñanza (Madrid)
Boletín de la Real Academia de la Historia (Madrid)
Boletín de la Real Academia Gallega (Corunha)
Boletín de la Real Sociedad Geográfica (Madrid)
Boletín de la Sociedad Agrícola del Norte (La Serena, Chile)
Boletín de la Sociedad Agrícola del Sur (Concepción, Chile)
Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura (Castellón)
Boletín de la Sociedad de Estudios Vascos (San Sebastian)
Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima
Boletín de propaganda agrícola (Bogotá)
Boletín del Archivo Nacional (Caracas)
Boletín del Centro de Estudios Americanistas de Sevilla
Boletín del Seminario Matemático Argentino (Buenos Aires)
Boletín mensual del Observatorio del Ebro (Tortosa)
Boletín-revista del Ateneo de Valencia
Bolletí de la Societat Arqueologica Luliana (Palma de Maiorca)
Brasil (Lisboa)
Bremisches Jahrbuch (Bremen)
Brotéria (Porto)
Bulletí excursionista de Catalunya (Barcelona)
Bulletin de l'Institut des Recherches Biologiques et de la Station Biologique à l'Université de Perm
Bulletin of the Geological Institution of the University of Upsala
Bulletin of the Institute of Historical Research (Londres)
Bulletin of the John Rylands Library (Manchester)
Bulletin of the New York Public Library
Ce fastu?: bolletino mensile della Società filológica friulana (Udine)
La ciencia tomista (Salamanca)
La ciudad de Dios
Civilização (Lisboa)
Colombo: rivista bimestrale dell'Istituto Cristoforo Colombo (Roma)
Commentari dell'Ateneo di Brescia
Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal (Lisboa)
O correio micaelense (Ponta Delgada)
La critica: rivista di letteratura, storia e filosofia (Nápoles)
Cronica de los hospitales (Madrid)
Cultura: revista de Letras (Lisboa)
Diário da Câmara dos Deputados (Lisboa)
Diário do Maranhão

Diritto e politica (Roma)
Douro Litoral (Porto)
Doze de agosto (Lisboa)
El economista (Madrid)
Enciclopedia de educación (Montevideo)
Escalabitano (Santarém)
Escoliaсте médico (Lisboa)
La escuela moderna (Madrid)
Estudos: revista mensal de cultura e formação católica: órgão do CADC de Coimbra
Estudos sociais e corporativos (Lisboa)
Études: revue catholique d'intérêt général (Paris)
Federação
Folia anatomica japonica (Tóquio)
Folia anatomica Universitatis Conimbrigensis
Gazeta da Relação de Lisboa: revista crítica dos tribunais
Gazeta dos tribunais (Lisboa)
The geographical journal (Londres)
Ginesta (Barcelona)
Hespéris: archives berbères et bulletin de l'Institut des Hautes Etudes Marocaines (Paris)
Iberica (Hamburg)
Ibero-amerikanisches Archiv (Bonn)
A ilha (São Miguel)
Instrução pública (Lisboa)
Insulano (Terceira)
Investigación y progreso (Madrid)
Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa
Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana (Lisboa)
Jornal de Farmácia e ciências acessórias de Lisboa
Labor: revista bimestral do Liceu de Vasco da Gama e órgão provisório do professorado liceal
Lecaroz (Navarra)
Leiriense
A língua portuguesa: revista de filologia (Lisboa)
Lisboa médica: jornal mensal de Medicina e Cirurgia
Los negocios (Barcelona)
Lusa (Viana do Castelo)
The Macao review
A Madeira
A Medicina contemporânea: hebdomadário português de Ciências Médicas (Lisboa)
Memórias e estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra
Memórias e notícias do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra
El mino (Vigo)
O missionário católico: boletim mensal dos Colégios das Missões Religiosas Ultramarinas dos
Padres seculares portugueses (Tomar)
Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern
Nação (Lisboa)
Nação portuguesa: revista de cultura nacionalista (Coimbra)
Nacional (Porto)
Niederdeutsche Zeitschrift für Volkskunde (Bremen)
Nós: boletín mensual da cultura galega (Ourense)
Nosotros (Buenos Aires)

Ordem (Lisboa)
Ordem nova (Lisboa)
Periódico dos pobres (Porto)
Philosophical studies (California)
Portucalé: revista ilustrada de cultura literária, científica e artística (Porto)
Português (Lisboa)
La Rábida: revista colombina iberoamericana (Huelva)
La rassegna italiana: politica, letteraria e artistica (Roma)
Razon y fé: revista mensual hispano-americana (Madrid)
Rendiconti del seminario matematico e fisico di Milano
Report of the United States National Museum (Washington)
Revista agro-economica (Equador)
Revista agronómica (Lisboa)
A revista alemã: órgão do trabalho e da cultura alemã para o Brasil, Portugal e Colónias
 (Hamburgo)
Revista bimestre cubana (Habana)
Revista chilena de historia natural pura y aplicada (Santiago de Chile)
Revista chilena de Historia y Geografia (Santiago de Chile)
Revista da Academia Brasileira de Letras (Rio de Janeiro)
Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (Lisboa)
Revista da Universidade de Coimbra
Revista de archivos, bibliotecas y museos (Madrid)
Revista de avance (Habana)
Revista de educación (Managua)
Revista de estudos históricos: boletim do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras do
Porto
Revista de filologia española (Madrid)
Revista de filología portuguesa (São Paulo)
Revista de geofísica (Madrid)
Revista de Guimarães: publicação da Sociedade Martins Sarmento
Revista de industrias (Bogotá)
Revista de la biblioteca, archivo y museo (Madrid)
Revista de las Españas (Madrid)
Revista de legislação e jurisprudência (Coimbra)
Revista de obras publicas (Madrid)
Revista de obras públicas e minas da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses
Revista de segunda enseñanza (Madrid)
Revista del Ateneo (Jerez de la Frontera)
Revista del Centro de Estudios Extremeños (Badajoz)
Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay (Montevideo)
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul
Revista dos espetáculos (Lisboa)
Revista española de estudios bíblicos (Málaga)
Revista internacional de los estudios vascos (San Sebastián)
Revista jurídica de Catalunya (Barcelona)
Revista matemática hispano-americana (Madrid)
Revista militar (Lisboa)
Revista pensinsular (Lisboa)
Revista trimensal do Instituto do Ceará

Revista universal lisbonense
Revista universitaria: organo de la Universidad Nacional del Cuzco
Revue de l'Université de Bruxelles
Revue économique française (Paris)
Rivista internazionale di scienze sociali (Milão)
O rosário (Lisboa)
Sagitario (Buenos Aires)
Saneamiento (Buenos Aires)
O século (Lisboa)
Senckenbergiana (Frankfurt am Main)
Setubalense
Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften (München)
Skifter utgivna av Kungl. humanistiska vetenskapsamfundet i Uppsala
O Sol (Lisboa)
Suplemento a La escuela moderna (Madrid)
Técnica: revista de cultura técnica e económica (Lisboa)
Técnica: revista de engenharia (Lisboa)
The tourist (Tóquio)
Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto)
Unión ibero-americana (Madrid)
Universidad: revista de cultura y vida universitaria (Zaragoza)
L'Università italiana: rivista dell'istruzione superiore (Bolonha)
O vegetariano: revista naturista portuguesa (Porto)
Volkstum und Kultur der Romanen (Hamburgo)
Voyages et colonies (Paris)

RELAÇÕES CIENTÍFICAS

Em 1942, num contributo para o volume comemorativo do centenário da mais antiga revista científica e literária, *O Instituto*, o General Ferreira Martins sublinhava o ativo papel do Instituto de Coimbra no intercâmbio intelectual:

Basta percorrer os 99 volumes da sua Revista *O Instituto*, onde se encontra a mais variada colaboração de autores nacionais e estrangeiros das mais diversas nacionalidades, para se compreender quanto esta antiga instituição, meramente particular, tem contribuído para o intercâmbio intelectual, fonte perene de benefícios para o estreitamento das relações culturais entre as nações civilizadas do mundo (*O Instituto*, 100: 48-49).

Vivia então o Instituto os últimos anos da presidência de Francisco Miranda da Costa Lobo, que, sem dúvida, constitui o ponto alto daquela academia no tocante a relações científicas.

Para a academia, o intercâmbio intelectual emerge como um dos meios de divulgação das novidades científicas e de incentivo à investigação. Naturalmente, a sua essência projeta-a para o exterior, pois uma instituição deste cariz deixaria de fazer sentido se permanecesse fechada sobre si mesma. De um modo concreto, esta atualização dos conhecimentos processa-se através de relações desenvolvidas com entidades de vária ordem e da colaboração dos seus sócios, individualmente.

É um facto que as primeiras e mais consistentes e duradouras relações estabelecidas pelo Instituto se deram com a Universidade de Coimbra, à qual se encontra intimamente ligado. Todavia, à medida que o Instituto foi admitindo figuras de mérito reconhecido entre os seus membros, provenientes de outros meios, então esta academia foi alargando horizontes, a nível nacional e internacional. Com efeito, a vitalidade de uma academia revela-se pela ação dos respetivos sócios, sendo através deles que se estabelecem as ligações externas. Este fator verifica-se em especial na admissão de sócios pertencentes a outras academias e instituições, transportando consigo as experiências desses organismos e facilitando a troca de saberes. Por entre as dificuldades iniciais de consolidação desta academia, os dirigentes apelavam à “coadjuvação de muitos sábios eminentes do país e estrangeiros” para a dinamização dos trabalhos da sociedade (*O Instituto*, 5: 1).

O primeiro relatório do Instituto, lido em sessão solene de abertura a 19 de dezembro de 1852, acentuava de maneira categórica que a vida do Instituto “devia ser, primeiro que tudo, uma vida de relação”, mantida em especial por intermédio da revista, que ligaria o Instituto a todo o país, e até ao estrangeiro. A revista constituía, portanto, “um elemento para a realização dos seus projetos e um testemunho da sua atividade e dos seus serviços” (*O Instituto*, 1: 196-197). Assim foi que, passados dez anos, o relatório da Direção apresentado em sessão de assembleia geral a 2 de janeiro

de 1863 concluía: o Instituto de Coimbra havia “granjeado relações amigáveis com associações nacionais e estrangeiras”. Nesse mesmo relatório, a Direção destaca as ligações que naquele momento a empenhavam mais: “A Direção do Instituto [do biénio 1861-1862], considerando que as relações sociais são sempre um poderoso incentivo para o engrandecimento dos corpos coletivos, resolveu contraí-las com algumas sociedades literárias nacionais e estrangeiras, e estreitá-las com aquelas que com o Instituto tivessem já comércio de letras; e de todas devem extremar-se a Academia Real das Ciências e o Instituto Geográfico e Histórico do Rio de Janeiro, pelo interesse que têm mostrado na prosperidade e adiantamento do Instituto” (*O Instituto*, 11: 249-250).

Quanto ao jornal do Instituto, é de notar que ele publica, desde o primeiro volume, uma “Revista literária e bibliografia estrangeira”, e, para além disso, inclui nas suas páginas traduções de artigos ou excertos de textos científicos impressos em revistas do exterior. Desde cedo, publica igualmente notícias dos trabalhos apresentados em academias e universidades estrangeiras. Por outro lado, menciona as relações literárias com Espanha e França estabelecidas pela Universidade de Coimbra, envolvendo associados do Instituto. Na verdade, pelo menos nas suas primeiras décadas, a revista *O Instituto* assumiu-se como lugar privilegiado de publicação dos estudos desenvolvidos pelo corpo docente da Universidade, bem como de estatísticas e assuntos administrativos desta instituição. Neste contexto encontramos, em alguns volumes, relatórios de comissões científicas compostas de professores da Universidade, enviadas a nações da Europa para se inteirarem dos progressos da ciência e da técnica e, no regresso, introduzirem e idealmente melhorarem esse saber.

Depois, a revista *O Instituto* começa também a acolher artigos de sócios estrangeiros. Alguns dedicavam os seus trabalhos ao Instituto de Coimbra, como por exemplo o estudo de Enrique del Castillo y Alba sobre a literatura dramática ibérica dos sécs. XV-XVII, publicado nos volumes 21-23 d'*O Instituto* (1875-1876). Salienta-se um conjunto de artigos resultantes da colaboração de investigadores de Botânica da Universidade e sócios do Instituto, entre os quais Júlio Augusto Henriques e Adolfo Frederico Moller, com investigadores estrangeiros. Encontra-se neste caso o catálogo de cogumelos do solo português, iniciado por Felix von Thümen e continuado por G. von Niessl e Georg Winter (vols. 27, 28, 31, 32 e 34).

Uma diferente perspetiva permite confirmar a alta relevância do papel da revista no incremento das relações científicas e culturais do Instituto de Coimbra. Trata-se da sua função de instrumento de troca num programa de permutas que possibilitava o preenchimento do gabinete de leitura do Instituto com as mais conceituadas revistas científicas e literárias de Portugal e de vários pontos do globo. Essa foi uma preocupação consignada pelos Estatutos, desde a fundação da sociedade, ou seja, constituir uma biblioteca orientada para as necessidades dos seus membros, disponibilizando a estes e a assinantes externos um gabinete de leitura com informação atualizada.

Em 1860, a Direção do Instituto, presidida por Francisco de Castro Freire, procurava estreitar relações com a Academia Real das Ciências de Lisboa, através do envio da revista *O Instituto*. Por sua vez, a Academia ofereceu, anos depois (1875), uma valiosa coleção de livros para a biblioteca do Instituto, incluindo volumes das *Memórias da Academia*, da *Portugaliae Monumenta Historica*, da *História dos estabelecimentos científicos* de José Silvestre Ribeiro, do *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, entre outros. Em sinal de agradecimento, a Direção de Luís da Costa e Almeida resolveu, no ano seguinte, enviar uma coleção d'*O Instituto* à Academia. Esta, aliás, repetiu a oferta de livros ao Instituto em outras ocasiões.

Em sentido inverso, o Instituto era alvo de solicitações por parte de diversos organismos para que lhes fosse enviada a sua revista. Registemos apenas alguns: o Centro Promotor de Instrução Popular de Coimbra (em 1877), o Museu Nacional do Rio de Janeiro (em 1887), a Associação Carlos Ribeiro, do Porto, a Sociedade João de Deus, de Abrantes (em 1890), a Société Scientifique du Chili (em 1896), a Yale University (em 1911).

Por propostas individuais de sócios, por solicitações dirigidas ao Instituto ou deste para as organizações, acordava-se a permuta da revista *O Instituto* por uma outra publicação em série. Quando em 1926 foi divulgada a relação dos periódicos permutados, os números e os títulos evidenciavam-se pela quantidade e pela qualidade, indiciando o elevado prestígio alcançado pelo Instituto. Cerca de quatro dezenas de revistas eram portuguesas; delas destacamos *A águia*, o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, o *Boletim do Instituto de Criminologia*, o *Boletim da Sociedade Broteriana*, o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *A Medicina contemporânea*, a *Revista de Guimarães* e a *Revista militar*.

Depois, chegavam revistas da Alemanha, da Bélgica, de Espanha (o país que enviava o maior número de títulos), da França, da Inglaterra, da Itália, da Rússia, da Suécia, da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, de Cuba, do Equador, dos Estados Unidos, da Nicarágua, do Uruguai, da Venezuela e do Japão. Os títulos permutados remetem para as associações com as quais o Instituto se relacionava, como é o caso da Société des Bollandistes, da Bélgica, através da *Analecta Bollandiana*, especializada em hagiografia cristã; do Instituto Ibero-Americano de Hamburgo, através da *Iberica*; da Sociedad Científica Argentina, com os seus *Anales*; a Academia Brasileira de Letras, do Rio de Janeiro; diversas entidades espanholas, como a Real Academia de la Historia, a Sociedad de Estudios Vascos ou a Sociedad Castellonense de Cultura, que enviavam os respetivos boletins; ou ainda a Smithsonian Institution, dos EUA, através dos seus relatórios anuais.

Os repertórios seguintes acrescentavam ainda um grande número de títulos, cumprindo o desejo da Direção de Francisco Miranda da Costa Lobo, expresso no relatório de 1926: “A Direção do Instituto de Coimbra julga poder assegurar, aos seus sócios, em breve prazo, um mais extenso

intercâmbio com instituições e sociedades científicas do estrangeiro” (*O Instituto*, 73: 799). Sintetizando, verificamos que esse intercâmbio se realizava, em geral, com academias, universidades e seus institutos ou departamentos, bibliotecas e museus, associações profissionais, entidades estatais, outras sociedades de índole diversa.

Podemos observar nas listas publicadas o reflexo das propostas dos associados. O lente da Faculdade de Matemática António José Teixeira, em 1890, diligenciou e obteve “a troca de vários jornais de Lisboa com o jornal do Instituto”; quatro anos depois, foi Assis Teixeira, professor da Faculdade de Direito, que apontou “a conveniência de se tornar o Instituto conhecido em Lisboa”, referindo-se certamente a *O Instituto*, pois indicou o nome de um livreiro para servir de intermediário⁶³. Sabemos, por exemplo, que o intercâmbio com a Real Academia de la Historia teve origem nos contactos de um sócio comum, Antonio Sánchez Moguel, catedrático de Literatura, que propôs àquela a permuta do seu *Boletín* pel'*O Instituto*, solicitação essa que foi atendida e comunicada ao Instituto em 1894.

Em sessão de assembleia geral de 20 de outubro de 1926, o classicista Carlos Simões Ventura propôs e foi aprovado o alargamento da permuta de *O Instituto* a mais revistas de filologia e linguística. Neste sentido, entre os novos títulos declarados em relatórios posteriores encontramos a revista *A língua portuguesa*, os *Archives néerlandaises de phonétique expérimentale* (Harlem) ou ainda *Ce fastu?* (Udine), o boletim mensal da Sociedade Filológica Friulana. Aliás, a Sociedade Holandesa de Ciências, de onde provêm aqueles *Archives*, tomou ainda a iniciativa de oferecer ao Instituto de Coimbra as obras completas do astrónomo Christiaan Huygens e alguns volumes dos *Archives néerlandaises de physiologie de l'homme et des animaux*.

Alguns anos mais tarde, em 1935, o subsídio concedido pela Junta de Educação Nacional para a publicação de *O Instituto* testemunhava o reconhecimento público da vitalidade da revista, que nessa altura era permutada com mais de 200 periódicos. Com o advento da Grande Guerra, parte dessas relações foram interrompidas, havendo o cuidado de as retomar terminado o conflito.

A realização de conferências, um dos meios estatuídos, como vimos, pelo Instituto de Coimbra, para o cultivo das ciências, letras e artes, pode ser considerada como um indicador do estado das relações intelectuais da academia. Incluímos aqui conferências, congressos, serões literários e homenagens, por meio dos quais se divulgou a ciência e a técnica, os estudos literários e estéticos, ou se assinalou algum acontecimento ou personalidade de relevo. Deste modo, pretendemos sublinhar os esforços de colaboração exercidos pelo Instituto de Coimbra neste domínio, que se evidenciam quer nas iniciativas internas quer na participação em eventos externos.

⁶³ Livro de Atas da Direção, 3 de dezembro de 1890 e 20 de abril de 1894.

É perceptível, na organização destes encontros, a vontade de estreitar relações não só com a Espanha mas bem assim com o Brasil, a França e a Inglaterra. Aliás, no que diz respeito a este último país, houve por parte da Direção de Costa Lobo uma intenção declarada de fomentar as relações Portugal-Inglaterra, com diversas sessões dedicadas a preencher esse objetivo. Entre elas, registamos as conferências de 1926 sobre a cultura inglesa, contando com a presença do embaixador de Inglaterra, Sir Lancelot Carnegie. Em 1930, o diplomata inglês era Sir Francis Lindley, homenageado em sessão solene do Instituto, que contou com uma conferência do Conde de Vila Flor sobre as relações entre Inglaterra e Portugal.

Seis anos depois, realizou-se outra sessão de comemoração das relações entre os dois países, onde se falou desta ligação nas suas múltiplas vertentes (literária, política, científica e comercial), através das palavras de Costa Lobo, Charles Wingfield (embaixador), Anselmo Ferraz de Carvalho, Diogo Pacheco de Amorim e outros oradores. Destacamos ainda a sessão de homenagem a homens de ciência ingleses, em 1942, a que assistiu o Ministro da Inglaterra em Lisboa, John Balfour, e onde Costa Lobo discorreu sobre os astrónomos ingleses Herschel e Lord Rosse, e Anselmo Ferraz de Carvalho sobre a influência dos estudos de física de Lord Kelvin na Geologia. No ano seguinte, o astrónomo diretor do Observatório de Greenwich, Harold Spencer Jones, realizou no Instituto uma conferência sobre a determinação da distância da Terra ao Sol.

No que diz respeito à colaboração francesa, ela manifestou-se em especial na homenagem prestada pelo Instituto a Alfred Baudrillart, reitor do Instituto Católico de Paris e membro da Academia Francesa, sócio honorário do Instituto de Coimbra, em fevereiro de 1930. A sessão congregou altas individualidades, como o Ministro de França, Eugène Pralon, ou o reitor interino da Universidade de Coimbra, Luís Carrisso. O homenageado conferenciou sobre “Science et religion, 1880-1930”.

Passando à colaboração do Instituto em encontros realizados por outras entidades, ela era normalmente resultante de convites dessas mesmas entidades, ou processava-se por intermédio de sócios individualmente. De seguida, observamos alguns casos que exprimem este tipo de relações culturais do Instituto. O Congresso Nacional da Tuberculose realizado em Coimbra em 1895 contava na sua lista de presidentes honorários o nome de Francisco José da Silva Basto, da secção médica do Instituto de Coimbra. Esta secção foi ainda convidada para participar no Congresso Nacional de Medicina que se realizou em Lisboa em 1897, respondendo positivamente. Em 1898, Sousa Viterbo representou o Instituto no centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Também em 1898, o Instituto esteve presente em Lisboa no Congresso de Higiene através do professor Daniel de Matos. Em 1901, o presidente Bernardino Machado encarregou Augusto Fuschini de representar o Instituto no Congresso Colonial, para o qual fora convidado pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Podemos afirmar que a revista, sobretudo, e os encontros científicos correspondiam aos meios de maior visibilidade da ação desta academia de Coimbra e que de forma imediata alcançavam um mais vasto público. No entanto, o intercâmbio com outras academias processava-se por diferentes formas, por vezes menos publicitadas mas não de menor importância. Nesta categoria inserimos a intervenção na resolução de questões técnico-científicas, a cooperação com outras sociedades, designadamente a nível nacional e internacional. Mais uma vez, os sócios representavam um papel preponderante nas relações com outras academias e universidades a que pertenciam, e esse tipo de contactos foi progredindo à medida que o Instituto consolidava a sua posição. Assim, surgiam de diversas origens propostas ou pedidos de colaboração com o Instituto.

Com a Sociedade de Geografia de Lisboa se estabeleciam frequentes relações, que ultrapassavam em muito o âmbito bibliográfico. Aliás, esta associação oficiou de imediato a sua instalação definitiva, em 1876, ao que a academia de Coimbra respondeu do seguinte modo: “bom é que hoje, possuidores ainda de excelentes colónias em diversas partes do mundo, concorramos com as lidas pacíficas do progresso e da civilização para a sua progressiva prosperidade. E isto devemos esperar das virtudes cívicas e conhecimentos científicos de VV. Ex.as e dos outros seus consócios que são fiadores dos bons serviços que pode (...) e há de prestar ao país a benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa”.

Nesse mesmo ano, o presidente da Comissão Permanente de Geografia, organismo então criado pelo Ministério da Marinha e Ultramar com o intuito de defender os interesses portugueses nos territórios coloniais, enviou um pedido de cooperação ao Instituto. A Direção deste resolveu, como resposta, enviar à Comissão dois exemplares d’*O Instituto*, oferecer as colunas deste jornal para qualquer publicação literária e científica e prestar-lhe todo o auxílio possível nas pesquisas histórico-geográficas⁶⁴. Criada no Porto uma Sociedade de Geografia Comercial (presidida por Oliveira Martins), poucos anos depois (1880), também esta participou ao Instituto a sua instalação e pediu o estabelecimento de relações.

De especial relevo foi a participação do Instituto na discussão do problema da adoção de um meridiano universal, convidado para esse efeito pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em dezembro de 1882. O parecer do Instituto foi elaborado por Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, então diretor do Observatório Astronómico, nomeado pela Direção. No documento remetido à Sociedade de Geografia em janeiro de 1883, o lente da Faculdade de Matemática enuncia duas soluções possíveis: uma delas aponta o Observatório de Greenwich ou o de Washington como referência para o meridiano, pela tradição já estabelecida e pela excelência desses dois observatórios; a outra indica

⁶⁴ Livro de Atas da Direção, sessões de 8 e 25 de maio, 18 e 27 de novembro de 1876.

a eventualidade de se escolher um ponto qualquer do globo, embora nesse caso se torne necessário medi-lo na distância a um observatório bem posicionado. Foi também por intermédio do relacionamento com a Sociedade de Geografia que o Instituto aderiu ao manifesto patriótico decorrente do ultimato inglês, em 1890. Em 1925, discutiu-se no Instituto o movimento nacional pró-colónias, concluindo-se pela adesão aos trabalhos da comissão de defesa das colónias da Sociedade de Geografia.

Do estrangeiro provinham contactos importantes, como foi o caso do Padre Ignacio Puig, que em 1936 comunicou ao Instituto a instalação do Observatório de San Miguel, na Argentina, do qual era diretor, ao que a academia conimbricense resolveu responder com a permuta d'*O Instituto* com as publicações daquele Observatório. E se, em 1860, nos primeiros anos de vida do Instituto, a Direção manifestava um especial interesse em abrir relações com o Brasil, a verdade é que não faltaram ocasiões, nas décadas posteriores, de se materializar essa intenção. Neste caso registam-se iniciativas individuais, como a do sócio Gastão de Bettencourt que, em 1946, propôs ocupar-se no Brasil das relações culturais deste país com o Instituto. Um outro sócio, desta vez correspondente em Itália, o orientalista Enrico Gerardo Carpani, agradecendo a sua nomeação, propõe o estabelecimento de um intercâmbio de publicações científicas com a Università Cattolica del Sacro Cuore de Milão. Para além disso, nessa mesma carta, datada de 29 de janeiro de 1946, dirigida ao presidente do Instituto, Carpani questiona quais as entidades científicas e culturais com que o Instituto se relaciona, para que se examinasse a possibilidade de dar curso a novos contactos e tornar mais vivas as relações culturais entre Portugal e Itália.

No mesmo ano, a secretária-geral da Société des Gens de Lettres de França e administradora da Maison de Po sie, Madame George-Day, eleita associada correspondente do Instituto, propõe o fomento de rela es entre as duas associa es, referindo as que já tinham sido encetadas com outros países. Ainda em 1946, a Real Academia Galega manifestou interesse em desenvolver rela es culturais com o Instituto, por intermédio do professor Ogando Vázquez e do Instituto de Ense anza Media de Lugo, ao qual pertencia. Esta academia galega convidava então o Instituto de Coimbra a tomar parte na homenagem às letras portuguesas projetada para esse ano, em Lugo.

Da correspondência remetida ao Instituto de Coimbra assinalamos ainda a carta do cônsul geral da Costa Rica em Portugal, João Anastácio Gomes, em 31 de março de 1895, pedindo   Dire o um contributo para a sec o portuguesa do Museu Pedagógico que o Governo da República da Costa Rica pretendia criar. O auxílio poderia consistir em “qualquer escrito ou objeto” relacionado com métodos de ensino, regulamentos, relatórios de instru o, etc.

Do Instituto partiu o incentivo para a constitui o de outras sociedades, como aconteceu em 1897, durante a presidência de Bernardino Machado. Em 4 de abril desse ano, o catedrático da

Faculdade de Filosofia presidiu à reunião preparatória dos sócios fundadores da Sociedade de Antropologia de Coimbra, onde foi aprovado o projeto de estatutos. Aqueles eram na sua maioria igualmente sócios do Instituto. Esta academia serviu também, mais tarde, de sede das reuniões da secção de Coimbra da Sociedade Portuguesa de Biologia, constituída em 1927, incluindo alguns sócios do Instituto (cf. *O Instituto*, 74: 355). Anos depois, em sessão de assembleia geral de 14 de novembro de 1932, “Alberto Pessoa anunciou a constituição da secção de Coimbra do Grupo Nacional aderente ao Comité Internacional de História das Ciências, e propôs que o Instituto autorizasse a instalação e funcionamento da Secção” no seu edifício, o que foi aprovado (*O Instituto*, 84: 639). Desta forma, o Instituto tomava parte e mantinha um relacionamento muito próximo nas associações que trabalhavam no nosso país para o cultivo das ciências.

As relações científicas e culturais do Instituto de Coimbra intensificaram-se vivamente durante a presidência de Francisco Miranda da Costa Lobo, que se estendeu de 1913 até 1945. O período foi longo mas todo ele preenchido de uma forte ação, principalmente no contexto científico, a nível nacional e internacional. Em grande parte, esse dinamismo ficou a dever-se à figura de Costa Lobo. Reconhece-se ao longo do seu trabalho uma constante preocupação com a abertura da comunidade científica ao intercâmbio de saberes, contactando ele próprio com eminentes personalidades do mundo académico de especial relevo no estrangeiro. Tornou-se assim membro de diversas sociedades de renome, como a Royal Astronomical Society, de Londres, o Bureau des Longitudes, de Paris, ou a Real Academia de Ciências de Madrid, tendo ainda recebido o prémio Janssen da Academia das Ciências de Paris (1926).

A presidência de Costa Lobo colocou o Instituto no roteiro da comunidade científica internacional, participando nos eventos mais marcantes daquele período. Nesse aspeto, beneficiou o Instituto da extensa rede de amizades de Costa Lobo, assim como das comissões que desempenhou em representação não apenas do Instituto mas ainda da Universidade e do Governo português.

Entre os factos de maior relevo encontra-se a criação da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências e suas relações com a congénere espanhola, que se concretizaram primeiro na presença nos congressos espanhóis e depois na realização conjunta dos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências, iniciada no Porto em 1921. Foi em 1917 que começou a tomar forma a Associação Portuguesa, impulsionada por Gomes Teixeira, reitor da Universidade do Porto e primeiro diretor da Associação, e Costa Lobo, que logo nesse ano, no congresso de Sevilha, comunicaram aos colegas espanhóis a recente formação e procuraram estreitar relações. De acordo com os seus Estatutos, esta Associação constituía-se como uma federação de sociedades científicas, entre as quais constava o Instituto de Coimbra. Quando se realizou em Coimbra o terceiro Congresso

Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, em 1925, o Instituto prestou todo o apoio à organização⁶⁵.

Costa Lobo deu conta n'*O Instituto* da sua missão como representante do Governo e do Instituto de Coimbra na fundação da União Matemática Internacional, no Congresso de Estrasburgo em 1920, bem como no Congresso de Toronto em 1924. A origem desta corporação processou-se do seguinte modo: na conferência de Bruxelas de julho de 1919 foram aprovados os estatutos de um órgão geral, o Conseil International des Recherches, reunindo as academias científicas de vários países, instalando-se em dependência diferentes organismos especiais, como a União Astronómica Internacional ou a União Internacional para a Bibliografia e Documentação. Os matemáticos formaram nessa ocasião uma união provisória, convocando um congresso para setembro de 1920. Aí, em Estrasburgo, foram aprovados os estatutos da Union Mathématique Internationale. Costa Lobo apresenta uma exposição detalhada da sua missão, de como decorreu o congresso, do seu programa, das suas observações em Estrasburgo, nomeadamente da respetiva Universidade. São publicados na revista (vols. 67-68) alguns discursos, conferências e depois os Estatutos da União Matemática Internacional.

Acresce até a percentagem de livros recebidos de além-fronteiras. As próprias instituições de ensino intensificaram as ligações com o Instituto de Coimbra, associado à Universidade. Assim, em 1917 recebeu um convite do reitor da Universidade Central de Madrid para visitar aquele estabelecimento. De facto, no ano seguinte, Costa Lobo dava conta da “amável receção” que tivera em Madrid, especialmente pela Real Academia de Jurisprudência, presidida por Antonio Maura, e pelo Instituto Nacional de Previdência, presidido por José Marvá, sublinhando que “as atenções que lhe dispensaram (...) são devidas (...) à muita consideração de que o Instituto goza” (*O Instituto*, 65: 177).

A Academia Francesa convidou o Instituto a participar no seu terceiro centenário, em 1935. O sócio representante nestas celebrações foi o próprio presidente Costa Lobo, que no volume 88 da revista deu conta da sua viagem, enumerando as cerimónias organizadas, descrevendo os lugares visitados e referenciando os mais ilustres participantes, de França e de outras nações. A comitiva portuguesa integrava igualmente Luís Carrisso, em representação da Universidade de Coimbra, e Moses Amzalak, pela Academia das Ciências de Lisboa. Destacou neste relatório as palavras de Alfred Baudrillart e as do presidente da Academia Gabriel Hanotaux, referindo ainda a simpatia demonstrada ao nosso país.

⁶⁵ O Arquivo do Instituto de Coimbra contém, sobretudo na série da Correspondência, um relevante conjunto documental relativo à Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, decorrente do envolvimento da academia ou de membros da Direção, como Joaquim de Carvalho, na organização dos congressos.

O INSTITUTO E A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tal como tem sido aludido ao longo destas páginas, o Instituto de Coimbra é uma academia praticamente indissociável da Universidade, no seio da qual nasceu. Vimos no capítulo “Origens do Instituto” que este surgiu no meio académico, impulsionado por indivíduos que tinham como laço comum a Universidade de Coimbra e que, paralelamente aos estudos universitários, se reuniam em grupos ancorados naquela instituição de ensino superior. Esta origem para sempre marcou a substância do Instituto de Coimbra, que foi, até aos últimos dias, uma academia científica enraizada naquela centenária Universidade.

Já em 1937 o diretor da Biblioteca Municipal de Coimbra, José Pinto Loureiro, ao prefaciá-lo o primeiro volume de índices da revista *O Instituto*, que o próprio organizou, aludia à inevitabilidade de trazer a lume as relações com a Universidade, na hora de historiar o Instituto: “quando chegar a hora de ser trazido a público o relato circunstanciado da sua vida, e das suas estruturais ligações com a Universidade, nele avultarão, como num políptico glorioso, os mais eminentes nomes que ecoaram em Portugal durante o século XIX e primeiro quartel do século XX, e imorredoiramente sobressaíram no professorado, na política, nas letras, nas ciências e nas artes, bem como brilhantes personalidades estrangeiras de reputação mundial” (p. VI).

Esse nó manifesta-se, imediatamente, na composição das sucessivas Direções do Instituto, todas elas constituídas por indivíduos provenientes da Universidade de Coimbra, na grande maioria professores. Ora, uma tal formação dos órgãos de gestão do Instituto, associada à sua localização, configuram os fatores decisivos da perfeita relação entre o Instituto e a Universidade, de tal forma que, apesar de autónomo, o Instituto era muitas vezes olhado como parte integrante da Universidade. Assim, não surpreende que esse relacionamento tenha sido, em geral, harmónico, até porque o Instituto constituía uma espécie de extensão universitária, capaz de completar a missão da Universidade. Pode-se dizer que, aparentemente, o Instituto deixou de ter cabimento quando as alterações estruturais na Universidade foram promovendo a sua autossuficiência em termos de investigação e de função cultural. Ou seja, em concreto, a difusão dos centros de investigação e suas publicações, e a associação de estruturas culturais na Universidade terão progressivamente esvaziado de conteúdo e de significado a missão do Instituto, mas isso precisamente na medida em que ele estava demasiado “colado” à Universidade.

Vejam, pois, em tópicos concretos, qual era a medida dessa dependência. Quando percorremos os edifícios que alojaram o Instituto de Coimbra, percebemos que todos eles estiveram, de uma forma ou de outra, ligados à Universidade ou a ela pertencentes. A partir daí, são frequentes as menções de agradecimento à reitoria pela cedência de espaços ou pelo auxílio no seu

melhoramento. No tempo em que o Instituto morou no Colégio dos Paulistas, várias foram as concessões da Universidade relativas ao edifício. Vejamos algumas. Em 1875, a Universidade cede ao Instituto todas as salas do primeiro andar em troca do último andar, onde se encontrava a coleção de jornais (Livro de Atas da Direção, 5 de julho de 1875). Em 1887, a Direção agradecia ao reitor da Universidade o arranjo do telhado do edifício (*idem*, 29 de janeiro de 1887).

Igualmente nas várias alterações efetuadas à sede por altura da renovação do museu ficou registada a colaboração do reitor da Universidade. De facto, o reitor Costa Simões assumiu a responsabilidade de entregar ao Instituto, em 1898, as salas que restavam para que todo o edifício ficasse na posse da academia, propondo a sua utilização para o alargamento do museu. Este período, coincidente com a presidência de Bernardino Machado, caracteriza-se ademais por uma maior proximidade com a vida académica, em particular nos saraus oferecidos pelo Instituto aos estudantes da Universidade.

Apesar de todas as intervenções, o Colégio dos Paulistas continuava a carecer de obras, como se declara na ata da reunião da Direção de 26 de fevereiro de 1910: o 1º secretário falou da “necessidade urgente de várias reparações no edifício do Instituto, tais como consertos dos telhados, do soalho do salão, dos caixilhos das janelas”, resolvendo-se pedir ao reitor da Universidade para “mandar fazer esses consertos pela verba das obras universitárias, como se tem feito outras vezes, atendendo a que o edifício pertence à Universidade” (Livro de Atas da Direção). De qualquer modo, tanto pela insuficiência do espaço como pela vontade de cooperação, o certo é que por muitas ocasiões foi a Sala dos Capelos da Universidade emprestada para conferências e sessões comemorativas do Instituto. Contudo, neste caso, não é apenas uma questão de espaço, é claramente o realizar de um interesse comum, uma vez que, em grande número destas sessões, encontrava-se na mesa um representante da reitoria, quando não o próprio reitor, fossem ou não efetuadas na sede do Instituto.

Por sua vez, o Instituto manifestou adesão a diversas iniciativas da Universidade, associando-se a esta em homenagens ou comemorações. Por exemplo, em 1918 foi resolvido contribuir para a consagração que a Universidade de Coimbra planeava tributar ao eminente botânico Júlio Henriques (que, aliás, fora presidente do Instituto), dedicando-lhe um número completo da sua revista. Nessa mesma data, o Instituto beneficiou de uma missão científica de professores de Medicina de Espanha, em visita à Universidade conimbricense, através de uma conferência de Gómez Ocaña, o líder da missão, sobre “El criterio fisiologico aplicado a los sucesos humanos”.

A maior demonstração de amizade ocorreu na colaboração do Instituto nas comemorações do 4º centenário da instalação definitiva da Universidade em Coimbra. Na assembleia geral em que a colaboração foi decidida, a 4 de abril de 1936, vários sócios tomaram a palavra para se pronunciarem

sobre o assunto, nomeadamente, Anselmo Ferraz de Carvalho, Diogo Pacheco de Amorim, Joaquim de Carvalho, Rocha Brito, Rocha Madahil, Pinto Loureiro, Vergílio Correia e Gumersindo da Costa Lobo. Os oradores referiram-se ao facto de o Instituto ter sido criado “por iniciativa dos professores da Universidade de Coimbra que constantemente lhe têm dado valioso e eficaz apoio” (*O Instituto*, 90: 386), e que também o Instituto se havia empenhado para elevar o prestígio da Universidade. Decidiu-se que a colaboração do Instituto consistiria sobretudo numa sessão solene e numa publicação incidindo sobre a evolução científica da Universidade em conjunto e nos seus vários ramos. Na prática, esta publicação efetuou-se na 1ª parte do volume 92 d’*O Instituto*.

Uma prova inequívoca da íntima conexão entre Instituto e Universidade provém do facto de, em dezembro de 1859, a Classe de Ciências Morais e Sociais ter decidido admitir como sócios alunos da Universidade que se destacassem por mérito literário e científico, sem necessidade da prova regulamentada (Livro de Atas da Classe de Ciências Morais e Sociais, sessão de 10 de fevereiro de 1859). Neste contexto da atividade das Classes, deve-se recordar que muitos dos temas lançados para debate estavam relacionados com a organização dos estudos na Universidade.

Nada mais expressivo do que a proposta apresentada por um sócio à Classe de Ciências Físico-Matemáticas, em sessão de 2 de dezembro de 1874, para que n’*O Instituto* “se publicassem regularmente os extratos das sessões à semelhança do que se pratica no estrangeiro, a fim de se tornar público que os professores da Universidade, fora das horas destinadas ao ensino oficial, também se entretinham com trabalhos de reconhecida utilidade” (Livro de Atas da Classe de Ciências Físico-Matemáticas). Ou seja, o que esta proposta, que a Classe aprovou, sugere tem a ver com duas coisas: de um lado, o modo como é formulada dá a entender que o Instituto de Coimbra é uma academia de professores da Universidade; de outro, entende esta academia como um complemento do trabalho universitário desses professores. Não é por acaso que o Instituto chegou a ser apelidado de “Clube dos Lentes”.

Publicando-se *O Instituto* por muitos anos na Imprensa da Universidade, também por essa via se propiciavam os laços entre ambos. A revista foi solicitada pelo reitor da Universidade para servir este estabelecimento na troca com outras publicações, imprimindo-se para esse efeito mais alguns exemplares (Livro de Atas da Direção, 18 de novembro de 1889). Em boa parte, era a revista *O Instituto* que congregava os interesses não só de professores mas também dos alunos mais aplicados, como via de publicação dos seus trabalhos.

A partir do momento em que, pela portaria de 5 de setembro de 1853, uma parte da revista teria que ficar reservada para o Conselho Superior de Instrução Pública e para a Universidade, os responsáveis do Instituto procuraram “converter esta obrigação numa verdadeira vantagem, estreitando o mais possível as relações do Instituto com aqueles estabelecimentos”. Nesse sentido,

nas diferentes faculdades foram “nomeadas comissões para coligirem e reverem trabalhos já feitos, ou fazerem-nos de novo”, para serem publicados. O auxílio era mútuo, visto que “muitos artigos que dali recebemos ainda não teriam visto a luz pública tão desafrontadamente se o Instituto não existisse” (*O Instituto*, 3: 238). Ou seja, *O Instituto* revelou-se muito útil para os investigadores da Universidade, no sentido de divulgarem numa revista que adquiriu grande prestígio os resultados dos seus estudos e pesquisas⁶⁶. No caso dos formandos, é de assinalar que *O Instituto* publicou alguns trabalhos e mesmo teses e dissertações de alunos.

O Instituto assumiu-se, em particular durante a presidência de Bernardino Machado, como uma academia que premiava os melhores alunos da Universidade, admitindo-os no seu grémio. Esse pormenor é notado pelo diário *O conimbricense* ao noticiar a eleição de sócios. Por exemplo, entre os efetivos votados em novembro de 1901, encontravam-se “todos os estudantes da Universidade que foram classificados no ano letivo findo com *partidos, prémios e accessits*” (*O conimbricense*, 26.11.1901).

Considerando o núcleo dos associados do Instituto aquele que é composto pelos sócios efetivos, que são os que, de acordo com os Estatutos, intervêm na organização e direção do Instituto, na medida em que o seu voto é o que conta nas assembleias gerais, e sabendo que os efetivos eram, por norma, residentes em Coimbra, compreende-se que o Instituto manifestasse esta tendência de se aproximar da Universidade. Esses sócios efetivos são, a maioria, professores das várias faculdades, e isso desde o princípio ao fim da história da academia, porque, de facto, o Instituto era uma academia de intelectuais, e porque estes, numa cidade como Coimbra, pertenceriam ou teriam passado pela Universidade. Esta fazia de Coimbra, precisamente, um dos centros intelectuais do país, e daí que emergisse a ideia de dotá-la também de uma academia científica e literária, à imagem das de Lisboa, e mesmo das europeias. Em síntese, as condições específicas do ambiente coimbrão levaram à combinação de Instituto e Universidade, saindo ambos reforçados.

⁶⁶ É um dado que observaremos com mais pormenor no capítulo *O Instituto*.

Por portaria de 5 de setembro de 1853, o Governo concede ao Instituto, acabado de nascer, a impressão do seu jornal por conta do Estado, na tipografia da Universidade, até uma despesa anual de 150\$000 réis. Apesar de alguns percalços, este subsídio foi-se mantendo ao longo dos anos, constituindo a base de sustentação da publicação e quem sabe mesmo da academia. Já o disse Teófilo Braga, no tomo IV da sua *História da Universidade de Coimbra* (1902: 471), observando que a concessão do subsídio pelo Governo fora decisiva para a sobrevivência da revista *O Instituto*, pois se tivesse que depender das assinaturas “não atingiria meio século de existência” (o que aconteceu com tantos e tantos periódicos do século XIX). Para Teófilo Braga, a vitalidade da revista *O Instituto* contrastava com a apatia da Academia Real das Ciências de Lisboa, motivada grandemente pela falta de uma revista científica e literária, o que de certa forma superiorizava o Instituto de Coimbra.

A concessão envolvia condições. O papel para impressão era encargo do Instituto. Metade das colunas do periódico ficava reservada para o Conselho Superior de Instrução Pública, sediado em Coimbra de 1844 a 1859, para as Faculdades e para o movimento dos hospitais da Universidade. *O Instituto* acabou por se tornar, em certa medida, uma publicação oficial destas entidades, durante alguns anos, o que contribuiu para lhe dar maior projeção.

Mesmo antes de receber estas indicações, já era intenção dos seus redatores fundadores publicar de preferência notícias respeitantes à Universidade. Por seu turno, a matéria principal própria seria constituída por trabalhos das três classes, quaisquer outros escritos de reconhecido mérito a elas respeitantes, de sócios ou não sócios (embora, no cômputo geral, os artigos de sócios contabilizem a esmagadora maioria), e ainda as mais importantes notícias científicas, literárias e artísticas. É este o programa delineado por Adrião Forjaz no primeiro número d’*O Instituto*, em 1852, e que norteará o percurso desta publicação ao longo das décadas. Apenas de distingue ao princípio com um formato mais próximo de jornal, não só pelas dimensões, mas também pelas mencionadas notícias, que vão gradualmente dando lugar a estudos e artigos científicos originais, passando a assumir o estatuto de revista.

A questão da mudança de formato físico foi explicada por A. M. Seabra de Albuquerque:

Principiou o jornal *O Instituto* em 1852 no formato de 8º grande; como porém a portaria do Ministério do Reino de 5 de setembro de 1853 obrigasse a inserir nas suas colunas a legislação sobre instrução pública, *para assim poderem gozar do privilégio de ter a impressão gratuita na Imprensa da*

⁶⁷ A revista *O Instituto* encontra-se digitalizada na íntegra e disponível em <http://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/IndiceInstituto.htm>.

Universidade, tiveram no volume II de aumentar o formato para fólho, e assim continuou até findar o seu volume XVI.

O volume XVII voltou ao primitivo formato.

Para regular a 1ª série foi reimpresso o primeiro volume em fólho (*O Instituto*, 19: 47-48).

Mas há outro aspeto que ressalta daquela Introdução ao volume 1. É que *O Instituto* propunha-se, como missão, como lema, “ciência para todos”, isto é, satisfazer as necessidades de conhecimento de todos, incluindo o “humilde artífice, o laborioso operário”. Uma tal missão de agradar a todos tornava-se assaz difícil de gerir, e por isso Forjaz exprimia esta dúvida, meses depois, no nº 13 do mesmo volume: *O Instituto*, condenado por uns por ser extremamente científico, e por outros por não o ser quanto baste, “vencerá o destino fatal dos jornais de Coimbra: prosseguirá ou terminará a sua carreira?” (*O Instituto*, 1: 135).

Proseguiu, de facto, insistindo em levar o conhecimento a todos os cidadãos, tal como vem reforçar a Introdução do 2º volume: “Apenas podemos prometer que para o futuro há de procurar satisfazer a estas condições do seu fim, esforçando-se por se acomodar a todas as inteligências e levar a instrução a todas as classes da sociedade”. Esta é uma época em que “o alimento do espírito, a instrução, não ficará sendo o património de algumas classes privilegiadas”. E assim foi *O Instituto* resistindo ao “mau fado de todos os jornais literários de Coimbra de não passarem do primeiro ano” (*O Instituto*, 4: 1).

Resistiu, e por longos anos. Pode-se dizer que o resultado mais fecundo do labor desta academia conimbricense se materializou na edição da revista *O Instituto*, de uma longevidade notável, publicando-se desde a fundação da academia, em 1852, até aos momentos finais da sua existência, quase sem interrupções. Ela foi o local de publicação de muitos trabalhos de docentes da Universidade de Coimbra, de todas as áreas do conhecimento. Adrião Forjaz dizia que “O Instituto não pertence a uma só das classes que compõem a academia: é dos alunos e dos professores; mais ainda, é de todos os homens de letras não académicos que desejem ilustrar suas colunas” (*O Instituto*, 1: 137).

Cumpru um duplo papel de acolher estudos sobre temáticas conimbricenses e trabalhos científicos e literários de âmbito nacional ou mesmo universal. No primeiro caso, são evidentes, para além dos numerosos artigos relativos à Universidade de Coimbra e aos seus vários estabelecimentos, estudos arqueológicos e históricos sobre a cidade e a região, pesquisas hidrológicas, estudos sanitários, etc. Enquanto periódico científico, teve um carácter único, igualado por poucos, em termos de conjugação de qualidade e longevidade. A nível local, *O Instituto* foi claramente a publicação científica mais importante em Coimbra até ao dealbar do século XX. Vejamos que outros lhe faziam concorrência.

Registam-se, na segunda metade de Oitocentos, algumas revistas da área do Direito, a maior parte de existência efémera. Foi o caso da *Revista jurídica* (1856-1858), do *Jornal de jurisprudência* (1865-1870), ou do *Jornal de legislação* (1868-1869). Bem ao contrário, a *Revista de legislação e jurisprudência*, iniciada em 1868, publica-se ainda hoje. Os jornais literários proliferaram mas eram quase sempre de curta duração. Na área das ciências naturais, os títulos são escassos, ainda assim, não se podem desprezar as *Observações meteorológicas, magnéticas e sismológicas*, iniciadas em 1864, o *Jornal de ciências matemáticas e astronómicas* (1877-1901), e o importante *Boletim da Sociedade Broteriana*, que caminhou de 1880 até à atualidade. Foram também relevantes alguns periódicos na área da Medicina, nomeadamente, *Estudos médicos* (1878-1881) e *Coimbra médica*, iniciada em 1881.

No artigo “Crónica”, de 1885 (*O Instituto*, 32: 597), escreve F. P. (Fonseca Pinto?):

Não tem a Universidade um jornal seu oficial, nem as faculdades académicas revistas científicas, hebdomadárias ou mensais, como superabundam em outras estrangeiras; mas de iniciativa singular nenhuma deixa de ter periódico que revele mais ou menos as excelentes aptidões dos seus professores. Assim a Faculdade de Teologia tem as *Instituições cristãs*, jornal bimensal publicado sob os auspícios do bispo conde D. Manuel Correia de Bastos Pina e colaborado por todos os lentes, excetuando o dr. Luís Maria da Silva Ramos, que redige a *Ordem*. Na de Direito pode contar-se a *Revista de legislação e de jurisprudência*, semanário que já encetou o seu 18º volume e é redigido pelos drs. Joaquim José Pais da Silva Júnior, Bernardo de Albuquerque e Amaral, Manuel de Oliveira Chaves e Castro e António de Assis Teixeira de Magalhães. (...) Na de Medicina publica-se há quatro anos a *Coimbra médica* do sr. Augusto António da Rocha, coadjuvado por muitos de seus colegas. Na de Matemática há o *Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas* dirigido pelo dr. Francisco Gomes Teixeira, antigo professor da Universidade e hoje da Academia Politécnica do Porto. Na de Filosofia está publicando o *Boletim broteriano* o dr. Júlio Augusto Henriques, coadjuvado proficuamente por muitos e ilustrados colaboradores.

Portanto, no fundo, *O Instituto* constituiu um recurso que ajudava a suprir aquela falta de jornais ou revistas oficiais da Universidade ou das Faculdades, uma vez que abarcava praticamente todos os seus domínios de conhecimento.

Com a entrada do século XX, dispara o número de revistas científicas um pouco por todo o lado, incluindo em Coimbra. Só para citar as mais influentes, lembramos a *Revista da Universidade de Coimbra*, publicada desde 1912, as *Memórias e estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra* (1924-1970), o *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* (desde 1914), os *Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica e Patologia Geral* (desde 1913), a *Biblos: boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, desde 1925 em atividade, ou a *Revista da Faculdade de Ciências*, que se publica desde 1931. Segundo A. J. Leonardo, a revista *O Instituto* foi o local onde “se fez a divulgação da atividade científica produzida em Coimbra até ao final do século XIX, situação que se alterou com a criação do *Arquivo*

Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra, em 1901, da *Revista da Universidade*, em 1912, da responsabilidade da BGUC, da revista *Biblos*, em 1925, da responsabilidade da Faculdade de Letras, e da *Revista da Faculdade de Ciências*, em 1931” (Leonardo *et al.*, 2009: 122).

Em 1861, era aprovado o *Regulamento do jornal do Instituto de Coimbra*, contendo elementos relativos à sua organização e administração. Algumas das suas definições deixaram de vigorar – por exemplo, a periodicidade mensal, o formato a duas colunas (art. 1º) –, porém, nunca se chegou a reformar este documento. O artigo 2º divide em categorias o conteúdo do jornal: 1) boletins do Instituto (resoluções da Assembleia Geral, da Direção e das classes, em extratos de atas, relatórios, contas e atividades); 2) artigos de ciências, literatura, belas letras e artes, de preferência distribuídos pelas três classes, da autoria de sócios ou de pessoas que reúnam as condições para o serem; incluem-se aqui os elogios fúnebres, os juízos críticos e os debates; 3) notícias de vária espécie relativas à Universidade.

Se os tópicos 2 e 3 se foram, de uma ou de outra forma, perpetuando nas páginas d’*O Instituto*, já os boletins, essenciais para conhecer a vida da academia, em muitos volumes ficaram suspensos. O mesmo artigo previa ainda a inserção, nas capas, de anúncios de publicações, gratuitamente para os sócios ou para aqueles que oferecessem um exemplar à biblioteca do Instituto, ao preço de 40 réis a linha para os restantes. A maior parte fazia-se, de facto, por meio da oferta de uma cópia da obra para as estantes da academia, mas outros havia de carácter comercial, embora em menor grau.

A partir daqui, as páginas prescritas pela portaria de 5 de setembro assumiriam a forma de uma “Secção Oficial”. Eis o que preconiza o artigo 3º: «De acordo com a portaria do Ministério do Reino de 5 de setembro de 1853 e com o ofício da Direção Geral de Instrução Pública de 17 de fevereiro de 1860, o jornal publica igualmente um “boletim oficial” com leis, decretos, portarias, ofícios da Direção Geral, editais de efeito permanente, relatórios e outros documentos oficiais sobre a instrução pública e/ou enviados à redação pelo Governo e pela Reitoria da Universidade e secretarias dos seus Conselhos, ou extraídos dos diários oficiais». Segundo o §1, esta secção deverá ter numeração, rosto e índices próprios, de janeiro a dezembro, de modo a poder ordenar-se em volumes separados do jornal. Segundo o §2, os documentos relativos ao movimento, receita e despesa dos hospitais, memórias e discursos úteis à ciência, dissertações de alunos e observações importantes não cabem nesta secção, prevendo-se a sua inserção noutras divisões do jornal.

Na verdade, esta Secção Oficial, publicada à parte e não integrada na paginação da revista, como anteriormente, apenas durou o ano de 1861, num total de 150 páginas + tabelas. Inclui decretos, leis e portarias, e documentos oficiais de 1861, nomeadamente: programas de cursos,

nomeação de professores, decretos, ofícios, despachos etc.; contas e movimentos de doentes dos Hospitais da Universidade; documentos da Universidade; relatórios dos trabalhos das Faculdades; documentos oficiais sobre o “Eclipse solar de 18 de julho de 1860”; relatório de Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto sobre a visita aos Observatórios de Madrid, Paris, Bruxelas e Greenwich; relatório de Jacinto António de Sousa sobre a “Segunda viagem a Kew ordenada por portaria do Ministério do Reino de 16 de agosto de 1861”; tabelas de “Estatística Patológica dos Hospitais da Universidade de Coimbra nos meses de julho, agosto e setembro de 1861”.

Os artigos 4º e seguintes do Regulamento dispõem acerca da comissão de redação. Esta seria constituída pelo presidente da Direção e mais seis sócios, dois de cada classe, designados pela Direção, mediante prévio acordo dos mesmos. Destes, um seria eleito 1º redator e outro secretário da comissão. Apesar de algumas discrepâncias pontuais, esta foi, *grosso modo*, a estrutura seguida ao longo dos anos. Naturalmente, a convocação de sócios de cada classe justifica-se pela reunião de redatores competentes para analisar cada artigo submetido, sendo os textos distribuídos aos redatores da classe respetiva.

As competências da comissão de redação seriam (art. 5º): promover a apresentação de memórias e artigos e a comunicação das notícias referidas no art. 2º; selecionar dos jornais literários do gabinete de leitura as notícias que devem ser relatadas no jornal; elaborar um juízo sobre os artigos que não tenham passado pela aprovação das classes; fixar o número de exemplares do jornal a imprimir, em acordo com a Direção. As do 1º redator seriam (art. 6º): organizar cada número do jornal; preencher espaços em branco que surjam na distribuição das matérias; fazer os índices anuais. E as do secretário seriam (art. 7º): dirigir a correspondência relativa ao jornal, fiscalizar a distribuição do jornal e rubricar os documentos de despesa a ela relativos. O artigo 15º estipula que a Direção estabeleça correspondentes nas localidades principais para receberem assinaturas. Os preços seriam fixados pela Direção, conforme as circunstâncias (art. 17º e último).

Se é verdade que, na prática, o trabalho da redação recaía muitas vezes sobre apenas um ou dois indivíduos, também é certo que, como se sublinha na Introdução do volume 7 (1859), “A redação deste jornal tem sido sempre gratuita; os seus mais ativos colaboradores não têm outra recompensa senão o prazer que resulta sempre do cumprimento de um dever e do desempenho de funções que por eleição honrosa lhe foram confiadas”. Por isso, houve quem afirmasse que *O Instituto* deveu a sua existência à extrema dedicação de alguns sócios (cf. *O Instituto*, 8: 1).

Cândido de Figueiredo, em *Os meus serões*, reporta a sua experiência de redator d’*O Instituto*:

Mais ainda do que a *Folha*, deu-me trabalho e cuidados outra Revista, que conta hoje mais de cinquenta anos de existência, e que era, e é, órgão de uma corporação literária e científica do mesmo nome, certamente a mais importante entre nós, depois da Academia das Ciências de Lisboa.

Nos meus três últimos anos de Coimbra, por força das circunstâncias e escassez de redatores efetivos, assumi a direção e a gerência do Instituto, obtendo para ele a mais valiosa colaboração gratuita, sobre letras e ciências, afora a minha larga contribuição, não só em verso, mas principalmente em prosa, sobre Literatura, Jurisprudência, História, Crítica e Economia Política.

Publiquei ali os meus primeiros estudos, a respeito da Índia Antiga (1928: 128).

O Instituto foi, para a Universidade, um vigoroso incentivo à abertura a novas fórmulas de ensino e de investigação. Nos primeiros volumes, é constante o apelo à participação da comunidade académica, aliado a repreensões às Faculdades que menos contribuem. Veja-se, por exemplo, a Introdução ao volume 8: “À Universidade cumpre também, por crédito seu, tomar uma parte importante na redação desta folha. (...) Hoje, a tendência da época exige ao professor mais alguma coisa do que a preleção oral na cadeira. (...) O jornal é um dos mais poderosos agentes da ilustração. (...) lamentamos só que dela não parta o exemplo e a iniciativa”. Agradecem, assim, aos professores que têm cooperado e solicitam um maior acompanhamento da “talentosa mocidade académica” (*O Instituto*, 8: 1-2).

Todos os contributos eram, portanto, bem-vindos, e eles foram chegando gradualmente, não só da Universidade mas de todo o país e depois até do estrangeiro. Para este fim, tornou-se fundamental o trabalho das Direções, ao procurarem expandir a distribuição d’*O Instituto*, ao torná-lo conhecido um pouco por todo o mundo, por intermédio das permutas e dos sócios correspondentes. Naturalmente, embora fosse recebido em vários países, o idioma deste periódico não deixava de constituir um obstáculo à sua difusão. Maioritariamente era escrito em português, embora tenha acolhido textos em espanhol, francês, inglês, italiano e alemão.

Ao longo da segunda metade do século XIX, os jornais de Coimbra iam anunciando o aparecimento do mais recente número d’*O Instituto*, sinalizando a consistência e originalidade deste periódico. O diário *A liberdade*, a 23 de agosto de 1863, notava ser *O Instituto* “o único literário de Coimbra e o único científico do reino”. Ao mesmo tempo, tratava-se de um periódico enquadrado na realidade local, publicando relatórios e documentos relativos a sociedades conimbricenses, como a Sociedade Filantrópica Académica ou a Sociedade Agrícola do Distrito de Coimbra.

De fora o reconhecimento exprimia-se, por exemplo, na pena de Camilo Castelo Branco, que assim se mostrava isento de qualquer ressentimento a respeito do caso das favas negras⁶⁸, tecendo

⁶⁸ Camilo Castelo Branco terá sido proposto para sócio do Instituto, durante a presidência de Adrião Forjaz, em 1861-1862, mas rejeitado por este com o argumento de que, devido ao escândalo provocado pela sua relação com Ana Plácido, de que resultou o encarceramento de ambos, não se tratava de indivíduo de boa moral e dignidade para entrar no Instituto. Após a sua libertação, foi a proposta votada e Camilo aprovado sócio honorário, porém, não alcançando o consenso, recebendo cinco favas negras na contagem. O diploma, que Forjaz só assinou depois de retirado o tratamento

rasgados elogios à revista *O Instituto*, num artigo escrito para o *Eco americano* em 1877: “*O Instituto* de Coimbra é o primeiro periódico do reino, em ciência e literatura”. Lamenta, porém, a sua fraca expressão para lá daquela cidade: “Fora do meio em que tem florescido, em estufa, pela dedicação extremosa de alguns filhos da Universidade, aquele precioso arquivo de conhecimentos é pouquíssimo conhecido”. Nem mesmo os estudantes formados que de Coimbra regressam às suas terras contribuem para a divulgação da revista: “o filho da Universidade nem sequer traz consigo uma coleção do *Instituto* cuja leitura inteligente vale mais que um capelo”. Acrescenta, por fim, que “Raros exemplares se deparam daquele magnífico periódico nas províncias, apesar de oferecidos por baixo preço nos armazéns da assembleia literária por conta da qual se publicam” (in *Bibliografia portuguesa e estrangeira*, a. 1, nº 8, 1879: 144). Numa outra ocasião, Camilo falará d’*O Instituto* como memorável repositório poético: “No *Instituto*, periódico de Coimbra, quase desconhecido cofre das gemas literárias de três gerações de rapazes de extremado engenho – eu lia as prosas e os poemas de Guilhermino de Barros, que foi distinto nos bancos escolares e nas diversões da literatura amena” (Castelo Branco, 1975: 234-235).

Boa parte da colaboração na revista resultava de convite da redação, como fica patenteado pela correspondência sobrevivente no Arquivo do Instituto relativa à década de 1890. Nela se encontra correspondência assente em convites do secretário da comissão de redação, Francisco Martins, a Júlio de Castilho, ao Visconde de Seabra, a Sousa Viterbo, a José Ramos Coelho, etc. Tratava-se, em particular, de compor um número comemorativo do centenário do Infante D. Henrique, para o qual o Instituto fora solicitado pela Câmara Municipal do Porto. Este tipo de números especiais ocorreu com alguma frequência ao longo da carreira editorial d’*O Instituto*.

Há comemorações de vários tipos, ou seja, *O Instituto* serviu muitas vezes de meio de evocação de algum acontecimento, ou de alguma personalidade. Os números comemorativos reuniam um conjunto de artigos especialmente preparados para evidenciar um tema em foco, sendo a maior parte deles de caráter histórico e biográfico. São os casos do nº 11 do volume 24 (1877), inteiramente dedicado ao centenário da morte do Marquês de Pombal; do nº 6 do volume 37 (1889), dedicado a Félix de Avelar Brotero; do nº 3 do volume 40 (1892), que comemora o 4º centenário de Cristóvão Colombo; dos números 8 e 9 do volume 41, que constituem o referido número comemorativo do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique; dos números 4 e 5 do

de “Excelência”, foi enviado a Camilo, mas este, sabendo do que se passara, recusa e, em resposta, ataca Adrião Forjaz numa carta publicada n’*A Revolução de Setembro* de 19 de março de 1862. Vd. Camilo Castelo Branco – *As favas negras*. In Camilo Castelo Branco e Francisco Martins Sarmiento – *Obolo às creanças*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1887. p. 121-127. Cf. João Bigotte Chorão – *Páginas camilianas e outros temas oitocentistas*. Lisboa: Guimarães Editores, 1990. p. 89-92.

volume 45 (1898), que formam o número comemorativo do centenário da Índia; do nº 3 do volume 46 (1899), dedicado ao centenário do nascimento de Garrett; do volume 117 (1955), que comemora o 4º centenário de São Paulo; do número comemorativo do V centenário da morte do Infante D. Henrique (1961); entre outros.

Mas houve também celebrações contemporâneas. O número de março de 1920 foi dedicado à comemoração da paz, com colaborações do General Fernando Tamagnini, do economista Anselmo de Andrade e do professor da Escola Naval José Francisco da Silva. Alguns sócios mereceram a homenagem de um número especial. É o caso de Luciano António Pereira da Silva, falecido em 1926, ao qual foi consagrado no ano seguinte um número da revista. O mesmo se diga para Augusto Mendes Simões de Castro, Júlio Augusto Henriques, Eugénio de Castro, etc.

O alcance do centésimo volume d'*O Instituto* mereceu distinção especial do Governo. O Secretariado da Propaganda Nacional ofereceu uma lápide comemorativa, descerrada em sessão de 14 de outubro de 1942, onde se podia ler a seguinte inscrição:

NESTE EDIFÍCIO TEM A SUA SEDE A MAIS ANTIGA REVISTA LITERÁRIA DO PAÍS «O INSTITUTO» ASSOCIANDO-SE ÀS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO DO PRIMEIRO PERIÓDICO PORTUGUÊS O SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL MANDOU COLOCAR ESTA LÁPIDE 5 DE DEZEMBRO DE 1941.

O acontecimento ficou assim ligado às comemorações que assinalavam o Centenário da Gazeta de Lisboa, considerado o primeiro periódico português. *O Instituto*, por sua vez, classificava-se então como um dos mais antigos em atividade, ombreando com periódicos tão longevos quanto o *Açoriano Oriental* ou o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*.

Os conteúdos d'*O Instituto* até ao volume 100 estão indexados em dois volumes de Índices ideográficos e onomásticos, elaborados sob a direção de José Pinto Loureiro em 1937 e 1949. Pinto Loureiro, para além de sócio do Instituto, foi advogado, professor da Escola Industrial Brotero e ainda diretor da Biblioteca Municipal de Coimbra. Antes desta data, na verdade, o Instituto já havia recebido uma proposta de Alberto Meira para executar esse trabalho, em novembro de 1932 (Correspondência Recebida, 12.11.1932). Para os restantes volumes, 101 a 140/141, o investigador António José Leonardo, no âmbito da sua tese de doutoramento, que defendeu em 2011, intitulada *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*, elaborou os respetivos índices⁶⁹, de modo que todos os volumes se encontram, por conseguinte, classificados.

Através desses índices, verificamos que os assuntos versados são de vária índole, da Antropologia à Zoologia, percorrendo de A a Z as diferentes disciplinas. De um ponto de vista

⁶⁹ Disponível em <http://www.uc.pt/bguc/PDFS/ic>.

quantitativo, que estes índices nos fornecem, podemos agrupar as seguintes categorias de matérias com mais artigos: Antropologia, Botânica e Zoologia; História, Arqueologia, Descobrimientos e conquistas; Ensino e Instrução Pública; Filologia, Poesia, Linguística e Literatura, principalmente Camões; Direito, Sociologia, Filosofia e Religião; Astronomia, Geometria e Matemática; Medicina; Coimbra (incluindo a Universidade, o Instituto, a Imprensa, Monumentos, etc.).

Um segmento de grande relevo ao longo dos 141 volumes d'*O Instituto* diz respeito ao ensino, e nem só o da Universidade de Coimbra. Contém diversos artigos com planos de reforma dos estudos, programas das cadeiras, orações de sapiência, etc. Alguns exemplos: o volume 12 (1865) publica o programa do curso de microscopia prática professado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1862-1863 por May Figueira; o volume 29 (1882) inclui um relatório e projeto de lei para a criação de uma cadeira de ensino prático na Faculdade de Medicina, assinado por A. A. da Costa Simões; o volume 31 (1884) contém um “Projeto de reforma da Faculdade de Filosofia da Universidade” e um “Projeto da reforma dos estudos da Faculdade de Teologia da Universidade” – seguindo-se idênticos projetos para as restantes Faculdades, nos volumes subsequentes; o volume 40 (1893) publica “Algumas informações sobre o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra desde 1872”, incluindo uma relação dos instrumentos adquiridos desde essa data, e depois um artigo de Adriano de Jesus Lopes sobre o “Observatório Meteorológico e Magnético da Universidade de Coimbra”.

Neste segmento se enquadra a maioria dos trabalhos publicados por Bernardino Machado, que desenvolve importante obra como educador, teorizando a temática em artigos como “Curso de pedagogia” (volume 47) e “A Universidade e a nação” (volume 51). Também inseridos no âmbito da investigação e ensino, surgem os vários relatórios de viagens científicas que *O Instituto* publica, por exemplo, no volume 12 (1865), dois relatórios, o de “Uma viagem científica em Angola” empreendida pelo naturalista Friedrich Welwitsch, em comissão do governo português, destinada à exploração científica da África ocidental portuguesa, e o de Lino de Macedo sobre uma visita a museus europeus, começando com “O Museu Anatómico do Dr. Pedro González Velasco, em Madrid”. No ano seguinte, sai à luz o “Relatório dirigido à faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra pelo seu vogal, em comissão fora do reino, o ex.mo sr. Dr. António Augusto da Costa Simões”, ou seja, o relatório do primeiro trimestre (janeiro-março 1865) de trabalhos de estudo no estrangeiro dos processos práticos de histologia e fisiologia experimental, de que foram incumbidos Costa Simões e Inácio Rodrigues da Costa Duarte, por portaria do Ministério do Reino de 18.8.1864. Estão compreendidas as visitas a Universidades estrangeiras, como a de Júlio Henriques, que participou no “Sexto centenário da Universidade de Montpellier” (volume 38).

Nota-se também uma grande incidência de temas históricos, de variada índole. Em relação ao domínio da história local, destacam-se os artigos de João Correia Aires de Campos, Augusto Filipe Simões e Augusto Mendes Simões de Castro. Inclui importantes textos de divulgação do resultado de explorações arqueológicas por todo o país, como é o caso de “A Citânia de Briteiros” (volume 24). Ao nível mais geral da história de Portugal, são de assinalar os estudos de Carlos de Passos, Eduardo Brasão, Artur de Magalhães Basto, Vergílio Correia, Armando Cortesão, Manuel Augusto Rodrigues, entre outros.

Neste campo se encontra um dos mais produtivos colaboradores d’*O Instituto*, Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910). Formado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1876), professor da Academia de Belas Artes de Lisboa, sócio da Academia Real das Ciências, arqueólogo, poeta, historiador, jornalista, Sousa Viterbo publicou uma parte dos seus numerosos estudos na revista de Coimbra. Eis alguns desses títulos: “O movimento tipográfico e literário em Coimbra no séc. XVI”, “Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa”, “Inventores portugueses”, “Artes industriais e indústrias portuguesas”, “A Ordem de Cristo e a música religiosa nos nossos domínios ultramarinos”, “Subsídios para a história da música em Portugal”.

Uma secção de alto significado que esteve presente ao longo dos volumes d’*O Instituto* foi a publicação de documentos inéditos de variada espécie e de grande interesse que procuraremos agora ilustrar. Na introdução à publicação (volume 12) das “Preleções de Direito Pátrio, 1795-1796”, de Ricardo Raimundo Nogueira, que estavam manuscritas, lê-se que *O Instituto* tem em vista “não só perpetuar a memória de homens eminentes em ciências e letras pátrias, mas também dar conta a seus leitores de obras que mereçam atenção”. O volume 34 (1887) publica documentos inéditos cedidos ao Instituto por Júdice Biker, conforme se lê em rodapé (p. 581): «A redação do Instituto recebeu do nosso consócio, o sr. Júlio Firmino Júdice Biker, estes documentos com a nota seguinte: “Ofereço ao Instituto uns documentos inéditos, que copiei há anos do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e me parecem de alguma importância para a história da geodésia em Portugal, em que trabalhou o doutor em Matemática Francisco António Ciera, lente de astronomia e navegação da antiga Academia Real da Marinha, e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa”.

Com o “Livro em que se escrevem as obediências de nosso Padre Geral”, o volume 42 (1895) d’*O Instituto* abre uma nova secção para a publicação de inéditos e edições raríssimas. Este “Livro das Obediências dos Gerais” era um inédito onde os jesuítas do colégio bracarense da companhia registavam as ordens e instruções secretas que recebiam de Roma, as cifras de que se serviam nas suas correspondências e outras memórias e referências avulsas, encontrando-se desde a expulsão da Companhia de Jesus no Arquivo da Universidade. Seguem-se, na mesma secção, as “Cõstituyções do Bispado de Coimbra”.

O volume 62 (1915) abre com “Documentos pombalinos (1777-1782)”, publicando cartas inéditas entre o Marquês de Pombal e o Conde de Rio Maior, com a menção de que “É essa obra que o Instituto hoje empreende, na convicção de prestar um serviço à história nacional. Para conseguir esta publicação, muito deve o Instituto à boa vontade e fidalga gentileza da Marquesa de Rio Maior”. Inclui fac-símile de uma carta do punho do Marquês de Pombal. Recordemos, por fim, os “valiosos inéditos de epístolas familiares”, como a coleção de cartas do cardeal Saraiva (S. Luís), ou as cartas do orador Francisco Rafael da Silveira Malhão.

A nível literário e artístico, acolhe tanto ensaios literários e estudos linguísticos como poesia, conto e drama. Destacam-se os textos de Antero de Quental, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Henrique O’Neill, Thomas Blanc, Eugénio de Castro, Manuel da Silva Gaio, Fidelino de Figueiredo, Carolina Michaëlis, Vitorino Nemésio, Campos de Figueiredo, Joaquim Namorado, Urbano Tavares Rodrigues, etc. O poeta simbolista Eugénio de Castro influenciou visivelmente a redação da revista no final do século XIX e princípio do século XX, reunindo nela um conjunto de poetas, muitos estrangeiros, recrutados no mesmo momento para a lista de sócios. Veja-se o volume 42 (1895), onde o recente correspondente estrangeiro Brinn’Gaubast publica os versos “Assomption”, extraídos do Álbum oferecido a Puvis de Chavannes, “Vers Eden”, dedicado a Eugénio de Castro, “Rencontre”, “Refuge”. O mesmo se diga do poeta francês Philéas Lebesgue, com “A propos de Sagamor”.

Na Revista Bibliográfica do nº 1 do citado volume, assinada “E.”, pela acentuada tendência literária, adivinha-se a mão de Eugénio de Castro. Lamenta o atraso com que chegam a Portugal os movimentos literários e alude ao escasso conhecimento que tínhamos de Wagner no teatro lírico. A revista inclui também diversas referências à obra de Eugénio de Castro e a artigos elogiosos que sobre ele se publicaram na imprensa estrangeira, assinados principalmente por Brinn’Gaubast. As revistas bibliográficas dos volumes subsequentes procuram acompanhar o movimento literário europeu, sobretudo perscrutando a publicação de revistas francesas e alemãs como *L’ermitage*, *Revue blanche*, *Revue encyclopédique*, *Pan* ou *Bayreuther Blätter*, onde colaboram nomes como Maeterlinck, Nietzsche, Novalis ou Strindberg.

Teófilo Braga escreve também nos domínios do Direito e da Sociologia, que são, junto com a Economia, outro setor muito desenvolvido n’*O Instituto*. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de José Frederico Laranjo, que englobam todas estas áreas, o estudo de Manuel Duarte sobre “Questões de finanças” (volume 40), ou os diversos artigos sobre o Código Civil português.

No que se refere às ciências naturais, sobressaem os artigos de Botânica e Zoologia presentes sobretudo entre os volumes 15 (1872) e 41 (1894). Por exemplo, a 2ª e a 3ª séries do catálogo de cogumelos do solo português foram publicadas n’*O Instituto*, volumes 27 e 28 (1880), por Felix von Thümen, a partir de uma recolha de exemplares por J. A. Henriques, Adolfo Frederico Moller, P.

Gastão Mesnier, Estácio da Veiga, A. D. Moreira Padrão e M. Ferreira. Por impossibilidade do primeiro, a 4ª série foi continuada por G. von Niessl (vol. 31, 1883-1884), e a 5ª série por Georg Winter (vols. 32 e 34, 1884-1887). Júlio Augusto Henriques foi um colaborador assíduo da revista, com artigos como “O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra” (volume 23). Ao eminente botânico foi depois dedicado o nº 5 do volume 65 (1918), com vários estudos sobre a sua obra.

No âmbito da Química, merecem relevo os artigos incidindo sobre a análise da composição das águas, tais como “Análise química de uma água de Vidago recentemente descoberta”, por Joaquim dos Santos e Silva (volume 31), os ensaios de análise das águas de abastecimento em Coimbra, por A. A. da Costa Simões (volumes 37 e 38), ou o trabalho apresentado à Câmara Municipal de Coimbra em 18.2.1897, de “Análise química das águas de Coimbra sob o ponto de vista higiénico”, por Charles Lepierre e Vicente José de Seíça (volume 44). São igualmente recorrentes os artigos de Matemática, Física, Astronomia e Medicina⁷⁰.

O artigo “Raios X de Röntgen”, publicado em novembro de 1896, demonstra que *O Instituto* servia de veículo de divulgação das novidades científicas. Este artigo de H. Teixeira Bastos informa: “Em dezembro de 1895, o professor Röntgen, da Universidade de Würzburg, anunciou a descoberta de uma nova espécie de raios...”. Faz referência a uma versão da comunicação de Röntgen na revista inglesa *Nature* de 23 de janeiro de 1896, divulgando-a à comunidade científica portuguesa. Termina: “Não é fácil prever desde já todas as aplicações científicas e industriais a que poderá prestar-se o novo processo. Tem-se sobretudo procurado aplicá-lo ao diagnóstico cirúrgico. O hospital da Universidade, acompanhando o movimento iniciado no estrangeiro, tem já feito ensaios animadores neste sentido. Em todas as experiências realizadas em Coimbra tem inteligentemente colaborado o distinto fotógrafo desta cidade, o sr. Adriano da Silva, a quem aqui rendemos o nosso agradecimento” (*O Instituto*, 43: 38-41).

Outro modo de divulgar o que se passava na comunidade científica era a publicação de notícias de congressos internacionais, e por vezes comunicações neles apresentadas. Seguem-se alguns exemplos. No volume 43 (1896), Charles Lepierre publica um relatório detalhado sobre o 2º Congresso Internacional de Química Aplicada, que se realizou em Paris, em 1896, relatório esse que foi enviado ao Ministro das Obras Públicas, sendo o autor delegado do Governo no congresso. O mesmo volume informa sobre o Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano e exposição pedagógica portuguesa em Madrid, em 1892, no âmbito das comemorações do descobrimento da América. O presidente da comissão organizadora era Rafael de Labra, Bernardino Machado o

⁷⁰ Para os temas relacionados com a Física e a Química, consultar António José Leonardo – *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*. [Coimbra: s. n.], 2011. Tese de doutoramento em Física, especialidade em História e Ensino da Física, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.

organizador da representação portuguesa. Inclui lista das notas e memórias portuguesas apresentadas, e nos volumes seguintes alguns dos textos das comunicações. A exposição pedagógica portuguesa instalou-se no 2º andar do Ateneu de Madrid, e constava de cerca de 200 fotografias de estabelecimentos de ensino, legislação, memórias, literatura pedagógica, uma edição dos estatutos da Universidade, trabalhos escolares, etc.

O volume 46 (1899) resume a memória apresentada por Rafael Torres Campos sobre o Congresso Internacional de Ciências Geográficas realizado em Londres em 1895, no qual representou o governo espanhol e as sociedades de geografia de Madrid. O volume 53, de 1906, inclui o Relatório de F. Tavares de Proença Júnior sobre o 1º Congresso Pré-Histórico de França, realizado em Périgueux, sob os auspícios da Société Préhistorique de France, em setembro de 1905, no qual representou o Instituto, encarregue pelo presidente Bernardino Machado, e realizou também conferências. Publica aqui o programa do congresso e os documentos que a ele deram origem, bem como a notícia sucinta das excursões científicas às estações arqueológicas do departamento de Dordogne realizadas nesse âmbito. Apresentou duas comunicações, no dia 28 de setembro de 1905: “Notice sur deux monuments épigraphiques” e “Camilo Castelo Branco et Gabriel de Mortillet”.

Por aqui se vê que *O Instituto* reuniu vários colaboradores espanhóis, como Rafael Altamira, Victoriano Ascarza, Antonio Maura, Horacio Bentabol, César Morán Bardón. Também a colaboração de língua francesa é significativa, com nomes como o do Cardeal D. J. Mercier, Clément Servais, Lucien Godeaux, Albert Capmas, M. E. Paloque. O próprio Raymond Poincaré, antigo Presidente da República Francesa, publicou “Politique mondiale: le Traité de Versailles”, no volume 72 (1925). Nos anos 1950/1960, uma presença assídua na revista é a do crítico de arte suíço Émile Schaub-Koch, assinando inúmeros artigos.

A revista *O Instituto* teve quatro séries: a primeira do volume 1 (1852) ao 16, a segunda do volume 17 (1873) ao 39, a terceira do 40 (1892) ao 71, a quarta do volume 72 (1925) ao final. A última destas partiu de uma proposta de Costa Lobo, Anselmo e Amadeu Ferraz de Carvalho (assembleia geral de 12.11.1924), que pretendiam assim dar maior desenvolvimento à revista, o que despoletou a oferta de valiosos trabalhos para publicação. Para esta nova série, resolveu-se constituir uma comissão de redação especial, onde se encontravam grandes nomes da cultura portuguesa. Os membros desta comissão eram os seguintes: honorários Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Francisco Gomes Teixeira; efetivos Alberto Pessoa (secretário), Amadeu Ferraz de Carvalho, Anselmo Ferraz de Carvalho (vice-presidente), António Augusto Gonçalves, João Gualberto de Barros e Cunha, José Beleza dos Santos, Bento Carqueja, Bettencourt Rodrigues, F. M. da Costa Lobo (presidente), Elísio de Moura, Eugénio de Castro, Ferrugento Gonçalves, Fezas Vital,

Fortunato de Almeida, Gago Coutinho, Jaime Cortesão, Joaquim de Carvalho, Joaquim de Vasconcelos, Luciano Pereira da Silva, Mendes Correia, Pacheco de Amorim, Paulo Mereia, Pedro José da Cunha, J. J. Pereira Dias, José Maria de Queirós Veloso, Ricardo Jorge, António Simões Baião, Manuel de Sousa da Câmara, Henrique Teixeira Bastos, Luís Inácio Woodhouse.

Na assembleia geral de 29 de março de 1925, Costa Lobo manifestava a sua satisfação com o êxito da nova série, com o facto de “terem sido recebidos numerosos e valiosos originais” (*O Instituto*, 72: 506), e destacava o papel desempenhado nesta ação por Anselmo Ferraz de Carvalho, Joaquim de Carvalho, Alberto Pessoa e Amadeu Ferraz de Carvalho. Em breve, porém, um duro golpe faria abalar a sólida estrutura d’*O Instituto*. A extinção da Imprensa da Universidade, em 1934, onde a revista era publicada desde o primeiro número, de 1852, trouxe sérias dificuldades à academia. Não obstante, encontrou soluções para se manter de pé e prosseguiu ainda por longos anos. Terminou com o volume 140/141, relativo a 1981, embora estivessem projetados pelo menos mais dois volumes. As dificuldades financeiras impediram a execução.

Conclui-se, pois, que a revista *O Instituto* abrangeu diversas áreas do conhecimento, procurando, de facto, dar expressão à sua finalidade de cultivar quer as ciências, quer as letras, quer as artes. Todas estão realmente representadas na revista, em proporção e em qualidade, daí que, apesar dos constrangimentos financeiros, *O Instituto* tenha granjeado prestígio e longevidade. Um símbolo do reconhecimento destas virtudes viajou do Brasil, onde *O Instituto* foi contemplado com o Grande Prémio na Exposição Internacional do Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro em 1923 (*Gazeta de Coimbra*, 30.10.1923).

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Para além da revista *O Instituto*, outras publicações resultaram da iniciativa do Instituto de Coimbra. De seguida daremos uma lista dessas obras, comentando algumas delas. Não elencamos as separatas, que foram numerosas, incluindo aquelas em formato de número comemorativo, pois contêm simplesmente artigos que saíram primeiro na revista.

Organização interna do Instituto

Projecto dos estatutos do Instituto de Coimbra. Coimbra: Typ. do Observador, 1851.

Projecto dos estatutos do Instituto de Coimbra. Coimbra: Typ. do Observador, 1852.

Estatuto. Coimbra: [Imprensa da Universidade, 1852]

Regulamento para o Gabinete de Leitura do Instituto de Coimbra. [Coimbra: s. n., 1852?]

Regulamento provisório do Instituto de Coimbra. Coimbra: [s. n.], 1852.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860.

Regulamento do jornal do Instituto de Coimbra. [Coimbra]: Imprensa da Universidade, [1861?]

Regulamento da Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra. [Coimbra]: Imprensa da Universidade, [1874?]

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1883.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.

Indice alphabetico dos socios eleitos em Assembleia Geral, desde 28 de Maio de 1896 até 11 de Julho de 1906. [Coimbra: Instituto, 1906?]

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.

Estatutos do "Instituto de Coimbra": academia científica e literária fundada em 1852. Coimbra: [s. n.], 1938.

Estatutos do Instituto de Coimbra: academia científica e literária fundada em 1852. Coimbra: Coimbra Ed., 1967.

Associadas à revista

O INSTITUTO. SECÇÃO OFFICIAL: legislação e documentos relativos á instrucção pública: 1861. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1861.

O INSTITUTO: revista científica e literária: índices ideográfico e onomástico (volumes 1º a 90º). Prefácio de J. Pinto Loureiro. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1937.

O INSTITUTO: revista científica e literária: índices ideográfico e onomástico (volumes 91º a 100º). Coimbra: [s. n.], 1949.

Memórias

Trata-se de uma coleção, inicialmente de elogios históricos de sócios falecidos, depois de textos científicos oferecidos ao Instituto. Apenas se publicou na década de 1850, e, mais tarde, um único número na década de 1920, havendo a intenção de retomar a série, mas logo interrompida. Alguns dos textos foram também publicados na revista, no entanto, neste caso, é a própria coleção que se pretende evidenciar. Recorde-se que os três primeiros números (*Elogio histórico do sócio do Instituto da Academia Dramática Henrique José de Castro: recitado na sessão do 1º d'Abril de 1849 pelo sócio António Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu; Elogio histórico do sócio do Instituto da Academia Dramática, Luís da Silva Mouzinho d'Albuquerque: recitado na sessão solene de 9 de Junho de 1850 pelo sócio António Xavier Rodrigues Cordeiro; Elogio histórico do sócio do Instituto da Academia Dramática Francisco Antonio de Melo recitado na sessão solene do 1º de Abril de 1849 pelo sócio Francisco de Castro Freire*) foram publicados pelo Instituto da Academia Dramática.

PIMENTEL, José Freire de Serpa – *Elogio historico do socio do Instituto, e da Academia Dramatica de Coimbra, Jorge Arthur d'Oliveira Pimentel, recitado na sessão solemne de 11 de Março de 1852.* Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1852. (Memórias do Instituto de Coimbra; 4)

PINTO, Rodrigo Ribeiro de Sousa – *Apontamentos de trigonometria spherica pelo sócio do Instituto de Coimbra.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854. (Memórias do Instituto de Coimbra)⁷¹

OSÓRIO, Rufino Guerra – *Memorias sobre integraes definidos.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854. (Memórias do Instituto de Coimbra)

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro de – *Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854. (Memórias do Instituto de Coimbra)

OSÓRIO, Rufino Guerra – *Apontamentos sobre a theoria das parallelas.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855. (Memórias do Instituto de Coimbra)

MENDONÇA, Manuel Matias Vieira Fialho de – *Fragmento da traducção do 4º livro da Eneida.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855. (Memórias do Instituto de Coimbra)

GUSMÃO, Francisco António de – *Estudos philologicos: glossario das palavras e phrases da lingua franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução*

⁷¹ Vd. *O Instituto*, 4: 275.

portuguesa moderna, com o juizo critico das que são adoptaveis nella pelo cardial D. Francisco de S. Luiz. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855. (Memórias do Instituto de Coimbra)

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro de – *Memoria historica e critica, sobre a revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1856. (Memórias do Instituto de Coimbra)

PINTO, Rodrigo Ribeiro de Sousa – *Apontamentos d’optica.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1856. (Memórias do Instituto de Coimbra)

FITZLER, M. A. Hedwig – *O cêrco de Columbo: últimos dias do domínio português em Ceilão: rompimento das hostilidades pelos holandeses até à rendição de Columbo.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. (Memórias do Instituto de Coimbra; 1)

Arqueologia

CATALOGO dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto: 1873-1877. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1877.

CATALOGO dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto: suplemento 1º: 1877-1883. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1883.

SIMÕES, Augusto Filipe – *Escriptos diversos: colligidos por ordem da Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra: notas. Coimbra: Typ. Auxiliar d’Escriptorio, 1911.

Sócios ilustres

Dr. Luciano Pereira da Silva: in memoriam. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

CASTILHO, Júlio de – *Memórias de Castilho.* 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926-1934. 7 vols.

O longo trabalho biográfico de Júlio de Castilho acerca do pai, o poeta romântico António Feliciano de Castilho, teve acolhimento nas páginas da revista *O Instituto*, mas também em edição autónoma, da responsabilidade desta academia. Não se encontra completo em nenhum dos suportes, ou seja, os 11 livros que compõem as *Memórias de Castilho* têm que ser extraídos da revista e da edição autónoma.

Coimbra: colectânea de estudos organizada pelo Instituto de Coimbra e dedicada à memória do seu consócio honorário Dr. Augusto Mendes Simões de Castro. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1943.

CARTAS de Herculano publicadas em «O Instituto»: com uma «Nota marginal» de F. Adolfo Coelho. Coimbra: [s. n.], 1977.

Sobre uma série de “Estudos nacionais sob a égide do Instituto de Coimbra”, coleção louvada pela Junta de Educação Nacional e que engloba diversos títulos referentes à cultura portuguesa, é preciso sublinhar que não se trata de uma iniciativa do Instituto de Coimbra. Este apenas cedeu o seu nome para conferir prestígio à coleção, como resulta claro da missiva enviada ao presidente do Instituto, a 5 de dezembro de 1929, pela entidade que empreendeu a publicação, a Lith. Lusitana Apolino da Costa Reis & C.^a, de Vila Nova de Gaia. Eis o conteúdo da carta:

Tencionando lançar a público no princípio do próximo ano uma série de pequenos trabalhos de investigação e estudo, em que sejam tratados e divulgados assuntos de História, Arte, Bibliografia, Arqueologia, Heráldica, Numismática, Esfragística, Genealogia, Cerâmica, Ourivesaria, Filologia, Etnografia, etc., da autoria dos mais competentes especializados nos referidos estudos, vimos solicitar de V. Ex.^a e do Doutíssimo Instituto de Coimbra a que V. Ex.^a tão brilhantemente preside a honra do seu valioso apoio moral, consentindo-se-nos que possamos fazer seguir a rubrica de ESTUDOS NACIONAIS, que encabeçará todos os volumes da série, da legenda:

“Sob a égide do Instituto de Coimbra”.

Devemos afirmar a V. Ex.^a que todos os trabalhos que forem publicados estarão à altura de irem à sombra do bom nome dessa alta coletividade científica.

Todos os Autores até agora convidados fazem parte, uns, desse Instituto, outros da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Academia das Ciências de Lisboa e outras Academias estrangeiras.

Certos de que V. Ex.^a mais do que ninguém e o Doutíssimo Instituto de Coimbra estimarão o bom resultado desta iniciativa tão desinteressada como útil e cuja orientação está entregue a um conhecido arqueólogo e bibliógrafo, ficamos esperando dever a V. Ex.^a o obséquio e honra de uma resposta favorável à nossa pretensão (Correspondência recebida, 5.12.1929).

Esclarecimento que não obsta, no entanto, à nomeação desta série de grande relevo. Publicados os seus números entre 1930 e 1934, pelas Edições Pátria, da mesma cidade, são estes os títulos da coleção:

I série

I – Cerâmica portuense – por Pedro Vitorino

II – Os pelourinhos portugueses – por Luís Chaves

III – Francisco Bartolozzi e os seus discípulos em Portugal – por Ernesto Soares

IV – Traje à vianesa – por Cláudio Basto

V – Como os nossos avós aprenderam uma profissão – por Emanuel Ribeiro

VI – Uma jóia da iluminura portuguesa: o missal pontifical de Estevão Gonçalves Neto – por J. Cardoso Gonçalves

II série

VII – O claustro de D. João III em Tomar – por Vieira Guimarães

VIII – Jerónimo Rossi, fidalgo ceramista – por Vasco Valente

IX – O Tenente-General Conde de Avilez. I, Guerra Peninsular – pelo General F. S. de Lacerda Machado

X – Os portuenses no Renascimento – por A. de Magalhães Basto

XI – Espadeladas e esfolhadas – por Guilherme Felgueiras

XII – A épica portuguesa no século XVI – por Fidelino de Figueiredo

III série

XIII – Azulejos de figura avulsa – por Feliciano Guimarães

XIV – As origens da cidade do Porto – por A. A. Mendes Correia

XV – Garrett diplomata – pelo Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima

XVI – Rafael Bordalo e a faiança das Caldas – por Julieta Ferrão

XVII – O Tenente-General Conde de Avilez. II, Expedição de Montevideo – pelo General F. S. de Lacerda Machado

XVIII – O castelo de Guimarães – por Luís de Pina

Número especial

I – A encadernação em Portugal – por Matias Lima

IV série

XIX – A Sé e o Castelo de Silves – por Pedro P. Mascarenhas Júdice

CRONOLOGIA

1851 – Aprovado o primeiro Projeto dos Estatutos do Instituto de Coimbra (16 de março)

– Aprovação do Regulamento do Instituto de Coimbra (21 de novembro)

1852 – Aprovados os primeiros Estatutos do Instituto de Coimbra (3 de janeiro)

– Adrião Pereira Forjaz de Sampaio é o primeiro presidente do Instituto

– Francisco José Duarte Nazaré é eleito, em sessão geral de 28 de outubro de 1852, presidente do Instituto de Coimbra

– Aprovação do regulamento para os cursos de leitura do Instituto de Coimbra (28 de novembro)

– Sessão solene de abertura do Instituto de Coimbra (19 de dezembro)

1853 – O Governo autoriza e financia a impressão da revista do Instituto de Coimbra na Imprensa da Universidade e concede a sua instalação no Colégio de S. Paulo Apóstolo (portaria de 5 de setembro de 1853)

– Publicação do primeiro volume da revista *O Instituto* (o primeiro número saiu em 1 de abril de 1852)

– Publicação da primeira lista de sócios

– Cursos de leitura: o primeiro foi ensinado por João Batista Ferrão, na sala do Instituto, em 20 de fevereiro de 1853, pelas 19h

– A Direção toma providências para se começar a formar a biblioteca, com obras oferecidas pelos autores, livros dos conventos extintos, acumulados no Colégio das Artes, e outros encomendados

1854 – O Conselho Superior de Instrução Pública (CSIP) pede licença ao Governo para publicar na revista do Instituto os seus relatórios anuais (24 de janeiro)

– Em 17 de junho do mesmo ano o Ministério do Reino defere o pedido para que os relatórios do CSIP sejam publicados, “a começar do primeiro por ele elaborado, e assim sucessivamente os outros, segundo a sua ordem cronológica, até ao último, que não será, todavia, em regra, publicado sem que haja decorrido um ano depois da sua remessa a este Ministério”

– Em conformidade com a referida autorização, o Instituto de Coimbra começa a publicar na sua revista, no nº 7 do vol. 3, de 1 de julho de 1854, os relatórios anuais do CSIP, sendo o primeiro de 1844-1845

– Morre Almeida Garrett – notícia de abertura do nº 18, vol. 3, de 15 de dezembro de 1854, d’*O Instituto*

– Publica-se na revista o relatório anual da gerência literária e administrativa da Direção (*O Instituto*, nº 19, vol. 3, 1 janeiro 1854)

– Francisco José Duarte Nazaré é reeleito, em sessão solene de 17 de dezembro de 1854, presidente do Instituto de Coimbra

1856 – Francisco José Duarte Nazaré é reeleito, em sessão solene de 7 de dezembro de 1856, presidente do Instituto de Coimbra

1859 – Aprovação dos Estatutos do Instituto de Coimbra, em sessão de 30 de março de 1859, sancionados por Decreto de 26 de dezembro de 1859, confirmados por carta régia de 30 de abril de 1860

– Extinção do Conselho Superior de Instrução Pública (lei de 7 de junho de 1859), que funcionava em Coimbra, criando-se em Lisboa um Conselho Geral de Instrução Pública, com atribuições consultivas e de inspeção

– Francisco de Castro Freire torna-se presidente do Instituto de Coimbra

1860 – O Instituto de Coimbra contribui para a comissão central promotora da subscrição para um monumento a Camões

– É aprovado o Regulamento Interno do Instituto de Coimbra, em sessão da Direção de 21 de novembro

– Na visita do rei D. Pedro V a Coimbra (27 a 29 de novembro), o presidente do Instituto, Francisco de Castro Freire, agradece ao rei a aprovação dos estatutos, oferecendo-lhe um exemplar dos mesmos e outro do regulamento interno, tendo o rei acedido a tornar-se Protetor do Instituto

– Portaria do Ministério do Reino (17.2.1860) relativa à instrução pública, com implicações para a revista do Instituto

– Adrião Pereira Forjaz de Sampaio é eleito presidente do Instituto de Coimbra, a 12 de dezembro

1863 – Jerónimo José de Melo é eleito presidente do Instituto de Coimbra, em sessão de 2 de janeiro

1864 – Jerónimo José de Melo é reeleito presidente do Instituto de Coimbra, em sessão de 31 de dezembro

1867 – António Augusto da Costa Simões torna-se presidente do Instituto de Coimbra

1868 – Mudança de instalações para o Colégio de S. Paulo Eremita (Rua Larga, 44), por portaria do Ministério do Reino de 5 de junho de 1868

– Extinção do Conselho Geral de Instrução Pública (decreto de 14.10.1868)

1869 – José Teixeira de Queirós torna-se presidente do Instituto de Coimbra

1872 – O Instituto associa-se às comemorações do centenário da reforma pombalina da Universidade (1772)

1873 – A Secção de Arqueologia (com origem na comissão criada a 5 de março de 1873 pela 3ª Classe, Literatura, Belas Letras e Artes, sob proposta do sócio Augusto Filipe Simões) funda o Museu de Arqueologia

– Joaquim José Pais da Silva Júnior é eleito presidente do Instituto de Coimbra em sessão de 16 de fevereiro

1874 – Aprovação do regulamento da Secção de Arqueologia do Instituto (em sessão da Direção de 4 de julho)

1875 – João José de Mendonça Cortês é eleito presidente do Instituto de Coimbra

1876 – Francisco de Castro Freire é eleito presidente do Instituto de Coimbra

1877 – Fundada a Sociedade de Estudos Médicos de Coimbra, formada por todos os estudantes e os professores da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

– Novo Regulamento aprovado em sessão da Direção de 18 de julho

1880 – Sarau literário em comemoração do tricentenário de Luís de Camões, em 10 de junho de 1880, realizado na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra

1881 – Acordo com a Sociedade Recreativa das Famílias, para esta poder usar uma parte do espaço (onde já tinha sido autorizada a estabelecer o seu teatro) do Instituto no edifício de S. Paulo para espetáculos e ensaios de teatro (de 8 de fevereiro a 30 de setembro de 1881)

1882 – Aprovadas alterações aos estatutos do Instituto (alvará do governador civil de Coimbra de 20 de dezembro)

– O Instituto associa-se às comemorações do Centenário Pombalino, junto com a Universidade de Coimbra, o Clube Académico e a Imprensa da Universidade

1883 – Aprovado novo regulamento do Instituto (11 de abril)

1885 – António dos Santos Viegas é eleito presidente do Instituto

1887 – Júlio Augusto Henriques é eleito presidente do Instituto

– Por reforma dos estatutos em julho de 1887, a Academia Dramática passa a chamar-se Associação Académica de Coimbra

1888 – Demolição do Colégio de São Paulo Apóstolo

1891 – José Pereira de Paiva Pita é eleito presidente do Instituto

– A pedido da comissão redatora d'*O Instituto*, representada por Abílio Augusto da Fonseca Pinto, começa esta revista a publicar as *Memórias de Castilho*, desde o Livro III

1892 – José Epifânio Marques é eleito presidente do Instituto

1893 – A comissão do Centenário do Infante D. Henrique convida o Instituto a participar nas comemorações

1894 – 5º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique – o Instituto publica um número comemorativo na revista

1895 – António Augusto Gonçalves torna-se conservador do Museu do Instituto de Coimbra

– O Governo da República da Costa Rica pretende criar um Museu Pedagógico, onde se inclui uma parte destinada a Portugal – o cônsul pede auxílio do Instituto à secção portuguesa com qualquer escrito ou objeto que tenha relação com o assunto

1896 – Reabertura solene ao público do Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra (26 de abril)
– Bernardino Luís Machado Guimarães é eleito presidente do Instituto (26 de maio)

1897 – Inauguração dos cursos para operários do Instituto, em sessão de 1 de fevereiro de 1897, presidida por Bernardino Machado

1898 – O reitor da Universidade de Coimbra, Costa Simões, cede ao Instituto as únicas salas que faltavam para todo o edifício dos Paulistas ficar na posse da sociedade
– Fundação da Sociedade de Antropologia de Coimbra, à qual o Instituto oferece uma sala para as suas reuniões

1899 – Comemoração do Primeiro Centenário do Nascimento de Almeida Garrett

1900 – O Instituto associa-se ao voto de todos os organismos e individualidades que, perante o Parlamento, pedem a remoção da ossada de Garrett para o Panteão de Belém

1901 – Visita de um grupo de estudantes de Santiago de Compostela à Universidade e ao Instituto de Coimbra; Bernardino Machado pronuncia discursos de boas-vindas na Sala dos Capelos (22 de fevereiro) e no sarau oferecido aos visitantes pela Academia (23 de fevereiro)

– Decreto de criação do Arquivo da Universidade de Coimbra como organismo autónomo (12.6.1901)

– Os participantes do Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose visitam as instalações do Instituto

– A Sociedade de Geografia de Lisboa convida o Instituto a concorrer à inscrição de delegados ao Congresso Colonial Nacional, a decorrer nos dias 2 a 5 de dezembro de 1901

1907 – Na sequência da reprovação no ato de doutoramento em Direito de José Eugénio Ferreira, em 28.2.1907, a Academia entra em greve de protesto, denunciando os “processos arcaicos” da Universidade, num movimento a que se associam António Granjo, Ramada Curto, Bissaia Barreto,

Alfredo Pimenta, etc.; Bernardino Machado é acusado de cumplicidade política com os grevistas e apresenta a sua demissão

– Primeira sessão da Academia de Ciências de Portugal, em 16.4.1907, criada por António Cabreira, junto com os sócios fundadores Teófilo Braga, Bernardino Machado, Trindade Coelho, Sousa Viterbo e Hermenegildo Capelo; foi oficializada por decreto de 26.10.1910 e transformada em corpo consultivo do Estado, com o nome de Instituto de Portugal, vindo a desaparecer por falta de dotação orçamental

1908 – António de Assis Teixeira de Magalhães (Conde de Felgueiras) é eleito presidente do Instituto em assembleia geral de 19 de dezembro

1910 – Filomeno da Câmara Melo Cabral é eleito presidente do Instituto (14 de dezembro)

1911 – Criação do Museu Machado de Castro, para o qual vão ser transferidas as coleções do Museu do Instituto

1913 – Francisco Miranda da Costa Lobo é eleito presidente do Instituto em assembleia geral de 18 de janeiro

1917 – Instalação da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, realizada na Reitoria da Universidade de Coimbra

1919 – António de Oliveira Salazar é eleito membro da secção de ciências económicas e administrativas da 1ª Classe do Instituto

– O Instituto entra na posse dos manuscritos das *Memórias de Castilho*, por disposição testamentária de Júlio de Castilho

1920 – O Instituto é oficialmente encarregue (depois de tomar a iniciativa) de dirigir a comemoração do 4º Centenário de Fernão de Magalhães, por portaria do Governo de 15 de junho de 1920

– “Tomada da Bastilha”: os estudantes ocupam as instalações dos andares superiores do Colégio de S. Paulo Eremita, onde se encontrava o Instituto (25 de novembro)

– O Instituto transfere-se para o Arco do Bispo (ainda em novembro)

1921 – Por proposta do Instituto, a Avenida Fernão de Magalhães recebe este topónimo (14 de abril)

– Sessão solene, na Sala dos Capelos, do Centenário de Fernão de Magalhães (27 de abril de 1921)

– Primeiro congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, realizado no Porto de 26 de junho a 1 de julho, juntamente com o oitavo congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências

1922 – O alvará do governador civil de Coimbra de 4 de março de 1922 aprova as alterações aos estatutos do Instituto propostas em assembleia geral de 25 de julho de 1921

1924 – Por proposta do secretário-geral da comissão de redação, Joaquim de Carvalho, o Instituto toma a seu cargo a 2ª edição das *Memórias de Castilho*

1925 – Realiza-se em Coimbra o Congresso das Associações Espanhola e Portuguesa para o Progresso das Ciências, com a colaboração de vários membros do Instituto (entre eles, Francisco Miranda da Costa Lobo, Luciano Pereira da Silva, Anselmo Ferraz de Carvalho, Eugénio de Castro, Joaquim de Carvalho, Alberto Pessoa e Amadeu Ferraz de Carvalho, que fizeram parte da comissão executiva do congresso)

– A Sociedade de Geografia de Lisboa convida o Instituto a assistir à sessão solene comemorativa do 50º aniversário da sua fundação, na sala Portugal da mesma Sociedade, dia 10.11.1925

1926 – A Academia das Ciências de Lisboa oferece publicações suas ao Instituto

1927 – Fundação da Secção de Coimbra da Sociedade Portuguesa de Biologia, que realiza as suas sessões no edifício do Instituto

1929 – Por decreto de 9 de fevereiro de 1929, o Instituto é considerado uma instituição de utilidade pública para os fins no mesmo expressos

– O presidente do Instituto é incluído na Comissão de Honra do XIII Congresso Internacional de Hidrologia, de Climatologia e de Geologia Médicas, a realizar em Lisboa, em outubro de 1930

– A Lith. Lusitana Apolino da Costa Reis & C.ª, de Vila Nova de Gaia, solicita do Instituto de Coimbra o apoio moral e o consentimento para que possa fazer seguir a rubrica de ESTUDOS NACIONAIS, que encabeçará todos os volumes da série de pequenos trabalhos de investigação e estudo que pretende lançar, da legenda “Sob a égide do Instituto de Coimbra”

1931 – O comité de organização do Congresso Internacional de Matemáticos, 1932, Zurique, pede ao Instituto uma lista de matemáticos portugueses e de institutos e sociedades a convidar para a participação no congresso

1932 – O presidente do Instituto é incluído na Comissão de Honra da comemoração solene do centenário do nascimento do arqueólogo vimaranense Francisco Martins Sarmiento, pela Sociedade Martins Sarmiento, que solicita a colaboração ativa do Instituto neste centenário

1934 – Decreto de extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra (30.6.1934), cujos serviços encerram definitivamente a 31.8.1935

1935 – Em assembleia geral de 6 de março de 1935, é aprovada a proposta do sócio Rocha Madahil no sentido de se publicar *O Instituto* na Tipografia Popular da Figueira da Foz

1936 – Decreto de criação do Instituto para a Alta Cultura (11.4.1936)

1937 – Edição do índice dos primeiros 90 volumes da revista *O Instituto*

– O Instituto associa-se às comemorações do 4º centenário da instalação definitiva da Universidade em Coimbra

1938 – Novos estatutos do Instituto de Coimbra

1939 – Mudança de instalações para o edifício de S. Bento (Bairro Sousa Pinto)

– Algum material afeto ao Liceu D. João III, de Coimbra, é cedido ao Instituto por auto de 4 de abril de 1939 (estantes para livros)

1940 – O Instituto recebe uma oferta de quadros a óleo, por parte do sócio Émile Schaub-Koch

– Inicia-se a construção da Cidade Universitária de Coimbra

1941 – O Instituto procede a uma nova montagem dos seus serviços de tesouraria e secretaria

1942 – Comemoração da publicação do volume 100 da revista *O Instituto*

– É descerrada a lápide oferecida pelo Secretariado da Propaganda Nacional (14 de outubro), no edifício do Colégio de S. Bento

1945 – Anselmo Ferraz de Carvalho (que era vice-presidente) assume a presidência do Instituto (substituindo Francisco Miranda da Costa Lobo, que morre neste ano e que era presidente desde 1913, sem interrupções)

– A Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen (Royal Netherlands Academy of Sciences) envia ao Instituto uma moção sobre a energia atómica, solicitando adesão e o seu envio ao Governo português

1946 – O Instituto é convidado a colaborar na homenagem a Portugal que o Instituto Nacional Feminino de Lugo realiza em maio, e a contribuir para o desenvolvimento das relações culturais entre a Real Academia Galega e o Instituto de Coimbra

1947 – Edição do apêndice ao índice de 1937 (volumes 91 a 100)

– A Casa de Santa Maria de Vila Nova de Famalicão oferece ao Instituto um relógio “Renascença”

1948 – Mudança de instalações para o antigo edifício da Imprensa da Universidade, na Rua da Ilha (sessão solene a 16 de outubro)

1949 – Demolição do Colégio de S. Paulo Eremita

1950 – Egas Moniz visita o Instituto

– O Instituto adquire no estrangeiro uma máquina de projeções

1952 – Centenário da fundação do Instituto de Coimbra (comemorado apenas em 1953)

– Maurice Sandoz oferece ao Instituto uma máquina de escrever suíça

– Viggo Jarl oferece ao Instituto uma escultura de sua autoria

1953 – Sessão comemorativa do centenário da fundação do Instituto de Coimbra (20 de dezembro)

1955 – Diogo Pacheco de Amorim ascende a presidente do Instituto

– Edouard Marcel Sandoz, sócio correspondente, doa ao Instituto a importância de 7800\$00

– O Instituto procede à organização do seu ficheiro de sócios

1966 – O Instituto cede as suas instalações para a realização do 4º Seminário NATO para estudantes universitários

1967 – Publicação de novos estatutos aprovados em 1966

1975 – Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque é eleito presidente do Instituto em assembleia geral de 30 de julho

– O Instituto de Coimbra dá início a um programa de sessões culturais, incluindo a projeção de filmes e *slides* sobre desporto, arte, música, literatura, etc., junto das populações rurais e das áreas urbanas circunscritas a este distrito

1977 – Ciclo de conferências sobre o século XIX promovido pelo Instituto

1979 – O Instituto organiza as comemorações do centenário do nascimento de Albert Einstein, em colaboração com a secção de Coimbra da Sociedade Portuguesa de Física e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

– Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque é reeleito presidente do Instituto (12 de janeiro)

1982 – Orlando Alves Pereira de Carvalho é eleito presidente do Instituto (17 de fevereiro)

1983 – Publicação do último volume da revista *O Instituto* (140/141), referente a 1981

1985 – Orlando Alves Pereira de Carvalho é reeleito presidente do Instituto (18 de abril)

2006 – Transferência do fundo documental do Instituto de Coimbra para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo do Instituto de Coimbra

Livros de Atas do Conselho da Academia Dramática. 1850-1863
Livros de Atas da Direção do Instituto de Coimbra. 1875-1923
Livros de Atas da Assembleia Geral. 1935-1985
Livros de Atas das Classes. 1854-1896
Registo de sócios das Classes
Fichas de sócios
Processos de admissão de sócios
Recenseamento de sócios
Correspondência recebida. 1881-1999
Cópias da correspondência expedida. 1893-1982
Livros da receita e despesa do Instituto de Coimbra
Recibos e talões de pagamento de quotas e joia de admissão
Registos de pagamento de sócios e assinantes
Registo das guias e ordens de pagamento
Contas da gerência (diários, mapas da receita e despesa, balanços, balancetes, orçamentos)
Catálogos da Biblioteca e Gabinete de Leitura
Fichas de alunos dos Cursos populares
Registo de matrículas dos Cursos populares
Impressos do Instituto de Coimbra

Fontes impressas

Periódicos

O Instituto. Vol. 1 (1852/1853) - vol. 140/141 (1981). Disponível em WWW:
<<http://bdigital.sib.uc.pt/institutocoimbra/IndiceInstituto.htm>>.

Monografias (publicadas pelo Instituto de Coimbra)

Projecto dos estatutos do Instituto de Coimbra. Coimbra: Typ. do Observador, 1851.

Projecto dos estatutos do Instituto de Coimbra. Coimbra: Typ. do Observador, 1852.

Regulamento provisório do Instituto de Coimbra. Coimbra: [s. n.], 1852.

Estatuto. Coimbra: [Imprensa da Universidade, 1852]

Regulamento para o Gabinete de Leitura do Instituto de Coimbra. [Coimbra: s. n., 1852?]

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860.

O Instituto. Secção official: legislação e documentos relativos á instrucção pública: 1861. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1861.

Regulamento do jornal do Instituto de Coimbra. [Coimbra]: Imprensa da Universidade, [1861?]

Regulamento da Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra. [Coimbra]: Imprensa da Universidade, [1874?]

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877.

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto: 1873-1877. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1877. Título do anterrosto: “Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra”

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1883.

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto: suplemento 1º: 1877-1883. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1883. Título do anterrosto: “Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra”

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto: suplemento 2º: comprehendendo os objectos offerecidos e depositados desde novembro de 1883. *O Instituto.* Vol. 35 (1887/1888), p. 210 ss.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.

Indice alphabetico dos socios eleitos em Assembleia Geral, desde 28 de Maio de 1896 até 11 de Julho de 1906. [Coimbra: Instituto, 1906?]

Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra: notas. Coimbra: Typ. Auxiliar d’Escriptorio, 1911.

Estatutos e regulamento interno. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.

Dr. Luciano Pereira da Silva: in memoriam. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

Estatutos do “Instituto de Coimbra”. Figueira da Foz: Tip. Popular, 1938.

Coimbra: colectânea de estudos organizada pelo Instituto de Coimbra e dedicada à memória do seu consócio honorário Dr. Augusto Mendes Simões de Castro. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1943.

Estatutos do Instituto de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora, 1967.

BIBLIOGRAFIA

Periódicos

- O Ambrosio: jornal humorístico, serio, jocoso, critico.* Nº único de homenagem ao Membro (28 maio 1914)
- O amigo do estudo.* 1867
- Anais do município de Coimbra.* 1840-1889, 1940-1959
- Arte & vida.* 1904-1906
- Boletim de Coimbra.* 1855
- Brasil cultural.* 1947-1948
- Chronica litteraria da Nova Academia Dramatica.* 1840-1841
- Coimbra pitoresca.* 1910-1911
- Commercio de Coimbra.* 1860-1865
- O conimbricense.* 1854-1870, 1898-1904
- Correspondencia de Coimbra.* 1872-1877
- Diário de Coimbra.* 1950-1961
- Districto de Coimbra.* 1894-1896
- Estrêa litteraria.* 1858-1861
- Flama.* 1950-1952
- A folha.* 1868-1873
- Gazeta de Coimbra.* 1911-1930, 1933, 1940
- Ilustração moderna.* 1926-1932
- Jornal de Coimbra.* 1868-1869
- Jornal de Coimbra.* 1873-1875
- A liberdade.* 1863-1866
- Madrugada.* Nº 1 (25 dez. 1910)
- Notícias de Coimbra.* 1907-1911
- Notícias de Coimbra.* 1933-1934
- O observador.* 1847-1853
- Panorama photographico de Portugal.* 1869-1874
- O popular.* 1854-1856
- Portugal artistico.* 1904-1905
- Portugal pittoresco.* 1879
- Prelúdios litterários.* 1858-1861
- O prisma.* 1842-1843
- O progressista.* 1872-1873
- Resistencia.* 1895-1909
- Revista academica.* 1845-1848
- Revista de Coimbra.* 1865-1866
- Rua Larga.* 1957
- A social.* 1897
- Terra de Vera-Cruz.* 1944, 1946
- O tribuno popular.* 1862, 1865-1872, 1874, 1888, 1891, 1892, 1898, 1899, 1902, 1907
- Voz do porvir.* 1897

Monografias e artigos

ABREU, Eduardo – *Liber memorialis: solennidade academica em honra do Professor Costa Simões*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1883.

ACCIAIUOLI, Luís de Meneses Correia – *Bibliografia hidrológica do Império Português*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1949-1950. 2 vol.

AGUDO, Fernando Roldão Dias – As Universidades portuguesas e a investigação científica e técnica. *Análise social*. Vol. VI, nº 20-21 (1968), p. 127-146. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224252125K2rEB1rw8Lf26WR8.pdf>>.

– *A Academia das Ciências de Lisboa e as relações internacionais no domínio da ciência e da cultura*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980. Sep. de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Tomo 23.

– *Contribuição da Academia das Ciências de Lisboa para o desenvolvimento da ciência*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986. Sep. de *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, 2, p. 1301-1340.

– O papel das academias: um problema actual. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Tomo 31 (1990/91), p. 419-426.

AIRES, Cristóvão – *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de – *Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra: annos de 1872 a 1890*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874-1891.

ALBUQUERQUE, Luís de – António Feliciano de Castilho, educador. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Tomo 18 (1977), p. 41-53.

ALGUMAS reflexões sobre as duas palavras, acerca das eleições da Academia Dramatica. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1849.

ALMEIDA, L. Ferrand de – Alguns documentos para a história da Arqueologia em Portugal. *Conimbriga*. Vol. 4 (1965), p. 103-108.

ANTONIO Augusto Gonçalves: *acta da sessão realizada na Escola Livre das Artes do Desenho em 19 de Dezembro de 1905*. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escriptorio, 1912.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS – *Primeiro Congresso celebrado na cidade do Porto de 26 de Junho a 1 de Julho de 1921 juntamente com o oitavo congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências: secções de Ciências Naturais, Sociais, Filosóficas e Aplicadas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

– *Estatutos*. Lisboa: Casa Portuguesa, [19--]

ATTI della società Luigi Camoens. Napoli: Edizione della Rassegna Italiana, [1905]

AUSEJO, Elena – *Por la ciencia y por la pátria: la institucionalizacion científica en España en el primer tercio del siglo XX: la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*. Madrid: Siglo XXI, 1993.

BARATA, Correia – O dr. Burggraeve no Instituto. *O seculo: publicação de philosophia popular e de conhecimentos para todos*. 1ª série (1877), p. 193-195.

BERNARDO, Liliana Leitão – *O primeiro congresso português para o progresso das ciências*. Aveiro: Universidade, 2006. Dissertação de mestrado em Matemática apresentada à Universidade de Aveiro.

BESSA, Alberto – *O jornalismo: esboço historico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904.

BETTENCOURT, Cardoso de – *A Biblioteca da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1909.

BRAGA, Teófilo – *Os centenários como syntese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

– *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902. Tomo IV (1801-1872).

BRANCO, Manuel Bernardes – *Portugal e os estrangeiros*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira; Imprensa Nacional, 1879-1895.

BRINCHES, Victor – *Dicionário biobibliográfico luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

CABRAL, António – *Tempos de Coimbra: memórias de estudante: anedotas e casos: figuras e tipos*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1962 (1ª ed. 1925).

CALADO, Rafael Salinas – *Memórias de um estudante de Direito*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942.

CARVAJAL, Luís José de Vasconcelos Azevedo Silva e – *Duas palavras sobre as eleições para o Conselho da Academia Dramatica*. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1849.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de – *Trinta e dois anos na direcção do Instituto Geofísico de Coimbra (breve relatório apresentado à Faculdade de Ciências)*. Coimbra: Tipografia da «Atlântida», 1946.

CARVALHO, António M. de Lima – *O tratamento pedago-fisiológico da gaguez: conferência realizada no “Instituto de Coimbra” em 18 de Abril de 1920*. Coimbra: Alves & Mourão, 1920.

CARVALHO, Augusto da Silva – *As academias científicas do Brasil no século XVIII*. Lisboa: Imp. Otosgráfica, 1939.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de – *Algumas horas na minha livraria: artigos, notas e apontamentos*. Coimbra: Imprensa Académica, 1910.

– *Portas e arcos de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1942.

CARVALHO, Joaquim de – O ideal moderno da ciência. In *Obra completa de Joaquim de Carvalho*. V, *História e crítica literárias; História da ciência*. Lisboa: FCG, 1987. p. 295-314.

- CARVALHO, Joaquim Martins de – *Apontamentos para a história contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.
- Folhetim. Miscelânea DXLV, Ephemérides conimbricenses no mez de abril. *O conimbricense*. 6.4.1872.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de – *Arte e arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- CARVALHO, Rómulo de – *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1981.
- CASTELO BRANCO, Camilo – *Boémia do espírito*. 5ª ed. Porto: Lello & Irmão, 1975 (1ª ed. 1886).
- As favas negras. In CASTELO BRANCO, Camilo e SARMENTO, Francisco Martins – *Obolo às creanças*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1887. p. 121-127.
- CASTELO BRANCO, Fernando – Arqueologia portuguesa. In SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. 1, p. 195-198.
- *Significado cultural das Academias de Lisboa no séc. XVIII*. [Lisboa: Instituto Histórico Infante Dom Henrique, Faculdade de Letras de Lisboa, 1973]
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (dir.) – *Diccionario popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*. Lisboa: Lallemand Frères, 1876-1890. 16 vol. em 8 tomos.
- CHORÃO, João Bigotte – *Páginas camilianas e outros temas oitocentistas*. Lisboa: Guimarães Editores, 1990. p. 89-92.
- COELHO, Trindade – *In illo tempore*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1991.
- COIMBRA, Fernando Augusto Rodrigues – Ricardo Severo e o desenvolvimento da Arqueologia no Porto. *Portugalia*. Nova série, vols. 13-14 (1992/93), p. 307-314.
- OS COLÉGIOS da alta coimbrã: episódios da vida académica*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1987.
- COLÓQUIO Internacional "Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia", Curitiba, 2001 – *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- COLÓQUIO sobre a História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal, 1º, Lisboa, 1985 – *História e desenvolvimento da ciência em Portugal: I colóquio - até ao Século XX: Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985*. Lisboa: Academia das Ciências, 1986. 2 vol.
- COLÓQUIO sobre a História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal, 2º, Lisboa, 1989 – *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX: Lisboa, 1989*. Lisboa: Academia das Ciências, 1992. 3 vol.
- CONGRÈS International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, 9º, Lisboa, 1880 – *Compte rendu de la neuvième session à Lisbonne*. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, 1884.

CONGRESSO Anual da Sociedade Portuguesa de Estatística, 2º, Luso, 1994 – *II Congresso Anual da Sociedade Portuguesa de Estatística: actas*. [S. l.: s. n.], 1994.

CONGRESSO "História da Universidade", Coimbra, 1990 – *Universidade(s): história, memória, perspectivas: actas do Congresso "História da Universidade" (no 7º centenário da sua Fundação), 5 a 9 de Março de 1990*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991. 5 vol.

CONGRESSO Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica, 1º, Évora, 2000 – *Actas [do] 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*. Évora: Universidade, 2001.

CONGRESSO mixto das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Ciências, Coimbra, 14 a 19 de Junho de 1925. Porto: Imprensa Portuguesa, 1925.

CORREIA, A. A. Mendes – Histoire des recherches préhistoriques en Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 11, fasc. 1-2 (1947), p. 115-170.

CORREIA, Camilo de Araújo – *Coimbra minha*. Coimbra: Almedina, 1989.

CORREIA, Vergílio – *Obras. Volume I, Coimbra*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1946.
– *Conimbriga*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1958.

COSTA, Alberto – *O livro do Doutor Assis*. Ed. fac-similada. Coimbra: Minerva, 2002.

COSTA, J. Carrington da – *Elogio histórico de Anselmo Ferraz de Carvalho*. Lisboa: Academia das Ciências, 1972.

COSTA, João da Providência e (dir.) – *Catálogo das revistas nacionais e estrangeiras recebidas nas principais bibliotecas de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Ed., 1934. Suplemento ao vol. XI do *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*.

COSTA, Luís Xavier da – *Quadro histórico das instituições académicas portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de – *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. de Assistência ao Estudante, 1990. 2 vols.

CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: FEAA, 1999.

CRUZEIRO, Maria Eduarda – Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX. *Análise social*. Vol. XXVII, nº 116-117 (1992), p. 529-537. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054296K8iLK0fv2Wi63OO3.pdf>>.

CURADO, António Henriques – *Coisas sobre Coimbra*. Coimbra: Almedina, 2000.

DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores no séc. XIX*. Lisboa: IPED/CEHCP, 1985.

DORNELAS, Afonso de – *Apontamentos*. Lisboa: Centro Tip. Colonial, 1926-1931. 2 vol.

ESTATUTOS da Academia Dramatica de Coimbra. 2ª ed. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1849.

ESTATUTOS da Academia Dramatica de Coimbra. 3ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860.

ESTATUTOS da Academia-Dramatica estabelecida em Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1837.

ESTATUTOS da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852.

ESTATUTOS da Nova Academia Dramatica estabelecida em Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1841.

ETIENNE, R.; OLEIRO, J. M. Bairrão – *Resultados da primeira campanha de escavações luso-francesas em Conimbriga.* [S. l.]: Museu Monográfico de Conímbriga, 1966.

EXPOSIÇÃO comemorativa do tricentenário da publicação do primeiro periódico português: Biblioteca Nacional de Lisboa: catálogo. Lisboa: BN, 1941.

FABIÃO, Carlos – Para a história da arqueologia em Portugal. *Penélope.* Nº 2 (fev. 1989), p. 9-26.

FERRÃO, António – *As causas “ideais” da conflagração e a função pedagógica das academias científicas após a guerra (discurso, seguido de muitas notas justificativas).* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

– *Academias e universidades: necessidade da correlação entre as Academias e as Universidades portuguesas para o progresso científico nacional (discurso pronunciado na sala do Senado Universitário de Coimbra, na tarde de 18 de Maio de 1919).* Coimbra: França & Arménio, 1919.

FERREIRA, António Aurélio da Costa – *N’outros tempos.* Prefacio de Albino Forjaz de Sampaio. Coimbra: Livraria Neves, 1915.

FERREIRA, João Palma – *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

FESTIVAL INTERNACIONAL CINEMA AMADOR – [Festival internacional cinema amador: Coimbra: Abril de 1970]. Organização do Centro Universitário. [Coimbra: s. n.], 1970.

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de – *Oppida restituta. As cidades mortas de Portugal. Conimbriga (Condeixa-a-Velha).* *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa.* 5ª série, nº 10 (1885), p. 589-603.

– *Coimbra antiga e moderna.* Reprod. facs. de: Livraria Ferreira, 1886. Coimbra: Almedina, 1996.

FIGUEIREDO, Cândido de – *Figuras literárias nacionaes e estrangeiras (perfis e medalhões).* Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1906.

– *Os meus serões (obra póstuma).* Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1928.

- FIGUEIREDO, Fidelino de – O que é a Academia das Ciências de Lisboa. *Revista de História*. Vol. 4 (1915), p. 297.
- FITAS, Augusto J. S.; RODRIGUES, Marcial A. E.; NUNES, Maria de Fátima – *Filosofia e história da ciência em Portugal no século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008.
- FONSECA, Augusto de Oliveira Cardoso – *Outros tempos ou Velharias de Coimbra: 1850 a 1880*. Lisboa: Livraria Tabuense, 1911.
- FORJAZ, António Pereira – *As academias: história e renovação*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1960.
- FRANÇA, José Augusto – *O Grémio Literário e a sua história*. [S. l.]: Livros Horizonte, 2005.
- FREITAS, Divaldo Gaspar de – *Paulistas na Universidade de Coimbra*. Coimbra: [s. n.], 1958.
- GARCIA, José Luís Lima – A Sociedade de Geografia de Lisboa e os primeiros estatutos aprovados no último quartel do século XIX. *Vértice*. II série, nº 102 (set./out. 2001), p. 41-57.
- GONÇALVES, A. – Excavações nas ruínas de Conímbriga (Condeixa-a-Velha). *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*. T. 1, fasc. 1-4 (1899-1903), p. 359-365.
– *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*. Coimbra: Tip. de “O Despertar”, 1929.
- GONÇALVES, António – Armando Carneiro da Silva: bibliotecário e investigador. *Munda*. Nº 35 (maio 1998), p. 81-96.
- GONÇALVES, Victor dos Santos – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da ‘crónica’ de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: CHUL, 1980.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museus de Coimbra: da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1980.
- HAHN, Roger – *The anatomy of a scientific institution: the Paris Academy of Sciences, 1666-1803*. California: University Press, 1971.
- HISTÓRIA genealogica do Gráu, por um grupo de sabios do Instituto de Coimbra*. Coimbra: Typographia do Gráu, 1905.
- HOMENAGEM a António Augusto Gonçalves: 31 de Julho de 1921*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.
- IM HOF, Ulrich – *A Europa no século das Luzes*. Trad. Maria Antónia Amarante. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA: a história, os homens e os livros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001.
- INAUGURAÇÃO do Museu Monográfico de Conímbriga. *Conimbriga*. Vol. 4 (1965), p. 112-115.

INSTITUT DE FRANCE – *Index biographique de l'Académie des Sciences du 22 décembre 1666 au 1^{er} octobre 1978*. Paris: Gauthier-Villars, 1979.

INSTITUTO DE ALTA CULTURA. Centro de Documentação Científica – *Instituições científicas, literárias e artísticas portuguesas*. 4^a ed. Lisboa: CDC, 1958.

JOÃO, Maria Isabel – Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX. *Camões: revista de letras e culturas lusófonas*. Nº 8 (jan./mar. 2000). Disponível em [www: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm>](http://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm).

JOSÉ Lins do Rego em Coimbra. Coimbra: Atlântida, 1951.

LAMY, Alberto de Sousa – *A Academia de Coimbra (1577-1900)*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990.

LEONARDO, António José – *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*. [Coimbra: s. n.], 2011. Tese de doutoramento em Física, especialidade em História e Ensino da Física, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.

LEONARDO, António José; MARTINS, Décio Ruivo; FIOLHAIS, Carlos – *O Instituto: revista científica e literária: índices ideográfico e onomástico (volumes 101º a 141º)*. Coimbra: [s. n.], 2008. Disponível em WWW: <<http://www.uc.pt/bguc/PDFS/ic>>.

– António da Costa Simões e a génese da química forense em Portugal. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Vol. 2, nº 2 (jul./dez. 2009), p. 192-205. Disponível em WWW: <http://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=10>.

– O Instituto de Coimbra: breve história de uma academia científica, literária e artística. In AMARAL, A. E. Maia do (coord.) – *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. p. 114-125.

– A telegrafia eléctrica nas páginas de “O Instituto”, revista da Academia de Coimbra. *Revista brasileira de ensino de Física*. Vol. 31, nº 2 (2009), p. 2601-1-2601-13.

– O Instituto de Coimbra e o Ensino Secundário em Portugal de 1836 a 1910: o caso das Ciências Químicas. *Revista portuguesa de pedagogia*. A. 43, nº 2 (2009), p. 239-260.

– Costa Lobo and the study of the sun in Coimbra in the first half of the twentieth century. *Journal of astronomical history and heritage*. Vol. 14, nº 1 (2011), p. 41-56.

– O Instituto de Coimbra e a análise química das águas minerais em Portugal na segunda metade do século XIX. *Química nova*. Vol. 34, nº 6 (2011), p. 1094-1105. Disponível em WWW: <<http://quimicanova.sbq.org.br/qn/qnol/2011/vol34n6/30-AG10530.pdf>>.

LIMA, Péricles Pedrosa – *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Lisboa: [s. n.], 2009. Tese de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em WWW: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/514>>.

LOPES, Lúcia Marlene Macário; RODRIGUES, Manuel Alves – Apontamentos sobre a obra e o homem que fundou a primeira Escola de Enfermagem de Portugal: António Augusto da Costa Simões. *Referência*. II série, nº 10 (jul. 2009), p. 97-106. Disponível em WWW: <http://www.esenfc.pt/rr/rr/index.php?id_website=3&d=1&target=DetalhesArtigo&id_artigo=2138&id_rev=4&id_edicao=27>.

- LOUREIRO, José Pinto – Museu Municipal de Coimbra: processo da sua criação e extinção. *Arquivo coimbrão*. Vol. 5 (1940), p. 158-196.
 – *Índice ideográfico de "O Conimbricense"*. Coimbra: BGUC, 1953.
 – *O teatro em Coimbra: elementos para a sua história: 1526-1910*. Coimbra: Câmara Municipal, 1959.
 – *Bibliografia coimbrã*. Coimbra: Câmara Municipal, 1964.
 – *Coimbra no século XIX*. Coimbra: Coimbra Ed., 1967.
- LUÍS DE ALBUQUERQUE: *o homem e a obra*. Figueira da Foz: Câmara Municipal, 1993.
- MACHADO, Bernardino – *A socialização do ensino*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897.
 – *A Academia de Coimbra: discurso...* Coimbra: França Amado, 1906.
- MANIFESTO *das razões que justificão a conducta da maioria da Academia Dramatica*. Porto: Imprensa de Alvares Ribeiro, 1838.
- MARCHI, Riccardo – A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974). *Análise social*. Vol. XLIII, nº 3 (2008), p. 551-576.
- MARQUES, Rafael – *Coimbra através dos tempos*. Coimbra: Cruz Vermelha; Gráfica de Coimbra, 2004.
- MARTINS, José V. Pina – A Academia das Ciências de Lisboa: um pouco da sua história e da sua actividade até ao nosso tempo. *Colóquio/ciências*. Nº 19 (1997), p. 85-90.
- MATOS, Ana Cardoso de – Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX. *Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad, 2000. Disponível em WWW: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-29.htm>>.
- MELO, Adelino António das Neves e – *Historia da ceramica em Coimbra: apontamentos: com uma biografia do autor por J. Leite de Vasconcellos*. 2ª ed. Lisboa: Portugália, [1924?]
- MELO, Carlos de – *Pela patria e pelas academias: um artigo póstumo*. Lisboa: Academia das Ciencias, 1914.
- MELO, Jerónimo José de – *Recordações da minha vida pública e particular: publicadas por um seu filho*. Figueira da Foz: Casa Minerva, 1893.
- MEREIA, Paulo – Idealismo e direito. *Boletim da Faculdade de Direito*. Vol. 49 (1973), p. 283-327.
- MONCADA, Luís Cabral de – *Memórias ao longo de uma vida (pessoas, factos, ideias) 1888-1974*. [S. l.]: Editorial Verbo, 1992.
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República; Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006.
- MONTEIRO, Manuel – O Museu Archeologico do Instituto. *Portugal artistico*. Nº 17 (15 out. 1904), p. 513-528.

MORAIS, Francisco – *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra: [s. n.], 1949. Suplemento ao vol. 4 de *Brasília*.

MORAIS, J. Custódio de – Professor Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955). *Revista da Faculdade de Ciências*. Vol. 24 (1955), p. 96-101.

MORAIS, Marta Lúcia de Castro – *A primeira década dos congressos luso-espanhóis para o progresso das ciências*. Aveiro: Universidade, 2007. Dissertação de mestrado em Matemática apresentada à Universidade de Aveiro.

MOTA, Isabel Ferreira da – *Sociabilidade e comunicação na república das letras: um estado sem fronteiras?* Coimbra: Faculdade de Letras, 2005.

MUSEU MACHADO DE CASTRO: notas. Coimbra: Tip. Auxiliar d'Escritório, 1913.

MUSEU MACHADO DE CASTRO: notas. Coimbra: [s. n.], 1916.

NEVES, Álvaro – *Raridades bíblicas, edições incompletas: subsídios*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1945.

NOBRE, Carmine – *Coimbra de capa e batina*. Lisboa: Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1937-1945. 2 vol.

NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: arqueologia, etnografia, bibliografia e história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

NUNES, António José Avelãs – Professor Doutor Orlando de Carvalho. *Boletim da Faculdade de Direito*. Vol. 76 (2000), p. 581-588.

NUNES, Fátima – O «público entendimento da Ciência» nos congressos da Associação para o Progresso das Ciências: Portugal e Espanha: estratégias e realidades institucionais. *População e sociedade*. Nº 8 (2002), p. 231-243. Disponível em WWW: <<http://cepese.up.pt/pt/publicacoes.php?IDNivel=67>>.

– A imprensa especializada na 2ª metade do século XIX em Portugal. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras, 2004. p. 797-804.

OBSERVAÇÕES sobre o actual estado do ensino das Artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da archeologia offerecidas á comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 por um vogal da mesma comissão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

OLEIRO, J. M. Bairrão – Mosaicos de Conimbriga encontrados durante as sondagens de 1899. *Conimbriga*. Vol. 12 (1973), p. 67-158.

PATO, Bulhão – *Memórias. Tomo II, Homens politicos*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

PEIXOTO, António Augusto da Rocha – O Museu do Instituto de Coimbra. *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*. Vol. 4 (1896), p. 209-210.

PEIXOTO, Jorge – *Para a história do comércio do livro em Portugal: leilões em Coimbra no século XIX*. Coimbra: Arquivo Coimbrão, 1970.

PEIXOTO, José Pinto – *A revolução cultural e científica dos séculos XVII e XVIII e a génese das academias*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986.

– A Ciência em Portugal e a Academia das Ciências de Lisboa. *Colóquio/ciências*. Nº 19 (abr. 1997), p. 71-84. Disponível em WWW: <<http://zircon.dcsa.fct.unl.pt/dspace/bitstream/123456789/232/1/19-5.PDF>>.

PELLICO, Silvio – *Memorias*. Versão do italiano por Francisco António de Melo. 2ª ed. autorizada pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Inclui: Elogio historico do socio do Instituto da Academia Dramatica Francisco Antonio de Mello, recitado na sessão solemne do 1º de Abril de 1849 pelo socio Francisco de Castro Freire.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.) — Charles Lepierre au Portugal (1867-1945): son influence décisive sur la santé publique, sur la chimie et sur la microbiologie. *Revue d'histoire de la pharmacie*. 88e année, nº 328 (2000), p. 463-470. Disponível em WWW: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_2000_num_88_328_5152?_Prescripts_Search_isPortletOuvrage=false>.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *Os jornais portuguezes: sua filiação e metamorphoses: noticia suplementar alphabetica de todos os periodicos mencionados na Resenha chronologica do jornalismo portuguez ...* Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

PEREIRA, Gabriel – O museu archeologico do Instituto de Coimbra. *O Universo illustrado*. T. 1, nº 41 (out. 1877), p. 324.

PESTANA, Dinis Duarte; VELOSA, Sílvio Filipe – Diogo Pacheco d'Amorim. *CIM bulletin*. Nr. 11 (Dec. 2001), p. 22-24. Disponível em WWW: <<http://www.cim.pt/?q=publications>>.

PIMENTEL, José Freire de Serpa – Chronica do Instituto Dramatico. *Revista academica*. Nº 1 (15 mar. 1845).

– *Elogio historico do socio do Instituto, e da Academia Dramatica de Coimbra, Jorge Arthur d'Oliveira Pimentel, recitado na sessão solemne de 11 de Março de 1852*. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1852. (Memorias do Instituto de Coimbra; 4)

PIMPÃO, Álvaro J. da Costa – *Divaldo Gaspar de Freitas*. Coimbra: Coimbra Ed., 1958.

PINTO, António de Sousa Madeira – Cousas de Coimbra. *Serões*. 2ª série, vol. VI (mar. 1908), p. 155-168.

A QUESTÃO ORTHOGRAPHICA e o Instituto de Coimbra: documentos e explicações. Coimbra: Typ. França Amado, 1896.

RAMOS, Anabela; MALONEK, Helmuth R. – Um capítulo esquecido: sócios matemáticos estrangeiros do Instituto de Coimbra na terceira década do século XX. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*. Nº 49 (2003), p. 93-105.

– Portugal e a fundação da União Matemática Internacional. *Gazeta de Matemática*. Nº 148 (2005), p. 12-17. Disponível em WWW: <http://www.mat.uc.pt/~gazeta/GazetaOnline/gazetaVerArtigos.php?num_edicao=148>

REGO, A. da Silva – *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

RELATÓRIO do Conselho Administrativo da Academia Dramática de Coimbra em 1850. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1851.

REMÉDIOS, Mendes dos – O grande mestre António Augusto Gonçalves. *Ilustração moderna*. Ano 2, nº 16 (ago. 1927), p. 370-376.

RIBEIRO, Artur – *Do associacionismo da Associação Académica de Coimbra e da Tomada da Bastilha*. Coimbra: AAC, 2002.

RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1893.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *A academia de Coimbra e a situação política em Portugal nos meados do séc. XIX*. Coimbra: [s. n.], 1991.

– *O centenário henriquino: imagens e ideologia*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.

– *Livros e leituras no século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1999.

RIBEIRO FILHO, J. S. – *Dicionário biobibliográfico de escritores cariocas (1565-1965)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

ROCHA, António dos Santos – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira: memoria oferecida ao Instituto de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888-1900.

Parte 1: Monumentos funerários das vizinhanças... Parte 2: Ruínas de Porto Saboroso... 1891. Parte 3: Megalitho do Cabeço dos Moinhos... 1895. Parte 4: Megalitho da Capela... 1900

ROCHA, Augusto – *Origens e carácter da epopeia portugueza: conferencia proferida em a noite de 10 de Junho do anno corrente no sarau litterario promovido pelo Instituto*. Coimbra: Livraria Central de J. Diogo Pires Editor, 1880.

RODRIGUES, Manuel Augusto – O Colégio de S. Bento de Coimbra. *Anais da Academia Portuguesa da História*. II série, vol. 30 (1985), p. 187-205.

RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.) – *A Universidade de Coimbra no século XX: actas da Assembleia Geral: 1911-1934*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1988.

– *A Universidade de Coimbra e os seus reitores: para uma história da instituição*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1990.

– *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992-2003.

ROSMANINHO, Nuno – *O poder da arte: o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra: [s. n.], 2001. Tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. 2 vol.

– *O poder da arte: o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

SALGADO, Nuno – *O Prof. Doutor Costa Simões: o passado como exemplo no futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

SANTOS, Vitorino Gomes de Seça e – Professor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho. *Observações meteorológicas, magnéticas e sismológicas. 2ª parte, Magnetismo terrestre*. Vol. 94 (1955), p. III-VII.

SARAIVA, Jorge António Lima – *Academismo, ideologia e história: o Instituto de Coimbra (1910-1945)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SERRA, Carlos Manuel Santos – *António Augusto Gonçalves: a educação e o museu*. Coimbra: C. Serra, 1999. Trabalho para o Seminário de Museus: Investigação e Ensino, no âmbito do Mestrado em Museologia e Património Cultural, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

– *António Augusto Gonçalves: o percurso museológico*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2002. Dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SERRÃO, Joel – *Temas oitocentistas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978-1980. 2 vol.

– *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. 2 vol.

– *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

– *Nova história de Portugal. Vol. X, Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Presença, 2003.

SILVA, A. Carneiro da – *Jornais e revistas de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1941.

– *Jornais e revistas do distrito de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1947.

– *As récitas do V ano*. Coimbra: [s. n.], 1955.

– *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*. Coimbra: Câmara Municipal, 1964.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez* [CD-ROM]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SIMÕES, A. A. da Costa – *História do Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Bussaco oferecida ao Instituto de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1855.

SIMÕES, Augusto Filipe – *Alguns passos num labirinto: se Coimbra foi povoação romana e que nome teve. Portugal pittoresco*. 1879, p. 12-16, 29-32, 43-48, 60-64.

– *Escriptos diversos: colligidos por ordem da Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

– *Introdução á archeologia da Peninsula Iberica: antiguidades prehistoricas*. Ed. fac-sim. da 1ª ed., Lisboa: Livraria Ferreira, 1878. Lisboa: Arquimedes Livros, 2006.

SIMÕES, Santos – *Agrippino Grieco em Coimbra*. [Coimbra]: Coimbra Ed., 1952.

SOARES, António José – *Saudades de Coimbra*. Coimbra: Almedina, 1985.

SOBRINHO, J. F. Velho – *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1937. Vol. 1: Aarão Garcia - Azevedo Castro.

SOUSA, José Manuel Mota de; VELOSO, Lúcia Maria Mariano – *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral, 1987.

STRATTON, F. J. M. – Obituary notices: Francisco Miranda da Costa Lobo. *Monthly notices of the Royal Astronomical Society*. Vol. 106 (1946), p. 41. Disponível em WWW: <<http://articles.adsabs.harvard.edu/full/1946MNRAS.106...41>>.

TAVARES, Amândio – *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1951.

TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, 1989.

TORGAL, Luís Reis – Quid Petis? Os "Doutoramentos" na Universidade de Coimbra. *Revista de história das ideias*. Vol. 15 (1993), p. 177.

– *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra: 1926-1961*. Coimbra: Minerva, 1999.

– A Universidade e a Academia de Coimbra no Estado Novo. *Arquivo coimbrão*. Vol. 36 (2003), p. 443.

VASCONCELOS, António de – Secção de archeologia do Instituto de Coimbra: Museu de antiguidades. *O archeologo português*. Vol. 2, nº 12 (dez. 1896), p. 273-277.

– António Augusto Gonçalves. *Ilustração moderna*. A. 7, nº 58 (1932), p. 508-511.

– *Os colégios universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938.

– *Escritos vários*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade, 1987-1988.

A VELHA ALTA... desaparecida: álbum comemorativo das bodas de prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra. Coimbra: AAEC, 1984.

VILA MAIOR, Visconde de – *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia historica d'este estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877.

XAVIER, Filipe Jorge do Couto – *Academismo e história em Coimbra na 2ª metade do séc. XX: O Instituto*. Coimbra: F. J. C. Xavier, 1992. Trabalho de Seminário Principal em História Institucional e Política do Curso de Mestrado em História Contemporânea de Portugal.